

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**O CORPO EM EVIDÊNCIA NAS LUTAS DOS  
OPERÁRIOS GAÚCHOS (1890 A 1917)**

**EVANGELIA ARAVANIS**

**Tese de Doutorado**

**Orientadora: Profa. Dra. Sílvia Regina Ferraz Petersen**

**Porto Alegre, 2005.**

**CAPA:** Reprodução parcial de fotografia de anúncio da *Casa Aliança do Sul* publicado no CORREIO DO POVO em 29/08/1911.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**O CORPO EM EVIDÊNCIA NAS LUTAS DOS  
OPERÁRIOS GAÚCHOS (1890 A 1917)**

**EVANGELIA ARAVANIS**

**Tese apresentada como requisito parcial e final para  
obtenção do grau de Doutor em História junto ao  
Curso de Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.  
Profa. Orientadora: Dra. Sílvia Regina Ferraz  
Petersen**

**Porto Alegre, outubro de 2005.**

## **AGRADECIMENTOS**

**Esta tese, como qualquer outro tipo de trabalho, é fruto de um esforço coletivo do qual contribuíram, e das mais diferentes maneiras, um bom número de pessoas.**

**Gostaria de agradecer, primeiramente, e de forma bastante carinhosa, à minha orientadora, Dra. Sílvia Regina Ferraz Petersen. Já são mais de dez anos que desfruto do privilégio de tê-la como mestra na arte de pesquisar. Sem a sua competência, interlucção paciente, amizade e incentivo constante esta tese certamente não teria chegado ao seu término.**

Ao Programa de Pós-graduação em História da UFRGS gostaria de registrar também meu reconhecimento pela compreensão e paciente espera para que este trabalho fosse concluído.

Ainda que momentaneamente afastada, não posso deixar de agradecer também aos membros do GT Mundos do Trabalho e, em especial, a Benito Bisso Schmidt, Isabel Bilhão e Beatriz Loner. As trocas de idéias, documentos e afetos em muito contribuíram para a elaboração desta tese.

Às minhas amigas e colegas, já há alguns anos na ULBRA, Naira Vasconcellos, Lizete Kummer e Maria Angélica Zubarán, é imperioso um muito obrigada pela amizade, apoio, e incentivo constante. Um agradecimento, em especial, a Naira Vasconcellos que, como sempre, traduziu – e na maior alegria! – o meu resumo para o inglês. Márcia Espig, amiga e colega nova na instituição, não posso deixar de registrar também um carinhoso agradecimento pelas palavras de incentivo e apoio durante as caronas vespertinas e da “madrugada”.

De Sandra Careli, Rejane Jardim, Miriam Stefens e Elisabete Leal, amigas da História e colegas nos estudos de gênero, também sou devedora. Algumas das discussões que tivemos certamente estão presentes nesta tese.

Giovana Mendes de Oliveira, Sandra Ferreira, Maria Cristina Pons da Silva, Gustavo Beck e Erwin Tochtrop, amigos de outras áreas e de todas as horas. “Thank you”! Vocês certamente escreveram algumas páginas comigo.

Aos meus pais agradeço a criação que me deram e que me levou a valorizar o conhecimento intelectual. Agradeço ainda ao meu irmão, Alexandros Evangelos Aravanis, e ao meu sobrinho, Alexandros Leonidas Aravanis, que souberam entender e perdoar as minhas ausências familiares. Lisiane Possamai, minha “cunhadinha”, tem que ser aqui também carinhosamente lembrada.

Um agradecimento saudoso (in memoriam) ao meu irmão, Leonidas E. Aravanis, que sempre gostou da História e me introduziu neste universo, e também a Salania Troyak (in memoriam), que me apresentou ao mundo da leitura e da escrita.

À família Jungblut devo também um “muito obrigada” e, em especial, a Da. Irena.

Ao Airton (o “Tom”), faltam palavras. Ele, mais do que qualquer outra pessoa, soube entender minhas ausências e me apoiar de forma incondicional nesta “empreitada”. São já duas dissertações e duas teses que produzimos juntos. Não foi, certamente, tarefa fácil. Somente a ele este trabalho pode ser dedicado.

E, por fim, não poderia de deixar registrado aqui também a “contribuição” alegre e espreitada de minhas “meninas de quatro patas”, minhas cachorrinhas Blanche e Zoe. Sem elas as longas tardes dos tórridos verões e as cumpridas e geladas noites do inverno gaúcho teriam sido bem mais difíceis.

## RESUMO

A presente tese trata de demonstrar, tomando por base o Rio Grande do Sul nos anos de 1890 à 1917, o fato dos operários terem buscado capacitar fisicamente seu corpo para os embates contra o capital, bem como o terem constituído em uma causa e uma arma da luta operária, aspectos todos estes pouco tratados ou não abordados pela historiografia.

O trabalho trata, no primeiro capítulo, de algumas situações mais amplas que remetem aos contornos da industrialização no Rio Grande do Sul, à organização da produção e às condições trabalho vigentes nos estabelecimentos fabris, elementos estes que estão na base da problemática em estudo. No segundo capítulo é onde exponho o fato do corpo do operário ter se constituído em uma causa de sua luta e isto a partir dos conteúdos que animavam determinadas e importantes reivindicações operárias do estado no período. Já no capítulo seguinte exponho as circunstâncias que eu encontrei o operariado no Rio Grande do Sul buscando capacitar fisicamente seu corpo para melhor enfrentar o patronato e isto dando destaque para as lógicas que os levavam a tal empenho. No quarto e último capítulo é onde busco demonstrar, e isto considerando os métodos de luta do período – e que em boa parte ainda hoje se mantém – que o corpo do operário foi uma arma de luta operária, evidenciando, assim, que ele não foi só, como a historiografia tem apontado, um objeto de dominação e exploração do capital, mas também o avesso disso.

**PALAVRAS CHAVE:** corpo - industrialização - movimento operário

## **ABSTRACT**

Considering Rio Grande do Sul in the period between 1890-1917, this thesis investigates how the workers sought to qualify physically their body to fight against capitalism and how they have constituted it as a cause and a weapon of working class resistance. This approach is not emphasized or not even considered by the historiography.

In the first chapter, I take into consideration some wider situations of Rio Grande do Sul linked to the organization of production and to the labor conditions in the factories. These elements are the basis for this study.

In the second chapter, starting from the motivations that encouraged important labor revindications in that period, I suggest that the workers have constituted their own body as a cause of their struggle.

In the following chapter, I present the circumstances in which the workers were seeking to qualify physically their body for better fighting the factory owners, emphasizing the logics of their actions. In this chapter, I also present some information on this subject that are new for the historiography.

In the fourth and last chapter, considering the methods of working class actions in that period, I demonstrate that the worker's body was not only an instrument of capitalism dominance and exploitation, as the historiography has pointed out, but, on the contrary, it was a weapon of class struggle.

**KEY WORDS: body - industrialization – labor movements**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
-------------------------	-----------

### CAPÍTULO 1

<b>O TRABALHO, A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E O CORPO OPERÁRIO NA LUTA DE CLASSES .....</b>	<b>35</b>
---	-----------

1.1 O trabalho na era moderna .....	35
-------------------------------------	----

1.2. A industrialização no Rio Grande do Sul: a organização da produção e as condições de trabalho.....	42
--	----

### CAPÍTULO 2

<b>O CORPO COMO CAUSA DA LUTA OPERÁRIA .....</b>	<b>97</b>
--	-----------

<b>2.1. Uma breve caracterização da militância operária gaúcha.....</b>	<b>99</b>
---	-----------

2.2. O corpo e as reivindicações de melhores salários, de melhoria das condições de vida do operário via voto e as lutas contra a carestia .....	108
---	-----

<b>2.3. O corpo e as reivindicações de uma jornada laboral de 8 horas, de melhores condições materiais de trabalho e de fim dos rígidos regulamentos fabris.....</b>	<b>127</b>
--	------------

<b>2.4. O corpo e a reivindicação de fim do trabalho infantil e de melhoria das condições de trabalho da mulher operária.....</b>	<b>157</b>
---	------------

### CAPÍTULO 3

#### A CONSTRUÇÃO DE UM CORPO APTO À LUTA..... 168

- 3.1. A militância operária e as lógicas que norteiam a construção de um corpo operário fisicamente apto para lutar..... 169
- 3.2. A busca de construção de um corpo operário apto à luta..... 173
  - 3.2.1. a reivindicação da jornada de trabalho de 8 horas..... 175
    - 3.2.2. A luta contra o “álcool”..... 184
    - 3.2.3. As proposições contra o lazer operário em tabernas e em salões..... 196
    - 3.2.4. A ginástica..... 201

### CAPÍTULO 4.

#### O CORPO DO OPERÁRIO COMO UMA ARMA DE LUTA..... 207

- 4.1. A “prudência procriadora” X o “amor fecundo”: o controle da natalidade como arma de luta..... 208
- 4. 2. A greve, o boicote e o deslocamento coletivo da mão de obra operária: outras formas de uso do corpo como arma de luta..... 218**

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 237

#### FONTES E BIBLIOGRAFIA ..... 243

#### ANEXOS ..... 260

## CAPÍTULO I

### O TRABALHO, A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E O CORPO OPERÁRIO NA LUTA DE CLASSES

#### 1.1. O trabalho na Era Moderna

*Labor e trabalho*, na época sobre a qual essa pesquisa se debruçou são termos sinônimos nos jornais e outros documentos operários consultados.

Hannah Arendt, em seu livro “*A condição humana*”, demonstra, no entanto, a não equivalência entre estes dois termos e faz isso evidenciando, inicialmente, “*que todas as línguas européias, antigas e modernas, possuem duas palavras de etimologia diferentes para designar o que para nós, hoje, é a mesma atividade*”, e que a ambas conservam, apesar do fato de serem usadas

repetidamente como sinônimos.<sup>1</sup> Por exemplo, a língua grega diferencia entre “ponos” e “ergon”; o latim entre “labore” e “facere” ou “fabricar”; o francês entre “travailler” e “ouvrer”; o alemão entre “arbeiten” e “werken”. Em todos estes casos, no entanto, somente os equivalentes de labor - sempre o primeiro dos exemplos citados - teria a conotação de dor e atribulação. Nas obras do grego clássico Hesíodo, por exemplo, que revela estas mencionadas diferenças lingüísticas, o trabalho (*ergon*) seria devido à Eris, a deusa da emulação (“Os trabalhos e os Dias”); já o labor (*ponos*), como todos os outros males, proveria da caixa de Pandora, seria a punição imposta por Zeus à Prometeu, o traidor.<sup>2</sup>

Conforme Arendt, o labor designa as atividades humanas que se restringem à reprodução da vida e cujo produto teria curta durabilidade, pois retorna ao processo natural que os produziu, seja através de sua rápida absorção no processo vital do animal humano, seja através de sua decomposição. Afirma ainda que o processo do labor é cíclico, repetitivo e inerente à condição humana, pois se move no círculo prescrito pelo processo biológico do organismo vivo. É considerando isto que autora apresenta o homem como “*animal laborans*”.<sup>3</sup> O trabalho, por sua vez, é produtivo, pois origina objetos que tem permanência e durabilidade no mundo e que, principalmente, não foram feitos originalmente para servir ao processo vital humano, mas para construir o mundo; são os frutos mais genuínos da criação

---

<sup>1</sup> - ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.90.

<sup>2</sup> - ARENDT, H. **A condição ...** 1995, op. cit. p.90-94. Observa ainda a este respeito H. Arendt na página 90: “O alemão ‘Arbeit’ aplicava-se originalmente ao trabalho agrícola executado por servos, e não ao trabalho do artífice, que era chamado de ‘Werk’. O francês ‘travailler’ substituiu a outra palavra mais antiga, ‘labourer’, e vem de ‘tripalium’, que era uma espécie de tortura.”.

<sup>3</sup> - ARENDT, H. **A condição ...** 1995, cap. 3.

humana<sup>4</sup>. A esse último respeito são bastante esclarecedoras as seguintes afirmativas de Hannah Arendt sobre o “*animal laborans*” e o “*homo faber*” – o homem fabricante de coisas do mundo:

Parece que a distinção entre labor e trabalho [...], torna-se realmente apenas uma diferença de grau quando não se leva em conta o caráter da coisa produzida – sua localização, sua função e a duração de sua permanência no mundo. A distinção entre um pão, cuja ‘longevidade’ no mundo dificilmente ultrapassa um dia, e uma mesa, que pode facilmente sobreviver a geração de convivas, é sem dúvida muito mais óbvia e decisiva que a diferença entre um padeiro e um carpinteiro. [...] Vistos como parte do mundo, os produtos do trabalho – e não os produtos do labor – garantem a permanência e a durabilidade sem as quais o mundo simplesmente não seria possível.<sup>5</sup>

O trabalho de nossas mãos, em contraposição ao labor de nosso corpo – o **homo faber** que ‘faz’ e literalmente ‘trabalha sobre’ os materiais, em oposição ao **animal laborans** que labora e ‘se mistura com’ eles – fabrica a infinita variedade de coisas cuja soma total constitui o artifício humano.<sup>6</sup>

Conforme explica esta filósofa, tanto na Grécia clássica, como na modernidade, a distinção entre labor e trabalho foi ignorada. No primeiro caso isto foi fruto do anseio daqueles homens de excluir o dolorido labor da condição humana, em benefício da ação política.<sup>7</sup> A escravidão, na antigüidade, não era assim entendida, pelos clássicos - como pensam alguns historiadores modernos -, como uma forma de obter mão de obra barata ou instrumentos de exploração para fins de lucro, mas como algo necessário em função da

---

<sup>4</sup> - ARENDT, H. 1995, op. cit. p. 164-165.

<sup>5</sup> - ARENDT, H. 1995, op. cit. p.105.

<sup>6</sup> - ARENDT, H. 1995, op. cit. p. 149. (Grifo no original)

<sup>7</sup> - ARENDT, H. 1995, op. cit. p. 90-95.

*“natureza servil de todas as ocupações que ser[vem] às necessidades de manutenção da vida”.*<sup>8</sup>

Na modernidade, por sua vez, tal incapacidade de distinção entre labor e trabalho ocasionou uma produtividade real e sem precedentes na história da humanidade ocidental, que escamoteou dos sentidos humanos as dores do labor. Tal produtividade contribuiu, outrossim, para que se desse nesse período uma equivalência entre estes dois termos – que são usados indistintamente –, através da promoção do labor ao trabalho. Diz Arendt ainda a respeito deste último ponto:

A era moderna em geral e Karl Marx em particular [...] tendiam quase irresistivelmente a encarar todo o labor como trabalho e a falar do ‘animal laborans’ em termos muito mais adequados ao ‘homo faber’, como a esperar que restasse apenas um passo para eliminar totalmente o labor e a necessidade.<sup>9</sup>

A fim de melhor ilustrar como teria se operado este processo no qual o labor se tornou produtivo acompanho a autora em sua análise de K. Marx, pensador em cuja obra esta idéia atingiu o clímax. Conforme ela, em Marx:

[...] a própria atividade do trabalho (labor), independentemente de circunstâncias históricas [...] possui realmente uma ‘produtividade’ própria, por mais fúteis ou pouco duráveis que sejam os seus produtos. Essa produtividade não reside em qualquer um dos produtos do labor, mas na “força humana”, [a “força de trabalho”], cuja intensidade não se esgota depois que ela produz os meios de subsistência e sobrevivência, mas é capaz de produzir um ‘excedente’, isto é, mais que o necessário à sua ‘reprodução’.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> - ARENDT, H. 1995, op. cit. p. 94.

<sup>9</sup> - ARENDT, H. 1995, op. cit. p. 98.

<sup>10</sup> - ARENDT, H. 1995, op. cit. p.99.

É por isso também, segundo ainda H. Arendt, que, dentro desta lógica de Marx, a “força de trabalho” (potencialmente inesgotável) de alguns poderia ser exploratoriamente canalizada (seja numa sociedade capitalista ou escravocrata) a fim de ser suficiente para a vida de todos. Observo que, para autora, em Marx todas as coisas são produzidas via a “força de trabalho” do homem e são concebidas não em sua qualidade mundana e objetiva, (como duráveis e não duráveis; frutos do trabalho ou do labor), mas como resultados da força viva do labor, ou seja, como intrinsecamente vinculadas e necessárias à vida.<sup>11</sup> É por todos estes elementos que, segundo ainda ela, também, para Marx o homem pode chegar ao “reino da liberdade”, à emancipação do trabalho (do labor), visto que a força de trabalho – potencialmente inesgotável -, ao fazer uso de um elevado nível de avanço das forças produtivas, produziria excedentes numerosos que, ao serem socialmente apropriados, tornariam o trabalho (labor) prazeroso, pois tanto o homem não estaria mais sob o total jugo da natureza, como o trabalho estaria agora submetido e controlado pelas demandas humanas coletivas – não mais pela lógica da exploração.

Como se depreende do exposto há, em Marx, uma valorização do corpo - a partir da ‘força humana’, a ‘força de trabalho’ - nas atividades do labor/trabalho. E mais, numa sociedade capitalista, é o corpo do operário - através de sua força de trabalho -, o responsável prioritário pela produção de todos os bens (duráveis e não duráveis), vistos como fundamentais à vida de todos. Neste sentido, pode-se dizer que se encontra neste pensador a noção

---

<sup>11</sup> - ARENDT, H. 1995, op. cit. p.99-100.

de um *corpo produtivo* positivado e dignificado exatamente porque, ao produzir a sobrevivência, produz algo mais que ela, gerando uma produtividade que é, por sua vez, possibilitadora da futura liberdade - inclusive para este corpo - das árduas tarefas do labor.

Conjuntamente a essa promoção do labor a trabalho, Arendt ainda aponta que a propagação do “*homo faber*” na Era Moderna fez com que não só o labor, mas também o trabalho estivessem visceralmente vinculados ao corpo. Nesta última perspectiva, o “*homo faber*” teria vindo em auxílio do “*animal laborans*” para minorar suas dores e atribulações na luta pela sobrevivência. Ambos, labor e trabalho, são agora responsáveis e necessários à manutenção e reprodução da vida. Tal fato, outrossim, contribuiu ainda para modificar as antigas percepções negativas sobre o labor.<sup>12</sup> Diferentemente da Antiguidade, o labor/trabalho na Era Moderna é exaltado enquanto valor.<sup>13</sup> Exemplificando isso se pode mencionar o fato que, para Jonh Locke, o trabalho (labor) é a fonte de toda a propriedade, e que para Adam Smith é a fonte de toda a riqueza<sup>14</sup> e, ainda, que, para Karl Marx e Mikhail Bakunin<sup>15</sup>, o trabalho (o labor)

---

<sup>12</sup> - ARENDT, H. 1995, op. cit. p. 137.

<sup>13</sup> - Um outro exemplo encontrado nessa obra da autora dá, sob um outro ângulo, a dimensão desta exaltação do trabalho na modernidade. Ela observa que na Idade Média as pessoas raramente trabalhavam mais que a metade dos dias do ano. Havia 141 (!) feriados oficiais. Ver ARENDT, H. **A condição ...** 1995, p. 145.

<sup>14</sup> - ARENDT, H. 1995, op. cit. p. 113; 123-124.

<sup>15</sup> - O trabalho para M. Bakunin como para uma grande parte dos pensadores do séc. XIX surgiu com o processo de humanização sendo, portanto, constitutivo do homem. É também através do trabalho (labor) que, para ele, os homens extrapolam os limites impostos pela “natureza exterior” (produzem a sua sobrevivência), ao mesmo tempo que constroem, através do contínuo avanço das riquezas produzidas na luta contra esta natureza, as bases materiais de sua liberdade. A equiparação e promoção do labor à trabalho em Bakunin é visível, por exemplo, no seguinte fragmento de sua obra: “*Toda la animalidad trabaja, y no vive más que si trabaja. El hombre, ser viviente, no está sustraído a esa necesidad, que es la ley suprema de la vida. Para mantener sus existencia, para desarrollarse en la plenitud de su ser, debe trabajar. Existe, sin embargo, entre el trabajo del hombre y el de los animales de las demás especies,*

é a origem de toda a produtividade bem como a expressão da própria humanidade do homem.

Se a seguinte frase de Locke, “*O labor de nosso corpo e o trabalho de nossas mãos*”, foi, conforme H. Arendt, reminiscência da antiga distinção lingüística entre os artífices e aqueles que, como escravos e animais domésticos, atendem com o corpo às necessidades da vida<sup>16</sup>; pode-se dizer que, na Era Moderna, conforme esta autora, o corpo (o labor) e as mãos (o trabalho), agora unidos sob a primazia do segundo, obram em prol das necessidades vitais do homem e do seu bem estar.

Com esta breve exposição das idéias de Hannah Arendt procurei esboçar, em linhas gerais, o panorama no qual se situa a *concepção de trabalho na era moderna, e que, de alguma forma, se manifesta no movimento operário internacional e nacional, nas percepções das militâncias operárias que abordam o corpo no processo produtivo da época, ainda que através de um discurso não tão bem articulado*. Aqui é preciso mencionar o fato de haver contatos entre o movimento operário local e internacional, mesmo que este primeiro abrigasse de forma diluída e fragmentada muitas dessas idéias expostas e outras de fundo moderno.

---

*una diferencia enorme: el trabajo de los animales es rutinario, porque su inteligencia es rutinaria; el hombre, al contrario, es esencialmente progresivo, porque su inteligencia es en el más alto grado progresiva. [...] Las hormigas, las abejas, los castores y otros animales que viven en república, hacen hoy, precisamente, lo que han hecho hace tres mil años, lo que prueba que no hay progreso. [...] Lo que todas las otras especies de animales, tomadas en conjunto, no han podido hacer, lo hizo el hombre solo. Ha transformado realmente una gran parte de la superficie del globo; ha hecho de él un lugar favorable a la existencia, a la civilización humana. Ha dominado y vencido a la naturaleza. Há transformado esse enemigo, esse déspota al principio tan terrible, en un servidor útil, o al menos, en un aliado tan poderoso como fiel.” BAKUNIN, Mikhail **Obras Completas**. Madrid: La Piqueta, 1979. v.3, p. 220-222.*

Concordando com Sílvia Petersen, *havia* [na sociedade brasileira] *condições objetivas para que o operariado, por um lado, procurasse formas de organização e defesa contra este meio social hostil e excludente e, por outro, mantivesse relações muito próximas com a problemática europeia, a qual fornecia o suporte ideológico para sua organização e ação.*<sup>17</sup>

Depois então de ter caracterizado os eixos da concepção moderna de trabalho, a seguir procurarei analisar alguns aspectos do processo de industrialização do Rio Grande do Sul, da organização da produção e das condições de trabalho que nele se constituíram e que, em alguma medida, expressam essa concepção.

**Como veremos, é nesse marco que o corpo operário se converte não só um objeto de dominação por parte do capital, tema que tem sido abordado na historiografia, mas também em uma arma de luta operária e, em grande parte, também em uma causa e em um objeto que necessita ser capacitado para a luta, o que pretendo demonstrar nessa tese.**

## **1.2. A industrialização no Rio Grande do Sul: a organização da produção e as condições de trabalho.**

A primazia no desenvolvimento industrial brasileiro coube, como se sabe, a estados da região sudeste, São Paulo e Rio de Janeiro, mas estes foram acompanhados de perto, pelo Rio Grande do Sul.<sup>18</sup> Este último estado,

---

<sup>16</sup> - ARENDT, H. *A condição ...* 1995, op. cit. p. 90.

<sup>17</sup> - PETERSEN, Sílvia. *Origens do 1º de maio no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1981, p. 17.

<sup>18</sup> - A bibliografia sobre os primórdios da industrialização no Brasil é extensa. Dentre esta citam-se aquelas obras que já se configuraram como clássicas: CANO, Wilson. *Raízes da*

embora eminentemente agro-pastoril, passou a desenvolver seu parque industrial a partir da segunda metade do séc. XIX, chegando a figurar no início do séc. XX em terceiro lugar no Censo Industrial do Brasil de 1907.<sup>19</sup>

**A industrialização que ocorria no Rio Grande do Sul, no entanto, se construía sobre outras bases e apresentava características igualmente diferentes da que se desenvolvia na região sudeste, que também se configurava à época, conforme aponta este citado censo, como o principal pólo industrial do Brasil.**

Enquanto no sudeste a industrialização era fruto do capital oriundo do setor agro-exportador (café) e se caracterizava por grandes e médios estabelecimentos, de média e alta tecnologia e capital investido, e que produziam para o mercado nacional, no Rio Grande do Sul ela se constituía basicamente a partir do capital comercial originado na área do chamado complexo colonial imigrante e se caracterizava por pequenos e médios estabelecimentos de mediana à baixa tecnologia e capital investido e se dirigia para o mercado nacional e regional, sendo que de forma predominante para este último.<sup>20</sup>

---

**concentração industrial em São Paulo.** São Paulo: Difel, 1977; DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**; São Paulo: Difel, 1971; SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.** São Paulo: Alfa-ômega, 1976; SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana.** São Paulo: Nacional, USP, 1968; HARDMAN, Foot. & LEONARDI, V. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte.** São Paulo: Ática, 1982.

<sup>19</sup> - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO: Diretoria Geral de Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil (1908-1912).** Rio de Janeiro: Typografia de Estatística, 1917. V.2.

<sup>20</sup> - A este respeito ver: PESAVENTO, Sandra. **República Velha Gaúcha – charqueadas - frigoríficos - criadores.** Porto Alegre: Movimento, 1980; PESAVENTO, S. **A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho. (RS 1889-1930).** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988, p. 62-68; REICHEL, Heloísa Jochims. “A industrialização no Rio Grande do Sul na República Velha”. In: DACANAL, GONZAGA (org.) **RS: economia e política.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993, p.255-275.

Outros fatores também contribuíram para a industrialização do Rio Grande do Sul: a presença da imigração européia, com a introdução de certas técnicas industriais (artesanais) e/ou de capitais, a configuração da economia gaúcha como tradicional fornecedora de alimentos e matérias primas para o mercado nacional, e a política de incentivo fiscal à industrialização adotada pelo governo do estado devido a longa permanência no mesmo do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) que, em função de sua ideologia inspiradora, o positivismo, acreditava ter o estado o dever de proporcionar o progresso harmônico de todas as atividades econômicas - não só, então, daquela que era a predominante, a agropecuária.

A fim de ilustrar o contorno da industrialização que ocorria no estado, observo que no censo de 1920, mandado executar pelo Ministério da Agricultura e Indústria, o Rio Grande do Sul ocupava, quanto ao número de estabelecimentos, o segundo lugar, mas o terceiro quanto ao capital, o valor da produção e ao número de operários empregados, dados todos estes que indicam que a indústria no Rio Grande do Sul abrigava pequenas e médias unidades produtivas com baixo e médio volume de capital investido e número de operários, o que permite também concluir que, via de regra, ela não possuía um elevado nível tecnológico.

ESTADO	Nº de Estabelecimentos	Nº de operários	Capital empregado	Valor de Produção
Distrito Federal	1.451	56.229	441.669	666.275
Minas Gerais	1.243	18.552	89.775	172.060
Rio de Janeiro	454	16.794	126.206	184.161
Rio Grande do Sul	1.773	24.661	250.689	353.749
São Paulo	4.145	83.998	537.817	986.110
Demais estados	4.180	75.278	369.000	626.821
TOTAL	13.336	275.512	1.815.156	2.989.176

**FONTE: Recenseamento do Brasil 1920: indústria. Rio de Janeiro, IBGE, 1927.**

Destaco, contudo, que tais dados quantitativos apresentados devem ser tomados como indicadores de tendências, já que são muito díspares os números apresentados, por exemplo, pelas estatísticas nacionais como a exposta e as realizadas pelo governo do estado do Rio Grande do Sul. Ilustrando isso, transcrevo abaixo dados levantados pela Repartição de Estatística do estado que apontam para números bem mais elevados com relação à quantidade de indústrias existentes no Rio Grande do Sul.

ANO	Nº de indústrias	Nº de operários
1908	314	15.426
1915	2.782	29.617
1916	9.477	38.488
1917	11.787	52.444
1918	12.770	59.680

FONTE: Repartição de Estatística do estado do Rio Grande do Sul. Relatórios apresentados ao Ex. Sr. Dr. Protásio Alves / Secretaria do Estado dos Negócios do Interior e Exterior – pelos Diretores Interinos: Nathaniel Cunha (1908-1918) e Artur Candal (1919).

**Considerando que a seguir apresentarei um panorama resumido dos contornos da industrialização no Rio Grande do Sul, remeto o leitor para o Anexo 1, onde se encontram reunidos vários dados obtidos sobre datas de fundação de importantes fábricas do estado, características gerais destes espaços e dos processos de produção, o número de operários nelas existentes, dentre outros aspectos.**

A industrialização do Rio Grande do Sul localiza-se, na época, em dois pólos produtores principais, com feições bastante distintas entre si: um formado pelos estabelecimentos situados em Rio Grande e Pelotas e outro composto pelas unidades localizadas em Porto Alegre, Caxias do Sul e Vale do Rio dos Sinos.<sup>21</sup>

Torna-se necessário aqui uma pequena análise de cada um destes pólos, visando explicitar a heterogeneidade característica da industrialização gaúcha, no intuito de se considerar mais cautelosamente os traços gerais aqui expostos da industrialização no estado.

**O primeiro pólo mencionado, apesar da proximidade geográfica das unidades que o compunham, não era constituído de unidades**

---

<sup>21</sup> - SINGER, P. *Desenvolvimento Econômico...* 1968, p. 171-177; REICHEL, H. "A industrialização... In: *RS: economia ...* 1993, p. 255-262.

industriais homogêneas. Em Rio Grande, a indústria majoritariamente existente se coloca como a mais legítima exceção à regra nesta caracterização geral dos contornos da industrialização gaúcha, pois ela se fundamenta na grande indústria. A industrialização que ali se desenvolvia estava marcada eminentemente pela presença de grandes estabelecimentos industriais com significativo capital investido, muitas vezes até com participação de capital estrangeiro (como na Cia. União Fabril, Poock, Ítalo-Brasileira e Leal Santos).

Caracterizava-se, também, por índices de emprego de mão de obra e de nível de qualificação tecnológica muito acima da média gaúcha, bem como pela pouca diversificação de ramos industriais (tecelagem, charutos e conservas alimentícias), fato este decorrente destas grandes indústrias se voltarem para o mercado nacional através de poucos produtos, mormente aqueles em que sua competitividade já estava estabelecida.<sup>22</sup> Destaco, em especial, a indústria têxtil desta região, que era altamente qualificada no aspecto tecnológico e que já empregava de forma expressiva a mão de obra feminina e infantil e, dentre estas a Companhia União Fabril, fundada por Carlos Guilherme Rheingantz em 1873. Esta companhia têxtil, que instalou a primeira fábrica do estado em 1874, contava – em 1896 – com 3 unidades fabris (lanifício, cotofício e aniagem), num total de 900 operários, além de 100 costureiras que trabalhavam à domicílio. Boa parte de sua produção se voltava para o mercado nacional, sendo que dois terços da mesma era exportada para o Rio de Janeiro.<sup>23</sup> Já o que se pode chamar de “modelo” industrial minoritário existente em Rio Grande tinha feições um tanto opostas a esse, ou seja, comportava estabelecimentos

---

<sup>22</sup> - LONER, A. Beatriz. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1937)*. Pelotas, Universidade Federal de Pelotas: Ed. Universitária, Unitrabalho, 2001, p. 44-50.

<sup>23</sup> - SINGER, P. *Desenvolvimento econômico...* 1968, p. 171-172.

de pequeno porte e com uma produção de cunho artesanal, constituída por artigos voltados para o abastecimento do mercado local.<sup>24</sup>

No caso da região de Pelotas, a segunda localidade que compunha este primeiro pólo, o que se verificava era uma estrutura de industrialização um pouco mais equilibrada no que se refere a quantificação existente entre indústrias de grande porte e tecnologia avançada (para a época) e pequenas unidades de caráter artesanal, ainda que com vantagem para as primeiras. Observo, contudo, que tal como os grandes estabelecimentos de Rio Grande, estas unidades produtivas maiores de Pelotas trabalhavam voltadas para o mercado nacional, sendo que, em grande parte, beneficiando os produtos derivados de uma outra importante atividade produtiva da região, a pecuária. Já as unidades de pequeno porte desta localidade tinham como alvo o mercado regional e, assim sendo, acabavam por produzir os mais diferentes tipos de produtos, a partir de matérias primas muito variadas. Havia então, convivendo nesta localidade, conforme o que demonstra a historiografia e os dados coletados, tanto um expressivo número de indústrias transitando para um modelo de grande porte e tecnologia avançada para a época, que beneficiam produtos derivados da pecuária, visando o mercado nacional, como vários estabelecimentos de pequeno porte, com feições artesanais que produziam direcionados para o mercado regional.<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> - SILVA, Ma. Amélia G. da. **Mulheres operárias em Pelotas e Rio Grande (1890-1920)**. Porto Alegre: IFCH/PUCRS. Dissertação de Mestrado, 1998. Reprodução Xerográfica, 1998, p. 31-35.

<sup>25</sup> - Ver a este respeito os dados constantes no Anexo 1 para a região de Pelotas e as obras de LONER, B. **Construção da classe...** 2001, p. 44-54 e SILVA, Ma. **Mulheres operárias em...** 1998, p.31-35.

Já o segundo pólo industrial do estado - composto por Porto Alegre, Caxias do Sul e Vale do Rio dos Sinos - apresentava, além de uma certa similitude com Pelotas, no caso este acento no caráter artesanal de considerável número de suas unidades, um núcleo mais numeroso de estabelecimentos, embora menores e com maior diversificação industrial, fato decorrente destas indústrias buscarem primeiramente atender às múltiplas necessidades de consumo da população da zona colonial. É somente após ter consolidado a sua posição no mercado consumidor regional que este pólo industrial se lançou em busca do mercado nacional.<sup>26</sup>

No documento “Dados estatísticos sobre o município de Porto Alegre”, organizado pelo escriturário Olympio A. Lima no ano de 1912<sup>27</sup>, a caracterização de unidades de cunho artesanal para a Capital e de sua diversificação nos ramos de produção ficam bem evidentes. Neste documento, quase se equiparam o número de oficinas (149) com os de fábricas (154). Como oficinas são citadas as de: cartonagem, esculturas, fundição, gravador, carpinteiro, ferreiro, sapateiro, alfaiate, litógrafo, mecânica e serraria. Já como fábricas, as de: armação de selins, águas minerais, beneficiamento de fumo, arroz e banha; barricas, balanças, biscoitos, colchas, cervejas, calçados, chapéus, charutos corda, creolina, camas de ferro, carros, café (beneficiar), coletes, caronas (sic), doces, escovas, gravatas, gasosas, instrumentos de corda, louças de barro, licores, luvas, latas, molduras, massas, mosaicos,

---

<sup>26</sup> - REICHEL, H. “A industrialização... In: **RS: economia ...** 1993, p. 262; SINGER, P. **Desenvolvimento econômico...** 1968, p. 171-172.

<sup>27</sup> - **Dados Estatísticos sobre o município de Porto Alegre. Olympio de Azevedo Lima.** (org.). Porto Alegre: Livraria do Comércio, 1912.

malas, móveis, obras de vime, prego, sabão, salame, sabonetes, vassouras e vidros.

Considerando esta breve explanação das características da industrialização que se implantava no estado nas primeiras décadas da república, conclui-se que havia localmente, então, a coexistência de dois “tipos” básicos de espaços de produção, bem como, conseqüentemente, de dois “tipos” de operários fabris, os artesãos “das oficinas” e os operários “das fábricas”. É relevante nesta perspectiva ainda mencionar que, em alguns casos, conjugavam-se, em um mesmo espaço, o trabalho de cunho artesanal e o trabalho altamente mecanizado. Assim, a partir de dados obtidos em documentos oficiais e não oficiais<sup>28</sup> observei que, mesmo aquelas unidades produtivas com significativo nível tecnológico para época, como a Leal, Santos & Cia. (de Rio Grande), H. Ritter & Filhos e Neugebauer Irmãos (de Porto Alegre) e F.C. Lang & Cia. (de Pelotas), faziam uso de oficinas, já que junto a estas e outras fábricas funcionavam marcenarias, serralherias, funilarias<sup>29</sup>, litografias, tipografias, etc. Elas eram as responsáveis, na maior parte das vezes, por confeccionar os invólucros e caixas de armazenagem dos produtos fabricados<sup>30</sup>. Observo ainda, nesta linha, que o operário “envergador” da fábrica de móveis de Walter Gerdau, claramente conjugava sua atividade de

---

<sup>28</sup> - A saber: **Relatório apresentado ao Ex. Sr. Dr. Protásio Alves / Secretaria do estado dos Negócios do Interior e Exterior – pelo Diretor Interino Nathaniel Cunha (1916)**. S.n.t. ; **O Rio Grande do Sul industrial**. Porto Alegre: Echenique, 1907; **Os Estados Unidos do Brasil: sua história, seu povo, comércio, indústria e recursos**. Londres, Buenos Aires, Rio de Janeiro e São Paulo: The South American Intelligence Co., 1919.

<sup>29</sup> - Conforme também anúncio no jornal operário A DEMOCRACIA (Porto Alegre, 28/02/1907, p. 4) sobre a existência de 2 vagas de funileiros, “com prática para soldar”, na oficina de funilaria da Fábrica de doces Neugebauer.

<sup>30</sup> - Ver Anexo 1

feição artesanal, com o maquinário, ou seja, realizava um trabalho de cunho artesanal diretamente vinculado a uma produção altamente mecanizada.<sup>31</sup>

Obviamente que esta breve apresentação feita fornece, em seu esquematismo, um quadro um tanto estático da industrialização gaúcha que esconde, por sua vez, as dinâmicas internas que acompanham o processo de desenvolvimento da indústria regional. É preciso reconhecer que nesse processo havia, ainda que situações de estagnação – pequenas e grandes indústrias vivendo prolongados processos de paralisação –, um rumo que se delineava, principalmente a partir do início do século XX, e que era o da instituição do sistema de fábrica. Ou seja, as oficinas, paulatinamente, vinham sendo substituídas ou numericamente superadas pelas fábricas.

Nos estabelecimentos industriais de pequeno porte, as oficinas, como se pode deduzir considerando o caráter artesanal mencionado de sua produção, o capital não havia ainda implementado uma significativa divisão técnica do trabalho. Lá, por não existirem máquinas, ou por serem estas muito simples e/ou poucas, o operário ainda detinha o conhecimento de todo -ou quase todo-, o processo produtivo, o que também significa que o seu corpo conservava o domínio de técnicas<sup>32</sup> que compreendiam boa parte deste processo. Observa-se, igualmente, que devido a esta ausência de maquinários, o operário era

---

<sup>31</sup> - Ver “*Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito, apresentado ao Intendente José Montauray de Aguiar Leitão em 1918*”. s.n.t.

<sup>32</sup> - Entende-se ‘*técnica*’ como toda a ação humana levada a cabo a partir da inter-relação de elementos como matéria, gestos, energia, objetos e conhecimentos. Ver: LEMONNIER, P. “The study of Material Culture Today: Toward an Anthropology of Technical Systems”. *Journal of Anthropological Archaeology*, n. 5, 1986, p.4-6.

ainda bastante “livre” no âmbito da produção, pois o seu ritmo de trabalho ainda provinha, significativamente, do ritmo laboral “natural” de seu corpo e não daquele imposto pela máquina criada pelo capitalista para melhor dominar e controlar o operário.<sup>33</sup> Uma das poucas “pressões” que se pode apontar como atuando nestes estabelecimentos, quando não a única, era aquela proveniente da disciplina ali imposta pelo patrão ou por alguns raros indivíduos com cargos de chefia, tendo em vista a qualidade da produção e a noção que o patrão começava a possuir de “*tempo útil*”, isto é, de que todo o tempo de trabalho do operário (sua jornada laboral) deve ser transformado em mercadorias.<sup>34</sup>

Nos estabelecimentos de grande porte, as fábricas, a realidade já era bem diferente, o que não é algo inusitado tendo em vista serem estas um fruto mais elaborado da intenção e ação do capitalista para obter maior domínio sobre a produção (da matéria-prima, da quantidade e qualidade da mercadoria produzida, etc.) e controle do operariado.<sup>35</sup>

---

<sup>33</sup> - Esta assertiva e a do parágrafo anterior é feita com base nas análises de Fábio Erbet e Michelle Perrot, dentre outros, que afirmam ser a tecnologia capitalista – no caso as máquinas – uma forma de controle do operário no processo capitalista de produção e isto a partir de elementos como o acima mencionado. Confira a respeito: PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p.24 e ERBER, Fábio S. “A importância do estudo e do processo de trabalho: uma introdução”. In: TRONTI, Mário et al. **Processo de trabalho e estratégia de classe**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. iii.

<sup>34</sup> - THOMPSON, E. P. **Tradicón, revuelta y conciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. Barcelona: Editorial Crítica, 1984, p. 239-295

<sup>35</sup> - A este respeito ver DECCA, Edgar de. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 1998; FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: 1999, p.117-192; THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária Inglesa. A árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.1.; PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 17-49; 53-80, entre outros.

Uma destas formas de controle se dava através da adoção, no espaço fabril, de uma fiscalização do tipo “panoptismo benthaminiano”<sup>36</sup>, situação em que um pequeno grupo de indivíduos, os mestres e contra-mestres - os “olheiros” do capital -, tinham a tarefa de vigiar e de eliminar, fazendo uso de regulamentos punitivos e das máquinas, possíveis porosidades na produção, disciplinando e tornando, assim, o tempo (ao punir a ociosidade / o não-trabalho) e o corpo do operário (ao suprimir gestos e comportamentos supérfluos) mais produtivos para o patrão.<sup>37</sup> Como se observa, a idéia de “tempo útil”, através deste novo mecanismo de coerção, impunha-se com mais vigor no processo produtivo das indústrias no estado. Reforçando este controle, que futuramente poderia até substituir a vigilância dos contra-mestres, constata-se a imposição, ao operário, de sua subordinação à disciplina rítmica imposta pela máquina, mais uniforme e intensa.<sup>38</sup>

---

<sup>36</sup> - Conforme ainda observa M. Perrot: “*Em seu famoso Panopticon (1791), Jeremy Bentham, pensa resolver o problema disciplinar da prisão – e, diz ele, de todas as coletividades onde existem problemas de fiscalização – ‘por um simples projeto arquitetônico’: do seu pavilhão situado no centro de um círculo, o inspetor ‘vê sem ser visto’ os detentos, cujas celas com grades simples e abertas à sua vista distribuem-se ao redor’. Só o seu olhar, e a consciência que os presos dele têm, bastam para fazer com que reine a ordem*” (PERROT, M. **Os excluídos...** 1992, p.56) (grifo no original). Segundo ainda Perrot: “*A visibilidade e a vigilância também são princípios da disciplina nas fábricas. Eles correspondem a um tecnologia simples, fundada mais nos instrumentos do que nas máquinas. O trabalho manual predomina, com uma intensa divisão do trabalho.*” (PERROT, M. 1992, op. cit. p.56). Mais informações a respeito desta forma de controle presente no espaço fabril ver também FOUCAULT, M. **Vigiar e punir...** 1999, p. 162-187.

<sup>37</sup> - THOMPSON, E. **Tradicón, revuelta...** 1979, p. 239-295. Sobre esta forma de disciplinarização fabril ver também FOUCAULT, M. 1999, op. cit, p. 162-192. e PERROT, M. **Os excluídos...** 1992, p. 66 – 71. Em Pelotas e Rio Grande este processo de disciplinarização fabril é claramente visível na Cia. União Fabril (Rheingantz), no estabelecimento do Srs. Júlio Silva & C. e na fábrica de tecidos Ítalo-Brasileira (ECHO OPERÁRIO, Rio Grande: 26/09/1897, p.2; 24/09/1898, p.4; 18/07/1899, p.2. DEMOCRACIA SOCIAL, Pelotas: 19/11/1893, p.1,2; 17/12/1893, p.3.). Em Porto Alegre e São Leopoldo identifiquei, dentre outras, as seguintes oficinas e fábricas: Cia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense, Cia Fabril Porto-Alegrense, Cervejaria Ritter & Filhos, Casa Alberto Bins, fábrica de fósforos Sul Rio Grandense. (A LUTA, Porto Alegre: 15/11/1906, p.3; 15/12/1906, p.2; 19/07/1908, p.2; 16/01/1909, p.4; 01/07/1910, p.2. AVANTE, Porto Alegre, 24/06/1908, p.3).

<sup>38</sup> - Conforme Michelle Perrot: “*A máquina é uma arma de guerra dirigida contra [...] os operários de ofício. O que está em jogo não é apenas [a diminuição do emprego da força de trabalho] e sim o controle: o controle das matérias primas [...] o controle dos produtos [...] o*

Explícito a este respeito é o que informa o livreto “*O Rio Grande Industrial*”, em 1907, sobre a olaria Berto Cyrilo localizada no Vale dos Sinos. Segundo este livreto, lá havia sido implantado um novo forno que “*ofere[cia] a vantagem de permitir que cada operário executasse diariamente a mesma quantidade de trabalho*”.<sup>39</sup> A fábrica, enfim, impunha e imprimia aos poucos, como demonstrou Edward P. Thompson para a Inglaterra, uma mudança no corpo e na percepção do tempo - que deviam agora ser mais produtivos - de quem ali trabalhava.<sup>40</sup> Apesar de não responder qual a medida de interiorização pelos operários deste processo de disciplinarização fabril em implantação no estado, é indicativo de alguns dos efeitos sobre eles o fato de serem publicados em 1907 no jornal operário A DEMOCRACIA vários anúncios de venda de um ícone e instrumento de controle do capital: o relógio moderno.

---

**controle dos ritmos e dos homens. A máquina é um instrumento de disciplina cujos efeitos precisam ser vistos concretamente:** *materialmente no espaço remodelado da fábrica e no emprego do tempo, fisicamente ao nível do corpo do trabalhador, de que a história tradicional das técnicas nos fala tão pouco.*” Ver PERROT, M. **Os excluídos...** 1992, p. 24. (Grifo meu). Conforme ainda Hannah Arendt: “*O labor [...] requer, para melhores resultados, uma execução ritmicamente ordenada e, quando muitos operários se reúnem, exige uma coordenação rítmica de todos os movimentos individuais. Neste movimento, os instrumentos perdem seu caráter instrumental, e desaparece a clara distinção entre o homem e seus utensílios. O que preside o processo de labor e todos os processos de trabalho executados à maneira do labor não é o esforço intencional do homem nem o produto que ele possa desejar, mas o próprio movimento do processo e o ritmo que este impõe aos operários. Os utensílios do labor aderem a este ritmo até que o corpo e o instrumento passam a agitar-se no mesmo movimento repetitivo, isto é, até que, no uso das máquinas – que, entre todos os utensílios, melhor se adaptam à ‘performance’ do animal laborans – já não é o movimento do corpo que determina o movimento do utensílio, mas sim o movimento da máquina que impõe os movimentos ao corpo.*” ARENDT, H. **A condição ...** 2001, p.158-159 (grifo no original).

<sup>39</sup> - Este livreto publicado em Porto Alegre no ano de 1907 pela editora Echenique e de distribuição gratuita, tinha por objetivo fazer propaganda das indústrias e produtos rio-grandenses nas exposições industriais realizadas fora do estado, conforme consta no frontispício da citada publicação.

<sup>40</sup> - Ver: THOMPSON, E. P. **Tradición, revuelta...**, 1984, p. 239-295. e THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária Inglesa. A maldição de Adão.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.71-177.

Além dos de bolso<sup>41</sup> eram anunciados relógios despertadores<sup>42</sup>, tidos como “*próprio[s] para trabalhadores*”.<sup>43</sup>

É pertinente aqui mencionar, a respeito desta noção de *tempo útil* que vinha sendo cada vez mais imposta ao operariado pelo capitalista, principalmente no “estágio” da industrialização que se desenvolvia no Rio Grande do Sul, que ela significava a implantação de ritmos de vida e de trabalho cada vez mais rápidos, bem como de uma percepção de tempo que pressupunha o banimento total de qualquer forma ociosa – não produtiva - de vivência do mesmo. Como é fácil perceber, este efeito da ordem capitalista de produção acabava por se transformar também em um elemento que o re-alimentava.

Retornando ao espaço da fábrica, observo que a mecanização característica destes locais trazia outros processos correlatos que repercutiam também no controle do operário e na conformação de seu corpo. Em primeiro lugar, inaugurava a superioridade da máquina sobre o homem, onde este último era constantemente substituído ou dominado por ela. Em segundo lugar, fundava uma disjunção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual no interior do processo produtivo, do qual surgia, além de uma massa operária que executava tarefas mais simples junto ou não aos maquinários, um corpo de

---

<sup>41</sup> - A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 24/03/1907, p.4; 07/04/1907, p.3; 14/04/07, p.4 e 21/04/1907, p.4.

<sup>42</sup> - Em A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 14/02/1907, p.4 e 28/02/1907, p.4.

<sup>43</sup> - Conforme anúncio, a casa *A Meridiana* havia recebido “*bonito sortimento de relógios despertadores por preços baratíssimos, qualidade garantida, próprio para trabalhadores*.”. (A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 14/02/1907, p.4).

técnicos responsáveis por relegar a estes primeiros às tarefas manuais e de execução.<sup>44</sup>

No primeiro destes casos, observei, como conseqüência, uma recusa pelo operariado desta superioridade da máquina.<sup>45</sup> Já no segundo caso verifica-se a criação de um novo tipo de operário que domina saberes e técnicas mais simples, o que o leva a “adquirir” um corpo relativamente desnudo frente aos conhecimentos que operário-artesão domina, como, por outro lado, um tipo de operário mais especializado, o técnico<sup>46</sup>, que controla conhecimentos e técnicas mais sofisticadas, e o qual, inicialmente, era ainda raro no estado, devido exatamente as máquinas serem uma inovação, fato que levou alguns industrialistas a importá-los da Europa junto com os maquinários.<sup>47</sup>

As máquinas, além disso, propiciavam, através da divisão e simplificação das tarefas fabris e conseqüente desvalorização desta função e salários, a presença significativa da criança e da mulher nestes novos locais de trabalho. Observo, nesta perspectiva, que no ano de 1916, em duas importantes indústrias têxteis de Porto Alegre, na *Companhia Fiação e Tecidos*

---

<sup>44</sup> - ERBER, Fábio S. “A importância do ...”. In: TRONTI, Mário et al. **Processo de...** 1982, p. iii; PERROT, M. **Os excluídos...** 1992, p. 24.

<sup>45</sup> - Ver, por exemplo, O PROLETÁRIO, Porto Alegre, 02/08/1896, p.2.

<sup>46</sup> - Não desconheço a literatura que observa que este tipo de operário pode se auto excluir da classe operária a partir do momento em que passa a defender, devido a sua posição ambígua no modo de produção - por se encontrar numa posição de supervisão fabril -, posicionamentos políticos e ideológicos afins com os interesses do capital. Ver POULANTZAS, Nicos. “As classes sociais”. **Estudos Cebrap**. São Paulo: Ed. Brasileira de Ciências, 1973, n.3. p.5-39.

<sup>47</sup> - A historiografia local é farta em exemplos de empresas, que ao importarem suas máquinas traziam, com elas os técnicos, já que no estado eles eram inicialmente inexistentes. Ver, por exemplo, PESAVENTO, S. **A burguesia...**, 1988, p. 33, 35-36.

*Porto-Alegrense* e na *Companhia Fabril Porto Alegrense* (altamente mecanizadas), o número de operárias era bem elevado e que estas recebiam um pouco mais que a metade do salário pago aos homens. Na primeira fábrica havia o total de 300 operários, sendo 160 homens e 140 mulheres, e o salário médio diário era de 7\$000 para eles e de 4\$000 para elas. Já na segunda existiam 200 operários, 140 homens e 60 mulheres, e o salário médio diário era o mesmo pago na Cia. Fiação e Tecidos Porto-Alegrense para homens e mulheres<sup>48</sup>. A mão de obra infantil, por sua vez, era geralmente encontrada, tal qual a feminina, nos setores fabris mais mecanizados, como na indústria têxtil, do vestuário (roupas brancas, espartilhos e gravatas) e na de alimentos. Além das duas fábricas têxteis da capital citadas, a mão de obra infantil também foi vista sendo significativamente utilizada na Companhia União Fabril de Rio Grande e na fábrica de roupas brancas, espartilhos e gravatas de Francisco Tanhauser (Porto Alegre).<sup>49</sup> Faço notar, ainda, com relação a esta última mão de obra, que a duração da sua jornada de trabalho não diferia da dos adultos<sup>50</sup> e que seus salários eram equivalentes ou inferiores aos femininos<sup>51</sup>.

---

<sup>48</sup> - Conforme *Relatório ao Ex. Sr. Dr. Protásio Alves / Secretaria do estado dos Negócios do Interior e Exterior – pelo Diretor Interino Nathaniel Cunha (1916)*, op. cit..

<sup>49</sup> - Ver anexo 1. Outros exemplos do uso desta mão de obra em outros “tipos” de fábricas do período são relatados por: SILVA, Maria Amélia G. da. *Mulheres operárias em Pelotas e Rio Grande (1890-1920)*. Porto Alegre: IFCH/PUCRS. Dissertação de Mestrado, 1998, Reprodução Xerográfica, p. 38-54 e por PESAVENTO, S. *A burguesia...* 1998, p.53-54.

<sup>50</sup> - Ver, a este respeito, por exemplo, notícia constante n’ A LUTA (Porto Alegre, 19/07/1908, p.2) sobre esta indistinção na Fundação Alberto Bins.

<sup>51</sup> - Isto é perfeitamente visível não só nas práticas dos industrialistas, como em matérias identificadas na imprensa operária e comercial do estado. Ver, para as práticas dos empresários, os Relatórios de Governo (Sub-Intendência do 4º distrito) e o da indústria Abramo Eberle, constantes em FAGUNDES, L. K. et al. *Memória da indústria gaúcha (1899-1930)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS / FEE, 1987, p. 133-143. Para a imprensa comercial, os dados que constam no CORREIO DO POVO, de 30/06/1911, p.1, e para a imprensa operária, os seguintes periódicos: A LUTA, 15/12/1906, p.2; A DEMOCRACIA, Porto Alegre: 30/12/1906, p. 3,4; 06/01/1907, p.3; 24/03/1907, p.2.

Fragmentos de dois artigos publicados na imprensa da época - comercial e operária - são ilustrativos desta significativa presença e da forma de exploração da criança e da mulher nas fábricas gaúchas:

Publica o CORREIO DO POVO:

Circunstâncias de origem doméstica haviam nos impelido a uma caminhada aos Navegantes, antes de romper do dia. Foi, isto, numa dessas últimas madrugadas siberianas com que junho impõe que nos recordemos dele.

.....  
Regressamos às 6 ½ da manhã. Tiritávamos. [...] Viemos transitando por uma quantas daquelas estradas dos Navegantes, incompletas e margeadas de longe em longe, por edifícios baixos, de modesta construção, e às quais houve quem desse a vaidosa denominação de avenidas de cidades grandiosas. Pouco antes, ali denominava a solidão; havia, envolta na meia-treva da madrugada tardia, algo de pavoroso no silêncio que o viandante quebrava, de leve, com o ruído dos seus passos, sobre o caminho mecadamisado. Na volta, seguiam, pelas mesmas avenidas que trilhávamos homens, mulheres e crianças, quase todos apressados, quem sabe si para reagir contra a gelidez da temperatura, embuçados, - uns, em capotes e ponchos, outros em xales, ou mantas - ou somente com a cabeça, abrigada por ( ilegível) lenços ou xalinhos de maina, de algodão ou ( ilegível) sob os queixos. Eram operários, em marcha para o trabalho nas oficinas. Ver adultos em caminho para o labor, embora sob a constante inclemência de uma manhã hibernal, não nos causou impressão estranha. Pois que o homem é de estrutura para as lutas mais fortes, a ele compete sustentar a parte mais árdua do *Struggle for life*, sabemos, por experiência própria.

Mas, ver a criança e a mulher sujeitar, em nossa terra, a cruzar iguais [sic] aquela, causou-nos a mais penosa das impressões!

.....  
Aquelas mulheres madrugadoras e aquela madrugadora criança iam para as fábricas de espartilhos, de meias, de gravatas, de tecidos, etc., mourejar, em troca de um salário. Nalgum desses estabelecimentos, o primeiro apito da máquina, chamando ao serviço o pessoal, já havia estridulado. E, por certo, muitas daquelas operárias adultas, ou não, alargavam os passos, a fim de vencer, com brevidade, a distância entre suas moradas e as fábricas onde iam laborar, pois que, se lá chegassem dois ou três minutos, que fossem, após a hora da entrada, ver-se- iam

obrigadas a perder, pelo menos, meio dia de trabalho, tendo, conseqüentemente, que voltar para a casa.

Mas, talvez havia compensação ao sacrifício que fazem, como operárias- pensará o leitor.

Sim, talvez - dissemos nós - se é compensação, aquilo, o salário que, em regra, elas recebem, e que varia de 300 a 1500 réis, por dia. Há, certo, algumas que ganham mais do que isto, pois chegam a obter um salário de 4\$ - porém, são bem poucas – umas 20, se tanto, entre as centenas de operárias de fábrica, que se encontram em Porto Alegre.

E, para que tal coisa suceda, é mister que concorram, em seu favor, diversas circunstâncias excepcionais. Mas, não é tudo. Há multas pecuniárias, nas fabricas. Se a operária conversa com outra, sem que seja assunto de serviço; se comete um erro qualquer, embora de somenos importância no trabalho; se não tolera uma indelicada admoestação, e replica – paga a falta com multas, que vão desde 200 réis a 2\$, em vários estabelecimentos.

.....  
E sofre-se a mesma impressão que isso causa, ver como vimos, por uma dessas últimas madrugadas frigidíssimas, de céu plúmbeo e forte nevoeiro, infelizes crianças – meninos e meninas – com o rosto congestionado pela friagem, ocultando as mãos sob as axilas, a bater queixo, encolhidos, tiritantes, em caminho para a fábrica, onde, se chegassem a hora que o rigor do regulamento exige, iam ganhar, no fim do dia, uns negros tostões, à laia de ordenado.

Ao reparar aquela criança parecia-nos enxergar nela, um rebanho de cordeirinhos que, colhidos pela tempestade, desavisados do instinto, fugissem para um pouso onde os esperava a tosa....<sup>52</sup>

O jornal A LUTA escreve:

Muito se há dito e escrito a respeito das condições de trabalho dos operários das fábricas desta capital, que dizem que os interessados, são as melhores e mais favoráveis possíveis.

.....  
Hoje vamos trazer para aqui algumas notas do que se passa na Companhia Fabril (Fabrica de Meias) [de Porto Alegre].

Nessa fabrica 3 quartas partes do pessoal é feminino, havendo cerca de 25 crianças de 7 a 10 anos de idade.

Os salários que tiram os operários, por semana, são insignificantes; há alguns trabalhadores ganhando, por semana, cerca de 36\$000, o que a primeira vista, é um bom ordenado, se soubermos porém que das férias de cada um descontado o preço das agulhas que emprega no trabalho, e que ás vezes chegam a pagar 10\$000 de agulhas numa semana, vemos aquele salário baixar a uma soma irrisória.

As mulheres e as crianças, como é de praxe, ganham uma diária mesquinha.<sup>53</sup>

<sup>52</sup> - CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 30/06/1911, p.1.

<sup>53</sup> - A LUTA, Porto Alegre, 15/12/1906, p 2.

Observo, contudo, que o processo de mecanização fabril relatado nem sempre abria espaço para a admissão da mão de obra feminina. Como demonstra Joan Scott em seu artigo “*A mulher trabalhadora*”<sup>54</sup> - que trata da trabalhadora europeia e norte-americana do séc. XIX -, a discriminação entre os gêneros que se faz presente na hora de alocar preferencialmente as mulheres nas citadas funções de baixa remuneração se manifesta, e de forma primeira, através de uma divisão sexual do mercado de trabalho. Comenta ela, nesta perspectiva:

[Os empregadores] desenvolviam uma diversidade de estratégias para cortar os custos laborais. Instalavam máquinas, dividiam e simplificavam tarefas nos processos de fabrico, baixavam o nível e competência (e/ou formação e prática) requerido para os seus empregados, intensificavam o ritmo e produção e reduziam os salários. Isto nem sempre significava admitir mulheres, pois havia muitos empregos considerados impróprios para elas e outros em que a resistência dos trabalhadores masculinos tornava impensável a contratação de mulheres.<sup>55</sup>

[No universo europeu e norte-americano do período] as mulheres eram associadas ao trabalho barato, mas nem todo trabalho barato era considerado apropriado para elas. Se eram consideradas aptas para trabalhar nos têxteis, na confecção, no calçado, no tabaco, na alimentação e na marroquinaria, raramente eram encontradas nas minas, na construção civil, na construção mecânica ou naval, mesmo quando havia a necessidade de mão de obra considerada ‘não qualificada’. Um delegado francês à Exposição de 1867 descreveu claramente as distinções de acordo com o sexo, os materiais e as técnicas: ‘Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos’. [...] trabalho para que eram contratadas mulheres era definido como ‘trabalho de mulher’, adequado de algum modo às suas capacidades físicas e aos seus níveis natos de produtividade. Este discurso produzia uma divisão sexual no mercado de trabalho, concentrando as mulheres em alguns empregos e não em outros, colocando-as

---

<sup>54</sup> - SCOTT, Joan. “A mulher trabalhadora”. In: FRAISSE, G. & PERROT, M. (org.) ***História das mulheres no ocidente. Século XIX***. Porto: Edições Afrontamento Ltda.1991. V. 4, p. 442-475.

<sup>55</sup> - SCOTT, J. “A mulher ...”. In: FRAISSE, G. & PERROT, M. (org.) ***História das ...***1991, p.460.

sempre na base de qualquer hierarquia ocupacional e estabelecendo os seus salários abaixo do nível básico de subsistência.<sup>56</sup>

Scott explica alguns contornos desta divisão sexual do mercado de trabalho através de certas continuidades históricas daquilo que é considerado como trabalho feminino. Se no século XVIII as tarefas de agulha eram sinônimo de trabalho de mulher (como o da costureira), no século XIX, mesmo em um novo contexto - a industrialização - elas continuarão na órbita feminina. Esta tradição nas “tarefas de agulha” tornava possível a presença da mulher nas indústrias têxteis, de vestuário e calçados (após a introdução de fios – e o fim do uso de tachas – na confecção).

Além disso, tarefas que requeriam dedos delicados e ágeis, paciência e perseverança eram também considerados como da “natureza feminina”. Daí a presença da mulher em indústrias alimentícias e de bebidas.<sup>57</sup> Também, conforme Scott, embora o trabalho feminino fosse mal remunerado, nem todo era desqualificado. Pode-se, neste sentido, ser ainda mais radical na análise e questionar se havia, de fato, esta não-qualificação do trabalho feminino<sup>58</sup>, e isso mesmo em fábricas altamente mecanizadas, já que, como afirma Danièle Kergoat, a aparente não-qualificação feminina, as tarefas manuais simples que

---

<sup>56</sup> - SCOTT, J. 1991, op. cit. p. 453-454.

<sup>57</sup> - SCOTT, J. 1991, op. cit. p. 450, 460-461.

<sup>58</sup> - Aqui acompanho uma bibliografia que relativiza e até, em alguns casos, invalida as compreensões de época e tendências historiográficas que entendem ser o trabalho da mulher operária pouco qualificado. Menciono como exemplos os trabalhos de: KERGOAT, Daniele. **Les ouvrières**. Paris: Le Sycomore, 1982; LE DOARÉ, Hélène. “Divisão sexual e divisão internacional do trabalho: reflexões a partir das fábricas subcontratadas de montagem (México-Haiti)”. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, A. et al. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; RODRIGUES, Arakcy Martins. “Lugar e imagem da mulher na indústria”. In: BRUSCHINI & COSTA (org.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

a mulher pretensamente realiza graças à sua 'natureza feminina' (destreza manual, paciência etc.), são, na realidade, fruto de habilidades adquiridas pela mulher na sociedade moderna ao longo de toda uma vida associada às atividades reprodutivas: ser mãe, dona de casa, ter habilidades domésticas etc.<sup>59</sup>

O trabalho dos homens, por sua vez, segundo Scott, era associado à força muscular, velocidade e habilidade, donde claramente tido como 'natural' a presença masculina nas funções em que a força muscular era requerida, como nas minas, na construção naval, mecânica e civil; bem como o entendimento de que o trabalhador masculino era mais qualificado - ou de maior valor - que o feminino.<sup>60</sup>

Havia também a idéia – principalmente no meio operário e sindical – de ser necessário um “salário familiar” para os homens, aquele suficiente para sustentar e manter em casa mulher e filhos. A base da reivindicação deste valor de salário se encontrava no fato de aceitar “*como inevitável a maior produtividade e independência do homem, e a menor produtividade e necessária dependência da mulher em relação ao homem.*”<sup>61</sup> Assim, o salário

---

<sup>59</sup> - KERGOAT, D. **Les ouvrières**. Paris: Le Sycomore, 1982, p. 55-56.

<sup>60</sup> - SCOTT, J. “A mulher...”. In: FRAISSE, G. & PERROT, M. (org.) **História das...** 1991, p. 460.

<sup>61</sup> - SCOTT, J. 1991, op. cit. p.459.

feminino era tido sempre como suplementar, não dando conta, ou muito parcamente, da subsistência individual da mulher.<sup>62</sup>

No Rio Grande do Sul, pelo visto, não se fugiu muito ao juízo proferido por um delegado francês à grande exposição industrial de 1867: “Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos”<sup>63</sup>, fato este que parece acompanhar uma tendência geral no mundo fabril, conforme se percebe a partir de dados apresentados para o Brasil por Maria Valéria Junho Pena em seu livro “*Mulheres e trabalhadoras*”:

[No Brasil], em 1920, as mulheres compunham a maioria absoluta de operariado no têxtil, em certos ramos de confecção (camisas, roupas, chapéus para senhoras, fitas e cadarços, roupas pra homens, redes, flores artificiais, chapéus de pano e bonés, chapéus de palha, rendas e bordados), na produção de fumos, cigarros, charutos, de caixas de papelão, fósforos, perfumarias e chocolates. [...] Mecânica, metalurgia, construção civil, produção e distribuição de água, gás e eletricidade, curtume e editorial e gráfica praticamente desconheciam a presença de trabalhadoras mulheres.<sup>64</sup>

Observo que as informações que seguem devem ser tomadas como indicadoras de tendências, já que são muito incompletos – e até imprecisos - os dados encontrados na documentação. Através de um levantamento que não se pretende exaustivo, constatei no Rio Grande do Sul da época, a presença da mulher na indústria têxtil, de vestuário, calçados, cigarros e charutos, fósforos e alimentícia.<sup>65</sup> Mesmo não tendo identificado todas as tarefas

---

<sup>62</sup> - SCOTT, J. 1991, op. cit. p. 456-457, 459.

<sup>63</sup> - SCOTT, J. 1991, op. cit. p. 453.

<sup>64</sup> - PENA, Maria V. Junho. ***Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril.*** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p.140 141.

<sup>65</sup> - **Têxtil e vestuário:** Cia Fabril Porto-Alegresense; Cia Fabril Porto-Alegrense; Companhia

desempenhadas pela mulher nestas indústrias, na têxtil, do vestuário e de calçados elas foram encontradas exercendo atividades que requeriam habilidades com fios e agulhas, eram costureiras<sup>66</sup> e tecelãs<sup>67</sup>. Já na de cigarros e charutos<sup>68</sup> e de fósforos<sup>69</sup>, elas foram encontradas em funções que

---

União Fabril; Tecelagem Ítalo-Brazileira; Fábrica de Tecidos e Fiação- Oscar Schaitz e Cia; Fábrica de Chapéus Pelotense ; Companhia Fiação e Tecidos Pelotense; estabelecimentos de J. Papst & Cia, Francisco Tanhauser, F. C. Kessler & Comp. **Calçados:** Companhia Progresso Industrial; **Cigarros e Charutos:** Fábrica de charutos havanezes e nacionais Pooch & Comp.; Fábrica São Rafael; estabelecimento de H. Rodhe, **Fósforos:** Sul Rio Grandense. **Alimentícia:** Leal, Santos & Cia; Fábrica Aliança; Moinho Rio-grandense; Cervejaria Sul-Riograndense; estabelecimento de Tulio Martins de Freitas. **Perfumaria e medicamentos:** estabelecimentos de Adolpho Voight, de F.C.Lang & Cia; Estabelecimento Industrial – Pharmaceutico – Souza Soares. (Ver Anexo 1).

<sup>66</sup> - Como costureiras na indústria têxtil: Cia. Fabril Porto-Alegresense e na Companhia União Fabril (Rheingantz) de Rio Grande. (Ver: A GAZETINHA, Porto Alegre: 05/03/1896, p.4, 21/09/1898, p.2; ECHO OPERÁRIO, Rio Grande, 24/07/1898, p.4; A LUTA, Porto Alegre, 15/12/1906, p.2.). Na indústria do vestuário - roupas brancas, gravatas, espartilhos e chapéus (em várias pequenas oficinas do estado como em fábricas), ver: A GAZETINHA, Porto Alegre: 05/03/1896, p.4, 22/08/1897, p.3; CORREIO DO POVO, Porto Alegre: 24/06/1900, p.4, 05/06/1911, p.1, 12/05/1911, p.5, 30/06/1911, p.1, 28/08/1912, p.9, 01/11/1912, p.1. A DEMOCRACIA, Porto Alegre: 28/02/1907, p.2, 14/02/1907, p.2. ECHO DO POVO, Porto Alegre, 24/09/1908, p.1). Na indústria de calçados também ocupavam a função de costureiras, como se vê a partir do seguinte anúncio: “*Precisa-se de 30 montadores, 2 cortadores e de costureiros e costureiras na Fábrica de Calçados Sul Rio-Grandense, de Pedro Adams Filho. São Leopoldo*” (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 13/10/1912, p.2. Sobre o emprego da mulher como costureira na indústria de calçados ver também: A GAZETINHA, Porto Alegre, 17/10/1897, p.2, O DIÁRIO, Porto Alegre, 26/09/1911, p.5 e CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 12/04/1914, p.22. Sobre o emprego do homem como cortador, montador e acabador de sapatos nesta mencionada indústria, ver: CORREIO DO POVO, Porto Alegre: 17/02/1899, p.3 e 02/02/1901, p.1.

<sup>67</sup> - Várias foram as referências encontradas sobre o emprego de mulheres como tecelãs. Observei, contudo, a existência de homens também nesta função. Não foi possível, no entanto, saber se ambos – mulheres e homens – exerciam ou não atividades distintas. Sobre estes pontos ver: ECHO OPERÁRIO, Rio Grande, 18/09/1897, p.4; A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 13/08/1905, p.3; CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 29/03/1901, p.2; 04/07/1911, p.8. Ver também a dissertação de mestrado de Maria Amélia G. Silva intitulada **Mulheres operárias em Pelotas e Rio Grande (1890-1920)**. Porto Alegre: IFCH/PUCRS, 1998, p.143-182.

<sup>68</sup> - Na Fábrica de charutos havanezes e nacionais Pooch & Comp. (Rio Grande), a maior no gênero da época e com mão obra eminentemente feminina, todo trabalho era feito manualmente - não havia maquinismos na produção (Ver Anexo 1). Conforme também anúncio que relata a existência de vagas para “*boas cigarreiras para manufaturar os cigarros pérolas, senadores e conquistadores*” (A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 28/02/1907, p. 4). Ver ainda a exigência desta precisão manual para a função de cigarreira nCORREIO DO POVO, Porto Alegre, 12/05/1911, p.1; 12/04/1914, p.1; 17/12/1913, p.14 e O DIÁRIO, Porto Alegre, 19/05/1912. Com relação às fábricas de charutos e cigarros mais mecanizadas, que eram de menor porte e empregando menos operários, não obtive informações sobre o que faziam ali as mulheres.

<sup>69</sup> - Identifiquei como uma das tarefas das mulheres nesta fábrica o enchimento de caixas com fósforos (AVANTE, Porto Alegre, 24/06/1908, p.3). Ali elas também “*manuseavam máquinas*” (A GAZETINHA, Porto Alegre, 08/08/1897, p.1), contudo, não obtive mais informações sobre

requeriam destreza manual. Na indústria alimentícia, por sua vez, as informações mais precisas obtidas revelam que na *Fábrica Aliança* de Pelotas, as mulheres trabalhavam na 1ª seção desta fábrica, a que fazia conservas de carne, peixe, frutas e legumes. Na 2ª seção, que produzia charque e banha, só homens, pelo visto, trabalhavam<sup>70</sup>.

Embora nem sempre tenha encontrado referências diretas sobre o emprego específico de homens em determinadas áreas da produção<sup>71</sup>, observei que essa ausência de informações ocorria nos documentos quando se tratavam de ramos de atividade associadas a determinados ofícios de tradição masculina, como marcenaria, funilaria, carpintaria, estatuária, tipografia e litografia; ou a tarefas que se encontravam dentro do contorno de gênero traçado por Scott com relação ao trabalho masculino: a construção naval e mecânica (estaleiros, fundições, metalurgias, oficinas mecânicas, etc.)<sup>72</sup>. Destaco que muitos meninos já eram referidos como executando serviços que “respeitavam” esta linha demarcatória do que era tido como trabalho de homem e de mulher. Muitos eram ajudantes ou aprendizes em oficinas de tipografia, calçados e carpintaria<sup>73</sup>; trabalhavam em fundições e estaleiros, para citar alguns exemplos<sup>74</sup>.

---

qual seria o trabalho executado.

<sup>70</sup> - *O Rio Grande do Sul industrial*. Porto Alegre: Echenique, 1907. Ver dados no Anexo 1 para a referida fábrica.

<sup>71</sup> - As referências mais diretas obtidas foram em anúncios de jornais - operários ou não - que informavam sobre ofertas de trabalho. Ver, por exemplo, A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 24/01/1907, p.4; 28/02/1907, p.4. CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 29/03/1901, p.2; 04/07/1911, p.8. O DIÁRIO, Porto Alegre, 13/10/1911, p.2.

<sup>72</sup> - Ver Anexo 1.

<sup>73</sup> - Um interessante exemplo da presença de meninos em oficinas “masculinas” do período, na medida em que revelador da resistência infantil ao trabalho, é o caso narrado pelo jornal A

A mão de obra feminina era também empregada pelos empresários a fim de maximizar seus lucros (por receber menor pagamento), de forma concorrente à mão de obra masculina, e em determinadas ocasiões isto tinha ainda conseqüências sobre os rendimentos dos homens, que eram rebaixados. Apesar da existência de matérias na imprensa operária que sugerem ser esta prática uma ação generalizada, o que os dados levantados na própria imprensa operária apontam é que essa ação se dava em área da produção ou tarefa tida como compatíveis com a “natureza feminina”: na indústria têxtil<sup>75</sup> e nas atividades de costura. É ilustrativo deste caso o artigo publicado no *Echo Operário* de Rio Grande de um ressentido alfaiate, que clama pelo fim da concorrência com as costureiras e pela justeza de um salário mais alto a sua categoria profissional:

#### À classe dos alfaiates

Quem vos dirige a palavra escrita neste momento, desejaria poder fazê-lo a um por um, para assim convencer-se de que não têm nesta cidade colegas capazes de unirem-se na defesa dos direitos como lhe dizem e como lhe parece impossível.

Chegado [ilegível] a esta cidade fui surpreendido com a notícia que me deram que não há [ilegível] alfaiates associados em grêmio [ilegível] operário, e que, entretanto a nossa classe é uma das mais sacrificadas pelos preços mesquinhos que recebe pelas peças de obra já pela competência que nos fazem as costureiras a quem patrões sem escrúpulo entregam trabalhos

---

DEMOCRACIA (Porto Alegre, 13/08/1905, p.2). Conforme informava este periódico, encontrava-se empregado na oficina do jornal A FEDERAÇÃO um “menino”, “aprendiz ou ajudante”, filho do servente deste estabelecimento. Esta guri, a fim de fugir do serviço, teria passado números daquele jornal entre as frestas do assoalho para não os dobrar.

<sup>74</sup> - Conforme dados constantes, por exemplo, no CORREIO DO POVO, Porto Alegre: 11/03/1899, p.2; 24/01/1901, p.1; 09/02/1915, p.4; e n’A LUTA, Porto Alegre, 19/07/1908, p.2.

<sup>75</sup> - Conforme o ECHO OPERÁRIO (07/11/1897, p.1) de Rio Grande, “na fábrica Ítalo-Brazileira sabemos que dão preferência ao pessoal feminino pelo masculino! Não vamos dizer que seja isso por espírito de altruísmo, humanitário e social; pois que se dali não lhes viesse vantagem, eles não se lembrariam de fazer preferências; a vantagem está, em que as mulheres sujeitam-se mais a explorações que os homens, por trabalharem sempre mais barato que estes.”.

menos importância mas que deveriam ser dadas aos oficiais para que de qualquer forma compensarem o nosso trabalho geralmente trabalhoso e de fazendas ruins de trabalhar.

Segundo me consta a já alguns anos que isto se dá e ainda não houve um protesto por parte dos oficiais e alfaiate !

Pois bem, eu apelo para os nossos interesses e para a nossa dignidade de artistas para que nos unamos na União Operária e daí estudarmos o melhor modo de evitar essa guerra que nos fazem as costureiras que se sacrificam a si, desgraçando-nos a nós.

Bem sabemos que é a miséria a causa dessa guerra; mas se elas podem ganhar mais sem guerrear-nos, basta que nós nos unamos, por que não havemos de fazê-lo? Elas geralmente tem quem as sustente, apenas trabalham para auxiliar os maridos, por isso qualquer coisa lhes serve; mas nós que não temos outro recurso, devemos buscar guerrear este sistema de competência, travando uma campanha de descrédito as casa que assim exploram a freguesia e a nós.

Amandio Christo<sup>76</sup>

Considerando o exposto, no Rio Grande do Sul a presença dos corpos operários femininos e masculinos nas fábricas e oficinas, bem como as habilidades corporais requeridas para estes gêneros não pareciam fugir, grosso modo, do apontado por Joan Scott para a realidade europeia e norte-americana do século XIX. Para os homens, a habilidade profissional com metais e madeiras e, conseqüentemente, a desenvoltura física dos braços / da força muscular; para as mulheres, a lida com alimentos, agulhas e linhas; as mãos, a paciência e a destreza manual.

Em seu artigo “*A dominação masculina*” Pierre Bourdieu afirma que os gêneros se estruturam a partir de uma oposição binária entre o “*mundo exterior*” (o trabalho com fogo, perigoso; não vinculado à procriação, o oficial, o visível, o socialmente reconhecido etc.), que corresponderia ao masculino, e o “*mundo interior*” (a casa, a família, etc.), que corresponderia ao feminino,

---

<sup>76</sup> - ECHO OPERÁRIO, Rio Grande, 18/12/1898, p.3.

atribuindo, além disto, nesta estrutura binária, uma hierarquia superior ao primeiro polo.<sup>77</sup>

Sem pretender assumir, em sua totalidade, o quadro analítico destas oposições entendidas como estruturalmente vigente entre os gêneros - o que sem o devido confronto com a realidade, pode acarretar numa interpretação reinstituidora de concepções essencialistas -, acredito que este autor oferece elementos que contribuem para o entendimento da forma de ingresso da mulher no mundo público do trabalho. Observo, nesta perspectiva, que quando a mulher penetra no espaço externo/masculino isto significa uma transgressão que, se causa espanto e até medo<sup>78</sup>, não ocorre, segundo Bourdieu, sem a marca do polo dominante. Em outras palavras, seu ingresso no mundo público/exterior do trabalho se dava “por baixo”, pois de forma mal remunerada.

Bourdieu ainda no mesmo artigo expõe o que chama de uma “*somatização das relações de dominação*”, demonstrando que o “*mundo social*” confere um “*golpe de força sobre cada um de seus sujeitos*”; imprimindo nos corpos “*um verdadeiro programa de percepção, apreciação e ação que, na sua dimensão sexuada e sexuante, como em todas as outras, funciona como uma natureza (cultivada/segunda)*”<sup>79</sup>. Assim pode-se indagar se o capital não impunha um “*golpe de força*” sobre os corpos dos operários no Rio Grande do Sul daqueles anos, transformando-os naquilo que o sistema fabril exigia para

---

<sup>77</sup> - BOURDIEU, Pierre “A dominação masculina”. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1995. V. 20 nº 2. Jul./dez. 1995, p.137-141.

<sup>78</sup> - Conforme se constata a partir dos dados presentes no CORREIO DO POVO de 30/06/1911, p.1.

<sup>79</sup> - BOURDIEU, P. “A dominação ...”. **Educação & ...** 1995, p.145.

cada um dos gêneros: para os homens, a desenvoltura física dos braços, da força muscular; para as mulheres, a destreza, as habilidades manuais. E mais, ao mesmo tempo em que transformava esta construção social da diferença sexual em um adquirido corporal histórico, em *“habitus corporal”* distintos para operários e operárias, naturalizava e reiterava nas práticas e percepções sociais da classe esta alocação distinta e discriminatória de homens e mulheres nos trabalhos fabris.

A matéria abaixo transcrita sugere que talvez bem cedo, em 1897, já se fizesse presente, entre alguns industriais e parte da imprensa comercial da capital, o entendimento de ser perfeitamente possível o trabalho feminino na fábrica, desde que não se exigisse da mulher o que não deve ser um atributo de seu gênero: a força muscular.

#### A IMPRENSA EM S. LEOPOLDO

Ante-ontem a convite do Srs. Jung & C. fomos visitar a fábrica de fósforos daqueles Srs. donde trouxemos agradáveis recordações, pois tivemos ocasião de verificar que naquela fábrica existem máquinas as mais aperfeiçoadas e que são manipuladas por operárias e com maior facilidade.

A disposição da imprensa convidada para essa visita e ao mesmo tempo para ajuizar a calúnia feita a essa fábrica por um jornal alemão, foi posto um carro reservado no trem que partiu as 7:50 h. da manhã sendo conduzidas de carro até a estação todas as redações, as quais se fizeram representar da forma seguinte:

A “Federação”, pelo seu proprietário sr. Eduardo Marques; “Gazeta da Tarde”, pelo Sr. dr. Germano Hasslocher e Luiz M. Gonzaga; “Correio do Povo”, pelo Sr. Caldas Júnior; “Mercantil”, pelos Srs. dr. Andrade Neves Netto e Isnard Dantas Barreto; “República”, pelo Sr. Daniel Job; “Reforma”, pelo Sr. Carlos Maximiliano e Eugênio de Magalhães; “Deutsch Zeitung”, pelo Sr. Arno Philipp; “Koseritz Deutsch Zeitung”, pelo Sr. Christiano Kleikamp; esta folha pelo nosso companheiro de redação Alfredo Ferraz e “Jornal do Comércio” pelos Srs. Armando Kirch e Fernando Miranda. [...].<sup>80</sup>

---

<sup>80</sup> - A GAZETINHA, Porto Alegre, 08/08/1897, p.1.

Através de uma série de artigos publicados na imprensa diária da capital<sup>81</sup>, e que revelavam um certo fascínio próprio destes novos tempos (já que extremamente prolixos ao abordarem as *benesses* das máquinas e edificações fabris), observei que alguns industriais no estado, como os proprietários da fábrica Alberto Bins, da Cervejaria Bopp, de calçados Godiar-Well e a de chapéus F.C. Kessler e Cia.<sup>82</sup>, ao iniciarem sua sintonia com aquilo que veio a ser conhecido como taylorismo<sup>83</sup>, faziam de suas fábricas locais mais higiênicos e produtivos.<sup>84</sup> De certa forma, eles se opunham à noção e realidade de muitos espaços fabris no estado - já tão denunciados pelo movimento operário em outros países onde os efeitos da industrialização também se faziam sentir -, como 'presídios' infectos, mal iluminados e ventilados e onde as máquinas só visavam a produtividade. A fábrica era apresentada, assim, como um espaço cientificamente construído, onde havia

---

<sup>81</sup> - Por exemplo: O DIÁRIO, Porto Alegre, 29/10/1911, p.14; 08/04/1912, p.5; 27/04/1913, p.18. CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 28/08/1912, p.5,6. ECHO DO POVO, Porto Alegre, 30/10/1911, p.1.

<sup>82</sup> - O DIÁRIO, Porto Alegre: 29/10/1911, p.14; 08/04/1912, p.5; 27/04/1913, p.18 e CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 28/08/1912, p.5, 6.

<sup>83</sup> - Entendido como um *"método de racionalizar a produção, logo de possibilitar o aumento da produtividade 'economizando tempo', suprimindo gestos desnecessários e comportamentos supérfluos no interior do processo produtivo; o sistema Taylor aperfeiçoou a divisão social do trabalho introduzido pelo sistema de fábrica, assegurando definitivamente o controle do tempo do trabalhador pela classe dominante."* RAGO, L. M. & MOREIRA, E. **O que é taylorismo**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.10. Conforme ainda Margareth L. Rago: *"A representação da 'nova fábrica', que o estado e os médicos defendem perante os industriais [em São Paulo], já fora anunciada, desde o final do século anterior, nos estados Unidos, por Frederick W. Taylor [...] e por seus discípulos. Pretendia eliminar e contrapor-se à imagem da 'fábrica satânica', escura e fétida, detestada pelos trabalhadores, que se sentiam sugados em todas as suas energias para realizar o objetivo particular e individualista dos patrões"* (1997, p.38-39). Para outras informações mais detalhadas sobre as teorias e métodos tayloristas e de suas aplicações em diferentes realidades ver os livros citados e a própria obra de TAYLOR, Frederick W. **Princípios da Administração Científica**. São Paulo: Atlas, 1982.

<sup>84</sup> - Conforme Pesavento, o taylorismo ganha mais espaço no Rio Grande do Sul a partir dos anos 20 do século passado. Ver PESAVENTO, S. **A burguesia...** 1988, p.22-25. Sobre o conhecimento por industriais no estado de princípios e métodos tayloristas, bem sobre sua aplicação para outras fábricas além das aqui citadas, ver ainda a citada obra nas páginas de 23 à 33.

boa iluminação e ventilação<sup>85</sup>, água potável<sup>86</sup>, amplos espaços<sup>87</sup> (o que talvez remetesse à preocupação de evitar acidentes -pela proximidade humana- com a máquina<sup>88</sup>) e máquinas facilitando o trabalho humano<sup>89</sup>; enfim como local próprio e agradável para o trabalho.

Por outro lado, também observei que esses industriais, através do investimento na tecnificação, visavam igualmente aumentar a quantidade e a qualidade de seus produtos.<sup>90</sup> Em suma, gestavam-se no estado fábricas de

---

<sup>85</sup> - Na fábrica de chapéus de F.C.Kessler e C. (fundada em 1901), por exemplo, os “preceitos da higiene fabril” haviam sido respeitados ao se estabelecer “em todas as seções um bom sistema de ventilação por meio de ventiladores e exaustores especiais e da acertada colocação das portas e janelas, as quais distribu[íam] luz de forma conveniente.” (O DIÁRIO, Porto Alegre, 27/04/1913, p. 18). Já no novo edifício inaugurado em 1911 da fábrica de cerveja e gelo de Bopp & Irmãos (fundada em 1881) “teriam sido empregados os melhores, os mais adequados materiais e cuidados com [...] a distribuição do ar e da luz”, sendo que seus “pisos impermeáveis e as paredes de cimento armado, permit[íam] a mais rigorosa limpeza” (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 28/08/1912, p. 5). Relatos similares a estes foram encontrados para as fábricas de Alberto Bins e de calçados Godiar-Well da firma Becker & Irmão. Ver: O DIÁRIO, Porto Alegre, 24/10/1911, p. 14 e 18/04/1912, p.5.

<sup>86</sup> - Na Fábrica Alberto Bins, por exemplo, tem-se o relato de que a “água para os operários é filtrada e encanada em todo o estabelecimento.” (O DIÁRIO, Porto Alegre, 24/10/1911, p. 14). Já na fábrica de chapéus de F.C.Kessler e C., havia “dois grandes depósitos de água, de cimento, hermeticamente fechados, com os seus correspondentes filtros Bergefeledt e que fornec[íam] aos operários um líquido fresco e isento de impurezas. A água dos filtros [era] fornecida pela hidráulica, e não pelo reservatório do estabelecimento, pois esta [era] empregada nas máquinas e outros misteres de trabalho.” (O DIÁRIO, Porto Alegre, 27/04/1913, p. 18).

<sup>87</sup> - Ver: O DIÁRIO, Porto Alegre, 29/10/1911, p.14; 08/04/1912, p.5; 27/04/1913, p.18 e CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 28/08/1912, p.5, 6.

<sup>88</sup> - Conforme se pode inferir da seguinte informação sobre a “Companha Fiação em Tecidos”: “A área ocupada pelas fábricas e duas dependências é de 9.300 m<sup>2</sup> [...] possuindo a Companhia para futuras construções, uma área de mais de 20.000 [m<sup>2</sup>] [...]. Seus edifícios são de sólida e elegante construção, e na instalação dos maquinismos foram guardados os espaços para os operários trabalharem desembaraçadamente”. Ver **Impressões do Brasil no século XX**, s.n.t. apud PESAVENTO, S. 1988, op. cit. p.30.

<sup>89</sup> - Conforme: O DIÁRIO, Porto Alegre, 27/04/1913, p. 18; ECHO DO POVO, Porto Alegre, 30/11/1911, p.1 e CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 28/08/1912, p.5, 6.

<sup>90</sup> - Ver, principalmente, o relato de aumento da produção de chapéus na Fábrica de F.C.Kessler e C, devido renovação do maquinário (O DIÁRIO, Porto Alegre, 27/04/1913, p. 18) e os cuidados no preparo da cerveja pela Cervejaria Bopp (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 28/08/1912, p. 5,6). Com relação a intenção de melhoria da qualidade da mercadoria, observa-se ainda a existência de vários anúncios de venda de máquinas para panificação (as

um “novo tempo”, onde a disciplina agora era cada vez menos imposta pelos mestres e contra-mestres, e sim por maquinismos cada vez mais complexos (alguns já movidos à eletricidade<sup>91</sup>), por um gerenciamento técnico-científico da produção e pela construção de uma nova subjetividade operária no e do espaço fabril.

Noto, no entanto, que toda esta preocupação de alguns industriais em modificar o perfil de suas fábricas não permite concluir que as unidades produtivas no período em estudo no Rio Grande do Sul, como um todo, tinham ou iriam ter as melhorias apontadas até porque tanto continuavam a existir as pequenas fábricas e oficinas de “fundo de quintal”, estabelecidas, certamente, sem esta preocupação<sup>92</sup>, quanto as chamadas “fábricas higiênicas” para utilizar a conhecida expressão de Margareth Rago.

Ilustrando, para a época, a presença das “fábricas satânicas” no estado, menciono que não foram poucas as denúncias na imprensa operária e comercial sobre a insalubridade existente em alguns destes locais de

---

amassadoras de pão), onde se afirma que estas, além de imitarem a ação humana e serem mais rápidas, substituí *“o antigo e anti-higiênico serviço braçal”* (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 30/11/1912, p.1).

<sup>91</sup> - Ver maiores informações no Anexo 1.

<sup>92</sup> - Ver a este respeito, por exemplo, os dados constantes no CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 07/10/1913, p.10 e n’O DIÁRIO, Porto Alegre, 26/09/1911, p.5. No primeiro caso, tratava-se de um atelier de costura estabelecido junto à casa de moradia e, no segundo, de uma pequena oficina de fabricação de chinelos que funcionava na própria casa do patrão – conforme se deduz do anúncio que alertava que para ali se empregar era necessário *“se sujeitar a trabalhar em casa de família”*. Ambas oficinas encontravam-se localizadas em Porto Alegre. Observo, ainda, nesta perspectiva, que não raro na imprensa diária da capital via-se oferta de aluguel de casas onde, no térreo, poderia ser aberta, conforme o anúncio, uma pequena oficina. Ver, por exemplo, anúncio n’O DIÁRIO, Porto Alegre, 25/02/1915, p.2.

trabalho.<sup>93</sup> Apesar de não ter podido quantificar a extensão desta realidade, as fontes indicam - e isto em maior ou menor grau - a insalubridade dos seguintes estabelecimentos fabris, todos de Porto Alegre: a Cia. Fiação e Tecidos Porto Alegrense, a Cia Manufactureira, a Fábrica Alberto Bins, a Fábrica Oscar Teichmann e a 2ª oficina do jornal A FEDERAÇÃO.<sup>94</sup> Sobre esta última, vale a pena transcrever um trecho da crítica veemente às condições de higiene enfrentadas pelos cerca de 20 homens que aí trabalhavam:

[...] e como se tudo isso ainda não fosse suficiente para abalar, para destruir a saúde do pessoal operário *d'A Federação*, acresce mais este caso barbaramente anti-higiênico: não há latrinas no edifício!

Quem penetra nas oficinas sente logo um odor bem desagradável: é provavelmente de um tanque existente a um canto e que serve de mictório e para as lavagens.

Disseram-nos, não há muitos dias, que agora aquilo é um melhoramento; outrora servia de mictório um imunda lata que era, depois de bem cheia, despejada, à noite, na calha fronteira a casa.<sup>95</sup>

A insalubridade que empestava os citados locais devia-se a fatores de ordem diferenciada, fatores estes que não necessariamente se manifestavam de forma individual nestes locais, e que iam desde o descaso com relação à

---

<sup>93</sup> - Ver: O DIÁRIO, Porto Alegre, 29/10/1911, p.4; CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 05/03/1913, p. 4; A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 02/02/1892; A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 04/06/1905, p.1-2; 04/08/1907, p.2; A LUTA, Porto Alegre, 13/09/1906, p.2; 19/07/1908, p.1,2. Um outro testemunho desta realidade insalubre, só que de forma indireta, é a "*disposição de tese*" elaborada em 1918 pelo Deputado Federal pelo estado Rio Grande do Sul, o médico Carlos Penafiel, para servir de base para a criação de um ante-projeto de lei sobre a "*Higiene e Segurança do Trabalho*". Neste documento vê-se claramente a preocupação em obrigar os industrialistas a dotarem seus estabelecimentos de boa iluminação solar e de aparelhos que renovassem o ar, a fim de evitar, neste último caso, a presença ali de gases e de poeiras nocivas à saúde. Esta "*tese*" encontra-se reproduzida nos Anais do 9º Congresso Médico Brasileiro (1926), como fruto de sua apresentação por C. Penafiel neste evento. Os originais destes Anais encontram-se no Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

<sup>94</sup> - Ver: A LUTA, Porto Alegre, 13/09/1906, p.2; A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 02/02/1892; O DIÁRIO, Porto Alegre, 29/10/1911, p.14; A LUTA, Porto Alegre, 19/07/1908; A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 04/08/1907; 04/06/1905, p.1-2.

<sup>95</sup> - A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 4/6/1905, p.2.

higiene (o “*asseio*”)<sup>96</sup> e à permissão da presença do álcool nestes estabelecimentos<sup>97</sup> à própria estrutura física dos prédios que os abrigavam (sem banheiros ou com estes colocados em locais próximos aos locais de trabalho<sup>98</sup>; sem filtros nos reservatórios d’água<sup>99</sup> ou janelas que iluminassem devidamente o ambiente), quando não ao “tipo” de máquinas que existiam

---

<sup>96</sup> - Este era o caso da “Companhia Manufatura” de Porto Alegre, da “Cia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense” e da 2ª oficina do jornal A FEDERAÇÃO. É interessante observar, a respeito daquele primeiro estabelecimento, que foi a própria imprensa oficial (o jornal A FEDERAÇÃO) que revelou a insalubridade no mesmo. Este fato ocorreu quando o articulista do citado periódico relatou a visita do Inspetor de Higiene àquela fábrica. Ainda que buscando ressaltar as qualidades salubres deste local, este articulista, nas entrelinhas de sua narrativa, evidenciou que elas não eram tão salubres assim: “[O Inspetor] *encontrou ordem, boa distribuição, asseio no prédio, porém fez notar ao gerente a necessidade de serem estabelecidas as oficinas em casa mais espaçosa e que não seja cercada por outros prédios, como a em que funcionam atualmente [- para o ar ser melhor renovado?, para haver maior luminosidade?]* [...] O Dr. Castilhos fez ainda ver a necessidade da remoção das latrinas para lugar mais apropriado [- longe do local de trabalho]. E da modificação do serviço de asseio [sic] da dita fábrica”. (A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 02/02/1892).

<sup>97</sup> - Conforme denunciava a “União dos Chapeleiros” n’A DEMOCRACIA (Porto Alegre, 04/08/1907): “*Havia (não sabemos se ainda há) no interior da oficina Teichmann [- da fábrica de chapéus de Oscar Teichmann localizada em Porto Alegre - ] um botequim onde eram vendidos aos operários da mesma – e só a eles – cachaça, vinhos e outros líquidos alcoólicos.*”. Conforme também denunciavam articulistas do jornal operário anarquista A LUTA em 19/07/1908, o álcool (a cachaça) igualmente se encontrava disponível, só que de forma gratuita, na “Fábrica Alberto Bins” nos dias em que havia a prática da fundição - inclusive para as crianças - para que melhor ali se trabalhasse - e se “esquecesse” do calor

<sup>98</sup> - Ver anúncio no jornal A FEDERAÇÃO de 02/02/1892 que traz esta “inadequação” para a “Companhia Manufatura” de Porto Alegre e a denúncia d’A DEMOCRACIA (Porto Alegre, 04/06/1905, p.1,2) sobre a ausência de “*latrinas*” na oficina do periódico A FEDERAÇÃO em 1905, o que levava ao improvisado de um lugar para a micção (um tanque) e à “*odores*” desagradáveis naquele ambiente. É pertinente aqui mencionar, a respeito deste último estabelecimento, que o mesmo ainda não funcionava no “grandioso” prédio deste jornal, construído somente em 1922. O estabelecimento aqui em pauta, que se tratava da segunda oficina deste periódico, localizado na Andradas 130-A, e lá ficou de 1895 à agosto de 1912. Em 30 de agosto de 1912 esta oficina muda-se, indo se estabelecer no terreno que futuramente abrigaria o grande e novo prédio d’A FEDERAÇÃO. Desta “terceira” oficina, apesar de nenhum dado mais significativo ter sido obtido, pode se ver a foto do prédio que a abrigou até 1922 em livreto comemorativo do centenário de fundação do jornal A FEDERAÇÃO (1884) publicado pela Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG) em 1984. Maiores informações sobre as várias (4, ao todo) oficinas e prédios d’A FEDERAÇÃO, bem como sobre a história desse próprio periódico, ver também a mencionada publicação.

<sup>99</sup> - Este era o caso da “Cia. Fiação e Tecidos Porto-Alegrense”. Conforme denunciavam os anarquistas d’A LUTA, além da falta de higiene que lá vigia, a “*diretoria de higiene*” do estado havia intimado “*os gerentes da fábrica a colocarem filtros*” nos reservatórios d’água (A LUTA, Porto Alegre 13/09/1906, p.2).

nestes locais, que podiam ser, como demonstram os documentos, “ensurdecedoras”<sup>100</sup>

Um outro indicativo da existência de estabelecimentos fabris do “tipo satânico” é o fato de ocorrerem vários acidentes nestes locais, inclusive com mulheres e crianças.<sup>101</sup> Muitos destes acidentes, se não levaram à morte, deixaram marcas trágicas nos corpos em questão: as mutilações. Via de regra, eram os dedos, mãos e braços os membros atingidos:

Desastre:

Bento Gonçalves, 1 – O menor Victório Lonzetti, operário da fábrica de desfibrar linho, de propriedade da Firma Thodoro Etzberger e Companhia, foi, hoje, vítima de um horrível desastre.

Trabalhava ele em uma das máquinas daquele estabelecimento quando teve o braço direito apanhado por ela, ficando com aquele membro e a mão esmigalhados.

Recolhido a casa de saúde, ali sofreu ele a amputação daqueles membros.<sup>102</sup>

Mulher do povo privada de seu único capital, os braços de seu único filho e de seu marido [...].

[Seu filho de 10 anos sofreu acidente] com polias de uma máquina imprópria para sua idade. Ele foi engolido pela máquina e teve o corpo e o crânio em frangalhos.

[Seu marido veio a morrer] de tuberculose adquirida no serviço junto a caldeira onde exercia a dupla função de foguista e maquinista improvisado, coagido a buscar água para a caldeira,

---

<sup>100</sup> - Conforme se conclui de fragmentos de descrição “exaltosa” (sic) feita por articulista d’O DIÁRIO sobre os novos estabelecimentos (ampliação) da “Fábrica Alberto Bins”: “A seção de camas, a mais silenciosa da fábrica por não dispor de máquinas barulhentas e ensurdecedoras como as das outras seções [de cofres, fogões, serralheria, pintura e baldes], caracteriza-se pela falta das chapas brutas, trabalhando apenas os seus operários com delgados tubos, que são cortados, curvados e perfurados para formarem no conjunto as camas higiênicas, tão apreciadas da fábrica Bins”. (O DIÁRIO, Porto Alegre, 29/10/1911, p.14).

<sup>101</sup> - Ver, por exemplo, notícias de sinistros constantes em: CORREIO DO POVO, Porto Alegre: 15/04/1896, p.1; 02/06/1897, p.2; 26/04/1898, p.2; 23/03/1917, p.4; 18/08/1911, p.8; A GAZETINHA, Porto Alegre, 16/09/1897, p.2; A DEMOCRACIA, Porto Alegre: 11/06/1905, p.2; 07/04/1907, p.3; ECHO OPERÁRIO, Rio Grande, 23/01/1898, p.3; ECHO DO POVO, Porto Alegre, 24/07/1911, p.3; O DIÁRIO, Porto Alegre: 12/04/1912, p.5; 29/10/1912, p.5 e A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 10/01/1913, p.3; 15/02/1913, p.3

<sup>102</sup> - CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 02/03/1917, p. 6.

num açude distante, em pleno inverno e sob as rajadas frias do vento norte! [...]

Sem ajuda do marido e do filho, a mulher esta abandonada a própria sorte, com fome e desprotegida.

Por isso a *Bigorna* conclama aos moradores de Encruzilhada que ajudem e também abre a subscrição com 101 volumes das obras de Vitor Hugo em benefício desta mulher de nome Júlia.<sup>103</sup>

No estudo de Esmeralda Blanco de Moura "*Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*"<sup>104</sup>, que trata dos acidentes de trabalho em São Paulo nos anos de 1890 à 1919, a autora concluiu que os mesmos eram o resultado não somente das precárias condições de trabalho dos operários, como também das condições de vida e da fadiga que estes sofriam. Segundo ela, os operários, além de viverem uma jornada de trabalho estafante (com a presença de trabalhos extraordinários e noturnos) e de serem as unidades de produção do período altamente perigosas (com máquinas obsoletas e inseguras) e insalubres (úmidas, sem luz, ar e com ruídos excessivos), ainda moravam em habitações com pouca ventilação e luminosidade, localizadas em bairros com infra-estrutura básica precária e que eram bastante distantes dos locais de trabalho.<sup>105</sup>

Mesmo que não tenha feito para o Rio Grande do Sul uma pesquisa tão minuciosa como a de Blanco Moura a respeito das causas que motivavam os acidentes nos espaços fabris, constatei alguns elementos que indubitavelmente

---

<sup>103</sup> - A BIGORNA, Encruzilhada, 22/09/1917, p.2.

<sup>104</sup> - MOURA, Esmeralda B. *Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*. Petrópolis: Vozes, 1982.

<sup>105</sup> - Ver MOURA, E. *Mulheres e menores...* 1982, op. cit. p. 78-96. Para o estudo de bairros ou vilas operárias no Brasil - de forma geral - ver: CORREIA, Telma de Barros. *Pedra: plano e cotidiano operário no sertão*. São Paulo: Papyrus Editora, 1998. Já especificamente para o estado do Rio Grande do Sul: FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito*. Caxias do Sul, RS: EDUCS; Rio de Janeiro: Garamound, 2004. PAULITSCH, Vivian da Silva. "*Rheingantz*", *uma vila operária em Rio Grande, RS*. Campinas, PPG - História UNICAMP, 2003.

podem ser arrolados como “causas”, ainda que não de forma exclusiva, para a ocorrência de acidentes nestes locais e que são bem reveladores das condições de periculosidade existentes nas indústrias do estado. Conforme constatei, alguns acidentes ocorriam pela falta de manutenção das máquinas<sup>106</sup>, ou pelo conserto das mesmas em movimento<sup>107</sup>, por crianças (10 anos) trabalharem com “*máquinas impróprias para sua idade*”<sup>108</sup>, pela falta de equipamentos de proteção corporal<sup>109</sup> e também pela alta periculosidade industrial de algumas unidades de trabalho (com a presença de caldeiras à vapor - que podiam explodir pelo excesso de calor<sup>110</sup> - e também com a ‘livre’ presença de substâncias voláteis, explosivas e/ou escaldantes nestes estabelecimentos: a pólvora, a querosene, o estanho quente, etc. ).<sup>111</sup>

Nem as crianças escapavam desses acidentes, como se vê na notícia do jornalista d’A LUTA relatando a saída dos trabalhadores da fundição Bins, onde contou umas vinte crianças:

Conseguimos alcançar um dos que mais retardatário caminhava, puxando duma perna como que ferido.

---

Dissertação de mestrado.

<sup>106</sup> - A LUTA, Porto Alegre, 01/07/1907, p.2.

<sup>107</sup> - O DIÁRIO, Porto Alegre, 29/10/1912, p. 5.

<sup>108</sup> - A RAZÃO, Rio Grande, 01/05/1896, p.2., A BIGORNA, Encruzilhada, 22/09/1917, p.2.

<sup>109</sup> - Ver: CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 18/08/1911, p.8. Algumas indústrias, como a metalúrgica de *Alberto Bins*, já dispunham de alguns destes equipamentos de proteção: “*Um operário preservado por uma espécie de escafandro, com uma mangueira guia o jato de areia contra a superfície do cofre (...)*”. (O DIÁRIO, Porto Alegre, 29/10/1911, p.14).

<sup>110</sup> - Ver, por exemplo, sinistro anunciado no ECHO DO POVO (04/06/1911, p.1) sobre explosão de caldeira numa fábrica de conservas da região do Salto (?).

<sup>111</sup> - Ver, dentre outros: CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 15/04/1896, p.1; 02/06/1897, p.2; 26/04/1898, p.2; 02/08/1911, p.6; 28/10/1913, p.4; 23/03/1917, p.4.

Era magro, descorado, faces tisonadas, lábios frouxos, olhos encovados, negros e vivos, assentam indagadores sobre nós.

Interrogamo-lo. Chama-se Roberto Lopes, filho de operário que trabalhou na Fábrica de Tecidos e hoje se acha sem trabalho.

Disse-nos ganhar 30\$000 por mês, ordenado percebido por muitos de seus companheiros, havendo, porém, outros que, em igual trabalho, ganham apenas 800 réis por dia.

O horário para eles é o mesmo que para os adultos e são constantemente vigiados por iracundos ‘mestres’ que não lhes deixam momentos de descanso.

Há dias, contou-nos, muito ingênua e camaradamente o pequeno operário, quando trabalhava em soldagem, caiu-lhe uma porção de metal que estava em ebulição, entre o elástico da velha botina e o pé. O pobre rapaz instintivamente, ao sentir a dor da queimadura, com a mão apertou o cano da botina a ver se conseguia ‘apagar a bola de estanho quente’, produzindo assim maior queimadura ainda.

Oito dias estive de cama, sendo-lhe descontado do minguado salário e inda não estava bem curado, mas... precisava trabalhar para ganhar aqueles vinténs de que muito servia à sua família.

Estávamos em frente à sua casa, um triste tugúrio da tábua que, com as últimas chuvas se achava rodeado d’água e o operariozinho deu-me a mão, muito e muito fria, em despedida e sumiu-se numa porta que rápida se abriu e se fechou [ ...].<sup>112</sup>

**Um outro fator encontrado, só que agora bem mais freqüente, para ocorrência de tais acidentes era o fato do corpo do operário se encontrar perigosamente exposto às novas máquinas motrizes (aquelas que dão movimento ao conjunto dos maquinários) e que se encontravam, conforme se pode deduzir do caráter inovador e potente destas novas máquinas, mais nas fábricas do que nas oficinas.**

É pertinente aqui mencionar que nos espaços fabris do período havia diferentes “tipos” de máquinas, desde aquelas que se pode chamar de “arcaicas”, presentes mais nas oficinas, até as que se pode denominar de “modernas” ou “novas”, presentes nas fábricas.

As primeiras se caracterizavam por serem simples, compostas por poucas peças e por serem movidas por energias de baixa potência: a muscular (humana e quiçá animal) e talvez também – na zona colonial - pelas

---

<sup>112</sup> - A LUTA, Porto Alegre, 19/7/1908, p.2.

naturais (o vento e a água). Este tipo de máquina, devido a própria fonte mais fraca que a animava, não dispunha de uma máquina motriz central complexa, nem com significativo número de peças de transmissão de energia. Em alguns casos, como informam trabalhos sobre tecnologia e máquinas<sup>113</sup>, encontravam-se dispostos em uma unidade a máquina motriz e a máquina propriamente dita. Já com relação às máquinas “modernas” ou “novas”, o que se tem é o inverso disto. Várias unidades de máquinas sendo postas em movimento por uma complexa e potente máquina motriz central. Daí, então, a razão das peças de transmissão de energia desta máquina motriz (as engrenagens, correias, volantes, etc.) serem mais numerosas e se movimentarem em maior velocidade e necessitarem, em função disto, de um algum tipo de dispositivo de proteção para que não oferecessem perigos ao corpo do operário, o que, conforme se observou dos relatos destes acidentes, bem como da recorrência dos mesmos, não ocorria.<sup>114</sup>

Ilustrando um pouco a causa desta periculosidade industrial mencionada

---

<sup>113</sup> - JACOMY, Bruno. **A era do controle remoto: crônicas da inovação técnica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2004, p. 88-89; HENDERSON, William O. **A revolução Industrial: 1780-1914**. São Paulo: Verbo; Ed. da Universidade de São Paulo, 1969, p. 12-64.

<sup>114</sup> - Confira-se sobre estes acidentes, bem como sobre esta causa que os provocava, as inúmeras notícias de “desastres” constantes em: A GAZETINHA, Porto Alegre: 16/09/1897, p.2; A DEMOCRACIA, Porto Alegre:11/06/1905, p.2; 07/04/1907, p.3; ECHO OPERÁRIO, Rio Grande, 23/01/1898, p.3; ECHO DO POVO, Porto Alegre: 24/07/1911, p.3; O DIÁRIO, Porto Alegre: 12/04/1912, p.5; 29/10/1912, p.5; A FEDERAÇÃO, Porto Alegre: 10/01/1913, p.3; 15/02/1913, p.3; e CORREIO DO POVO, Porto Alegre: 30/07/1896, p.2; 15/09/1897, p.1; 20/12/1898, p.2; 31/10/1899, p.2; 26/07/1899, p.1; 10/03/1900, p.2; 24/01/1901, p.1; 26/02/1901, p.2; 12/05/1911, p. 4; 02/06/1911, p. 4; 23/07/1912, p.4; 12/11/1912, p.5; 17/07/1912, p.2; 19/01/1915, p.4,5; 11/04/1915, p.5; 02/03/1917, p.6; 15/03/1917, p.5; 05/12/1917, p.5; 14/12/1917, p.2. Outra fonte que atesta também acidentes com as citadas peças deste “tipo” de máquina, ainda que de forma indireta, é o relato da Companhia Fiação em Tecidos (Porto Alegre) sobre a forma como se encontravam dispostas ali as máquinas, já movidas à vapor: “A área ocupada pelas fábricas e duas dependências é de 9.300 m<sup>2</sup> [...] Seus edifícios são de sólida e elegante construção, e **na instalação dos maquinismos foram guardados os espaços para os operários trabalharem desembaraçadamente**”. (*Impressões do Brasil no século XX*, s.n.t., p. 814. apud PESAVENTO, S. 1988, op. cit. p.30). (Grifo meu).

transcrevo abaixo fragmento de notícia de sinistro publicado no CORREIO DO POVO:

'Fábrica de massa do Srs. Lopes Duarte & Machado'. Passando [Luiz Facolino - 14 anos - ] pelo motor à vapor que faz girar as máquinas da fábrica, e que estava na ocasião em movimento, colocou a mão entre a polia e o volante do mesmo. Felizmente, para ele, a polia não o colheu, apesar de ter ficado machucado.<sup>115</sup>

Em suma, onde havia estas novas máquinas motrizes havia, então, perigos, o que, como se pode deduzir, também significa que várias foram as unidades fabris no estado que apresentaram tal periculosidade, já que um significativo número de industrialistas dispunham destas novas máquinas em seus estabelecimentos<sup>116</sup>. Nos desastres que ocorriam com este tipo de máquina, o esmagamento e até a mutilação de membros do corpo<sup>117</sup> acabavam sendo, muitas vezes, o menor dos males, uma vez que as peças do sistema de transmissão de energia destas máquinas também dilaceravam os corpos... Exemplifica esta tragédia o seguinte relato de acidente ocorrido na nova fábrica de cervejas Bopp & Irmãos, noticiado no jornal O DIÁRIO de Porto Alegre em 1912:

Horrível desastre. Um operário esmagado na fábrica de cerveja Bopp Irmãos.

Na fábrica de cerveja da firma Bopp Irmãos, estabelecida a rua Cristóvão Colombo n.61, deu-se ontem, às 7 horas da noite,

---

<sup>115</sup> - CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 15/09/1897, p.1.

<sup>116</sup> - A respeito da presença destas máquina nas fábricas do estado, ver Anexo 1.

<sup>117</sup> - Ver: A GAZETINHA, Porto Alegre, 11/03/1899, p.2.; CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 26/07/1899, p.1; 31/10/1899, p.2; 24/01/1901, p.1; 12/05/1911, p.4; 12/11/1912, p.5; 11/04/1915, p.5; 14/12/1917, p.2; 02/03/1917, p.6; 05/12/1917, p.5; 23/03/1917, p.4; 10/03/1900, p.2; 05/12/1917, p.5; A DEMOCRACIA: 09/07/1905, p.1; 11/06/1905, p.2.; 07/04/1907, p.3 e ECHO OPERÁRIO, Rio Grande, 23/01/1898, p.3.

horrível desastre que confrangeu a todos quantos deles tiveram conhecimento.

Há três para quatro meses trabalhava nesta fábrica como foguista o operário Alzemimo José Ferreira.

Com o seu irmão Theodomiro Ferreira trabalhava na seção de máquinas, revezando-se ambos no serviço.

Como de costume trabalhou Alzemimo, ontem, até as 7 horas da noite, devendo ser rendido às 10 horas por Theodomiro.

Justamente aquela hora indo ele lubrificar o grande compressor de amoníaco para a fabricação de gelo, descuidou-se, ao que parece, sendo colhido pela correia do grande volante da máquina principal que dá movimento a todas as outras.

Passou-se então uma cena horrorosa, indescritível: a correia, que fez 120 rotações por minuto e é acionada por 80 cavalos de força levou-o consigo enrodilhando-o logo.

Nesse estado fez ele, naturalmente já sem vida, diversas voltas sendo imprensado na cava do volante por onde passou diversas vezes.

Com o corpo já esmigalhado e reduzido a uma massa informe acompanhou a velocidade da correia, até que esta, cedendo a formidável tensão, rebentou, atirando-o contra o teto, 5 metros acima!

Rota a correia de transmissão, que mede meio metro de largura e é também de grande espessura, adaptada ao volante que tem 3 ½ metros de diâmetro, cessou subitamente o movimento da maquinaria.

A iluminação elétrica da fábrica, produzida por um dínamo próprio, apagou-se também.

O ajudante de Alzemimo, Ernesto Fernandes, que punha carvão na fornalha, vendo apagarem-se as luzes gritou a Alzemimo, sem saber de seu trágico fim, perguntando-lhe o que havia.

Não obtendo resposta, dirigiu-se para fora, supondo que tivesse havido algum desarranjo numa outra dependência.

Nessa ocasião trabalhavam no escritório, na frente do edifício, os irmãos Alberto, Carlos e Arthur Bopp, que se viram imediatamente as escuras.

A fim de sindicarem o estranho fato, saiu o Sr. Athur Bopp e chegando á casa das máquinas abriu a chave da iluminação elétrica fornecida pela companhia Fiat e que tem de prevenção.

Ao iluminar o recinto depararam seus olhos com uma visão verdadeiramente dantesca.

O piso, de cimento, estava juncado de fragmentos de ossos, pedaços de carnes e músculos.

A cor negra das máquinas apresentavam manchas rubras, tintas que estavam de sangue.

Na cavidade do volante se encontravam os miolos do infeliz operário.

A parede apresentava uma larga mancha sangrenta, como se contra ela houvessem arremessado postas de carne.

Era muito bem visível no teto a marca dos pés, não uma, mas muitas vezes.

Atrás do compressor de amoníaco para a fabricação do gelo estava o cadáver mutilado de Alzemimo, estirado, de bruços.

Era medonho o seu aspecto, das pernas e braços, só haviam os sinais.

O tronco nem figuração tinha com o de um ser humano.

O cérebro estava partido, faltando uma parte do frontal, por onde se extravasou a massa encefálica, ficando oca a caixa craniana.

Horrorizado o Sr. Arthur Bopp, retirou-se logo comunicando a tristíssima ocorrência a seus dois irmãos e ao 3º posto.

Compareceu daquela repartição o inspetor Álvaro Rocha, tendo a assistência mandado o enfermeiro Manoel Rodrigues.

Aquele inspetor mandou que o cadáver fosse transportado para o necrotério da chefatura de polícia.

Entrementes comparecia, chamado por Evaristo Fernandes, Theodomiro Ferreira, irmão da vítima.

Por ele se soube que Alzemimo residia, á rua Benjamim Constante, sendo casado há dois anos com D. Idalina Coutinho.

Tinha 27 anos de idade e era de cor branca.

- Sua morte em tão horríveis circunstâncias impressionou profundamente não só a seus companheiros e chefes, como a numerosa multidão de curiosos que afligiu ao local.

- O cadáver será autopsiado, hoje, pelos médicos legistas da polícia.

- A fábrica só começou a funcionar de novo ás 10 ½ horas da noite.<sup>118</sup>

**Por fim, aponto que alguns acidentes poderiam estar acontecendo devido ainda a dois outros fatores. Um deles seria resultante da possibilidade das peças cortantes e perfurantes dos maquinários - aquelas que geralmente se chamam de “perigosas” : serras, lâminas, agulhas, etc. -, não estarem ainda protegidas para o seu “bom uso” pelo trabalhador. Sugiro isto considerando não somente os acidentes que ocorreram com estas peças perigosas<sup>119</sup>, mas também tendo em vista o fato das máquinas nos séculos XIX e início do XX terem sido criadas a partir de uma perspectiva bastante utilitária, conforme se vê de análises constantes em obra de John Heskett.<sup>120</sup> Ou seja, muito possivelmente estes acidentes estavam ocorrendo como resultado desta preocupação central com a utilidade dos maquinismos (sua função), que poderia estar eliminando, no caso, qualquer preocupação em proteger o corpo de quem os manuseava.**

Já o outro fator seria a coexistência, como mencionei, de oficinas e fábricas, inclusive numa mesma unidade de trabalho, de onde se depreende que se vivia uma realidade tecnológica<sup>121</sup> ‘multitemporal’, pois havia a

---

<sup>118</sup> - O DIÁRIO, Porto Alegre, 12/04/1912, p.5.

<sup>119</sup> - Ver, por exemplo, acidentes relatados no CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 30/07/1896, p.2; 02/02/1901, p.1; e n’A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 11/06/1905, p.2; 09/07/1905, p.1.

<sup>120</sup> - Ver HESKETT, John. *Desenho industrial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997, p. 27-30; 166.

<sup>121</sup> - Como aponta Tim Ingold não há uma definição consensual sobre ‘tecnologia’ na

coexistência de ferramentas de trabalho com máquinas arcaicas (movidas à força humana ou animal) e mais modernas (como às movidas à vapor e, posteriormente, à eletricidade)<sup>122</sup> e uma relativa não-sintonia entre esta última forma de tecnologia emergente com boa parte da qualificação operária existente. Esclarecendo melhor este último ponto, não se pode esquecer que, se por um lado ocorria um processo de destituição do “saber fazer” do artesão, isso não significava sua supressão imediata - até porque, repito, muitas fábricas abrigavam e conjugavam-se às oficinas. Além disso, havia o fato de que muitos homens e mulheres estavam entrando pela primeira vez em uma fábrica<sup>123</sup>, e de que mesmo aqueles que já haviam dominado algumas técnicas de manuseio de um maquinário mais simples, teriam que incorporar novas técnicas e ritmos, quando da lida com máquinas mais novas.

Tendo em vista tal quadro, não é difícil supor que o resultado desta falta de sintonia fosse o de alguns acidentes e mutilações, já que as novas técnicas<sup>124</sup> (onde inclui-se velocidade e ritmo) exigidas para o manuseio das máquinas (principalmente as mais novas) não haviam sido ainda totalmente

---

bibliografia que trata do tema. Porém, em termos amplos, ela pode ser entendida como o conjunto de artefatos, comportamentos e conhecimentos empregados na transformação e utilização do mundo material. Ver INGOLD, Tim. “Tools, minds and machines: un excursion in the philosophy of technology”. *Techniques e culture* n. 12, 1988, p. 151-176.

<sup>122</sup> - Vários anúncios de venda de máquinas por lojas e donos de fábricas e oficinas ilustram bem isto. Assim, o anúncio de venda de máquinas “*para fabricação de massas alimentícias [...] movidas à eletricidade, a cavalo e a vapor.*” E de que há “*pessoa habilitada para montagem das máquinas e para ensinar a fabricar pelo sistema mais moderno.*” (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 27/11/1913, p.3). Outro exemplo é o de máquina para fabricação de gasosa, movida a mão ou a força motriz (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 07/10/1913, P.13). Ver ainda o anúncio de autoria de proprietário de fábricas constantes n’ O DIÁRIO, Porto Alegre, 22/07/1913, p.7.

<sup>123</sup> - É interessante a este respeito o que informa no ano de 1912 a fábrica de calçados Godiar-Well, da firma Becker e Irmão, localizada em Novo Hamburgo: “*Realizaram aprendizagem cerca de 100 operários que antes nunca haviam trabalhado em máquinas.*” (O DIÁRIO, Porto Alegre, 08/08/1912, p.2) (Grifo meu).

<sup>124</sup> - Conforme LEMONNIER, P. “The study of ...”. *Journal of...* 1986, p.4-6.

incorporadas pelos corpos em questão. Não seria difícil de acreditar que o acidente relatado abaixo tivesse como causa o que foi mencionado.

Na quarta-feira última foi vítima de um desastre, na fábrica de calçados Progresso Industrial, de que é empregado, o laborioso operário Adão Michalski.

O lamentável sucesso ocorreu na ocasião em que aquele profissional cortava sola em uma **nova máquina**.

**Apesar de reconhecidamente competente no trabalho** em que se achava, Adão sofreu a infelicidade de, por descuido ou por qualquer circunstância fortuita, ter o dedo polegar da mão esquerda colhido pela faca da máquina, que dividiu-o a meio quase que em toda a extensão.

Adão foi medicado na Beneficência Portuguesa.

Lamentando sinceramente o desastre, fazemos votos pelo restabelecimento do inditoso obreiro, que é um dedicado ao movimento reivindicador dos direitos do operariado.<sup>125</sup>

É pertinente ainda observar, em se tratando de acidentes, que a culpa dos mesmos era, via de regra, atribuída aos operários pelos patrões, quando não eram ainda minimizados em sua importância, mesmo que tivessem resultado em algum prejuízo físico ao operário.<sup>126</sup> Um exemplo bastante loquaz, e que revela o quanto o corpo do trabalhador era concebido pelo capital como um mero instrumento de produção que poderia ser “gasto” no trabalho, é o caso do acidente ocorrido na Fundação Berta (futura fábrica Alberto Bins) com o operário Johann Lind (sueco), que veio a ter um dedo amputado em consequência disto.<sup>127</sup> Após inúmeras justificativas do industrialista Emmerich Berta em página do CORREIO DO POVO, sobre os motivos do acidente

---

<sup>125</sup> - A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 24/03/1907, p. 3. (Grifo meu).

<sup>126</sup> - Ver, entre outros, notas no CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 11/03/1900, p.2. e n'A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 25/11/1912. Em períodos posteriores, já com a existência da “Lei de Acidentes de Trabalho”, esta culpabilização do operário frente aos acidentes de trabalho também permanece. Ver denúncia em jornal operário que evidencia isto: O SYNDICALISTA, Porto Alegre, 15/11/1927, p.2,3

<sup>127</sup> - CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 10/03/1900, p.2

ocorrido em sua fábrica, todas culpabilizando o operário, este ainda foi capaz de afirmar que a *“triste ocorrência”* não teve *“graves conseqüências”* para este trabalhador!<sup>128</sup> Um outro exemplo que pode ainda revelar este descaso com o corpo do operário é o acidente ocorrido na Cervejaria Bopp & Irmãos, transcrito anteriormente. Como consta na descrição deste desastre feita pelo O DIÁRIO, a fábrica voltou a funcionar, “à todo “vapor, após somente 3 horas e ½ do sinistro que vitimou o operário, e que, segundo o jornal, foi um período de tempo extremamente longo....

**Tratando especificamente agora da duração das jornadas laborais, observo que elas eram, tal qual em outras localidades na época, extremamente longas, e isto tanto em termos de horas trabalhadas por dia, (que iam de 9 a até 12 horas), como por dias da semana trabalhados, (que incluíam o sábado e, para algumas categorias, como os padeiros, também o domingo), fato este perfeitamente em sintonia com os interesses arrivistas do capital que tinha por objetivo transformar, até o limite do humanamente possível, todo o tempo dos homens em tempo de trabalho. Conforme informa Michel Foucault:**

[...] o problema da sociedade industrial consiste em fazer com que todo o tempo dos indivíduos possa ser integrado ao aparelho produtivo sob o modo de força de trabalho. **Ou seja, é preciso que o tempo que o empregador compra não seja ‘tempo puro’, mas precisamente força de trabalho. Dito de outra forma,** trata-se de consumir o tempo de vida dos indivíduos em força de trabalho.<sup>129</sup>

Um importante líder do movimento operário europeu do séc. XIX para o XX, Paul Lafargue, afirma que o século XVIII e XIX foi naquele continente o *“século do trabalho”* e, conseqüentemente, o *“século da dor”*, fazendo clara

---

<sup>128</sup> - CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 11/03/1900, p.2

<sup>129</sup> - FOUCAULT, M. “O poder e a norma” Apud: SANT’ANNA, Denise. **O prazer justificado: história e lazer (São Paulo, 1969/1979)**. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1994, p. 18. (Grifo meu). A este respeito ver também E. Thompson que expõe, em seu já fartamente citado livro **“Tradicón, revuelta y conciencia de clase....”** 1984, p. 239-293”, como, a partir do avanço da industrialização, o capital vai usurpando o tempo, e seu controle, dos operários, e, conseqüentemente, vai estabelecendo dissociações - outrora inexistentes - entre o tempo do trabalho, do convívio familiar, do lazer, etc.

referência, como se denota, ao fato da modernidade industrial ter instituído este tempo do extremo trabalho<sup>130</sup>. No Brasil, as lideranças operárias não deixaram também de serem criativas e perspicazes a este respeito. Elas chamaram essas longas jornadas como de “sol à sol” – quando não de “lua à lua” -, numa clara alusão de se estenderem dos primeiros raios do sol – ou ainda da permanência da lua – ao crepúsculo do dia<sup>131</sup>.

É interessante aqui também observar, por que revelador deste aspecto de extrema exploração do operário pelo capital, que a introdução das máquinas (da tecnologia) em nada veio a reduzir a jornada deste trabalhador, já que a exploração do mesmo continuou se dando através do que Marx chama de “*mais valia absoluta*” (pelo extensão das horas trabalhadas) e não pela “*mais valia relativa*” (pela intensificação do trabalho em um menor tempo)<sup>132</sup>. Em 1917, por exemplo, a jornada em Porto Alegre oscilava entre 9 a 10 horas, podendo se estender até a 12 nos estabelecimentos fabris localizados no 4º distrito da capital, via de regra, os mais industrializados.<sup>133</sup> Ou seja, como se vê, a tecnologia por si só não traz mudanças. Foi preciso a luta desta classe para que ela pudesse readquirir parte do domínio de seu tempo perdido para a burguesia, fato que se constituiu em um árduo e longo processo de embates com os patrões. Como afirma Denise B. Sant’Anna:

---

<sup>130</sup> - LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999, *passim*.

<sup>131</sup> - Ver, por exemplo: A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 14/05/1905, p.1. 13/08/1905, p.3; 20/08/1905, p.2; 19/11/1905, p.1 e 02/06/1907, p.1. e A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 01/07/1908, p.1.

<sup>132</sup> - A respeito destes conceitos ver informações constantes em HARNECKER, Marta. “O capital: conceitos fundamentais”. In: LAPIDUS & OSTROVITIANOV. **Manual de economia política**. São Paulo: Global editora e distribuidora, 1978, p. 133-155.

[...] se [, conforme K. Marx,] 'o capital levou séculos, antes de surgir a indústria moderna, para prolongar a jornada de trabalho até seu limite máximo normal' e *ultrapassá-lo até o limite do dia natural de doze horas*, inversamente podemos dizer que o processo de redução da jornada de trabalho não tem sido menos demorado, continuando em curso em inúmeros países industrializados. Isso implica dizer que o movimento operário, em várias partes do mundo industrializado, tem resistido de diversas maneiras às 'orgias do capital' e lutado pelo aumento de tempo livre.

.....  
Nessa direção, o tempo livre é produzido historicamente, em meio às tensões e contradições do desenvolvimento capitalista, que, por um lado ambiciona tornar todo o tempo de vida do homem tempo de trabalho e, por outro, é pressionado pelo movimento reivindicatório dos trabalhadores em favor da redução da jornada de trabalho.<sup>134</sup>

O resultado das longas jornadas de trabalho vigentes no estado era, como bem se pode deduzir, a existência de operários com corpos extremamente cansados e com pouquíssimo tempo para si. Abaixo transcrevo duas notas publicadas, em 1918, na Revista Máscara de Porto Alegre, onde se percebe, claramente, esta falta de tempo do operário, bem como de ser o domingo o único dia livre dessa classe:

*O domingo dos anarquistas.*  
O domingo parece ser o dia preferido pelos anarquistas e pelos regicidas para cometer os seus atentados.

.....  
É explicável este fenômeno pelo fato de serem quase todos os anarquistas trabalhadores, que tem este dia livre; além disso é no domingo que se celebra maior número de festas e em que os soberanos saem regularmente.<sup>135</sup>

---

<sup>133</sup> - PESAVENTO, S. *A burguesia...* 1988, p.50-55.

<sup>134</sup> - SANT'ANNA, Denise. B. *O prazer justificado: história e lazer (São Paulo, 1969/1979)*. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1994, p. 18.

<sup>135</sup> - Revista Máscara, Porto Alegre, 06/07/1918, p. 13. (Grifo no original).

- Natural?
- De Setubal?
- Profissão?
- Socialista.
- Socialista? ... E o que entendes tu por ser socialista?
- Pois... é fácil de entender. Pagamos um vintém por semana e aos domingos pregamos um discurso.<sup>136</sup>

Tratando, por fim, da situação salarial do operariado no estado, observo que ela não era, ao que tudo indica, muito melhor do que a condição operária relativa a jornada laboral anteriormente apresentada.

Os dados trazidos pela imprensa operária e comercial do período, bem como pelos próprios documentos oficiais, revelam que muitos dos valores que vinham se mostrando como recorrentes para os salários operários masculinos - e que talvez se tratassem das próprias médias destes salários no estado à época - eram “curtos”, quando não insuficientes, para dar conta das necessidades mínimas de uma família operária, caso se considere que somente o pai trabalhasse, como era desejável frente à moralidade do período.

Conforme constatei a partir desta documentação, entre os anos de 1890 à 1910, muitos destes salários encontravam-se situados entre os valores de 2\$000 à 5\$000 réis diários.<sup>137</sup> Na Cervejaria Ritter & Filho, por exemplo, eles

---

<sup>136</sup> - Idem, p. 15.

<sup>137</sup> - A este respeito ver dados constantes n'A LUTA de 06/01/1908, p.2 (padeiros estariam recebendo em torno de 3\$000 réis dia); no CORREIO DO POVO de 11/04/1900, p.5 (oferta de vaga para sapateiro à 3\$5000 e 4\$000 réis dia); n'A DEMOCRACIA (Porto Alegre) de 13/08/1905, p.3 (média do salário de um tecelão da Cia Fiação e Tecidos seria, em 1905, de 90\$000 mensais – 3\$400 réis ao dia) e de 21/05/1905 (consta carta dirigida ao Intendente de Porto Alegre exigindo que os salários dos trabalhadores da construção da Caixa d'água do Moinho de Vento sejam de 2\$000, 3\$000, 3\$5000 e não de 2\$000 e 3\$000 réis dia). Ver ainda a respeito também informes de que a média do salário de um operário no sul do Brasil é de 3\$500, 4\$000 e de 5\$000 réis ao dia: A LUTA, Porto Alegre: 17/01/1907, p.4; A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 06/01/1907, p.3; O PROLETÁRIO, Porto Alegre, 09/08/1896, p.3 e ECHO OPERÁRIO, Rio Grande, 17/07/1898, p.1-2.

seriam de 2\$000, 2\$500 e 3\$000 réis dia<sup>138</sup>; já um operário com ofício em Pelotas estaria recebendo, em 1893, algo em torno de 3\$500 réis<sup>139</sup>; na Cia Fiação e Tecidos de Porto Alegre, para citar ainda mais um exemplo, este salário teria alcançado o teto de 4\$000 réis em 1910.<sup>140</sup> Já para o período que segue de 1910 à 1915 não obtive maiores informações a respeito destes salários, mas em 1916 vê-se que alguns proventos masculinos subiram (em Porto Alegre), chegando ao teto médio de 6\$000 réis dia.<sup>141</sup>

Com relação ao salário das mulheres e crianças não pude estabelecer maiores conclusões, mas obtive índices que dão valores de 1\$500, 2\$500 (1906-1911) e de 4\$000 réis (1916), para elas<sup>142</sup>; e de 1000 e 1\$300 (1906-1909), para as crianças<sup>143</sup>.

Esta afirmação de que os proventos masculinos vinham se mostrando “curtos” à sobrevivência operária, caso somente o homem trabalhasse, toma por base um exercício por mim realizado que, acredito, torna visível valores

---

<sup>138</sup> - A LUTA, Porto Alegre, 16/01/1909, p.4.

<sup>139</sup> - DEMOCRACIA SOCIAL, Pelotas, 09/07/1893, p.2

<sup>140</sup> - A LUTA, Porto Alegre, 01/05/1910, p. 2.

<sup>141</sup> - **Ver Relatório apresentado ao Ex. Sr. Dr. Protásio Alves / Secretaria do estado dos Negócios do Interior e Exterior – pelo Diretor Interino Nathaniel Cunha (1916). S.n.t.**

<sup>142</sup> - **A LUTA, Porto Alegre: 01/05/1910, p.2 (Cia Fiação e Tecidos, salários de 500 à 1\$000; alguns poucos iam até 3\$000); 20/01/1911, p.1 (informe “geral” de que em fábricas de tecidos, meias, gravatas e roupas se recebe de 2\$000 à 500 réis). Ver também: Relatório apresentado ao Ex. Sr. Dr. Protásio Alves / Secretaria do Estado dos Negócios do Interior..... op. cit.**

<sup>143</sup> - Ver A LUTA, Porto Alegre: 15/12/1906, p.4; 19/07/1908, p.2 (Fundição Bins e Cia Fiação e Tecidos. Proventos de 500, 800, 1\$000 e 1\$300 réis).

que poderiam ser considerados como mínimos para a sobrevivência desta classe, tomando como base a primeira década de 1900.

Este exercício, similar ao que fazia a imprensa operária da época para demonstrar a insuficiência do salário, compara a receita e a despesa de uma família proletária. Naqueles balanços se considerava os gastos com o aluguel, água, serviços sanitários e com a alimentação, itens todos estes que compõem o exercício que realizei. Noto também que a quantidade e os itens alimentícios que estão presentes no balancete, bem como o próprio número de membros da família operária foram baseados numa média dos dados apresentados pela imprensa operária<sup>144</sup>, a fim de guardar proximidade com os hábitos culturais desta classe. Por outro lado, os valores destes itens e outros constantes no meu balancete foram obtidos a partir de uma média dos valores presentes em informativos gerais e em anúncios de estabelecimentos comerciais publicados na 1ª década de 1900 na imprensa operária e no CORREIO DO POVO.<sup>145</sup> A escolha desta década deve-se ao fato de ser um período em que a economia

---

<sup>144</sup> - Ver: O ALFAIATE, Porto Alegre, 12/10/1907, p.2. A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 06/01/1907, p.2-3; A LUTA, Porto Alegre, 06/01/1908, p.2; ECHO OPERÁRIO, Rio Grande 03/09/1899, p.2; DEMOCRACIA SOCIAL, Pelotas, 09/07/1893, p.2.

<sup>145</sup> - Para os preços dos alimentos considerei o anúncio do “Armazém Pereira” publicado no jornal A DEMOCRACIA (Porto Alegre, 15/10/1905, p.3-4) e os informativos no CORREIO DO POVO sobre os preços correntes no Mercado Público da capital (03/08/1900, p.2; 04/08/1900, p.2; 03/05/1911, p.7). Já para o valor dos aluguéis de moradia os anúncios de casas pequenas (de 3, 4 à 5 peças) para alugar, via de regra em localidades simples de Porto Alegre (em zonas “modestas” - como a rua dos Venezianos - e arrabaldes), publicados no CORREIO DO POVO (13/05/1900, p.2; 20/05/1900, p.3; 25/05/1900, p.2; 05/05/1911, p.7; 06/05/1911, p.4), bem como outros dados constantes sobre estes valores na imprensa operária do estado: O ALFAIATE, Porto Alegre, 12/10/1907, p.2. A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 06/01/1907, p.2-3; A LUTA, Porto Alegre, 06/01/1908, p.2; ECHO DO POVO, Porto Alegre, 11/10/1909, p.3; ECHO OPERÁRIO, Rio Grande 03/09/1899, p.2; DEMOCRACIA SOCIAL, Pelotas, 09/07/1893, p.2. Já para os valores do custo de água e serviços sanitários, usei os índices médios trazidos pela imprensa operária do estado acima arrolada.

brasileira estava um pouco mais estável e que os preços estariam, então, oscilando menos.

Início meu “balancete” mencionando que a família hipotética aqui pensada era composta por 5 membros – casal e três filhos – e que seus gastos seriam os seguintes, excetuando vestuário, médicos e remédios.

**Aluguel: 30\$000<sup>146</sup>**

**Água: 4\$500**

**Serviço sanitários (aluguel de “cuba”): 1\$200**

**Armazém: 48\$945 (abaixo discriminado)**

Carne (20 Kg ao mês<sup>147</sup> por 400 réis o Kg): 8\$000

Pão (5 pães de 50g. à 50 r. a unidade 1x ao dia em 30 dias): 7\$500

Leite (15 litros ao mês à 400 r. o litro): 6\$000

Café (2 kg à 600 r. o Kg): 1\$200

Manteiga: (1 1/2Kg à 800r. o Kg) 1\$200

Banha: (3Kg à 700 r. o Kg ) 2\$100

Toucinho (1 1/2Kg à 750 o Kg): 1\$125

Açúcar (2 Kg à 350 r. o Kg): 700

Feijão (10 Kg 160 r. o Kg) 1\$600

Arroz (10 Kg à 300 r. o Kg): 3\$000

Farinha (2 Kg. à 300 r. o Kg): 700

Batata (5 Kg à 60r o Kg): 300

Hortaliças variadas: 720 réis

Massa para sopa: (1Kg à 100 réis ):100 réis

Sabão (4 Kg à 300 r. o Kg): 1\$200

Velas (2 dúzias. ½ à 560 réis/dúzia): 1\$400

Lenha (5 achas/dia à 80 réis a acha): 12\$000

Fósforo (1 caixa): 100 réis

---

**Total: 84\$645 réis mensais**, excetuando gastos com vestuário, médicos e remédios.

---

<sup>146</sup> - Valor obtido a partir de uma média entre valores que oscilavam de 20\$000 à 40\$000, sendo que se concentrando mais na casa dos 30\$000.

<sup>147</sup> - Como se vê, comia-se – ou se desejava comer – bastante carne, nestes anos. Menciono, todavia, que neste meu cálculo fiz uma “média para baixo” – a fim de evitar exageros -, pois se tem informes que mencionam que uma família de cinco pessoas deveria comer 1 Kg ½ de carne, quando não 2 Kg, por dia, ou seja de 45 à 60 quilos ao mês!!! Conferir a respeito: DEMOCRACIA SOCIAL, Pelotas, 09/07/1893, p.2 e A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 06/01/1907, p.3. No entanto, é pertinente observar, que a carne não era cara (na média de 400 à 500 réis o Kg) frente a outros produtos do período (como a lenha, o café e o arroz).

Gostaria aqui de observar, antes de iniciar a análise que o operário, pelo que se vê destes itens, tinha uma alimentação muito baseada na carne e em seus derivados e em cereais e farináceos, fato perfeitamente compreensível pela grande expansão, no estado, da pecuária e da agricultura, sendo que de todos estes “tipos” de alimentos, era provavelmente a carne - pelo que se observa da quantidade prevista no orçamento acima - o elemento central da dieta do operário no estado.<sup>148</sup>

Como se viu anteriormente, o salário de muitos operários oscilava de 2\$000 à 5\$000 réis diários no período de 1890 à 1910. Considerando que o mês tem 26 dias de trabalho (já que 4 são domingos), estes operários obtêm, então, índices que variavam de 52\$00 à 130\$00 réis mensais.

Ou seja, somente aqueles trabalhadores que estariam recebendo acima de 3\$255 réis dia poderiam fechar este balanço no positivo (3\$255 x 6 dias semanais de trabalho x 4 semanas ao mês: 84\$645), dando conta, então, da alimentação e da moradia, mas não necessariamente virem a cumprir seu papel de provedor e manterem, assim, a mulher e/ou filhos no lar, pois faltam ainda os gastos com vestuário e com médicos e remédios.

Já os operários com proventos de 4\$000 e 5\$000 réis dia (104\$000 e 130\$000 réis ao mês), teriam um saldo positivo de 19\$355 e 45\$355 réis,

---

<sup>148</sup> - Edward P. Thompson relata que na Europa, após a revolução industrial, a dieta dos populares – onde se incluem os operários – se constituía de cereais, carne, batata, cerveja, açúcar e chá, sendo que ocupando a batata o lugar central nesta alimentação. Ver THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa. A maldição de Adão*. São Paulo: 1988, p. 179-184. Como se conclui destes dados, há alguma semelhança nos itens que compõem a dieta operária na Europa com a do estado, ainda que a “ênfase” no Rio Grande do Sul seja a carne.

respectivamente; ou seja, poderiam dar certa conta destes outros itens mencionados, mas não necessariamente manterem a mulher e os filhos em casa, principalmente em situações extraordinárias, como de doença em família.

É pertinente aqui mencionar, até para se entender melhor esta última afirmativa, que os gastos com o vestuário no período – item que não vi constar em valores em nenhum balanço feito na imprensa operária – não eram baixos. Uma calça tida como barata (em saldos / “baratinhos”) custava de 12\$000 à 28\$000 réis; já uma fatiota de 15\$000 à 25\$000 réis; cortes de tecido baratos (como chita e brim) de 800 à 1\$500 réis o metro<sup>149</sup>. Para citar aqui já um exemplo na área da saúde, observo que um tratamento dentário tido como simples (como uma obturação com massa) ia de 2\$000 à 4\$000 réis.<sup>150</sup>

Ou seja, como se vê deste exercício, que, em todo o caso, é apenas hipotético, não eram poucos as famílias operárias que se viam em situações

---

<sup>149</sup> - Ver sobre estes dados anúncios comerciais da “Loja dos Operários” (no centro de Porto Alegre) ou sobre outros estabelecimentos n’A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 11/06/1905, p.3-4 e no CORREIO DO POVO, Porto Alegre: 04/04/1909, p.3; 14/09/1900, p.2; 07/06/1900, p.3; 27/03/1900, p.3. É interessante aqui também observar, porque revelador do alto custo das vestimentas, que haviam várias lojas no centro de Porto Alegre que vendiam roupas usadas (A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 09/07/1905, p.3,4), bem como de que não era incomuns furtos de roupas e calçados. Ver a este respeito, por exemplo, “denúncias” no CORREIO DO POVO (Porto Alegre) de 11/07/1896, p.3; 05/02/1901, p.2; e de 17/09/1900, p.2.

<sup>150</sup> - “GABINETE DENTÁRIO”. Dr. Alexandre Magno – cirurgião dentista com 12 anos de prática. Prontifica qualquer trabalho concernente a profissão, garantindo perfeição e durabilidade **por preços de admirar**, conforme se vê: Obturação à ouro, de 8\$000 a 15\$000; obturação à esmalte artificial de 5\$000 a 8\$000; obturação à platina de 3\$000 a 5\$000; **obturação à massa de 2\$000 a 4\$000** (...).Dentadura, chapa vulcanite, 4\$000 cada dente; Dentadura, chapa vulcanite reforçada, 7\$000 cada dente; Dente pivot, 10\$000 a 15\$000 cada dente. Coroa de ouro 22 ks. Sistema Sharp, de 20\$000 a 30\$000 cada dente. Consultas das 8 às 12 h. e das 2 às 6 h. Rua Aurora, 47, Próximo a rua S. Rafael.” (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 22/04/1911, p.5). (Grifo meu).

financeiras difíceis e, conseqüentemente, vendo-se obrigadas a empregar outros de seus membros.<sup>151</sup>

Cabe ainda observar que até os operários solteiros tinham certas dificuldades financeiras para se manterem, pois como se viu a partir de anúncios de valores de pensões “módicas” no CORREIO DO POVO, locais em que muitos dos operários solteiros residiam, elas não eram baratas. Estes valores oscilavam, por exemplo, em 1900, entre 50\$000 à 60\$000 réis mensais, quando com duas refeições ao dia, e entre 40\$000 e 50\$000, quando só com uma refeição.<sup>152</sup>

Claro está que deveriam haver operários que recebiam um salário bem maior, certamente os mais especializados, e que deveriam, então, viver melhor. No entanto, conforme se pode deduzir do quadro que tracei neste capítulo, isto

---

<sup>151</sup> - Este fato, conforme demonstram dados presentes na coleção “Nosso Século”, também ocorria na Capital Federal, no período aqui em estudo. Conforme esta coleção: **“Na capital Federal só vivem bem “comerciantes fortes” e altos funcionários públicos. [...] Em 1903, um caixeiro de loja ou armazém chega a ganhar 300\$000 por mês, e, com este salário, já ‘pode casar-se’. Os jornais anunciavam: ‘Aluga-se alcova mobiliada, com pensão, para casal, por 100\$000’. Uma calça de linho branco custa 40\$000, e um ‘bom terno’, 80\$000 [...]. A alimentação não é cara: o queijo do Reino custa 6\$000 o quilo; a manteiga mineira, 3\$500. É possível comprar 1 quilo de carne por \$500 e, de açúcar, por \$400. A lata de leite “moça” custa \$800; o litro de feijão preto, \$200; o de arroz inglês, \$220; o quilo de banha 2\$500; o quilo de toucinho, 1\$000. Esse casal que ganha 300\$000 por mês terá de progredir, pois logo chegam os filhos e a pensão não os admite. [...] Em 1903 pouca gente pode comprar um piano Ritter, que custa 1:500\$000 [...]. Paga-se 40\$000 por mês para morar num cortiço; o aluguel de uma casa velha, mas razoável, chega a 200\$000. [...] Os salários [do funcionário público em 1903] “variavam de 60\$000 a 300\$000 (a maioria) e de 300\$000 a 700\$000 (funcionários dos escalões médio e superior. [Já o salário do operário] era pago por hora de trabalho, e, para obter uma renda mensal de 50\$000 [1.923 réis dia], era preciso trabalhar de 12 à 16 horas diárias, inclusive aos sábados e pelo menos dois domingos por mês, quando não todos os domingos.” [...]. [Já o salário dos lavradores eram] inferiores a 25\$000, [sendo necessariamente complementado] com culturas de subsistência. (NOSSE SÉCULO (1900-1910): A memória fotográfica do Brasil no século XX. São Paulo: Abril, s/d. p. 24 - 25) (Grifo meu).**

<sup>152</sup> - Ver por exemplo, anúncio no CORREIO DO POVO (13/06/1900, p.4) sobre pensão no centro de Porto Alegre (em frente a Praça Senador Florêncio com a Gen. Câmara), que custava entre 40\$000 e 60\$000 (com 1 ou 2 refeições ao dia, respectivamente), bem como outros anúncios e dados sobre pensões no CORREIO DO POVO de 11/03/1900, p.1; 14/07/1900, p.4; 25/07/1900, p.3 e 13/09/1900, p.4.

era, provavelmente, cada vez o menos freqüente, pois paulatinamente diminuía o número de artesãos, enquanto crescia o número de operários manuais frente um restrito número de operários especializados, os técnicos.

Apono ainda como agravando este quadro, toda uma realidade de crises que enfrentou a economia brasileira, especialmente quando da conjuntura 1914 - 1918, pelos efeitos da Guerra, crise de emprego, desabastecimento, aumento de preços e carestia, incidindo conseqüentemente também na desvalorização do salário do operário<sup>153</sup>. Por outro lado, é importante lembrar, que a questão do aumento do salário foi uma pauta constante nas reivindicações operárias e, conforme demonstra a historiografia, o primeiro motivo que levava o operário no estado a fazer greve.<sup>154</sup>

Gostaria de concluir este tópico com uma matéria publicada no jornal anarquista A LUTA, onde se faz uma comparação entre o que os operários recebiam em troca de seu trabalho e os lucros dos empresários do ramo têxtil, uma das indústrias em que operários eram muito explorados. Como se percebe claramente deste artigo, a exploração do trabalho pelo capital já atingia margens bastante altas no estado:

---

<sup>153</sup> - A este respeito, especificamente no que toca às suas repercussões para o Rio Grande do Sul, ver LONER, B. **Construção de classe...** 2001, p. 327-334 e PESAVENTO, S. **Os pobres...** 1994, p.46-53.

<sup>154</sup> - Conforme Sílvia Petersen “Com respeito às **causas** [das] greves [nos anos de 1890 à 1919], *aparecem reivindicações múltiplas: gerais, como aumento salarial, ou específicas* ,[...] *De qualquer forma, há algumas reivindicações que predominam de modo quase absoluto e são as relativas às **relações estritamente econômicas entre empregados e empregadores** – aumento salarial em primeiro lugar e logo a seguir a diminuição da jornada laboral.* (PETERSEN, S. “As greves no Rio Grande do Sul na República Velha”. In: DACANAL, J. I. e GONZAGA, S. (org.) **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993, p. 321). (Grifo no original). A este respeito ver também dados - alguns novos - trazido por Beatriz Loner em sua tese que corroboram para esta conclusão acima: LONER, B. **Construção de classe...** 2001, p.463-466.

Para amostra disto [a exploração salarial] vejamos quanto 'ganhou' num ano um dos honrados capitalistas desta praça e que se dedica àquela indústria como diretor da 'Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense'. Segundo dados extraídos do relatório da 'Fiação', o seu diretor -presidente, Sr. Manoel Py, teve os seguintes vencimentos:

Ordenado.....	8:400\$000
Representação.....	12:000\$000
Quota da Diretoria.....	12:000\$000
Percentagem Especial.....	<u>57:600\$000</u>
Soma.....	90:000\$000

A esses noventa contos de réis, acresce que aquele senhor é o maior acionista da aludida companhia e recebeu mais, de dividendos e bônus

De 1287 ações de 1º emissão.....	32:942\$000
De 89 ações de 2º emissão.....	<u>9:339\$200</u>
	42:281\$200

Estas duas fabulosas parcelas perfazem:

Ordenados e gratificações.....	90:000\$000
Dividendos e bônus.....	<u>42:281\$200</u>
TOTAL	132:281\$200

Cento e trinta e dois contos, duzentos e oitenta e um mil e duzentos réis num ano de trabalho!

E essa quantia dividida pelos 300 dias úteis do ano, dá por dia 440\$937!

Comparem os operários e operárias que consomem sua saúde trabalhando 10 horas, diariamente, na 'Fiação e Tecidos', sujeitos à multas e grosserias dos mestres, para ganhar 500, 800, 1\$ ou 4\$000 por dia!

Uma pobre operária trabalha uma semana para receber 3\$000, muitas vezes ainda com o desconto de multas, para o Sr. diretor-presidente ganhar por dia 440\$937!...

A base do capitalismo é a exploração: pagar o menos possível e vender pelo mais que puder.

O limite para o ganho dos capitalistas só os operários poderão opor, quando se resolverem a ser menos explorados.<sup>155</sup>

As questões discutidas nesse capítulo, em que procurei caracterizar a exploração do *corpo operário* nas várias circunstâncias em que o capitalismo industrial no Rio Grande do Sul o submetia nas décadas iniciais da República, certamente servirão para pavimentar e articular o percurso que percorrerei na exposição do próximo capítulo: *o corpo como causa da luta operária*.

---

<sup>155</sup> - A LUTA, Porto Alegre, 01/05/1910, p. 2.

## **CAPÍTULO II**

### **O CORPO COMO CAUSA DA LUTA OPERÁRIA**

Neste capítulo tenho por objetivo demonstrar que o corpo do operário se configurou em uma causa de sua luta, evidenciando assim uma dimensão analítica que foi pouco trabalhada pela historiografia.

A tarefa de evidenciar a centralidade do corpo do operário nas lutas da classe é feita neste capítulo, conforme mencionei na Introdução, a partir da apresentação dos conteúdos que apontam para que o operariado, ou ao menos a sua militância, ao propor determinadas reivindicações e lutas do período tinha como alvo, em boa medida, o seu corpo. Ou seja, expõe-se aqui quais eram os motivos que vinham levando os operários a proporem importantes reivindicações e lutas no período. Observo, contudo, com relação a esse enfoque específico da abordagem, que o mesmo se deve ao próprio fato do corpo ser o grande propulsor destas lutas e reivindicações, o que não significa que não haja outras ocasiões, ainda que de menor

expressão na documentação, em que o corpo também tenha sido o motivo da luta, como, por exemplo, quando do combate ao alcoolismo, que preferi analisá-lo desde a perspectiva da construção de um corpo operário apto para os embates contra o “patrão”.

Como se verá da análise que segue, esta centralidade do corpo operário nas lutas da classe no estado tem origem em questões estruturais.

Na época, os operários viviam condições de vida e de trabalho bastante adversas, pois encontravam-se submetidos a uma série de privações e a uma extrema exploração de sua mão de obra. O primeiro capítulo desta tese é um claro retrato desta difícil realidade para os operários do Rio Grande do Sul no âmbito das condições de trabalho. Com relação as condições de vida deste grupo, nunca é demais lembrar que, como foi visto ainda no primeiro capítulo, os seus salários eram baixos, suas jornadas laborais longas, e que, além disto, como aponta fartamente a historiografia, os mesmos encontravam-se submetidos a constantes crises de carestia, sem a presença de leis de proteção ao trabalho ou políticas públicas de construção de moradias e até sem a presença de uma rede de assistência e de saúde gratuita e pública.<sup>156</sup> Também não se pode esquecer que muitos dos operários eram imigrantes, o que significa sem maiores posses e sem

---

<sup>156</sup> - A respeito das condições de vida dos operários no período ver, dentre outras, as seguintes obras: HALL, Michael. & PINHEIRO, Paulo. **A classe operária no Brasil (1890-1930): condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado**. São Paulo: Brasiliense, 1982; HARDMAN, Foot. & LEONARDI, V. **História da Indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte**. São Paulo: Ática, 1982 e DECCA, M. Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920 - 1934)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá. **De moléstia do trabalho a doença profissional: contribuição ao estudo das doenças do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro, Niterói: PPG em História na UFF, 1994. Dissertação de Mestrado. Reprodução Xerográfica.

laços familiares de apoio. A própria constância das sociedades mutualistas, no estado, em todo o período aqui em estudo, é também um certo atestado das dificuldades vividas.<sup>157</sup> Ou seja, este grupo de operários experimentava à época um desamparo do próprio corpo na medida em que a sua saúde física e até a própria sobrevivência estavam sob ameaça.

**O capítulo encontra-se dividido em quatro partes. Na primeira, realizo uma breve caracterização da militância operária gaúcha à época a fim de melhor situar o leitor para a análise que segue, já que, em grande medida, é desta militância que se vê brotar esta atribuição de centralidade ao corpo operário. Nas demais partes é onde busco expor, exatamente, o fato do corpo do operário ter se configurado em uma causa de sua luta.**

## **2.1. Uma breve caracterização da militância operária gaúcha.**

---

<sup>157</sup> - A respeito das sociedades mutuárias no estado ver, dentre outros, os trabalhos de: FORTES, Alexandre. "Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX". **Cadernos AEL**. Campinas: Ed. Unicamp, v.6, n.10/11, 1999; SILVA JR., Adhemar L. **Nota prévia sobre o socorro mútuo no Rio Grande do Sul (1854-1889)**. Comunicação no IV Encontro Estadual de História. São Leopoldo, 1998; \_\_\_\_\_. **As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)**. Porto Alegre: IFCH/PUCRS. Tese do doutorado, 2004. Reprodução Xerográfica; PETERSEN, Sílvia R. F. "As associações beneficentes de socorros mútuos e a história do movimento operário gaúcho". **Cadernos do ISP**. Pelotas: UFPEL, n.11, 1977.

Para caracterizar a militância operária aqui em pauta busco apresentar quais eram suas principais orientações ideológicas, quais as regiões do estado em que sua ação se fez mais sentir e quais eram as lideranças mais destacadas.

**Tratando inicialmente das principais orientações ideológicas destes ativistas observo que eles se encontravam polarizados entre o socialismo e o anarquismo, ainda que não houvesse uma apropriação “purista” (exclusiva) destas ideologias, nem tão pouco uma vinculação direta a um ou outro “tipo” de socialismo ou anarquismo, fato que é perfeitamente explicável por não haver no movimento operário gaúcho do período *“uma definição rigorosa entre as várias correntes socialistas (...), nem tampouco entre elas e os vários anarquismos”*<sup>158</sup>.**

**Como a historiografia local já evidenciou, manifestava-se no estado, no período em estudo, um socialismo de cunho**

---

<sup>158</sup> - LUCAS, Elisabeth. & PETERSEN, Sílvia. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p.30.

**heterogêneo<sup>159</sup> e um anarquismo com características também ecléticas<sup>160</sup>.**

Ainda que não pretenda realizar uma descrição mais detalhada deste ecletismo presente nos ideários mencionados é pertinente aqui destacar que havia no meio operário de então um caldo ideológico bastante diversificado<sup>161</sup>, matriz de onde esta militância vinha se apropriando de concepções do campo do socialismo e do anarquismo, bem como de outras ideários, e elaborando, conseqüentemente, estas suas ideologias de forma “bricolé”, tal qual ocorria em outros locais do Brasil à época<sup>162</sup>.

---

<sup>159</sup> - Sobre isto ver dentre outras obras: PETERSEN, Sílvia. **Origens do Primeiro de Maio no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1981, p.51; \_\_\_\_\_. “A mulher na imprensa operária gaúcha do século XIX”. **Revista de História**. Porto Alegre: UFRGS, n.1, 1986/87, p.84; \_\_\_\_\_. “**Que a união operária seja nossa pátria**”: **história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações**”. Santa Maria: editoraufsm; Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001, p. 55-68; SCHMIDT, Benito Bisso. “Formação e difusão da cultura científicista no movimento operário gaúcho da I República”. **Vidya**. Santa Maria: FAFRA, v. 17, n. 29, jan/jun, 1998; \_\_\_\_\_. **Um socialista no Rio Grande do Sul: Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000, p. 69-117.

<sup>160</sup> - A este respeito conferir: ARAVANIS, Evangelia “**Uma utopia anarquista: o projeto social dos anarquistas do periódico A LUTA e o seu desejo de mudar o rumo da história em Porto Alegre (1906-1907)**”. Dissertação de Mestrado em História / UFRGS. Porto Alegre: 1997. Reprodução Xerográfica, p.109-111. \_\_\_\_\_. “Leituras, edições e circulações de impressos na Porto Alegre de 1906 A 1911: uma análise a partir do periódico ‘A Luta’”. **História Unisinos**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002. Vol.6. N. 6. É pertinente aqui observar que apesar destes meus trabalhos terem analisado o grupo anarquista d’A LUTA, que as conclusões obtidas nos mesmos podem ser estendidas para o Rio Grande do Sul, considerando que muitos destes libertários eram de “vulto” no estado e que também chegavam a atuar em outras cidades do Rio Grande do Sul. Além disto, é pertinente aqui também destacar, no sentido da explicação do porquê da existência deste ecletismo, que o anarquismo é um ideário intencionalmente em aberto (ao menos em sua concepção fundante), o que legitima e potencializa diferentes possibilidades de apropriações de outras ideologias. A este respeito ver minha dissertação de mestrado e também o meu artigo acima citado.

<sup>161</sup> - BATALHA, Cláudio H. M. “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX” In: MORAES, João Quartim de (Org.) **História do marxismo no Brasil**, SP: Unicamp, 1995, p.11-44; PETERSEN & LUCAS, **Antologia...** 1992, 29-30. SCHMIDT, B. **Um socialista...** 2000, p. 77-82.

<sup>162</sup> - Sobre a presença de tal prática entre os socialistas brasileiros ver: BATALHA, 1995, op. cit.. Já entre os anarquistas: GONÇALVES, Adelaide & SILVA, Jorge E. **A bibliografia libertária: um século de anarquismo em língua portuguesa**. SP: Editora Imaginário, 1999, p. 7-58.

Dentre as concepções de pensamento de “fora” do anarquismo e do socialismo cito como presentes no estado, dentre outras, o neo-malthusianismo, o positivismo, o espiritualismo<sup>163</sup> e o darwinismo-social<sup>164</sup>. Já no interior do próprio campo do socialismo e do anarquismo ressalto, para aqueles primeiros, a presença de idéias da social-democracia alemã e do coletivismo malonista<sup>165</sup>; enquanto que, para os últimos, do individualismo e do comunismo anarquista, bem como do “sindicalismo revolucionário” surgido na França<sup>166</sup>.

**A despeito de todas estas considerações acima, pode-se aqui, no entanto, afirmar que o anarquismo de cunho sindical (o anarquismo que vinha sendo influenciado pelo sindicalismo-revolucionário francês) e a social-democracia alemã eram as correntes ideológicas que mais vinham norteando estes ativistas no que toca a forma de**

---

<sup>163</sup> - Entende-se por “*espiritualismo*” um “*movimento espiritual, filosófico e científico*”, organizado na segunda metade do século XIX, “*centrado na relação com a morte, no contato sistemático e regular com os mortos, nas manifestações conscientes dos espíritos e nos ensinamentos por eles transmitidos*”. Este movimento “*incorporou princípios científicos, investigou os fenômenos na sua lógica e veracidade e combateu o materialismo simplista lançando novas bases para pensar verdades religiosas sem os dogmatismos das religiões tradicionais*”. Conforme: SILVA, Eliane M. ***O Espiritualismo no século XIX***. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1997, p. 18, 19.

<sup>164</sup> - Ver a respeito da presença destes ideários: ARAVANIS, E. “Leituras...”. ***História...*** 2002; SCHMIDT, B. ***Um socialista...*** 2000, p. 69-117; \_\_\_\_\_, “Formação e ...”. ***Vidya***. 1998.

<sup>165</sup> - PETERSEN, S. “***Que a união...*** 2001, p. 60-69; SCHMIDT, B. ***Um socialista...*** p.75-80.

<sup>166</sup> - ARAVANIS, E. “***Uma utopia...*** 1997, p. 99-106; \_\_\_\_\_. “Leituras...”. ***História...*** 2002.

**organização política da classe operária: em sindicatos ou em partidos políticos, respectivamente.**

As localidades em que constatei a atuação mais significativa da militância operária do estado foram as cidades de Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre, o que é previsível e lógico, pois se tratam dos principais centros industriais do período. De um modo geral, observo que havia nestas localidades a presença organizada tanto de ativistas inspirados pelo socialismo como pelo anarquismo, sendo que neste processo verifica-se adesões de socialistas ao anarquismo<sup>167</sup>. Também cabe observar que estas tendências ideológicas foram coexistentes, sendo que socialistas e anarquistas chegaram, em algumas circunstâncias, a militar lado a lado, principalmente em Porto Alegre<sup>168</sup>. É pertinente aqui ainda destacar que havia uma certa circulação migratória, por parte da militância operária mais ativa do estado, entre estas três cidades mencionadas.

**Para Pelotas, o berço do movimento socialista no Rio Grande do Sul, destaco, entre o grupo dos ativistas socialistas, os nomes de João Tolentino de Souza<sup>169</sup>,**

---

<sup>167</sup> - Cito aqui rapidamente os nome de Lucídio Marinho Prestes (Gráfico e homeopata; aderiu ao anarquismo por volta de 1911), de João Tolentino de Souza e de José Rey Gil (ver resumida biografia dos mesmos adiante).

<sup>168</sup> - Conforme BILHÃO, Isabel Aparecida. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário (Porto Alegre 1906-1911)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p 19-34.

<sup>169</sup> - **João Tolentino de Souza** (?-?). Jornalista e poeta. Era um beletista de Pelotas. Em 1887

**Alberto Ferreira Rodrigues<sup>170</sup> e Guilherme Sauter<sup>171</sup>. Eles foram os responsáveis pela edição do jornal a DEMOCRACIA SOCIAL (1893)<sup>172</sup> - provavelmente o primeiro jornal operário socialista do estado - e por fomentarem o incipiente movimento operário da localidade. Nesta cidade os socialistas não vieram, contudo, a fundar um partido político. Já entre o grupo dos militantes que se norteavam pelo anarquismo destaco os nomes de Carlos Simões Dias<sup>173</sup>, Zenon de Almeida<sup>174</sup> e**

---

publicou o livro de versos “Charitas”, escrito a quatro mãos. Foi secretário do “Clube dos Lunáticos”, um grêmio literário que funcionava, em 1888, junto à Biblioteca Pública de Pelotas. (MARÇAL, João Batista. *A imprensa operária do Rio Grande do Sul (1873-1974)*. Porto Alegre: s/ed., 2004, p.212). Editou o jornal O OPERÁRIO (1892-1893) desta cidade e foi um dos principais redatores do periódico operário e socialista DEMOCRACIA SOCIAL (1893), também de Pelotas. Veio, posteriormente, a residir em Porto Alegre e a participar do movimento operário local. Futuramente veio a aderir ao anarquismo e a ocupar postos em várias associações operárias. Faleceu, ao que tudo indica, entre 1919 e 1920.

<sup>170</sup> - **Alberto Ferreira Rodrigues (?-?)**. Tal qual João Tolentino, foi um beletrista de Pelotas. Editou pela Livraria Universal, de 1894 a 1908, o “Almanaque Popular Brasileiro”, de sua autoria. (REVERBEL, 1981, s/p. Apud: SCHMIDT, B. *Um socialista...* 2000, p.70-71); (MARÇAL, 2004, op. cit., p.212).

<sup>171</sup> - **Guilherme Sauter (?-?)**. Não obtive muitas informações a seu respeito. Identifiquei que ao lado de João Tolentino de Souza e de Alberto Ferreira Rodrigues, veio a participar da fundação da Liga Operária de Pelotas (composta tanto por operários, como por patrões), constituindo-se, juntamente com aqueles citados ativistas, na ala socialista desta entidade. Veio a editar ainda junto com estes militantes o jornal O OPERÁRIO (1892-1893) e a DEMOCRACIA SOCIAL (1893).

<sup>172</sup> - Surgiu em 9 de junho de 1893. Era um jornal dominical. Tinha três diretores e proprietários: Guilherme Sauter, João Tolentino de Souza e Alberto Ferreira Rodrigues. Entre seus principais colaboradores estava Antônio Guedes Coutinho. Teve curta duração, aproximadamente 6 meses.

<sup>173</sup> - **Carlos Simões Dias (?-?)**. Não obtive muitas informações a seu respeito. Aderiu, ao que tudo indica, gradualmente ao anarquismo e isto na década de 1910 e após, provavelmente, a sua ida ao Rio de Janeiro em 1913 para participar do Congresso promovido pela COB. Na cidade de Pelotas veio a ocupar vários postos importantes nas associações operárias, bem como a atuar no movimento operário local. (Ver LONER, B. *Construção...* 2001, 186-189).

<sup>174</sup> - **Zenon Budaszewski (1892-1940)**. Nasceu em Porto Alegre. Era filho de Leocádia e Ignácio

**Santos Barbosa<sup>175</sup>. Eles, ao lado de outros correligionários, vão paulatinamente tomando as entidades operárias que se encontravam nas mãos dos socialistas, como fundando outras, sendo que muitas dessas de cunho cultural – grupos teatrais, musicais, etc.**

Para a capital aponto, no campo dos militantes socialistas, os nomes de Francisco Xavier da Costa<sup>176</sup> e Carlos Cavaco<sup>177</sup> como de importantes líderes

---

Budaszewski, ambos naturais de Varsóvia. Era sapateiro e filho de sapateiro. Casou-se, em 1917, com Eulina Augusta Martins. Era orador, intelectual, jornalista e teatrólogo; falava vários idiomas. Atuou no Rio de Janeiro, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria, Porto Alegre e nas minas de São Jerônimo. Após retorno de uma breve viagem à Europa, em 1912, radicou-se no Rio de Janeiro. Lá participa do grupo que reestrutura a COB, ao lado de Cecílio Vilar, Santos Barbosa, Carlos Simões Dias e de Astrogildo Pereira, passando a escrever no jornal desta entidade, A VOZ DO TRABALHADOR. Muda-se por volta de 1914 para a cidade de Pelotas, vindo a participar ativamente do movimento operário local. Lá trabalha como auxiliar de químico no Frigorífico Armour e atua no Centro de Estudos Sociais, dirigido por Antônio Gomes da Silva, funda também o teatro 1º de Maio, o Atheneu Sindicalista Pelotense, o Grupo Teatral Cultura Social e, em 1915, lança o jornal A TERRA LIVRE, porta-voz da Federação Operária de Pelotas. Em 1915-1916 retorna à Porto Alegre e passa a atuar no movimento operário local. Em 1919 vai para São Paulo indo também constantemente para o Rio de Janeiro. Vem a aderir, posteriormente, ao Partido Comunista do Brasil. Morre em 1940. Dados biográficos retirados de MARÇAL, João Batista. *Os anarquistas no Rio Grande do Sul: anotações biográficas, textos e fotos de velhos militantes da classe operária gaúcha*. Porto Alegre, EU / Porto Alegre, 1995, p. 33-42 .

<sup>175</sup> - **Santos Barbosa (?-?)** Não obteve muitas informações a seu respeito. Escreveu em co-autoria com Zenon a peça “*Pacatos*”. Esteve em 1913 no Rio de Janeiro participando da reestruturação da COB, ao lado de Zenon de Almeida, Cecílio Vilar e de Astrogildo Pereira. Foi para Pelotas, provavelmente, em função de ter conhecido neste congresso Carlos Simões Dias, militante operário pelotense que vinha se aproximando do anarquismo.

<sup>176</sup> - Francisco Xavier da Costa (187?-1934). **Foi uma importante liderança socialista do Rio Grande do Sul da República Velha. Começou a trabalhar durante a infância como aprendiz de litógrafo, tornando-se, mais tarde, perito gravador. Era mulato e fora criado por alemães. Seus primeiros contatos com a social-democracia se deram devido suas relações com a colônia alemã da capital, onde circulavam informações sobre esta doutrina. Ativo integrante do movimento operário local, foi um dos fundadores da Liga Operária Internacional (1895), organizador do 1º Congresso Operário do Rio Grande do Sul (1898), um dos líderes da 1ª greve geral do estado (1906) e ainda presidente da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS),**

locais. Eles, além de escreverem na imprensa e editarem jornais operários, vieram a participar ativamente do movimento operário da localidade, principalmente Xavier da Costa, que chegou a fundar, com outros correligionários, um partido operário em 1905 – O *Partido Operário do Rio Grande do Sul*. Já entre o grupo dos militantes anarquistas desta cidade aponto, como sendo de líderes relevantes, os nomes de Polydoro Santos<sup>178</sup>,

---

**fundada durante esta greve. Como socialista fez parte do grupo fundador do Partido Socialista Rio-Grandense (1897) e do jornal A DEMOCRACIA (1905), órgão do Partido Operário Rio-Grandense. Neste periódico travou ardorosas polêmicas com o grupo anarquista d'A LUTA. Foi proprietário também do jornal AVANTE, editado a partir de 1908. Por volta dos anos 10, aproximou-se da política partidária oficial, ingressando no Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), de cunho positivista. Foi eleito por este partido várias vezes como conselheiro municipal (1912-1916; 1916-1920; 1928-1930). Com o fechamento destes conselhos, em 1930, passa a integrar o conselho consultivo do estado e, mais tarde, em 1931, funda o conselho consultivo dos trabalhadores de Porto Alegre, composto por um representante de cada associação operária, pretendendo, com isso, a unificação do operariado da capital. Biografia elaborada com base em ARAVANIS, E. *Uma utopia...* 1997, p.135 e PETERSEN, S. *“Que a união...* 2001, p.95. Maiores informações a respeito deste militante ver SCHMIDT, Benito. *O patriarca e o tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187? –1934) e Carlos Cavaco (1878-1961)*. Campinas: PPG História UNICAMP, 2002.**

<sup>177</sup> - **Carlos Cavaco (1878-1961)** Nasceu em Santana do Livramento. Foi advogado, escritor, jornalista, e professor. Transferiu-se para Porto Alegre em 1904. Iniciou, ao que tudo indica, sua militância socialista por intermédio de Francisco Xavier da Costa, atuando ao lado deste no jornal A DEMOCRACIA e na greve de 1906. Fundou várias organizações operárias de duração efêmera e também atuou em diversos jornais. Através da imprensa manteve várias polêmicas com os anarquistas do estado. Foi processado em Porto Alegre por crime de estupro. Transferiu-se para o Rio de Janeiro, ao que tudo indica, no final dos anos 10. Em 1930 apoiou a ascensão de Vargas ao poder. Apesar disto, foi preso em 1931, em Fortaleza, ao participar de uma reunião com os operários da Legião Cearense do Trabalho, por declarar-se socialista revolucionário. A partir deste incidente veio a ocupar vários cargos públicos relacionados principalmente com o Ministério do Trabalho. Em 1953 foi nomeado por João Goulart, então Ministro do Trabalho, para o cargo de Assessor Técnico da Comissão de Orientação Sindical. Faleceu em 22 de dezembro de 1961 em Petrópolis, no Rio de Janeiro. Dados biográficos extraídos de PETERSEN, S. *“Que a união...* 2001, p.152. Maiores informações a respeito deste militante ver também sua biografia em SCHMIDT, B. *O patriarca e o tribuno...* 2002,

<sup>178</sup> - Polydoro Santos (1881-1924). **Era jornalista e gráfico de profissão. Iniciou a sua atuação no movimento operário local por volta de 1906. Neste ano foi um dos fundadores da "Escola Eliseu Reclus". Nos anos de 1906 à 1911 fez ainda parte do grupo editor d'A LUTA.**

Henrique Martins<sup>179</sup>, José Rey Gil<sup>180</sup> e de Djalma Fetermann<sup>181</sup>. Estes ativistas, ao lado de outros militantes, vêm a fundar escolas, bem como jornais operários e outras organizações proletárias de cunho combativo – como os sindicatos.

---

Assinava seus artigos, muitas vezes, com a abreviatura: P.S. Ativo militante anarquista, como gráfico, foi, em 1906, secretário do "Grêmio de Artes Gráficas". Durante o período anarquista da "Federação Operária do Rio Grande do Sul" (FORGS) foi ainda o primeiro secretário desta entidade. Nos anos precedentes também fez parte da direção da "União Operária Internacional". Veio a editar no ano de 1912, conjuntamente com Luiz Derivi, A VOZ DO TRABALHADOR, então, órgão oficial da FORGS. Editou ainda, a partir de 1914, o jornal A AURORA e, a partir de 1920, a REVISTA LIBERAL. Foi também um dos principais colaboradores do jornal O SYNDICALISTA, surgido 1914. A partir de sua experiência com a "Escola Eliseu Reclus", tornou-se um dos principais defensores do ensino racionalista em Porto Alegre. Em 1914 colabora para a fundação da "Escola Moderna dos Navegantes" e em 1916 funda, conjuntamente com Henrique Martins, Zenon Budaszewski, Djalma Fettermann e outros, a "Escola Moderna" situada na Ramiro Barcelos, n. 197. Após o fim destas escolas ainda organiza, em 1923, a "Sociedade Pró-Ensino Racionalista" com o objetivo de angariar fundos para a aquisição de um prédio onde funcionaria uma outra escola de cunho racionalista. Morreu em 26 de junho de 1924, sem contudo, ter realizado este seu desejo. Biografia retirada de ARAVANIS, E. *Uma utopia...* 1997, p. 79-81.

<sup>179</sup> - **Henrique Augusto Martins (1888-1918)**. Seu pseudônimo era Cecílio Vilar e quiçá também Cecílio Dinorá. Nasceu em Lajeado, no Rio Grande do Sul. Estudou com a professora Malvina Torres que, conforme Marçal, partilhava do anarquismo. Tornou-se gráfico e jornalista. Chegou na capital por volta de 1906 indo trabalhar nas oficinas do "Jornal do Comércio". Também trabalhou como tipógrafo no "Correio do Povo". Foi presidente em 1911 da "União Tipográfica" fundada com a sua colaboração em 1910. Participou ainda ativamente da imprensa local. Foi redator d'O DIÁRIO em 1911, editor do "A VOZ DO TRABALHADOR" de 1910 à 1912, da direção do "O EXEMPLO" em 1911 e um dos editores do "A ÉPOCA" em 1917. Em função de uma briga política com Francisco Xavier da Costa fugiu, para não ser processado, em 1912 para São Paulo, indo, logo em seguida, para o Rio de Janeiro. Lá colaborou nos jornais "GUERRA SOCIAL" e "VOZ DO TRABALHADOR", ao lado de Astrogildo Pereira e João Leurenroth. Participou também dos embates travados, por esta época, na COB. Voltou para Porto Alegre em 1914, pondo-se logo no comando da FORGS. Em 1916, foi um dos fundadores da ESCOLA MODERNA da Rua Ramiro Barcelos. Faleceu em 1918, vítima da gripe espanhola. Biografia retirada de ARAVANIS, E. *Uma utopia...* 1997, p.83-84.

<sup>180</sup> - **José Rey Gil**. Natural de Pelotas, veio para Porto Alegre por volta de 1895. Era gráfico e dirigente operário. Em Porto Alegre logo iniciou a participar do movimento operário local. Foi, em 1895, um dos fundadores e primeiro secretário da "Liga Operária Internacional". Foi ainda um dos fundadores do "Partido Socialista Rio-Grandense", em 1897, tendo, inclusive comandado o movimento que resultou na cisão do mesmo. Após esta cisão, passou a editar em 1898, A VOZ DO OPERÁRIO. Fez parte também da "União Operária Internacional", sendo o secretário desta entidade (A LUTA, 13/09/1906, p.4). Foi ainda, conforme Marçal, um dos redatores do A LUTA, jornal onde travou grandes polêmicas com Francisco Xavier da Costa, diretor d'A DEMOCRACIA, jornal socialista de Porto Alegre. No jornal A LUTA se encontra uma breve biografia deste ativista escrita por ele mesmo. Ver: A LUTA, 15/03/1907, p. 4. Nesta biografia ele afirma ter sido católico até os 15 anos, após um "livre pensador", maçom, "um socialista autoritário" e, por fim, "um socialista revolucionário, libertário ou anarquista". Declara ainda que em Pelotas foi um "republicano

**Para Rio Grande aponto, por fim, o nome do socialista luso Antônio Guedes Coutinho<sup>182</sup> como sendo de um importante líder local. Ele é o responsável, em grande medida, pela própria existência do movimento operário na cidade. Dentre as várias atividades que lá ele realizou destaque sua participação na fundação da Sociedade**

---

entusiasta", um dos fundadores do "Club Republicano Internacional", da associação "Club Nagô" que lutava pelo fim da escravidão e da "Guarda da República" criada para defender a República contra uma possível volta da monarquia. Menciona também que quando defensor do regime republicano nunca havia sido nem "castilhistas nem cassalistas". Biografia retirada de ARAVANIS, 1997, op. cit. p. 82-83.

<sup>181</sup> - **Djalma Fetermann (?-?)**. Nasceu em Porto Alegre. Filho de um sapateiro alemão e de uma filha de escravos. Foi casado com Dulcina Augusta R. Martins. Dominava vários idiomas, se destacando no francês. Foi um dos fundadores da escola anarquista *Eliseu Reclus* em 1906 (onde lecionou português, alemão e francês) e da Escola Moderna em 1915, ambas localizadas em Porto Alegre. Foi dirigente da União Operária Internacional da capital, em 1911 e 1912, e foi também representante da União Metalúrgica no 4º Congresso Operário Internacional realizado em 1912 no Rio de Janeiro. Em 1919 fez concurso para os Correios e se mudou para o Rio de Janeiro, sendo lá várias vezes preso durante os conturbados anos 20 e 30. Retornou ao Rio Grande do Sul nos anos de 1943 à 1947, vindo a falecer no Rio de Janeiro, sem ter abandonado seu ideal anarquista. Dados biográficos retirados de MARÇAL, 1995, op. cit., p. 75-76.

<sup>182</sup> - **Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)**. Nasceu na Província de Trás-os-Montes, em Portugal, e faleceu em Rio Grande, no RS. Foi alfaiate, operário têxtil, jornalista e professor. Social-democrata, tornou-se mais tarde trabalhista. Veio para o Brasil com 18 anos, desembarcando inicialmente em Pelotas, onde iniciou sua formação doutrinária. Participou da fundação da Liga Operária de Pelotas (1887), sendo eleito depois seu bibliotecário (1890) e secretário (1892), atuando também em campanhas organizadas pela associação contra a carestia. Colaborou com o jornal O OPERÁRIO (1892-1893). Em 1893 se muda para Rio Grande, de onde colabora com o periódico pelotense DEMOCRACIA SOCIAL (1893). Logo ingressou na Sociedade União Operária (oficialmente instalada em 1894), participando a partir daí nesta entidade. Em 1909 assume a presidência da União, permanecendo nesta até outubro de 1910. Participa também da diretoria e comissões do Grêmio Dramático e ministra aulas na escola mantida pela Sociedade União Operária. Na imprensa de Rio Grande colaborou com O OPERÁRIO (1893 ou 1895?), foi redator e proprietário do ECHO OPERÁRIO 1896-1899, tendo uma segunda fase em 1901), redator de O PROLETÁRIO (1906) e também colaborou com vários órgãos da imprensa local. Converteu-se ao espiritismo em 1898. Foi candidato derrotado (possivelmente devido à fraude eleitoral) ao Conselho Municipal de 1900. Transferiu-se para Jaguarão em 1911. A partir daí, existem poucas notícias a respeito de sua atuação. Foi eleito, em 1915, presidente da Sociedade União Operária de Jaguarão. Colaborou com o jornal de Pelotas O REBATE em 1921 e 1922, quando morava na localidade que hoje é Veranópolis. Retornou à Rio Grande em 1940, quando concedeu uma entrevista afirmando a morte do socialismo e defendendo o trabalhismo de Vargas. Faleceu cinco anos depois. Biografia retirada, de forma resumida, de PETERSEN, 2001, op. cit. p. 82-83. Mais informações a respeito deste militante ver sua biografia realizada por SCMHIDT, B. *Um socialista...* 2000.

União Operária de Rio Grande (1893), a edição do jornal socialista ECHO OPERÁRIO (1896-1899; 1901), bem como a fundação, por ele promovida, de um partido político - O *Partido Socialista Rio-Grandense* (1897).

Antes de concluir esta apresentação cabe ainda observar, que alguns membros da militância operária do estado não era operária, já que eram oriundos dos grupos médios da sociedade (advogados, jornalistas, intelectuais, etc.), tal qual era visto ocorrer em outros locais do país.<sup>183</sup> Noto ainda, com relação a estes militantes de “fora” da classe, que muitos se constituíam nas “*minorias com linguagem articulada*” da mesma<sup>184</sup>, como Carlos Cavaco e o médico anarquista Reinaldo Frederico Geyer, ainda que houvesse,

---

<sup>183</sup> - A este respeito, ver, por exemplo, os dados biográficos de militantes anarquistas radicados, via de regra, em São Paulo e no Rio de Janeiro e, em especial, os de Fábio Luz, Avelino Fóscolo, José Oiticica e Domingos Ribeiro Filho constantes em PRADO, Antônio Arnoni & HARDMAN, Francisco F. *Contos anarquistas*. SP: Editora Brasiliense, 1985, p.125-132.

<sup>184</sup> - Conforme Jorge Jardim, tais minorias se constituíam nos militantes mais ativos do movimento operário, seus líderes e os ativistas que editavam e/ou escreviam nos jornais operários. Nestes periódicos estes indivíduos procuravam falar para e em nome da classe operária. Ver JARDIM, Jorge Luiz Pastoriza. *Comunicação e militância. A imprensa operária no Rio Grande do Sul (1892-1923)*. Dissertação de Mestrado em História - PUCRS. Porto Alegre, 1990, p. 35.

**observo, também vários ativistas de origem proletária compondo esses segmentos mais ativos e intelectualizados da classe, tais como Antônio Guedes Coutinho, Polidoro Santos e Henrique Martins.**

**Nas seções que seguem, e para desenvolver a proposta de examinar o corpo como causa da luta operária, passo a dar voz a esta militância brevemente apresentada, bem como, sempre que as fontes o permitirem, ao próprio “operário comum”.**

**Início a análise a partir das reivindicações e lutas que se podem chamar como mais amplas da classe e em que o corpo é causa da luta por questões muito ligadas à sobrevivência.**

**2.2. O corpo e as reivindicações de melhores salários, de melhoria das condições de vida do operário a partir do voto e as lutas contra a carestia**

**a) A reivindicação de melhores salários.**

---

A reivindicação de melhores salários foi, como a historiografia local já apontou, uma exigência feita de forma bastante recorrente pelo movimento operário do estado no período, constituindo-se no principal motivo das greves.<sup>185</sup>

Tomando aqui como referência a imprensa operária como principal meio de expressão da militância, observo que havia, no mínimo, duas razões que a levavam a propor a reivindicação por melhores salários e que estariam se manifestando conjuntamente.

Uma delas, e que se encontrava presente principalmente entre a parcela anarquista, trata-se da tentativa de mobilizar os operários ou de ganhar espaço entre os mesmos, a partir desta reivindicação. A fim de ilustrá-la trago, abaixo, um artigo publicado pelo jornal do Sindicato dos Alfaiates de Porto Alegre em 1907. No mesmo vê-se claramente a direção desta entidade buscando arregimentar a categoria para lutar contra o patronato através de um balancete deficitário do custo de vida de uma família de um oficial alfaiate:

Parece incrível que haja oficiais alfaiates que se sujeitam a ganhar 15\$ [577r. dia], 20\$ [770r.d.], 25\$ [962 r. d.] ou 35\$ mil [1.347r.d.] réis por mês.

.....  
Vou discriminar aqui as despesas que, pela parte ínfima, tem de fazer uma família operária composta de 5 ou 6 pessoas.

**Aluguel de uma pocilga ou casebre anti-higiênico, no mínimo 35\$000; a família para alimentar-se regularmente (para não dizer mal) não pode passar sem adquirir 1 ½ kg. de carne**

---

<sup>185</sup> - Conforme Sílvia Petersen, a reivindicação de aumento salarial era a principal causa que levava o operariado do estado a fazer greve no período de 1890 à 1919. A autora aponta para este período o total de 31 greves tendo como causa esta reivindicação. Ver PETERSEN, S. "As greves no ...". In: DACANAL, J. I. e GONZAGA, S. (org.) **RS: Economia e ...** 1993, p.290-302; p.321. A este respeito ver também dados novos trazidos por Beatriz Loner em sua tese que corroboram para esta conclusão acima: LONER, B. **Construção de classe...** 2001, p.463-466.

que custa 750 réis e ao mês 23\$250 réis; 6 pães de 50 gramas por dia à 50 réis fazem 300 réis e por mês 9\$000 réis; por mais economias que faça esta família não pode gastar no armazém menos de 50\$000 mil réis mensais; o leite é indispensável em casa onde há crianças, e nunca menos de um litro os satisfará, o seu preço regular é de 400 ou 500 réis, faremos, entretanto, pelo mínimo, perfaz ao mês 12\$000 réis, temos ainda... 5\$000 réis de água e 1\$200 de remoção de materiais fecais, portanto, somando, chegamos à 135\$ réis, isto, as despesas invariáveis, sem falar na vestimenta de todos da família, sem a qual não podemos passar, em falar ainda em despesas com medicamentos e farmácias, e em gastos extraordinários a que seguidamente nos vemos arrastados por circunstâncias várias, e nem sequer por sonho nos lembramos de falar em utensílios indispensáveis à morada, tantas outras coisas que achamos desnecessário enumerar.

Pois bem, para começar a comparação entre receita e despesa, afirmamos que nem um oficial alfaiate em Porto Alegre ganha salário igual à soma da despesa invariável e mais necessária à vida (r. 135\$000) sendo essa desigualdade para menos na receita.

Demonstrada a insuficiência do ganho para a despesa perguntamos nós: - Como e de que forma se pode viver deste modo? Devemos diminuir a nossa alimentação? Devemos andar nus? Nunca ficaremos doentes e viveremos assim honradamente como a sociedade o exige? **Não, a resposta impõe-se, e nós todos demasiadamente o sabemos.** Dai a degradação moral e material em que vegeta esta pobre gente, bem digna de melhores dias. Porém, como diz o rifão “há males que vem para bem” e assim muitos dos nossos colegas despertam deste sono inocente que dormiam e a classe neste momento se agita para conquistar mais algumas migalhas de pão para os filhos e um vestido para a esposa dos deserdados alfaiates.

Os patrões bem sabem que o nosso ganho não faz frente às nossas necessidades, mas dirão, consigo: - arranjem-se. E nós bradamo-lhes daqui aos ouvidos: - Patrões sanguessugas, espelhai-vos e pensai no punhado de verdades que vos atiraremos às faces! **porque a reivindicação nossa está a caminho**<sup>186</sup>

Se a argumentação anterior remete explicitamente ao âmbito da mobilização operária, a segunda razão da reivindicação de melhores salários aponta claramente para o problema de manter as condições de sobrevivência do operário, principalmente nas situações de carestia, ou seja: é o corpo que está em pauta.

---

<sup>186</sup> - O ALFAIATE, Porto Alegre, 12/10/1907, p.3 (Grifo meu).

Conforme constatei na imprensa operária, vários foram os artigos destes militantes que expressavam a necessidade de aumento dos salários deste trabalhador frente a alta do custo de vida ou de que eles deveriam ser elevados tendo o visto o fato de serem escassos ou limiares para o sustento desta classe<sup>187</sup>. Ou seja, esta militância claramente revela, através de repetidos artigos, a sua preocupação com a incapacidade dos salários praticados darem conta das demandas mínimas do operário.

Claro está que deveria haver alguns exageros nestes artigos e que nem todos os operários se enquadravam nessas demandas por melhora de seu salário em função da sobrevivência. A preocupação com isso, contudo, era algo de fato real entre a parcela militante da classe, como pude perceber em função da constante repetição destes textos, fato este, por outro lado, que também é revelador da própria situação econômica que estava sendo vivida pelos operários, que, como se viu, do que foi exposto no capítulo anterior, não era, ao que tudo indica, das melhores.

Quanto ao operário comum a documentação que examinei não revelou quais eram os motivos que o levavam a propor esta reivindicação, ainda que se possa aqui conjecturar a respeito. Como se pode inferir da própria preocupação das lideranças em relação ao poder aquisitivo do salário, este

---

<sup>187</sup> - Ver, dentre outros, os artigos constantes em: O OPERÁRIO, Pelotas, 01/05/1892, p.1; DEMOCRACIA SOCIAL, Pelotas, 09/07/1893, p.2; 13/08/1893, p.2; O PROLETÁRIO, Porto Alegre, 09/08/1896, p.3.; ECHO OPERÁRIO, Rio Grande, 27/02/1898, p.1; 03/09/1899, p.1,2; A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 13/08/1905, p.3; 06/01/1907, p.3; 13/07/1907, p.1; 21/07/1907, p.4. O ALFAIATE, Porto Alegre, 12/10/1907, p.3; A LUTA, Porto Alegre: 15/12/1906, p4; 06/01/1908, p.2; 01/05/1910, p.2; Ver também artigos desta militância, com semelhante teor, publicados em imprensa comercial da capital: ECHO DO POVO, Porto Alegre: 05/10/1911, p.1; 19/10/1911, p.1.

motivo - ou ao menos um destes - poderia ser perfeitamente o da própria subsistência.

Na impossibilidade de trazer aqui as intenções do operariado, como um todo, em relação a esta reivindicação, transcrevo um artigo que é emblemático por parte das lideranças operárias. Este texto é de autoria do socialista Francisco Xavier da Costa e foi publicado no jornal porto-alegrense A DEMOCRACIA em 1907. No mesmo identifica-se claramente este importante líder operário defender entre esta classe, e de forma bem destacada, esta reivindicação frente a duas posições manifestas na capital – de um industrialista (Sr. Manoel Py) e de um comerciante (Sr. Paschoal) - de que os proventos dos operários eram suficientes para a sua sobrevivência:

‘O CÁLCULO DO ‘SEU PASCHOAL’,  
A AFIRMATIVA DO SR. MANOEL PY.

[No] ultimo número da Democracia, publicamos, sob a primeira das epígrafes acima, o seguinte cálculo, com que um negociante estabelecido no arrabalde da Tristeza pretendeu provar que o operário no Rio Grande do Sul não tem direito para reclamar melhoria de condições econômicas:

‘O ano não bissexto tem 365 dias, afora umas parcelazinhas que não vem ao caso. Deduzamos 52 domingos, 20 dias feriados, outros tantos santificados e 55 em que o operário seja obrigado a faltar no trabalho devido a chuva, a doença, etc.. e teremos o total de 147 dias inúteis.

Sobram portanto, 218 dias úteis ou de trabalho.

A média do salário do trabalhador, no Rio Grande do Sul, [...] é de 5\$000 diários. Note, diz o calculista, que esse operário pode, pois, sustentar família composta dele, mulher e quatro filhos. Tocarà a cada pessoa quase 840 reis por dia de trabalho.’

Por falta de espaço em o número que publicamos esta pandega matemática, adiamos, então, os comentários que a opinião do negociante da Tristeza nos sugerira.

Era nosso intuito, quando escrevêramos esta promessa, fazer, apenas, comentários satíricos ao tal cálculo, visto que ele não representa, ou antes, não é mais nem menos do que um grandíssimo disparate.

Após isso, no entanto, recordamo-nos de que certa vez o abastado capitalista e industrialista Sr. Manoel Py, em conversa com o diretor da redação desta folha, declarou-lhe, a propósito dos magros salários com que são pagos os tecelões da Companhia Fiação e Tecidos porto-alegrense, que entendia ganharem bastante para o sustento próprio e das respectivas famílias os operários cuja fêria não excedia de réis 2\$500 por dia a cada um.

Alegava o muito ilustre e poderoso industrial que essa fêria e as das esposas e dos filhos dos mesmos operários, perfaziam uma receita muito boa e da qual *ainda podia sobrar alguma cousa*, pago o necessário para a subsistência das citadas famílias.

.....  
O *cálculo* do seu Paschoal nos recordou esse incidente, devido a semelhança entre a afirmativa do Sr. Py e a do referido negociante.

E, por isso, abandonamos o anterior propósito de simplesmente fazer pilhéria ou comentários satíricos. Começemos pela afirmativa do poderoso *alter-ego* dos acionistas da citada companhia.

.....  
Demos de barato [...] que tanto homens como mulheres empregados na *Fiação e Tecidos* ganham ali 2\$500 por dia, e que cada criança receba a fêria de 1\$000. Tomemos para base de cálculo uma família composta de esposa e de dois filhos, um dos quais possa ser empregado nas oficinas e aí teremos a quantia de 6\$000 diários. Receita anual, réis 1:308\$000; dividida por 365 dias dará a diária de pouco mais de 3\$583 ou seja cerca de 896 por cada pessoa.

Vejamos agora a despesa muito reduzida, a menor, que a vida da mencionada família exige por dia:

Carne, 400 réis; pão, 300 réis; leite, 400 réis; hortaliças, 240 réis; lenha 500 réis; luz (vela ou querosene), 100 réis; café, 200 réis; açúcar, 240 réis; feijão, 150 réis; farinha, 60 réis; massa para sopa, 100 réis; arroz, 250 réis; banha 200; temperos 140 réis; batatas 100 réis; sabão 250 réis; carvão, 40 réis. Adiciona-se a isso o aluguel da casa 20\$000, água 4\$000 e serviço de remoção de materiais fecais, 1\$000, despesas estas mensais que resultam por dia 933, desprezada uma fração ínfima... Total, 4\$603.

Há, pois, um *deficit* de réis 1\$020! E nota-se que não incluímos na conta da despesa outros gastos inevitáveis, às mais das vezes, em uma casa de família, por mais modestamente que esta viva, gastos para os quais seria necessária, pelo menos, a quantia de 500 réis por dia. E, neste caso, incluindo-a, o *deficit* atingiria a 1\$520.

Mas temos ainda adicionais às despesas.

A polícia, que é a 'guarda indefectível das moral social' não admite que uma pessoa, pelo fato de não ter, sequer, um vintém, transite pelas ruas em *toilette* igual àquela com que, segundo a Escritura Sagrada, o bom Deus lançou o pai Adão no Paraíso. E, por isso, o operário, a operária e os filhos deles precisem de roupa, de calçados e de chapéus aquele. Acrescenta-se, portanto, mais esta despesa...

A família do operário é, tal qual as dos Srs. Py, Bins, Fenselau, Paschoal e demais burgueses, de carne e osso; sujeita, pois, a enfermidades.

Que querem! É este um dos inconvenientes que a *boa*, a *altruísta* burguesia industrial bem reconhece e lamenta: o operário não ser de ferro...

E por que o operário não é de ferro... dá-se também ao luxo de adoecer; e, adoecendo, enquanto não está em condições de ser obrigado a separar-se dos entes que lhe são caros, que são - permita-se-nos a frase - pedaços de sua alma - para ir esperar a morte num catre de hospital, necessita de remédios e, em algumas condições (vejam os Srs. capitalistas como os operários são gastadores!) também necessita a visita dos doutores em medicina...

Nem os remédios, nem os médicos são gratuitos aos pobres que querem ser tratados no lar. Quem deles precisa, paga.

E diga nos afinal o Sr. Py, e diga-nos também o Sr. Paschoal o que julgam que sejamos nós os operários, aos quais entendem suas mercês que é possível viver com menos do que custa a alimentação dos cães ou dos cavalos de qualquer senhor rico!

Explique-nos isso especialmente o segundo daqueles burgueses que, no seu cálculo, imaginou ser possível a cada trabalhador sustentar-se com menos de 500 réis por dia, que é a quanto *atinge* o total do ganho operário em 218 dias úteis, segundo a *matemática paschoalina*, divididos pelos 365 dias do ano.

Só mesmo usando lógica da empregada pelos supracitados senhores é que pode haver quem se julgue autorizado a negar razão às reclamações dos trabalhadores...<sup>188</sup>

Considerando o teor da exposição aqui feita com relação às razões expressas nesta reivindicação de melhores proventos, não seria improcedente afirmar, então, que o *corpo do operário* vinha se constituindo em uma *causa da luta operária*, ao menos para a parcela militante desta classe, já que é o corpo que ela tinha por alvo, em grande parte, quando reivindicava melhores proventos para os operários. Em outros termos, ela pretendia que o operário tivesse a possibilidade de uma boa alimentação, uma moradia adequada, vestuário e cuidados com a saúde; ou seja, a própria possibilidade de manter seu corpo fisicamente íntegro, quando não, vivo.

---

<sup>188</sup> - A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 06/01/1907, p.2 - 3.

## **b) A proposta de melhoria das condições de vida via voto**

Tratando agora da proposta de melhoria das condições de vida do operário via o voto, observo, antes de mais nada, que tal proposição tinha origem entre os militantes socialistas do estado sem ter, no entanto, a mesma expressão no movimento operário local como a da reivindicação de melhores salários. A respeito desta proposta, cabe aqui ainda observar, que ela ultrapassava, em alguns casos, os limites da própria classe operária – já que incluía, em algumas situações, os “pobres” em geral -, e que ela se constituía, por outro lado, como divisora do próprio campo de batalha em que se circunscrevia a ação política da militância proletária no estado à época: enquanto que os anarquistas dela não partilhavam por serem totalmente refratários à qualquer forma de participação na esfera do Estado<sup>189</sup>, os socialistas a priorizavam frente a reivindicação de melhores proventos<sup>190</sup>, o que é perfeitamente explicável em função da própria orientação ideológica dos socialistas que concebiam na luta político-

---

<sup>189</sup> - A respeito deste entendimento e/ou posição ver, dentre outros, A LUTA, Porto Alegre: 15/11/1906, p.3; 03/09/1907, p.2; 23/11/1907, p.1; 02/03/1907, p.3; 18/09/1908, p.1-2; 26/09/1908, p.3.

<sup>190</sup> - Esta posição dos socialistas pode ser claramente vista, por exemplo, no ECHO OPERÁRIO, Rio Grande, 12/09/1897, p.1; 03/09/1899, p.2 e n'A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 13/08/1905, p.3. Cito, a fim de ilustrar este entendimento, o que é dito no ECHO OPERÁRIO de 03/09/1899, p.2: “[...] o aumento do salário só os favorece no momento, visto que daí há dias o capitalista sobrecarrega o produto, cujo preço da mão de obra aumentou, para recuperar o aumento, e quem que o paga são os próprios operários que são os mais a consumir. [...] Vamos operários, convencei-vos de que só há uma razão e que esta é a que está com o Socialismo: - união do operariado todo, organização para a luta eleitoral para os cargos de administração pública para por meio de leis metodicamente lançadas, irnos transformando o sistema até chegarmos à Revolução Social, que abolirá para sempre os privilégios para estabelecer a igualdade de direitos e deveres o que produzirá a felicidade dos povos.”.

parlamentar o principal meio de melhoria e de mudança da sociedade existente<sup>191</sup>.

O que levava os ativistas socialistas a empreenderem esta via de melhoria das condições de vida do operário? A resposta para esta questão pode ser claramente encontrada nos programas dos partidos políticos criados em diferentes momentos por este grupo<sup>192</sup>, nos jornais operários editados pelos socialistas, principalmente nos números escritos em situações de disputa eleitoral<sup>193</sup>, bem como nos Anais do Conselho Municipal de Porto Alegre, onde constam as propostas feitas pelo socialista Francisco Xavier da Costa<sup>194</sup> - de forma coletiva ou individual - quando este veio a ser membro do Conselho Municipal de Porto Alegre<sup>195</sup>.

---

<sup>191</sup> - Ver BATALHA, Cláudio H. M. "A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros..." In: MORAES, João Quartim de (Org.) *História do marxismo...*, 1995, p.11-44; PETERSEN, S. *Que a união...* 2001, p.60-69.

<sup>192</sup> - Ver: Programa do Partido Operário do Rio Grande do Sul (1890). In: LUCAS & PETERSEN. *Antologia...* 1992, p. 81-85; Manifesto do Partido Socialista do Rio Grande do Sul (1897). In: LUCAS, E. & PETERSEN, S. *Antologia...* 1992, p. 89- 95; Programa do Partido Socialista Rio-grandense In: ECHO OPERÁRIO, Rio Grande: 01/05/1898, p.2-3; 11/09/1898, p.3,4. e Manifesto do Partido Operário ao operariado do Rio Grande do Sul. In: A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 01/05/1905, p.2,3.

<sup>193</sup> - Conferir, por exemplo, AVANTE, Porto Alegre, 17/07/1908, p.1,2. A DEMOCRACIA, Porto Alegre: 03/09/1905, p.2; 24/09/1905, p.1; 19/05/1905, p.3; 02/07/1907; ECHO OPERÁRIO, Rio Grande: 18/09/1897, p.1; 12/09/1897, p.1; 04/09/1898, p.1; 23/01/1898, p.1.

<sup>194</sup> - Agradeço à Benito Bisso Schmidt o empréstimo de seu fichamento sobre esta documentação.

<sup>195</sup> - Isto ocorreu nos períodos de 1912 à 1920 (com dois mandatos) e de 1928 à 1930. Nestes anos este líder operário havia se aproximado do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e é por ele que veio a se eleger para o cargo de conselheiro. Maiores informações a respeito da atuação deste militante no Conselho Municipal de Porto Alegre e desta sua aproximação com o PRR ver SCHMIDT, B. *O patriarca e o tribuno...* 2002, p. 428-466 e PETERSEN, S. *Que a união...* 2001, p. 261-270.

Conforme se observa nesta documentação, tal proposição tinha por base dois motivos.

Um deles era o de tentar canalizar a luta operária pela via político-parlamentar, pois este era o meio percebido como mais eficaz para a conquista de melhorias e de transformações na sociedade capitalista existente.

O outro motivo se tratava da tentativa de se conquistar uma série de realidades, no que se refere às condições de vida dos operários, que remetem muito ainda para o âmbito da própria sobrevivência. Ou seja, queriam estes ativistas, dentre os exemplos mais recorrentes que se pode apontar, que o governo construísse moradias higiênicas para os operários com aluguéis baixos; que houvesse leis que garantissem pensão a estes caso se acidentassem no trabalho, ou a sua família, quando fossem vítimas fatais destes desastres; que o Estado oferecesse vestuário e alimentos aos alunos pobres e instrução geral e profissional gratuita; bem como ainda médicos e remédios e assistência jurídica a todos os despossuídos.<sup>196</sup>

---

<sup>196</sup> - Os outros elementos que encontrei, para o período aqui em estudo, ainda que talvez não os únicos, tratam-se do *“registros de nascimentos, óbitos e casamentos gratuitos; da fiscalização severa sobre os gêneros de consumo [a fim de evitar o roubo no] peso e na qualidade”* (ECHO OPERÁRIO, 23/01/1898, p.1), da *“fiscalização severa dos assalariados a fim de evitar o pauperismo”* (Partido Operário do Rio Grande do Sul de 1890) e as propostas de barateamento das passagens dos bondes para os operários em serviço e da construção de albergues aos necessitados - onde incluíam-se os operários. Estas duas últimas propostas apresentadas foram elaboradas por Xavier da Costa quando conselheiro do município de Porto Alegre. Ver mais detalhes a respeito em SCHMIDT, B. **O patriarca e o tribuno...** 2002, p. 428-466.

De todos estes elementos mais constantes destaco, em especial, a busca de construção de moradias operárias e a proposta de elaboração da lei de pensão quando da ocorrência de sinistros, itens que motivaram socialistas de Porto Alegre, principalmente Xavier da Costa, a realizar uma luta em prol da obtenção destes benefícios.<sup>197</sup>

Exemplificando um pouco o que afirmo com relação a esta proposta trago, abaixo, fragmentos dos programas de três partidos políticos criados pela militância socialista do Rio Grande do Sul, em diferentes momentos, e onde se vê, de forma expressiva, essa preocupação com os elementos aqui apontados:

O Partido Operário do Rio Grande do Sul [-1890-] [pleiteará pelo seguinte:] (...); 15<sup>o</sup> - Ensino integral, secular e profissional (...); 18<sup>o</sup> - (...); fiscalização severa do assalariado para evitar o pauperismo do trabalhador;<sup>198</sup>

---

<sup>197</sup> - Esta luta se tratava, no primeiro caso, da publicação de vários artigos nas páginas d'A DEMOCRACIA (27/08/1905, p.2; 03/09/1905, p.2; 24/09/1905, p.1; 19/05/1905, p.3 e 02/07/1907), com informes sobre projetos de lei ou de ações governamentais que objetivavam a edificação de casas aos operários, e a atuação de Xavier da Costa, nesta perspectiva, quando fora conselheiro municipal (ver SCHMIDT, B. *O patriarca e o tribuno...* 2002, p. 428-466). No segundo caso o que se tem é tanto a publicação de artigos no referido jornal (A DEMOCRACIA, Porto Alegre: 07/05/1905, p.2; 09/07/1905, p.3; 07/02/1907, p.2; 14/02/1907, p.3; 24/03/1907, p.3; 31/03/1907, p.4; 07/04/1907, p.3; 14/04/1907, p.4) salientando a extrema necessidade dessa lei - via de regra a partir do relato dos acidentes que ocorriam nos espaços fabris -, como a pressão junto ao Legislativo e Executivo para que uma legislação que tratasse deste tema fosse sancionada. A este último respeito ver, por exemplo, a Carta Aberta publicada n'A DEMOCRACIA de 30/01/1907, dirigida ao Senador da República Gen. José Gomes Pinheiro Machado.

<sup>198</sup> - Programa do Partido Operário do Rio Grande do Sul (1890). apud: LUCAS, E. & PETERSEN, S. *Antologia...* 1992, p. 83. Este partido foi fundado em Porto Alegre no ano de 1890 e parece se tratar de uma ramificação das tendências socialistas que brotavam no centro do país.

O Partido Socialista [do Rio Grande do Sul [-1897-]] tratará, como as primeiras exigências da atualidade, de conseguir o seguinte: (...); VI – Instrução geral e profissional gratuita, bem como todos os utensílios necessários ao estudo, e além disso vestuário e alimentação, a expensas do Estado, para os filhos das classes pobres. (...); XIII – Construção de prédios, à custa do Estado, sob todas as regras de higiene, para moradia de proletários, mediante aluguel eqüitativo; XIV – Assistência médica e gratuita, por meio de postos sanitários onde continuamente, quer à noite, quer de dia, se encontrem médicos e medicamentos à disposição das classes pobres, sendo tais postos estabelecidos à razão de um para 500 habitantes;(…).<sup>199</sup>

Arregimentemo-nos todos em torno da bandeira do Partido Operário Rio-Grandense [-1905-], para que este possa, em breve, tornar realidade prática o seguinte PROGRAMA: I – (...); construção por conta do município, de moradias para operários, mediante aluguel razoável; reorganização do serviço de assistência pública gratuita, sanitária e judiciária, de modo que ele se torne real e amplamente proveitosa para o Povo; decretação de uma lei semelhante à que vigora na Alemanha, que garanta pensão ao operário inválido no exercício profissional, ou à viúvas, filhas solteiras, filhos menores ou progenitores dos que morrerem vítimas de desastres no trabalho. (...); III – (...); ampliação da instrução pública no sentido de serem estabelecidos, pelo Estado, cursos primários, secundários e superiores noturnos; fundação de

---

<sup>199</sup> - Manifesto do Partido Socialista do Rio Grande do Sul (1897). apud: LUCAS, E. & PETERSEN, S. *Antologia...* 1992, p. 94. Este partido foi fundado em Porto Alegre em 1897 com a participação de militantes que iriam futuramente se destacar no movimento operário da cidade, como Francisco X. da Costa, José Rey Gil, Pedro Tácito Pires e João Tolentino de Souza. A fundação deste partido teve grande efeito em Rio Grande, onde no dia 1º de maio de

liceus de artes e ofícios (...) em todos os municípios e à expensas destes; fornecimento de roupas e calçados, à custa dos cofres das municipalidades (...), às crianças que por serem paupérrimas não possam comparecer aos colégios decentemente trajadas.<sup>200</sup>

Como, a partir deste conjunto de observações, o corpo do operário se consubstanciava em uma causa de sua luta? Ora, exatamente a partir do momento em que a militância tinha por alvo conquistar realidades que remetem muito ainda para o âmbito da própria sobrevivência. Excetuando a preocupação com uma assistência jurídica gratuita e com a educação geral e profissional pública, todos os demais itens que se mostraram recorrentes - a construção e aluguel de moradias higiênicas para o operário; a pensão aos mesmos em situações de sinistro e a oferta de médicos e remédios – apontam para isto e remetem, conseqüentemente, e de forma muito direta ao corpo deste trabalhador, à sua saúde física e até a sua própria existência.

É pertinente aqui lembrar, até para melhor avaliar o significado desta proposta de melhoria das condições de vida via voto e de suas repercussões sobre o corpo do operário, que não havia na época a possibilidade de pensão a um trabalhador acidentado, nem políticas públicas de construção de moradias baratas aos desfavorecidos e, muito menos, a existência de uma rede pública de assistência e de saúde gratuita.

---

1898 foi instalada uma seção do mesmo.

<sup>200</sup> - Manifesto do Partido Operário ao operariado do Rio Grande do Sul. A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 01/05/1905, p.2,3. Este partido foi fundado em Porto Alegre em 1905 sob a ativa orientação e participação de Francisco Xavier da Costa.

Ou seja, todas estas questões acabavam sendo consideradas como de responsabilidade do próprio operariado, o que os levava à agir em prol da solução destas “carências”, como chegaram a fazer os ativistas socialistas aqui abordados a partir desta sua proposta de “melhorias” via voto. Observo ainda, com relação a estas suas ações, que Francisco Xavier da Costa chegou a se eleger conselheiro do município de Porto Alegre, ainda que a partir de sua aproximação a um partido da “ordem”, o PRR.<sup>201</sup>

Em alguns casos - poucos - vê-se os industrialistas do estado também se preocuparem com as realidades aqui apontadas, o que os levava a oferecerem médicos e auxílios pecuniários aos operários em casos de doença ou desastre (como na Cia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense e na Rheingantz), aulas para os mesmos (como na F. C. Kessler & Comp.), e até a edificar vilas operárias – entenda-se casas de aluguel a este trabalhador (indústria Rheingantz e Est. Ind. Farmacêutico).<sup>202</sup> Estas ações, contudo, ao menos claramente, no que diz respeito à política de edificação de vilas operárias, não se tratavam de atos desprendidos ou eminentemente caritativas do patronato. Como demonstra Telma de Barros Correia em seu livro *“Pedra: plano e cotidiano operário no sertão”*, tal proposta no Brasil, como também no exterior, vinha ao encontro da intenção de se moldar uma classe operária disciplinada e produtiva, o que ocorreria a partir da edificação de casas sob os preceitos de higiene e também a partir das

---

<sup>201</sup> - As ações realizadas por este socialista como conselheiro nesta perspectiva mencionada foram as seguintes no período aqui em estudo: apresentação de emenda para obtenção de empréstimo externo para edificação de casas aos operários (02/12/1915) e as propostas de construção de albergues noturnos (20/1/1913) e de barateamento em 50% das passagens dos carros da Cia Força e Luz para os operários em serviço (04/12/1917). Informações retiradas de SCHMIDT, B. *O patriarca e o tribuno...* 2002, p. 437-438.

<sup>202</sup> - Ver dados constantes no Anexo 1.

rígidas regras de ordenamento e de convívio social nestas vilas, que impediriam, acreditava-se, a vivência de um tempo de forma insalutar ou ociosa pelo operário – entenda-se como não revertendo positivamente ao patrão.<sup>203</sup>

### **c) As lutas contra a carestia**

Tratando agora da “presença” do corpo nas razões que impulsionavam o operariado às lutas contra a carestia<sup>204</sup>, esclareço, antes de mais nada, que não pretendo realizar uma análise específica de todas estas lutas, mas sim abordar momentos relevantes destes enfrentamentos a fim de apontar as principais razões que os vinham animando.

Destaco, neste sentido, para o século XIX, três momentos, todos em Rio Grande, em 1892, 1897 e 1898, destas lutas.

Nos enfrentamentos que ocorrem no ano de 1892 o que se busca é a contenção dos preços dos gêneros de primeira necessidade através da proposta de que a Intendência Municipal crie um armazém público ou um depósito de mercadorias, já que se acredita que a carestia vivida era fruto da saída dos produtos para fora do estado.<sup>205</sup> Nos anos de 1897 e 1898

---

<sup>203</sup> - CORREIA, Telma de Barros. *Pedra: plano e cotidiano operário no sertão*. São Paulo: Papirus Editora, 1988.

<sup>204</sup> - No período aqui em estudo - do final do século XIX e início do XX - o Brasil vive vários momentos de “carestia”, que se trata de um fenômeno de elevação geral dos preços em função da instabilidade economia vivida no país e também em função da 1ª Guerra Mundial, situação em que os preços dos gêneros alimentícios sobem por sua exportação aos “aliados”.

tem-se a luta, respectivamente, contra a alta do preço do pão e da carne verde através, igualmente, de uma solicitação de intervenção do poder municipal na economia local.<sup>206</sup>

Já no século XX, do período aqui em estudo (de 1900 à 1917), tomo como relevantes três outros momentos de luta contra a carestia, agora exemplificados com as cidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. No ano de 1912 o movimento se manifesta em Porto Alegre e é liderado pela Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), a mais importante entidade operária do período, que na ocasião se encontrava nas mãos dos anarquistas.<sup>207</sup> Busca-se, nesta circunstância, que a Intendência também interfira para que barateie o preço dos gêneros alimentícios, bem como dos aluguéis das casas e das passagens dos bondes. Abaixo vê-se fragmentos de relato feito sobre o comício operário e desfile realizado nesta ocasião de embate, bem como dados sobre as reivindicações tomadas em função desta alta do custo de vida:

---

<sup>205</sup> - A este respeito ver informações constantes n' O OPERÁRIO (Pelotas) de 01/05/1892, p.2-3 e também em LONER, B. **A construção...** 2001, p. 326; 331 e PETERSEN, S. **"Que a união..."** 2001, p. 76-77.

<sup>206</sup> - Ver LONER, B. **A construção...** 2001, p. 328;321. Ver também *"Carta aberta dirigida ao Intendente Municipal"* publicada no ECHO OPERÁRIO de 17/07/1898, p.2. Na mesma se solicita que a Intendência traga comerciantes de outras localidades (*"concorrentes"*), a fim de se ter carne verde mais barata; que a prefeitura venha a abater rezes por conta dos cofres públicos (o que baixaria o preço da carne no mercado) e que mande ainda fiscais de confiança para o mercado público (que poderiam ser os próprios operários) a fim de vigiar o peso e a qualidade da carne.

<sup>207</sup> - A Federação Operária do Rio Grande do Sul foi fundada durante a greve geral de 1906, constituindo-se como a mais importante entidade operária do período. Por sua direção passaram tanto os socialistas, como os anarquistas assumindo estes últimos a entidade no início da década de 1910. Sob a orientação anarquista esta entidade veio a filiar-se à COB. Maiores informações sobre a mesma ver: PETERSEN, S. **Que a união....** 2001, p.203-207; 277-314; 341-356.

Conforme anunciado em boletins distribuídos pela cidade, realizou-se ante-ontem, na Praça Senador Florêncio, o comício convocado pela Federação Operária do Rio Grande do Sul, para protestar contra a carestia da vida.

Desde uma hora da tarde, começaram a afluir operários dos arrabaldes, estando às duas horas aglomerada na praça considerável multidão, ansiosa para ouvir os oradores operários.

.....  
A Federação Operária, convocando o presente comício, não teve em mente resolver uma questão que depende de tantas e tão profundas causas, mas sim sondar o coração do povo e, interpretando os seus sentimentos, dirigir à municipalidade um memorial que conterà as indicações de algumas providências que, a se tornarem realidade, minorarão a sorte dos que vivem do trabalho.

.....  
Encerrando o comício, a enorme massa popular desfilou pela Rua dos Andradas e, depois de percorrer diversas ruas, dirigiu-se à sede da Federação Operária, à Rua Santo Antônio, n. 157.

.....  
A Federação Operária, em sessão realizada domingo, à noite [após o comício], nomeou uma comissão de operários para redigir um memorial para ser entregue ao Dr. José Montaury de Aguiar Leitão, pedindo a sua intervenção para o barateamento de alguns gêneros, dos aluguéis de casas, das passagens de bondes, etc.

.....  
Durante o comício foi distribuído grande número de exemplares da “Voz do Trabalhador”, órgão da Federação Operária.<sup>208</sup>

---

<sup>208</sup> - O DIÁRIO, Porto Alegre, 24/09/1912, p.2.

No ano de 1913, as lutas contra carestia tem expressão em Pelotas e em Rio Grande. Pretende-se, em linhas gerais, a redução das tarifas alfandegárias sobre os gêneros de primeira necessidade e a eliminação do imposto de exportação sobre o sal, o vinagre e as conservas.<sup>209</sup>

No ano de 1917 é em Porto Alegre e Pelotas que eclode a luta contra a carestia e isto dentro de uma conjuntura de greve geral que ocorre nestas localidades e que está em consonância com as greves gerais que se davam em São Paulo e no Rio de Janeiro.<sup>210</sup> Pretendia-se, em linhas gerais, ao lado das reivindicações de melhoria das condições de trabalho (jornada de 8 horas, melhores salários, etc.), que se gestionasse, junto às Intendências de Porto Alegre e Pelotas a redução do preço dos gêneros alimentícios básicos e o controle do preço dos aluguéis.<sup>211</sup> Para Porto Alegre, destaco ainda as propostas de estabelecimento pelo poder municipal de um matadouro público; a criação de mercados livres nos bairros operários; o controle do preço e peso do pão; o barateamento das passagens dos

---

<sup>209</sup> - Ver LONER, B. **A construção...** 2001, p.330-331. Conforme Loner, este último item, que abrigaria elementos de consumo incomuns à classe operária, se fez presente nesta luta, provavelmente, a partir de uma manipulação da classe operária por setores dominantes da região, os atacadistas. Ver: LONER, B. op.cit., p.331.

<sup>210</sup> - Um trabalho que trata de forma específica deste movimento grevista em Porto Alegre é o de SILVA JR., Adhemar. **Povo! Trabalhadores!: tumultos e movimento operário (estudo centrado em Porto Alegre, 1917)**. Porto Alegre: PPG História UFRGS, 1994. Dissertação de mestrado. Reprodução Xerográfica.

<sup>211</sup> - A respeito destas reivindicações para Pelotas ver SILVA, Ma. **Rompendo o silêncio...**, 1998, p.154-164. Para Porto Alegre, PETERSEN, S. **Que a união....** 2001, p. 328-331.

bondes e a solicitação de medidas governamentais para evitar o açambarcamento do açúcar.<sup>212</sup>

Conforme se pode observar das pautas do operariado nestas situações de luta, o que os levava a empreender estes enfrentamentos, tal qual nos casos anteriores analisados, é o seu corpo e isto igualmente devido à sobrevivência. Em outras palavras, o operariado queria ver sustada ou minorada a alta do custo de vida a fim de ter acesso – ou mais acesso - à alimentação básica, à moradia e ao transporte, itens que remetem, em boa medida, ao corpo do operário, a sua saúde física e até a sua própria existência.

Antes de concluir esta seção é importante mencionar a existência no meio operário da época de idéias-imagens intimamente associadas a essas lutas contra a carestia e às reivindicações antes expostas, e que eram invariavelmente utilizadas, pelos militantes, como instrumentos de denúncia das condições de vida dos operários. Trata-se da caracterização do proletário como um ser magérrimo e do patrão ou do capitalista como um sujeito extremamente gordo. Estas percepções podem ser vistas no seguinte trecho abaixo<sup>213</sup>:

---

<sup>212</sup> - Ver PETERSEN, S. *Que a união....* 2001, p. 328-331 e “Proclamação da Liga de defesa popular ao povo de Porto Alegre”. CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 31/07/1917, p.6. apud: PETERSEN, S. *Antologia...* 1992, p. 197-198.

<sup>213</sup> - Ver a respeito, dentre outros, também artigos constantes nos seguintes jornais operários: ECHO OPERÁRIO, Rio Grande, 23/01/1898, p.3; A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 01/05/1907, p.3. A LUTA, Porto Alegre: 19/12/1908, p.4; 23/05/1908, p.3; O ALFAIATE, Porto Alegre, 12/10/1907, p.3.

Todas as pessoas que com desinteresse tem estudado o organismo social contemporâneo, tem separado bem distintamente as duas classes sociais, e os próprios burgueses isso reconhecem.

**Burgueses e proletários; operários e patrões;** exploradores e explorados; ricos e pobres; **obesos e esqualidos;** a alta sociedade e a baixa sociedade; enfim são as duas classes com interesses absolutamente irreconciliáveis.<sup>214</sup>

Com relação às idéias-imagens de magreza do operário a exposição aqui feita mostra-se elucidativa do porquê desta íntima associação com as lutas aqui em questão e deste seu emprego como meio de denúncia da situação de vida dos operários. Ou seja, ele é representado magro porque é percebido como não tendo acesso a uma série de elementos que o tornariam saudável / não magro: alimentos, boas moradias, médicos e remédios, dentre outros exemplos. Já com relação às idéias-imagens do capitalista como um ser “gordo” é Claude Fischler quem dá elementos para entender que o que está ai em pauta é também o problema da distribuição da riqueza social. Diz ele:

[...] através de nosso corpo, em especial de nossa corpulência, passam significados sociais muito profundos. Um dos mais importantes é o seguinte: a corpulência traduz aos olhos de todos a parte da comida que nós nos atribuímos, isto é, simbolicamente, a parte que tomamos para nós, legitimamente ou não, na distribuição da riqueza social.

.....  
Dito de outro modo, o obeso (seu corpo o trai) passa por alguém que come mais do que os outros, [...] **mais do que sua parte.** [...] é preciso restituir à coletividade, sob uma forma qualquer, este excesso de comida tornado peso e, de um só golpe, compensar a ausência de participação. É em função desta troca simbólica que o obeso será classificado como benigno, maligno ou ambíguo.<sup>215</sup>

A gordura do burguês seria, como se vê, reveladora da excessiva e

---

<sup>214</sup> - A LUTA, Porto Alegre, 13/09/1908, p.1. (Grifo meu)

<sup>215</sup> - FISCHLER, Claude. “Obeso benigno, obeso maligno” In: SANT’ANNA, Denise B. **Políticas do Corpo.** São Paulo: Estação Liberdade, 1995, p. 70-71; 74. (Grifo no original)

ilegítima apropriação da riqueza social. Dando ainda mais peso a esta idéia de C. Fischler, aponto que a gordura no período em estudo não tinha ainda a conotação negativa construída em oposição a valorização da magreza, vigente nos dias atuais.<sup>216</sup> Esta explicação de C. Fischler auxilia também a entender, por outro lado, o porquê do operário obeso parecer inexistente aos olhos da militância. Este silenciamento dava-se, considerando o que expõe este autor, pela gordura não ser considerada um atributo condizente a um operário, já que o mesmo nunca retirava além do que lhe cabia - sempre bem menos - do bolo social. O “gordo capitalista”, por sua vez, exatamente por ser uma personificação bem acabada do gordo maligno, era mormente alvo do crítico escárnio dos militantes operários que não economizam em ironia para desqualificá-lo em função de sua “gula”, tal como se pode perceber no trecho abaixo:

#### NOTÍCIA SOBRE O ARQUIMILIONÁRIO PIERPONT MORGAN

Há dias um jornal burguês desta capital publicou umas notas a respeito do famoso arquimilionário Pierpont Morgan.

Entre outras coisas curiosas era dito ali que Morgan “alimentasse muito frugalmente como qualquer pobre diabo”.

Precisamente como que a autorizar-nos a desmentir a tal frugalidade da alimentação daquele pêga, encontramos no **Diário da Bahia**, na seção **Variedades** o seguinte, intitulado o **Cardápio de um Arquimilionário**:

“Pierpont Morgan o imperador dos trusts, faz quatro refeições diárias: a primeira às nove horas da manhã, - melão, ovos crus, presunto, carne fria, peixe, café, torradas - ; a segunda, a uma hora da tarde – verduras, carne sangrenta, salada, queijo

---

<sup>216</sup> - Conforme Mary del. Priore: “*Manter a linha’ tornou-se [na atualidade] um culto. A magreza ativa foi a resposta do século à gordura passiva da ‘belle époque’.*” (PRIORE, M. **Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil**. São Paulo: Editora SENAC, 2000, p. 9). Conforme também Denise B. Sant’anna: “*Numa sociedade que, desde pelo menos a década de 1920, começou a nutrir uma franca aversão pelos gordos, a paixão tende a se transformar num bem exclusivo daqueles considerados esbeltos. [...]. Mesmo em tempos mais recentes, como em 1900, os corpos redondos ainda exibiam o charme de seu peso com orgulho: ‘O apetitoso Eduardo VII dava o tom’. Gordura era formosura. Ainda não havia se tornado sinônimo de doença e nem ofuscava o charme de milhares de homens e mulheres dotados de ventres proeminentes, testemunhos de um certo prestígio social.*” (SANT’ANNA, D. **Corpos de passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 20).

Roquefort, vinho do Reno, café - ; a terceira, as cinco horas da tarde – sanduíches e vinho da Hungria - ; e a quarta, as oito horas da noite – ostras, sopa, peixe, aves, carnes de boi e veado, camarões, queijos, frutas, doces, café, vinhos de várias procedências e marcas”.

É mesmo! Morgan se alimenta modestamente como qualquer pobre diabo... muito rico.<sup>217</sup>

### **2.3. O corpo e as reivindicações de uma jornada laboral de 8 horas, de melhores condições materiais de trabalho e de fim dos rígidos regulamentos fabris.**

Nesta seção tenho por objetivo expor as razões que vinham levando o operariado do estado a propor importantes reivindicações que remetem ao âmbito do trabalho e isto a fim de também evidenciar que era o corpo operário que elas tinham, em grande parte, por alvo. Tratam-se das exigências de uma jornada de 8 horas, de melhoria das condições materiais de trabalho e de fim dos rígidos regulamentos fabris.

#### **a) A reivindicação de uma jornada de 8 horas**

A reivindicação de uma jornada de 8 horas se configurou, ao lado da de melhores salários, como foi exposto no primeiro capítulo, em uma das principais exigências operárias da época, sendo que manifestava-se tanto nas refregas que ocorriam entre o capital e o trabalho - tornando-se no segundo motivo que levava o operariado do estado a fazer greve<sup>218</sup> - como nos programas dos partidos políticos que eram criados pelos socialistas.<sup>219</sup>

---

<sup>217</sup> - A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 07/02/1907, p. 4. (Grifo no original)

<sup>218</sup> - Esta afirmação é feita considerando as análises realizadas por Sílvia Petersen em dois diferentes textos seus e também os dados trazidos por Beatriz Loner em sua tese de

Ainda que não pretenda realizar um histórico das origens desta reivindicação de 8 horas é importante apontar que ela é muito recuada no tempo. Nos anos de 1833 à 1834 operários ingleses iniciam a luta por uma jornada de 8 horas inspirados nas idéias de Owen<sup>220</sup>, que fundamentalmente afirmava que a redução da jornada para 8 horas garantia emprego para todos os operários, trazia benefícios à saúde dos mesmos, bem como era o tempo suficiente para produzir o necessário à sociedade.<sup>221</sup>

---

doutorado. Ver respectivamente: PETERSEN, S. "As greves no ...". In: DACANAL, J. I. e GONZAGA, S. (org.) **RS: Economia e ..**1993, p. 290-302; PETERSEN, S. "**Que a união...**" 2001, p. 143-146;276;296-300; 326-340; LONER, B. **A construção...** 2001, p. 463-466.

<sup>219</sup> - Ver, por exemplo, o Manifesto do Partido Socialista do Rio Grande do Sul (1897) apud: LUCAS, E. & PETERSEN, S. **Antologia...** 1992, p. 94 e o Manifesto do Partido Operário do operariado do Rio Grande do Sul. In: A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 01/05/1905, p.2,3.

<sup>220</sup> - Robert Owen (1771-1858). Ao lado de Saint-Simon e Fourier é considerado como um dos principais socialistas utópicos. De 1800 a 1829 orientou a grande fábrica de fios de algodão de New Lanark, na Escócia, da qual era sócio e gerente. Nesta fábrica, conforme F. Engels, uma "população operária que foi crescendo paulatinamente até 2500 almas [...], converteu-se em suas mãos numa colônia-modelo, na qual não se conhecia a embriaguez, a polícia, os juizes de paz, os processos, os asilos para os pobres nem a beneficência pública. Para isso bastou [...] colocar seus operários em condições mais humanas de vida, consagrando um cuidado especial à educação da prole. [...] Enquanto nas fábricas de seus concorrentes os operários trabalhavam treze e quatorze horas diárias, em New Lanark a jornada de trabalho era de dez horas e meia." (ENGELS, F. "Do socialismo utópico ao socialismo científico" In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, s/ data, p. 311.). Diz ainda Engels que "todos os movimentos sociais, todos os progressos reais registrados na Inglaterra em interesse da classe trabalhadora, estão ligados ao nome de Owen. Assim, em 1819, depois de cinco anos de grandes esforços, [teria] conse[guido] que fosse votada a primeira lei limitando o trabalho da mulher e da criança nas fábricas. Foi ele quem [também] presidiu o primeiro congresso em que trade-unions de toda a Inglaterra fundiram-se numa grande organização sindical única." (ENGELS, "Do socialismo... s/data, p. 312).

<sup>221</sup> - Afirmações elaboradas com base em JUNCO, José A. **La ideologia política del anarquismo espanol (1868-1910)**. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1976, p. 547 e SILVA, Josué P. "Os Socialistas Fabianos e a jornada de trabalho de 8 horas". **Questões & Debates**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1998, p. 13-16. Buscando tornar mais próximas essas idéias de Owen transcrevo um texto de sua autoria em prol das 8 horas publicado na imprensa operária brasileira: "Por que fixar o máximo da jornada em 8 horas? 1-Por que é a mais longa duração de trabalho que a espécie humana - calculado pelo vigor médio e concedendo aos fracos o mesmo direito a vida que aos fortes - pode suportar, sem prejuízo a saúde, conservando os homens inteligentes e felizes; 2-Por que as modernas descobertas em química e mecânica suprimem a necessidade de maior esforço físico; 3-Por que 8 horas de trabalho e uma boa organização do trabalho podem criar superabundância de trabalho para todos; 4-Por que ninguém tem o direito de exigir dos seus semelhantes um trabalho mais longo que o em geral necessário a sociedade, só com o fim de enriquecer a custa da pobreza alheia; 5-Por que o verdadeiro interesse de cada um é que todos os seres humanos gozem saúde e sejam inteligentes, satisfeitos, felizes. Robert Owen" (A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 01/05/1912, p.5).

Nos anos seguintes, principalmente a partir da década de 50 e dos Congressos da 1<sup>a</sup>. Internacional (Associação Internacional dos Trabalhadores - AIT)<sup>222</sup>, todas as principais correntes ideológicas do movimento operário do período passam a assumir a reivindicação de 8 horas como uma bandeira de luta. Os motivos que os levavam a abraçar esta causa eram variados, mas a preocupação com a saúde dos operários, como com o número de empregos, ainda permanecem, ao lado de outros motivos que emergem, como a idéia da necessidade de tempo para o descanso e para o estudo.

É interessante apontar que esta reivindicação de 8 horas tem sua origem em uma visão bem antiga em que o tempo aparecia dividido em três partes iguais. Ainda que não haja consenso na historiografia a respeito, ela oferece várias datas com relação ao possível momento de emergência desta visão trinária e equilibrada do tempo.

Josué Silva aponta como podendo ser uma delas o século X, fruto de percepções do Rei Alfredo, o grande, da Inglaterra, a cerca do que seria uma jornada diária ideal: 8 horas de trabalho, 8 horas de lazer, 8 horas de sono. Já uma outra data possível seria, segundo ainda este autor, o século XV, momento em que esta visão poderia ter surgido como fruto das práticas sociais do período.<sup>223</sup> Para Michelle Perrot, por sua vez, esta visão trinária e

---

<sup>222</sup> - A 1<sup>a</sup> Internacional (Associação Internacional dos Trabalhadores - AIT) teve curta duração, de 1864 à 1872. Nela foram travadas, como se sabe, as grandes contendas entre Marx e Bakunin das quais resultaram a expulsão dos anarquistas, e a subsequente hegemonia de Marx, na Internacional. Ver a respeito, dentre outros, BAKUNIN, Mikhail. **Escrito contra Marx: conflitos na Internacional**. Brasília: Novos Tempos, 1989 e COLE, G. D. H. **História del Pensamiento Socialista**. Madrid, 1974, v.2.

<sup>223</sup> - SILVA, Josué P. "Os Socialistas Fabianos..." **Questões &...** 1998, p. 16

trifuncional do tempo deve ser buscada em períodos mais recuados aos anos de 1677, momento em que é escrito um livro – “*História dos Sevarambos*” – que imagina a jornada ideal dividida em três partes iguais, “*8 horas de trabalho, 8 horas de repouso; 8 horas de lazeres*”, e isto devido a sua estreita ligação “às representações míticas e às [arcaicas] regras dos números de ouro”.<sup>224</sup>

Na história operária esta visão trinária e equilibrada do tempo é bem anterior a manifestação grevista que ocorre em Chicago, em 1886 - que veio a dar origem ao 1º de maio<sup>225</sup> - e que popularizou a palavra de ordem “*8 horas de trabalho, oito horas de repouso e oito horas de educação*”.<sup>226</sup> No ano de 1866, no Congresso Internacional da AIT realizado em Genebra, uma das discussões que ali se travou, e que teve enorme repercussão, foi a da redução da jornada de trabalho para 8 horas. Esta reivindicação foi denominada “*de ‘os três oitos’, que resultava em dividir o dia em três partes iguais para a sua utilização mais justa e proveitosa: ‘8 horas de trabalho, 8 horas de lazer e estudo e 8 horas de sono’*”.<sup>227</sup>

---

<sup>224</sup> - PERROT, Michelle. **Os excluídos da...** 1992, p. 134. É interessante aqui apontar que o número 8, nas abordagens atuais sobre a numerologia, que provavelmente devem beber nestas percepções antigas sobre os números, representa o que permanece em equilíbrio.

<sup>225</sup> - Como se sabe, o 1º de maio é uma tradição operária inventada. Após este movimento grevista de Chicago em 1886, a “*American Federation of Labour*” propôs em dezembro de 1888 que o 1º de maio fosse comemorado no país como um dia de lembrança desta greve e de luta do trabalhador pela jornada de 8 horas. Já no ano seguinte, no congresso da 2ª Internacional Socialista em Paris, é proposto uma manifestação com data fixa, o 1º de maio, em todos os países e cidades, a fim de pressionar o patrão e os poderes públicos pelo acatamento da jornada de 8 horas e outras reivindicações. Maiores informações a respeito ver PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 129-134.

<sup>226</sup> - Conferir a respeito desta popularização SANT’ANNA, Denise B. **O prazer justificado...** 1994, p. 18.

<sup>227</sup> - ISCARO, Rubens. **Historia del movimiento sindical internacional**. México: Ediciones Cultura Popular, 1978, p. 57-58. (tradução minha).

A reivindicação de uma jornada laboral de 8 horas pode ser vista no movimento operário no Rio Grande do Sul desde suas origens, como fruto da atuação dos próprios ativistas, ainda que, posteriormente, não se limitando à ela.

Ilustrando esta precocidade e “ação militante” aponto que em 1893, na cidade de Pelotas, importantes ativistas - João Tolentino de Souza, Alberto F. Rodrigues e Guilherme Sauter - defendem esta reivindicação nas páginas do jornal socialista DEMOCRACIA SOCIAL.

A partir de um artigo ali publicado que relatava e apoiava a experiência de 8 horas de trabalho que estaria sendo implementada numa fábrica inglesa em Manchester, estes militantes sutilmente traziam à tona esta reivindicação para o Rio Grande do Sul ao apontá-la, e com justa razão, como uma das principais exigências do proletariado fabril no período.<sup>228</sup>

#### UM ENSAIO DOS 8 8 8.

**A fórmula dos 8 8 8 é hoje a síntese das reivindicações do proletariado fabril:** 8 horas para o trabalho, 8 horas para o repouso, 8 horas para a instrução e o lazer. Pois os proprietários da importante fábrica de máquinas de Salford, junto à Manchester, os Srs. Mather & Platt, resolveram-se a ensaiar com os seus operários a doutrina dos 8 8 8. Reduziram de 53 a 48 as horas de trabalho semanais sem redução no salário.

A experiência durará um ano, pondo-se-lhe ponto se vier daí um prejuízo considerável. Em compensação, a associação operária dos maquinistas promete que durante o ano de ensaio não suscitará dificuldade alguma aos patrões e que se os

---

<sup>228</sup> - DEMOCRACIA SOCIAL, Pelotas, 01/10/1893, p.1-2. A respeito de ser esta uma reivindicação bastante recorrente entre o operário fabril do período ver: BRANCIARD, Michel. “La réduction du temps de travail dans l’histoire sociale. In: *Mémoires des Solidarités*. Ramonville: Erès, 1997. BRANCIARD, M & GONIN, M & DEROFF, J. *Le mouvement ouvrier 1815-1977*. Paris: Montholon-Services, 1978, p.55; 71; 82 e CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Difel, 1979.

resultados não forem satisfatórios não haverá oposição à volta ao regime das 53 horas, ou a qualquer outra combinação.

**Depende, pois, dos operários o demonstrar que com este sistema a quantidade de trabalho produzida não diminui como alegam os [não] defensores dela.** A oficina da Salford Ironworks ocupa 850 operários, cujo salário médio é de 1b.l.7.0 [?] por semana.

A experiência tem já certas proporções e os resultados podem servir de muito. Mr. Mather é membro do Parlamento inglês.<sup>229</sup>

Na realidade, o que aqui se vê, são os primeiros passos do movimento operário do estado coadunando-se com lutas nacionais e internacionais em prol da redução da jornada de trabalho. Conforme Denise Sant'Anna:

[...] o movimento operário, em várias partes do mundo [...], tem resistido de diversas maneiras às 'orgias do capital' e lutado pelo aumento de tempo livre. Esta luta transcende e antecede o 1º de maio de 1886 [em Chicago], quando a palavra de ordem estabeleceu-se em torno das 8 horas de trabalho, oito horas de repouso e oito horas de educação.<sup>230</sup>

Tratando agora das razões que levavam o operariado do Rio Grande do Sul a propor esta reivindicação observo que as fontes consultadas informaram a respeito destes motivos somente para a parcela militante da classe, ainda que algumas conjecturas possam ser elaboradas, como veremos adiante, com relação aos motivos dos "operários comuns".

Também é pertinente mencionar o fato de alguns ativistas buscarem dissociar essa reivindicação de 8 horas das idéias de ócio, preguiça, vadiagem, etc. às quais ela vinha sendo provavelmente vinculada pela classe dominante. Constatei, nesta perspectiva, que estes ativistas publicavam no mesmo número

---

<sup>229</sup> - DEMOCRACIA SOCIAL, Pelotas, 01/10/1893. (Grifo meu).

<sup>230</sup> - SANT'ANNA, Denise B. **O prazer justificado: história e lazer (São Paulo, 1969/1979)**. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1994, p. 18.

do jornal, ou em números próximos, artigos com esta reivindicação de 8 horas e outros que enalteciam o trabalho na conotação moderna (isto é, o seu enaltecimento como meio de produção da sobrevivência e também de riquezas para a humanidade), e que defendiam, conseqüentemente, a idéia de que o trabalho é um direito e *dever* de todos.<sup>231</sup> Ou seja, estes ativistas davam a entender aos operários que se deveria trabalhar sim, já que o trabalho é a fonte de todas riquezas e da vida, mas não para suprir a falta de trabalho daqueles indivíduos – os burgueses, os “*argentários*”, os “*vampiros sociais*” –, que em nada contribuía. Não se deve esquecer também que a positivação do trabalho era um elemento central na formação da identidade operária. Como dito em outra ocasião por estes ativistas, os operários eram as “*abelhas*”, os “*produtores de tudo quanto a sociedade precisa*”, enquanto que as “*classes elevadas*”, as “*vespas*”<sup>232</sup>, que, como se sabe, não produzem mel.

Duas das razões que vinham levando a militância a propor a reivindicação de 8 horas eram a de tentar defender o operário de jornadas laborais exaustivas e também de propiciar ao mesmo tempo para descansar. Com relação ao primeiro destes motivos observo que a ele se encontrava associado, em alguns casos, também o propósito de diminuir o tempo de permanência do operário nas oficinas e fábricas, por serem lugares tidos como sempre insalubres. Os fragmentos abaixo, colhidos na imprensa operária, são testemunhos enfáticos do conjunto destas intencionalidades:

---

<sup>231</sup> - Ver, por exemplo: A DEMOCRACIA, Porto Alegre: 01/05/1905, p.2-3; 01/05/1907, p.1; 28/02/1907; AVANTE, Porto Alegre, 04/04/1901, p.17;19. A VOZ DO OPERÁRIO, Porto Alegre, 01/04/1899, p.1.

<sup>232</sup> - Conferir Manifesto do Partido Operário ao operariado do Rio Grande do Sul. In: A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 01/05/1905, p.2-3.

Quanto à importância econômica desta conquista [de 8 horas] os Srs. Capitalistas sabem, também como nós, que é quase nula. Sendo os operários os produtores e ao mesmo tempo os consumidores de uma parte da produção é claro que o que derem os capitalistas aos produtores tirarão aos consumidores e ficará tudo na mesma, **apenas os trabalhadores com algumas horas em que poderão descansar**, pensar e estudar.<sup>233</sup>

O operário, sujeito ao doloroso martirólogo de um trabalho físico demasiado árduo, que infelizmente o vai embrutecendo, cada vez mais, [...].

.....  
Então que fazer, pois, para firmar ao operário a melhora de suas condições?

**Lutar pelo dia normal de 8 horas de trabalho para evitar o prolongamento do martírio e satisfazer as exigências do corpo que necessita de repouso.**<sup>234</sup>

Continuando o operariado a **trabalhar horas excessivas, em oficinas anti-higiênicas**, [...] **é claro que aumentarão e muito os casos de moléstias** cuja duração é um gravame para suas associações ao passo que o patrão em nada é afetado, podendo continuar desassombadamente a sua exploração fazendo novas vítimas.<sup>235</sup>

Refere um telegrama de Montevidéu para o 'Correio do Povo' desta capital: 'o governo oriental apresentou ao Congresso um projeto de Lei, a favor dos operários, indicando a necessidade do descanso dominical e a redução do trabalho a oito horas.'

Aí tem os burgueses que se esbofaram na grita contra as justas exigências do operariado porto-alegrense expressas por ocasião da greve [geral] de outubro [de 1906], uma esplêndida lição que bem devem estudar. [...] As classes privilegiadas fazem-nos pagar, e bem caro, os seus erros, os seus esbanjamentos, a sua desassissada obstinação em permanecer como mentora [...] da direção dos interesses da coletividade.

Daí o mal estar do operariado que é tido e havido como coisa inexistente... para intervir na orientação da vida social, porém concreto, útil, unicamente como sucessor dos escravos etíopes de outrora. E daí, também, o sistema inveterado, dos governos, de não se preocupar, jamais, **com a situação de nossa classe, que, evidentemente, cada vez mais se torna penosa**. [...] E devemos nós, os operários, cruzar os braços e permitir que aqueles que vivem do nosso suor principalmente que usufruem a melhor parte do nosso trabalho nos reduzam a condição de bestas de carga?

---

<sup>233</sup> - A LUTA, Porto Alegre, 28/11/1906, p.3.

<sup>234</sup> - A VOZ DO OPERÁRIO, Porto Alegre, 01/04/1899, p.1. (Grifo meu)

<sup>235</sup> - A LUTA, Porto Alegre, 17/10/1909, p.4. (Grifo meu)

Não, não e não! Temos em nossas mãos o meio e o modo de abolir tudo isso!

**Nos oprimem os burgueses**, nos exploram em todo o sentido, **e nunca** por espírito de justiça **serão capazes de tratar do nosso bem estar**, [...].<sup>236</sup>

A *Gazeta do Comércio* [de Porto Alegre durante a greve geral de 1906], além de achar uma exigência descomunal do operariado querer trabalhar só 8 horas, [ainda afirmou] que os operários estavam assim prejudicando a indústria e o comércio, etc., etc. E os demais jornais afinaram pelo mesmo diapasão com um mundo de considerações de prejuízos. **Só não se lembraram de dizer que os trabalhadores, passado 10 a 12 horas dentro duma oficina, prejudicam a saúde** [...].<sup>237</sup>

Ainda com relação a estas duas razões em pró das 8 horas, observo, que vindo a reforçá-las e até a justificá-las, encontrava-se, em alguns casos, a noção de fadiga e a percepção da existência de trabalhos musculares parciais e repetitivos nas fábricas. A noção de fadiga, que era tida como o cansaço físico resultante do excesso de exercício da musculatura<sup>238</sup>, servia, no caso, para explicar, de forma científica, o porquê das jornadas de trabalho não deverem ser longas e de ser necessário também um tempo razoável de

---

<sup>236</sup> - A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 06/01/1907, p.1. (Grifo meu)

<sup>237</sup> - A LUTA, Porto Alegre, 13/09/1908, p.1, 2. (Grifo meu)

<sup>238</sup> - O sociólogo Juan César Garcia identificou quatro períodos históricos de compreensão sobre a noção de “fadiga” nos países com formações sociais capitalistas. No primeiro, que dura do final do século XIX até o início do século XX, ela é percebida como o esgotamento físico da força de trabalho. Angelo Mosso, o primeiro fisiologista a realizar estudos da fadiga no homem, a descreve como um produto tanto da falta de certas substâncias químicas que se consomem durante os exercícios prolongados, como pela presença de novos componentes químicos no corpo devido a esse excesso de atividade. O segundo período é aquele que se desenvolve durante e após a primeira 1ª Guerra Mundial. Nesse momento as investigações não se limitam a estudar a fadiga reduzida ao emprego da força motriz e estendem sua análise a fatores ambientais que incidem sobre a produtividade: jornada de trabalho, iluminação, ventilação, ruídos, etc. O terceiro período principia-se na virada da década de 50 para a década de 60 e caracteriza-se pelo estudo da fadiga tendo como foco as situações em que se exige dos indivíduos uma concentração e atenção extremas, com pouco desgaste muscular, como acontece no manejo e vigilância dos sistemas automatizados. O quarto e último período apresenta-se no cenário dos anos 1970, indo além desta data. O conceito de fadiga neste período adquire uma conotação psicossocial. A inutilidade e a falta de sentido do trabalho aparecem como o tema central desta nova concepção da qual se origina a proposta de realizar mudanças radicais na organização do trabalho que possibilitariam despertar o interesse do trabalhador. Ver: GARCIA, Juan César. *Pensamento social em saúde na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1989, p. 112-117.

descanso. Já a percepção da existência de exercícios parciais e repetitivos nas fábricas (que é uma percepção bem apurada da realidade) servia para alertar quanto a possibilidade de futuras deformidades corporais nos operários - o crescimento disforme de mãos, pernas e braços - em função do excesso do exercício dos mesmos membros devido às longas jornadas. Transcrevo abaixo fragmentos de texto do jornal socialista porto-alegrense A VOZ DO OPERÁRIO (1899)<sup>239</sup>, onde se percebe estes entendimentos expostos:

O operário [...] é força confessar, não se apercebe de que avança, a passos largos, para uma época em que os capitais, monopolizadores de toda matéria prima, impor-lhe-ão condições muito mais penosas e muito mais aviltantes da dignidade humana.

.....  
Os operários, em sua maior parte, vivem [nas fábricas] como que seqüestrados do mundo dos movimentos livres, adstritos a movimentos [parciais e] rítmicos reiterados [...].

.....  
Em face da fisiologia ressaltam os inconvenientes das excessivas despesas orgânicas conseqüentes das contrações musculares contínuas ou prolongadas [em função das longas jornadas de trabalho], **donde provém os esgotamentos ou cansaço – estado químico particular em que se encontra uma fibra muscular devido às referidas contrações.**

.....  
[...] **os trabalhos musculares parciais**, que constituem em movimentos idênticos ou na repetição das mesmas contrações, **podem prejudicar a normalidade das formas**, alterar a harmonia do sistema osteológico, produzindo defeitos, tais como o crescimento das mãos, pernas e braços como se notam nos operários de certas profissões, e que constituem um atestado do excesso de nutrição dos músculos mais habitualmente exercitados.

O perigo das posições forçadas será menor do que o dos exercícios parciais?

Não, como qualquer um pode compreender.

Então que fazer, pois, para firmar ao operário a melhora de suas condições?

Lutar pelo dia normal de 8 horas de trabalho para evitar o prolongamento do martírio e satisfazer as exigências do corpo que necessita de repouso.<sup>240</sup>

---

<sup>239</sup> - O primeiro número deste periódico indica como proprietário José Rey Gil e como diretor de redação Pedro Tácito Pires. O endereço de redação deste jornal era o mesmo da "Liga Operária Internacional" da capital: Rua da Concórdia, 55. (PETERSEN, "**Que a união...**" p.124).

<sup>240</sup> - A VOZ DO OPERÁRIO, Porto Alegre, 01/04/1899, p.1-2. (Grifo meu).

Certas noções leigas e científicas sobre o alcoolismo e a tuberculose também serviam para referendar estas razões por uma jornada de 8 horas. No primeiro caso, trata-se da reprodução do entendimento leigo vigente no meio operário de que a bebida é uma forma de sublimação de situações de vida ou de trabalho difíceis<sup>241</sup>. Em outros termos, o operário bebe para melhor suportar a fustigante realidade - as longas jornadas de trabalho - imposta pelo capital:

As 8 horas

.....  
Nesta capital vão se movendo os que não querem se resignar ao trabalho estafante de 10,11, 12 e até 18 horas por dia, como acontece com os empregados de bondes!

Diariamente sai de casa um trabalhador às 6 horas da manhã para voltar às 8 da noite e, às vezes, mais tarde. É um terrível sacrifício.

.....  
E em resultado dessas más condições de vida que embrutece o operário, quantos prejuízos advém a si e as pessoas que dele dependem?

O alcoolismo não raras vezes vem ocupar o lugar dos prazeres e gozos que completam a vida e que ao operário não são facultadas em consequência da vida anti-humana que é obrigado a levar nesta iníqua sociedade egoísta.<sup>242</sup>

Já com relação ao emprego de noções científicas sobre a tuberculose, o que se vê, é a apropriação da idéia de que a “física” acomete corpos mais

---

<sup>241</sup> - Um exemplo deste entendimento no meio operário pode ser visto nas resoluções do 1º COB a respeito da necessidade da reivindicação das 8 horas: **“SOBRE A AÇÃO OPERÁRIA. [...] Tema 2 – Para que espécie de melhoramentos deve o operariado organizado orientar principalmente os seus esforços? Para o aumento de salário ou para a diminuição das horas? Considerando que a redução das horas de trabalho tem influência sobre a necessidade do bem-estar [...]; que o descanso *felicitá [sic] o estudo*, [...] e combate o alcoolismo, fruto do excesso de trabalho embrutecedor e exaustivo [...]; O Congresso Operário aconselha de preferência a conquista da redução de horas pelo próprio proletariado”** (A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 01/02/1914, p.7. (Grifo meu).

<sup>242</sup> - A LUTA, 29/09/1906, p.3. (Grifo meu).

frágeis.<sup>243</sup> Ou seja, diminuir a jornada de trabalho é diminuir também a possibilidade da tuberculose entre o operariado. Na realidade, este *mal* era entendido como fruto do conjunto das privações impostas pela sociedade capitalista e não somente por esta fustigante condição de trabalho.

Susan Sontag, em seu livro “*A doença como metáfora*”, auxilia a entender o porquê deste entendimento sobre a “*tísica*”: Segundo a autora, ela “*é sempre imaginada como uma doença da pobreza e da privação - falta de roupas, corpos magros, quartos sem aquecimento, higiene deficiente, alimentação inadequada, [dentre outras situações]*”.<sup>244</sup>

Ilustrando a presença deste entendimento no Rio Grande do Sul, bem como sua associação com o excesso de trabalho, transcrevo trechos de um artigo do jornal socialista *Avante* que critica a contradição que existe na recém fundada *Liga contra a Tuberculose* em Porto Alegre pela *Associação de Medicina* em 1901:

A febre das associações “humanitárias” que se intitulam “Liga contra a Tuberculose” chegou até nós. A “Associação de Medicina” em uma de suas reuniões, deliberou algo a tal respeito; deliberação que certo provocou riso àqueles que não a julgaram pelo critério dos jornais burgueses.

Liga contra Tuberculose fundada pelos próprios que endeusam os princípios dominantes que constituem por si uma poderosa LIGA EM FAVOR DA TUBERCULOSE!

É irrisório!

O que fará a associação a cuja frente colocarem-se os médicos desta capital em benefício dos tuberculosos?

Nós o dissemos bem alto: nada.

---

<sup>243</sup> - Ver, dentre outros, A VOZ DO OPERÁRIO, Porto Alegre, 01/04/1899, p.1-2. Sobre a presença desta noção em saberes médicos do período conferir HARRIS, Ruth. **Assassinato e loucura: medicina, leis e sociedade no ‘fin de siècle’**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 268-271.

<sup>244</sup> - SONTAG, Susan. **A doença como metáfora**. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 21.

Não fará nada, porque o que se pode fazer de útil à humanidade não é criar hospitais onde os indivíduos possam ser tratados com relativo cuidado, mas evitar que o mal se propague, extinguindo a fonte onde nasce, é esta fonte que ela não extinguirá, porque ama ardorosamente - é a organização social presente em que o **operário esgota-se no trabalho, em que a tuberculose** tem como principais agentes **o cansaço, a inanição e a falta da higiene das oficinas e dos prédios que são habitados pelos trabalhadores em geral.**<sup>245</sup>

Duas outras razões que levavam a militância à reivindicação de 8 horas são as intenções de conseguir tempo – ou mais tempo - para o operário estudar e também usufruir o lazer:

[...] querer 8 horas [de trabalho] é **querer tempo para educar-mos e educar-mos os nossos filhos.**

.....  
Uma vez compreendido o que fica dito, como havemos de conseguir a instrução, senão tirando aos atuais horários do trabalho algumas horas para empregar-se no estudo?

.....  
Proponho-vos o seguinte horário: Entrada de manhã às 7 e sair às 11 horas e reentrar á 1 da tarde para sair á 5.

Com este horário gozareis saúde, instruir-vos-ei e o patrão não perderá, porque o operário trabalhará satisfeito e descansado. Venha o dia normal de 8 horas de trabalho.<sup>246</sup>

O movimento que atualmente presenciamos, em prol da adaptação da jornada de 8 horas, é um atestado de que o proletariado vai continuamente acentuando a sua evolução moral.

Já não é puramente o aumento de salário que preocupa o trabalhador; é também a redução das horas de labor, é o desejo de que o operário também **possa dispor algumas horas para dedicar à família, ao estudo** e ao descanso.<sup>247</sup>

Quanto a importância econômica desta conquista [de 8 horas] os Srs. Capitalistas sabem, também como nós, que é quase nula. Sendo os operários os produtores e ao mesmo tempo os consumidores [...] ficará tudo na mesma, apenas os trabalhadores com algumas horas em que poderão descansar, **pensar e estudar.** Mas é justamente isso que não convêm às

---

<sup>245</sup> - AVANTE, Porto Alegre, 04/04/1901, p. 21-22. (Grifo meu).

<sup>246</sup> - A RAZÃO, Rio Grande, 01/05/1896, p. 2.

<sup>247</sup> - A LUTA, Porto Alegre, 18/02/1911, p.1.

classes dirigentes. **O dia em que os operários puderem estudar e pensar** estará perdida a burguesia!...<sup>248</sup>

Tal qual na situação anteriormente analisada, aqui se tem também a influência de noções científicas do período vindo a justificar a necessidade do tempo para o estudo. Conforme se percebe da citação abaixo, as idéias de Cesare Lombroso<sup>249</sup> são aqui ironicamente evocadas para afirmar que o estudo é incompatível com o excesso de trabalho, bem como com outros males impostos pelo capital, fato que reforça, então, a necessidade de diminuição das jornadas laborais<sup>250</sup>:

Um indivíduo que trabalha numa oficina onde não se observam os mais rudimentares preceitos de higiene, em um trabalho extenuante, sem alimentar-se devidamente, aspirando um viver mais nobre, procure ele emancipar-se, e para isso se dedique ao estudo a fim de se instruir, não o conseguirá, sem que, em curto lapso de tempo, **se torne um desses nevropatas que Lombroso não hesitaria em qualificar "DELINQUENTE NATO"**, ou um desses decadentes que a patologia, há muito, tem no seu índex.

.....  
Porque então no Brasil, isto é, em Porto Alegre, onde se apregoa aos quatro ventos a LIBERDADE, FRATERNIDADE e IGUALDADE, ainda se não conseguiram as 8 horas de trabalho? É preciso um pouco de luta...

---

<sup>248</sup> - Idem, 28/11/1906, p.3.

<sup>249</sup> - **Cesare Lombroso** (1835-1909). Médico e criminalista italiano. Foi o principal expoente da antropologia criminal, "ciência" que tinha como base idéias de fundo raciais e eugenistas. Lombroso defendeu a tese de que a criminalidade era um fenômeno físico e hereditário e, como tal, um elemento objetivamente detectável e possível de ser prevenido nas diferentes sociedades. Dados retirados de SCHWARTZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 48-49 e de MAGALHÃES, Álvaro. (Org.) **Dicionário Enciclopédico Brasileiro Ilustrado**. Porto Alegre: Editora Globo, 1960, p. 2069.

<sup>250</sup> - No jornal ECHO OPERÁRIO (Porto Alegre, 31/02/1899, p.1-2) encontrei a publicação de um interessante artigo do militante José Ingegnieros (que atuava na Argentina), intitulado "A luta pelo encurtamento da jornada de trabalho", que traz noções da antropologia criminal aplicadas a essa questão da necessidade de redução da jornada laboral. Segundo J. Ingegnieros, a partir destes noções, o excesso de trabalho poderia levar ao crime e a ociosidade, em função de ter provocado uma degeneração física e moral. Tais percepções providas antropologia criminal não foram encontradas, no entanto, sendo reproduzidas pela militância socialista que editava esse periódico rio-grandino.

Lutemos, pois!"<sup>251</sup>.

Cabe comentar que algumas lideranças da época claramente refutavam a substituição do tempo de estudo por mais horas de descanso ou lazer ao operário. O conto abaixo, publicado no periódico operário AVANTE de Porto Alegre, é exemplo disto e igualmente revela a existência de uma disputa intra-classe sobre o uso do tempo livre:

#### CENAS DE TODOS OS DIAS

- Então, Sr. Oscar, vai o Sr. por bom caminho! Sua mãe disse-me que ontem recolheu-se já eram 10 horas da noite! Onde vamos nós dessa forma?

- Papá bem sabe o quanto trabalho todo o dia e que só à noite me resta para a leitura de jornais e livros.

Belo! belíssimo!... **ler jornais... andar à voltas com livros!...onde se viu um operário ocupar-se com coisas tais? Trabalho e descanso é que nós precisamos; livros não nos dão dinheiro nem o que comer.**

- Mas então havemos nós os trabalhadores de passar uma vida de verdadeiros animais?...

- Ora bravo! Então eu sou um animal seu mandraco malcriado!... Vai tudo em bom caminho!... É isto o que se aprende na tal Liga... desobediência e ódio aos patrões e ainda insulto aos pais? Calas-te! Anda fala, diz-me o que se aprende lá?...

- Uma vez que exige que eu fale, ouça: aprende-se a ser pai por forma diversa da porque o Sr. é!...

- Elá! Explica-me isto que eu bem não entendi.

Aprende-se a ser homem que não se deixa roubar inconscientemente; aprende-se a amar e estimar os filhos como companheiros de infortúnio e a dirigi-los por bom caminho, a não querê-los escravos, aprende-se a amar o saber que eleva o homem e abandonar a taverna e a igreja, porque a primeira corrompe o corpo e enfraquece a moral e a segunda destrói o altruísmo para entronizar o egoísmo<sup>1</sup>

- Palavrões, eis o que é tudo isto. Eu sou seu pai, tu és menor e ordeno-te que lá não pises mais!

- Meu pai, mais de uma vez me tens batido e nunca revoltei-me porque a violência era feita ao meu corpo, porém uma violência feita à consciência, não suportarei e hei de ir aonde me proíbe que vá!

- Veremos!

- Veremos, pois!... <sup>252</sup>

---

<sup>251</sup> - A LUTA, Porto Alegre, 10/10/1906, p.2. (Grifo meu).

<sup>252</sup> - AVANTE, Porto Alegre, 04/04/1901, p.19. (Grifo meu).

Por fim, uma outra razão em pró das 8 horas deve ser aqui mencionada, pelo menos no âmbito da militância anarquista de Porto Alegre. Trata-se da intenção de buscar capacitar fisicamente o corpo do operário para a luta contra o capital. Acreditava-se que caso o corpo do operário não estivesse fisicamente exaurido pelo excesso de trabalho, ele teria mais condições de desenvolver atividades mentais, o estudo e o pensamento, que eram considerados como de extrema importância à luta operária. Este ponto não será, contudo, aqui mais detalhado, pois o capítulo seguinte trata especificamente desta questão.

Como se pode ver do que foi exposto, as razões que levavam a militância a propor a reivindicação de 8 horas eram bem diversificadas. Lutava-se para que o operário pudesse se preservar de jornadas laborais extensas, que podiam acarretar em doenças e atrofias corporais, bem como para que este tivesse tempo - ou mais tempo - para descansar, dormir e estudar. Além disto, a capacitação física de seu corpo em função das pugnas contra o “patrão” também era um motivo para esta reivindicação de uma jornada de 8 horas.

Com relação ao “operário comum”, como mencionei anteriormente, não obtive dados a respeito dos motivos que o levavam a realizar esta exigência, no entanto, acredito, que não seria absurdo pensar que teriam sido os mesmos motivos de sua militância, principalmente no que diz respeito ao descanso e ao lazer, itens que, como apontei antes, foram motivo de uma luta entre os operários e os ativistas, que priorizavam o estudo como forma de aproveitamento do tempo livre.

De que forma o corpo do operário vinha se constituindo, como aqui se afirma, a partir desta reivindicação de 8 horas, em uma causa de sua luta? Considerando o que aqui foi exposto, tanto em função desta reivindicação buscar resguardar a saúde física do operariado, como por disputar com o capital – ainda que assim não enunciado - o corpo deste trabalhador. Se, no primeiro caso, tal fato é evidente, para o segundo, cabe alguns comentários.

Como foi visto no primeiro capítulo, a produção de riquezas pelo capital nos espaços fabris passa tanto pelo emprego de ferramentas e máquinas, como pelo operário enquanto gerador da força de trabalho. Em outros termos, diminuir a jornada de trabalho é diminuir o tempo disponível para o capital exercer o controle sobre o corpo do operário - de onde provém a força de trabalho - e isto a fim de que este trabalhador tenha, então, mais posse de seu próprio corpo. É exatamente esta maior posse de seu corpo que deveria reverter em mais estudo, em mais descanso e em mais lazer. Ou seja, dentre o conjunto dos motivos que levavam estes ativistas a exigir uma jornada de 8 horas, todos eles remetiam, de forma direta ou indireta, ao corpo do operário.

Encerro esta análise sobre as razões que vinham levando o operariado do Rio Grande do Sul a propor a reivindicação de 8 horas com a transcrição de um interessante artigo do jornal socialista A DEMOCRACIA que anunciava a venda de um ícone e instrumento de controle do capital, o relógio moderno, só que sob contornos, agora, que supostamente o atingiriam, já que o mesmo propagandeava uma divisão do tempo sob a “perspectiva socialista” - entenda-

se dos três oitos.<sup>253</sup> Deste anúncio ainda destaco a intenção de incutir na mente e de “aderir” ao corpo dos operários a idéia de uma jornada de 8 horas, o que evidencia, claramente, como se vê, uma apropriação e reutilização deste meio de controle do capital por aqueles que são seu alvo<sup>254</sup>:

RELÓGIOS SOCIALISTAS - Uma excelente contribuição à propaganda para a redução do labor diário a 8 horas acaba de ser iniciada pelo nosso amigo e antigo companheiro de lutas Rafael Caliendo, fundador e proprietário da acreditada relojoaria e joalheria denominada ‘A Meridiana’ [...].

Tal contribuição, simples na aparência, é, entretanto, prática: é feita por meio dos ‘relógios socialistas’, que ele mandara fabricar, na Europa, e já se acham à venda na referida relojoaria.

**Esses relógios**, que são de níquel brunido, **servem para a propaganda permanente da aspiração pela conquista do limite máximo de 8 horas de trabalho diário**, pois que na capa trazem os dísticos, feitos em relevo **‘8 horas de trabalho, 8 horas de instrução e 8 horas de descanso. Operários de todo o mundo, uni-vos!’**

Estes dísticos acham-se em torno da seguinte vista, também em relevo e artisticamente executada:

No primeiro plano vê-se um automóvel ocupado por um homem e seguindo em estrada horizontal; à pouca distância, à direita do observador, aparecem alterosos edifícios fabris, [...] e a esquerda desce de um túnel, aberto em montanha arborizada, uma locomotiva puxando extensa fila de vagões, [...]; separa o terreno das fábricas e o de que eleva a montanha, um rio, indo desaguar no mar, que limita o horizonte, e neste resplandece o sol nascente. No rio veleja uma pequena embarcação, no mar há dois navios à vapor e no ar paira uma aeronave.

.....

---

<sup>253</sup> - Observo que não desconheço o que se pode chamar de uma reação do capital frente às lutas dos trabalhadores pela diminuição de suas jornadas de trabalho. Como expõe Denise Sant’Anna em seu livro “*O prazer justificado: história e lazer (São Paulo, 1969/1979)*”, o capitalismo paulatinamente buscou transformar o tempo livre conquistado dos trabalhadores em tempo de lazer e não de ócio. Ou seja, em um tempo que deve reverter em prol da produtividade do capital. As atividades físicas ou intelectuais que revigoram o corpo e a mente (realizadas em praças, através da ginástica, etc.) são exemplos de atividades que devem ser realizadas, segundo esta lógica capitalista, no tempo que se tem livre, banindo-se assim, então, a ociosidade, o simplesmente - e gostoso! - não fazer nada. Conferir SANT’ANNA, Denise. **O prazer justificado: história e lazer (São Paulo, 1969/1979)**. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1994, p. 13-41.

<sup>254</sup> - Apropriações e reutilizações como esta não são raras entre os operários, como demonstra E. Thompson quando relata que o relógio moderno era usado na Europa também como “*banco do pobre, depósito de suas economias, que em épocas más podia ser vendido ou empenhado*”. (THOMPSON, E. P. **Tradición, revuelta y consciencia de classe**. Barcelona: Editorial Crítica, 1984, p. 257-258). (Tradução minha).

O mostrador, cujos ponteiros são dourados, traz a novidade de conter duas circunferências de algarismos correspondentes as horas, uma de caracteres pretos e outra de vermelhos. A primeira marca de 1 a 12 e a segunda de 13 a 24. O maquinismo do relógio é simples, [...] o desenvolvimento da mola geral ou 'corda' é de mais de 24 horas.

Como os leitores deduzirão os 'relógios socialistas' são excelentes. E a esta vantagem aliam ainda outra, [...]; são baratos, pois custa cada um apenas 8\$000 [...].

.....  
É justo e devido mesmo recomendar, como recomendamos justamente aos operários, os mencionados relógios fabricados especialmente para a 'Meridiana'.<sup>255</sup>

b) A luta pelo fim dos rígidos regulamentos fabris

**Tratando agora das razões que informavam a luta de fim dos rígidos regulamentos fabris, observo que tal reivindicação era encontrada no meio operário desde o início do surgimento das fábricas, revelando uma clara forma de resistência a este novo meio de controle do operariado.**

**Como fartamente revela a imprensa operária do período, os operários vinham reclamando - e muito - da rígida disciplina que se impunha através destes regulamentos nos locais de trabalho, não sendo poucas as manifestações da classe em prol de sua eliminação.<sup>256</sup> Transcrevo abaixo alguns dos artigos em que se vê tal reclamação ou a clara proposta de fim desta rígida disciplina:**

---

<sup>255</sup> - A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 19/05/1907, p. 03. (Grifo meu).

<sup>256</sup> - Ver, dentre outros, O ALFAIATE, 12/10/1907, p.2; ECHO OPERÁRIO, Rio Grande: 26/09/1897, p.2; 01/01/1898, p.4.; 24/09/1898, p.2; DEMOCRACIA SOCIAL, Pelotas, 17/12/1893, p.3; A LUTA, Porto Alegre: 15/12/1906, p.2; A VOZ DO TRABALHADOR, Porto Alegre, 11/08/1912.

Não havia cousa mais ratona do que vermos o nosso diretor a admirar-se de não receber queixas das oficinas do governo. Era um pesadelo que o perseguia e com razão; pois temos notícia de muitas bandalheiras feitas ali, mas como não tínhamos queixas e nós só com provas escrevemos, o diretor andava furioso.

Felizmente apareceu esta semana um amigo da liberdade que nos pediu para relatarmos o que segue:

O atual mestre das oficinas é o tipo perfeito do escravocrata grosseiro, malcriado atrevido e até segundo dizem tem o arrojo de dar pancada nos operários!!!

.....  
**O contramestre interino segue-lhe as pisadas. Multa a torto e a direita, e por fumar, até alguns têm sido despedidos!**

Ora isto é ser muitíssimo exigente e por demais impertinente! Então numa oficina de ferreiros e caldeiros também prejudica o fumar!

Como é que você fuma, uma vez que o regulamento proíbe? É privilegiado? [...]

Ah! Não ficamos nisto só, não; no próximo darei publicidade a outras cousas que ainda espero.<sup>257</sup>

Hoje vamos trazer para aqui algumas notas do que se passa na Companhia Fabril (Fabrica de Meias).

.....  
Entrando 5 minutos depois da hora marcada (quase todo o trabalho é por peça), 100 réis de multa; faltando até a hora de almoço, 300; até o meio-dia, 500; **sendo encontrados operários conversando, de 500 a 1\$000 de multa a cada um**; quem levar para a fabrica algum livro, folheto ou jornal é multado em 500 réis; **subir uma escada, que existe na fábrica, calçado de tamancos, o operário ou operaria é multado em 1\$000.**

.....  
E aí têm os operários uma ligeira relação das iniquidades a que são submetidos os trabalhadores da Companhia Fabril Porto-Alegrense.

**Urge que os trabalhadores de todas as classes se organizem e em ação conjunta façam desaparecer essas como outras opressões** de que somos vitimas entre as paredes dos tristes presídios industriais, onde se é obrigado a buscar o pão quotidiano.<sup>258</sup>

**O fragmento seguinte pertence a um  
conto auto-biográfico de Antônio Guedes  
Coutinho:**

---

<sup>257</sup> - ECHO OPERÁRIO, Rio Grande, 26/09/1897, p.2. (Grifo meu)

<sup>258</sup> - A LUTA, Porto Alegre, 15/12/1906, p 2. (Grifo meu)

- Antônio! Olha que a fábrica já apitou há muito tempo [...]. Levanta-te homem! Eram estas, com pequenas variantes, as palavras com que a amorosa esposa despertava todas as manhãs ao exausto marido, que, pelo seguro, atendia muito poucas vezes ao primeiro chamado e no geral era o último a entrar a cancela da fábrica.

**[Antônio é agora] escravo de regulamentos severos, quando até os 25 anos tinha gozado da máxima liberdade concedida às classes trabalhadoras [...].**

.....  
De tal modo procedendo chegou um dia em que respondeu à esposa, quando esta ao apitar da fábrica o chamava para como de costume ir para o trabalho: - Minha cara, estou farto de apanhar frio no inverno e calor no verão debaixo daquele maldito teto de zinco e vidro, e sempre ameaçado de passar fome se deixo de trabalhar um dia, enquanto que o dono da fábrica sem nada fazer, levantando-se quando quer, comendo e gozando a seu bel-prazer, recebeu no último balanço 40%! Que leve o diabo a fábrica com todos os seus regulamentos escravocratas, porque eu vou voltar ao antigo ofício, [o de alfaiate].

.....  
Quinze dias depois via-se Antônio [...] subir a tribuna da associação operária do lugar e com palavras convincentes descrevia a vida das fábricas e demonstrava a necessidade que o operariado tem de **unir-se para abolir esses regulamentos** [...].

Operários ! – dizia ele, todo o trabalho excessivo mata o físico, mas o trabalho das fábricas mata o moral, porque não existem nas fábricas condições nenhuma de respeitabilidade. São apenas fábricas de dinheiro para os proprietários e de desgraça para vós. **Uni-vos e reformai os seus regulamentos, ou arrasai-os que fazei um favor à civilização. E assim dizendo ele recordava os seus dias ali <sup>259</sup> passados que tanto o mortificaram.**

**Como se vê destes relatos, deseja-se o fim dos rígidos regulamentos fabris, que haja um maior domínio dos operários sobre suas próprias vontades e mais liberdade para seu corpo nestes espaços. Ou seja, liberdade para fumar, conversar, ler, dentre outras práticas, nas fábricas.**

---

<sup>259</sup> - ECHO OPERÁRIO, Rio Grande, 18/07/1899, p.2.

Considerando o exposto pode-se dizer, então, que o corpo do operário se constituía, neste caso, também em uma causa de sua luta porque ele era o alvo desta insubordinação aos dispositivos disciplinares do capital nos espaços fabris. Se o industrialista buscou disciplinar este corpo visando à produção, o operário não só isto percebeu, como disto reclamou e reagiu em prol de sua autonomia corporal.

Cabe aqui ainda mencionar, a respeito destas reações, que a historiografia chegou a apontar, ainda que de forma indireta, que era o corpo do operário que vinha se constituindo, nesta ocasião, em um motivo de sua luta. Assim ela o fez quando relatou a reação deste trabalhador aos dispositivos disciplinares fabris que visavam o controle de seu corpo - o não conversar, o fumar, etc. -, só que não enunciando que era o próprio corpo – a sua autonomia - a causa destes enfrentamentos.<sup>260</sup>

---

<sup>260</sup> - Ver, por exemplo, ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá. *De moléstia do trabalho a doença profissional: contribuição ao estudo das doenças do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro,

É interessante ainda observar, a respeito das percepções da militância operária do estado, que ela nem sempre associava a disciplina fabril à intenção do patrão de melhor dominar e controlar a mão de obra.<sup>261</sup> No entanto, em outras ocasiões, isto era claramente percebido, e não só no que diz respeito à disciplina que vinha sendo imposta pelos “olheiros” do capital - os mestres e contra-mestres -, mas pela própria máquina, ainda que não elaborando, em relação a esta última, qualquer proposição. Abaixo cito trechos de dois artigos publicados na DEMOCRACIA SOCIAL de Pelotas onde se identifica esta consciência mencionada:

**Entre o pequeno patrão e o seu operário há um relativo bem-estar. [...]. Com o advento da grande indústria, estas relações mudam instantaneamente.**

**[...] o vapor, a força bruta [...] subordina tudo, uniformizando os trabalhadores, submetendo-os a uma disciplina mais restrita do que nos exércitos e só comparável a**

---

Niterói: PPG em História na UFF, 1994. Dissertação de Mestrado. Reprodução Xerográfica e também RAGO, M. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil: 1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.27-32; 47-59. Na realidade, tal questão é apresentada em praticamente todos os trabalhos mais recentes que trazem à tona tal realidade disciplinar, ainda que, como disse, não enunciando ser o corpo a causa da luta operária.

<sup>261</sup> - Ver a respeito, por exemplo, artigo no ECHO OPERÁRIO de 24/07/1898, p.4 onde o redator - Antônio G. Coutinho - não associa a disciplina vigente neste local com a intenção do burguês - o industrialista Reingantz - de melhor dominar o operário.

uma porção de autômatos amarrados a uma só corda e movidos por uma só mão.

**O trabalhador em frente do vapor, perde completamente a sua autonomia.**<sup>262</sup>

**Uma fábrica é um estado dentro de outro estado.**

**Os estados atuais estabelecem impostos que o povo não quer pagar e os estados são representantes do povo.**

**As fábricas estabelecem multas e regulamentos sem consultar aqueles para os quais são estabelecidas tais leis. É a mesma coisa!**<sup>263</sup>

c) A reivindicação de melhoria das condições materiais de trabalho

**Abordando agora a proposta de melhoria das condições materiais de trabalho nos estabelecimentos fabris, observo, antes de mais nada, que esta reivindicação partia basicamente das lideranças, ainda que fossem os próprios “operários comuns” que, via de regra, os informavam das realidades adversas das fábricas.**

**Conforme se vê em artigos na imprensa operária<sup>264</sup>, como do conteúdo de**

---

<sup>262</sup> - DEMOCRACIA SOCIAL, Pelotas, 12/11/1893, p.3

<sup>263</sup> - Idem, 13/10/1893, p.1.

<sup>264</sup> - ECHO OPERÁRIO (Rio Grande): 14/05/1899, p.3,4; A LUTA (Porto Alegre): 13/09/1906, p.2; 15/12/1906, p.2; 02/06/1907, p.3; 03/07/1907, p.2; 20/06/1908, p.2; 19/07/1908, p.2. AVANTE, Porto Alegre, 04/04/1901, p.17; 21-22. A VOZ DO OPERÁRIO, Porto Alegre, 01/04/1899, p.1; A DEMOCRACIA (Porto Alegre): 04/06/1905, p.1,2; 11/06/1905, p.2;

programas dos partidos operários<sup>265</sup>, o que mobilizava estes ativistas no sentido desta reivindicação era a intenção de se conquistar condições de trabalho saudáveis e não perigosas aos operários. Ou seja, diferentemente do industrialista, era o operário e não a mercadoria ou o aumento da produtividade, que se tinha, nesta situação, como alvo.

A fim de ilustrar tais entendimentos dos militantes, transcrevo abaixo dois artigos publicados no jornal socialista A DEMOCRACIA, no ano de 1905, a respeito das condições de trabalho vigentes na oficina do jornal A FEDERAÇÃO, órgão do Partido Operário Rio-grandense (PRR):

**Não foi por simples espírito de doutrina que a Comissão Central do Partido Operário intercalou no Programa deste, como uma necessidade de atender a fiscalização de**

---

07/04/1907, p.3; 21/07/1907, p.4.;

<sup>265</sup> - Nos programas do “Partido Socialista do Rio Grande do Sul” de 1897 (Porto Alegre) e do “Partido Socialista Rio-Grandense” de 1898, seção deste primeiro localizada em Rio Grande, constava o seguinte: “XII – Fiscalização de todas as oficinas por inspetores retribuídos pelo Estado, eleitos, a metade pelo menos, dentre o operariado e encarregados de examinar as condições higiênicas, a segurança das máquinas daquelas, etc. etc.”. (CARONE, 1979, p.321 e ECHO OPERÁRIO, Rio Grande, 01/05/1898, p. 2). Já no programa do Partido Operário Rio-Grandense (Porto Alegre) de 1905 era proposto a “fiscalização de todas as oficinas, quanto à condições de higiene e de segurança para o pessoal nelas empregado, exercida por uma comissão em cada município, subsidiada pelo Estado [...]”. (A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 01/05/1905, p.3).

**todas as oficinas, quanto a condição de higiene e de segurança para o pessoal nela empregado.**

**A imprensa quase que diariamente esta a noticiar desgraças ocorridas em oficinas, e em que são vítimas os pobres que precisam arriscar a vida trabalhando em estabelecimentos fabris cujos mecanismos não estão em condições que tornem difíceis os acidentes.**

.....  
Não pára nisto, entretanto, o pouco caso ligado a existência do operário em oficinas desta capital e, provavelmente, de todo o Estado; **a falta de higiene em muitas das mesmas é extrema, chega às raías de um grande crime.**

Se a alta administração do Rio Grande, que é uma espécie de *fac-totum*, visto ser poder legislativo, executivo, e não sabem os que mais, ao mesmo tempo, não se importa com a sorte do pessoal das oficinas, - talvez que alguma coisa útil nesse sentido deva ser feita pela inspetoria de higiene

.....  
Não estamos a fantasiar males. Se a inspetoria de higiene quisesse ou soubesse ser rigorosa sempre, desde muito que oficinas como as d'A *Federação*, por exemplo, teriam sido fechadas ou mudadas.

.....  
Propositalmente tomamos estas para base de nossa reclamação e o fazemos porque, sendo pertencente à uma empresa que é quase oficial, deviam servir de modelo de ordem e de higiene a todas as congêneres [...].

As oficinas d'A *Federação* tem todas as condições precisas para ser um foco pestífero.

O edifício é extenso e como uma caverna: ali não há sequer uma área, um pequeno pátio ou uma janela por onde facilmente se renove o ar [...].

Na parede dos fundos, que confina com a funilaria de uma fábrica de beneficiar banha, fizeram duas pequenas aberturas à guisa de ventilador.

É por ai que deve penetrar o ar puro nas oficinas de impressão e composição; mas, ao contrário, disso aquilo é antes o transmissor de ar ainda mais viciado que o que se respira no edifício, pois da referida funilaria penetram na tipografia pelas tais aberturas exalações às vezes até asfixiantes, provenientes da combustão de carvão e de aquecimentos de ácidos e soldas [...]. E como se tudo isso não fosse suficiente para abalar, para destruir a saúde do pessoal operário da *Federação* [...], acresce mais este barbaramente anti-higiênico: não há latrinas no edificio!

Quem penetra nas oficinas sente logo um odor bem desagradável: é proveniente de um tanque existente a um canto e que serve de mictório e para lavagem .

Disseram-nos [...] que aquilo é um *melhoramento*; outrora servia de mictório uma imunda lata que era, depois de bem cheia, despejada à noite na calha fronteira à casa.

O fétido resultante daquele original depósito era tão pronunciado que certa vez o Dr. Torres, médico morador na parte superior do prédio, reclamou da gerência da empresa contra aquela falta de asseio que punha em perigo a saúde do vizindário.

Reflitam agora os senhores da higiene se as condições em que se encontram os 18 a 20 homens que ali trabalham, envolvidos em ambiente infecciosos, são ou não as de um assassinato lento.

Pode ser que estejamos laborando em erro, porém nos quer parecer que a existência de oficinas em condições iguais a d'A Federação sem ar puro, sem higiene, sem os mais rudimentares requisitos para garantir à saúde de quem neles permanece horas e horas, deve constituir um crime.

.....  
É preciso que a Inspectoria de higiene faça algo em defesa da saúde dos pobres trabalhadores.<sup>266</sup>

Na quarta-feira última, quase ficou com uma perna quebrada um dos artistas-tipógrafos empregados nas oficinas da Federação.

Relataram-nos assim o caso: Existe empregado nas oficinas, como aprendiz ou ajudante [...], certo menino [...] que é um verdadeiro diabrete. Encarregaram este aprendiz do serviço de dobrar jornais, porém ele [...] em lugar de fazer tal serviço costuma, para reduzir a tarefa, ocultar dezenas e centenas de jornais sob o soalho do prédio, metendo-os pelas frestas resultantes da disjunção das tábuas.

.....  
Para retirar de sob o soalho aquela porção de jornais o remessista Feliciano e o pai da criança fizeram vários buracos nas tábuas.

Se, porém, houvessem de novo tapado os mesmos, nada haveria de extraordinário no caso; mas assim não aconteceu, e o resultado é que a sala das oficinas além dos muitos inconvenientes que tem apresenta agora mais o de ter buracos que parecem verdadeiras armadilhas no solo.

Em um destes foi que, na quarta-feira, quase partiu a perna um dos compositores tipográficos da folha.

Por que não evitam aquele perigo os gerentes das oficinas Srs. tenentes Agostinho José Lourenço e Dr. Otávio Rocha?

Aguardam a consumação de alguma desgraça para depois mandarem concertar o soalho?

Ao menos nisso tenham um pouco de pena dos pobres trabalhadores...<sup>267</sup>

Como se vê a partir destes artigos, quer-se espaços mais higiênicos (com circulação do ar, banheiros, etc.), bem como segurança para os operários (máquinas em condições de trabalho, sem buracos no assoalho, etc).

É pertinente aqui também apontar, que tal como na reivindicação de 8 horas, os ativistas faziam uso, para reforçar esta proposta, de conhecimentos

---

<sup>266</sup> - A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 04/06/1905, p.1-2.

<sup>267</sup> - Idem, 13/08/1905, p. 2.

científicos da época a respeito da forma de propagação das doenças. Objetivamente da “velha” teoria dos miasmas<sup>268</sup> e da “nova” teoria do contágio<sup>269</sup>. O primeiro artigo antes citado apresenta claramente a influência da teoria miasmática quando afirma que o “fétido” resultante da “*imunda lata*” utilizada como “*mictório*” era um perigo à saúde. Já a transcrição abaixo evidencia a influência da teoria do contágio:

A todos os males [...] mencionados reuna-se as más condições higiênicas das oficinas com atmosfera geralmente impregnada de vapores deletérios, de poeira nociva, de germes nefíticos [...].<sup>270</sup>

---

<sup>268</sup> - A teoria miasmática ou teoria dos fluídos, que dominava o pensamento médico desde o século XVIII, afirmava que as doenças se transmitiam pela inalação dos “*miasmas*”, eflúvios pútridos e fétidos provenientes de matérias em decomposição presentes nos ares estagnados. Conforme esclarece ainda Margareth Rago “o ar e a água eram considerados, neste teoria, veículos mórbidos, portadores de emanações fétidas e pútridas conhecidas como ‘*miasmas*’ [...]. A inalação dos miasmas poderia provocar uma ruptura do equilíbrio do organismo [...] e ocasionar, deste modo, o surgimento da doença, da febre pestilencial, do escorbuto e da gangrena. [...] Por outro lado, o movimento [destes fluídos] era dotado de um poder purificador: impedia a desorganização pútrida da cidade e da vida de seus habitantes, ameaçados pelos pântanos e por todo local em que se acumulassem detritos, dejetos, substâncias estranhas, insetos e matérias em decomposição.” (RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil: 1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 167-168).

<sup>269</sup> - A teoria do contágio ou teoria microbiana, baseava-se no pressuposto, segundo George Rosen, de que “contágios específicos [no caso, com agentes vivos] eram as únicas causas de infecções e de doenças epidêmicas”. Conforme ainda afirma Rosen: “Pensar que agentes vivos pudessem originar as doenças infecciosas não era novidade [no século XVIII]. Desde a antigüidade observadores tinham aventado a hipótese de serem estas doenças transmitidas por contágio, e causadas por ‘sementes’, ‘animálculos’ ou ‘vermes’. Apenas na segunda metade do século XIX [...] a opinião começou [...] a se voltar com mais decisão nesse rumo. Em parte esta mudança se deveu a uma reação contra a teoria dos miasmas. Mas a evidência [...] de que microorganismos causavam doenças contagiosas e epidêmicas teve [para isso] mais importância.” (ROSEN, George. **Uma história da saúde pública**. São Paulo: Hucitec, UNESP; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva 1994, p.211; 219). Conforme informa ainda Stefan Ujvari, as pesquisas de Louis Pasteur (França) e Robert Koch (Alemanha) foram fundamentais para esta mudança de percurso nas explicações científicas da época sobre as origens das doenças infecciosas, bem como para suplantarem a teoria dos miasmas que predominava no século XVIII. Ver UJVARI, Stefan Cunha. **A História e suas epidemias: a convivência do homem com os microorganismos**. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio; Editora Senac São Paulo, 2003, p. 173.

<sup>270</sup> - A VOZ DO OPERÁRIO, Porto Alegre, 01/04/1899, p.1.

É pertinente aqui também mencionar que esses ativistas, em vários destes artigos de denúncia das condições de trabalho, principalmente nos que relatavam acidentes com as máquinas, alertavam para o fato dos operários não deverem se deixar equiparar a “objetos” – como ferramentas e máquinas - de “menor importância” e nem à animais que tem valor só enquanto podem trabalhar. O texto que cito reclama, inclusive, a lei de proteção pecuniária aos operários feridos em acidentes:

**Ainda um desastre!** - Como se vai tornando numerosa a série de desastres de que são vítimas os operários em oficinas e em pleno labor!

.....  
À lista daqueles lamentáveis fatos temos hoje a acrescentar mais este: José Marinelli, ativo e hábil profissional empregado na serraria Friederichs, teve a infelicidade de, no sábado último, na ocasião em que trabalhava, sofrer o esmagamento do dedo polegar da mão esquerda.

Enquanto por efeito do desastre, estiver impossibilitado de trabalhar como dantes, Martinelli será compensado disso?

Talvez não porque a doutrina vulgar entre os industrialistas é a seguinte, que ouvimos, não há muitos meses, de um patrão que nunca soube o que é ser profissional do gênero de indústria de cujos proventos goza: ‘Os desastres de que são vítimas os operários - são *cavacos do ofício* e equivalem, apenas, aos prejuízos pecuniários que os industrialistas *soffrem* as vezes’.

A esse demos, então, a merecida resposta; mas isto não adiantou nem ainda coisa alguma. O mister é que a classe operária faça com que patrões e governos deste país saibam compreender o caso como o caso é.

Os operários não devem se deixar equiparar a simples máquinas de somenos importância e, ainda menos, a bestas de carga, cuja importância é limitada ao tempo em que podem prestar serviços.<sup>271</sup>

**Considerando o que foi exposto, creio  
que se pode afirmar, então, que era o corpo  
do operário que se encontrava na base e  
também era o alvo desta reivindicação de**

---

<sup>271</sup> - A DEMOCRACIA, 07/04/1907, p. 03. (Grifo no original)

melhoria das condições de trabalho e isto porque se buscava preservar exatamente o físico deste trabalhador. Por outras vias, pode-se aqui ainda afirmar, ainda que não enunciado, que o corpo do operário era alvo também desta proposição, na medida em que as condições de trabalho mais salubres almejadas - não malélicas ao corpo - resultavam na possibilidade do operário seguir trabalhando – não se afastar em função de doenças ou de acidentes.

A historiografia, como já mencionei na Introdução, chegou a apontar que o corpo do operário era causa da luta, a partir desta reivindicação, em relação aquela primeira questão exposta, ainda que de forma secundária na análise. As obras em que eu encontrei isto ser abordado trata-se do livro *“O corpo de quem trabalha”*, de André Joaílho.<sup>272</sup> No entanto, observo, a historiografia assim não o fez no que diz respeito aquele último motivo acima apresentado.

---

<sup>272</sup> - JOANILHO, André Luiz. *O corpo de quem trabalha: estratégias para a construção do corpo do trabalhador*. Londrina: Ed. UEL, 1996, p. 43-64.

Cabe, por fim, ainda ressaltar que a militância no estado tinha uma visão extremamente negativa do ambiente fabril, fato certamente reflexo das condições de trabalho vigentes nestes locais, como das visões desabonadoras que existiam à época no meio operário a respeito das fábricas. Observo, neste último sentido, que os editores do jornal socialista de Porto Alegre **A VOZ DO OPERÁRIO** ou haviam lido o livro ***O Capital***<sup>273</sup> de Karl Marx, onde se encontra uma percepção extremamente negativa da fábrica, ou uma obra que se reportava a este livro. Compare-se as citações abaixo:

Conforme Karl Marx:

A economia dos meios sociais de produção, amadurecida, como numa estufa, no sistema fabril, transforma-se, nas mãos do capital, num roubo sistemático praticado sobre as condições vitais do operário durante o trabalho, sobre o espaço, o ar, a luz e os meios de proteção pessoal contra as condições perigosas ou insalubres em que trabalha, para não mencionar as medidas que visam a comodidade do operário.<sup>274</sup>

---

<sup>273</sup> - Trata-se do décimo capítulo d' *O Capital*, intitulado: "Efeitos desses progressos na situação da classe operária". Vide MARX, K. ***O Capital: edição popular***. São Paulo: Edições 70, 1979, p. 77-115. Esta citação aproxima-se bem mais da edição portuguesa desta obra (MARX, K. op. cit. 1979, p. 100) do que da brasileira (MARX, K. ***O Capital***. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 115), o que, talvez, seja revelador da procedência da mesma.

<sup>274</sup> - MARX, K. ***O Capital***... 1979, p. 100.

## **Afirma A VOZ DO OPERÁRIO:**

***À todos males [antes] mencionados, reuna-se as más condições higiênicas das oficinas (...) e o traumatismo cirúrgico (...) e teremos o quadro negro de que sofre o operário e que K. Marx assim descreveu: 'A economia dos meios sociais de produção amadurecida no sistema fabril como em estufa passa a ser ao mesmo tempo nas mãos do capital roubo sistemático das condições da vida do trabalhador, sejam elas espaço, ar, luz ou meios de proteção pessoal contra as condições do processo de trabalhos perigosos para a vida e para a saúde, sem falar nas instalações para comodidade do trabalhador.'*<sup>275</sup>**

### **2.4. O corpo e a reivindicação de fim do trabalho infantil e de melhoria das condições de trabalho da operária.**

**Mulheres e crianças eram figuras, via de regra, indissociadas quando a militância no estado tratava de denunciar a exploração de um ou de outro pelo capital. Evidenciando um entendimento bastante perspicaz da realidade, estes eram representados como os mais ultrajantemente extorquidos, dentre a massa de operários, não sendo poucas as denúncias dos ativistas sobre a baixa**

---

<sup>275</sup> - A VOZ DO OPERÁRIO, Porto Alegre, 01/04/1899, p.1. (Grifo no original)

remuneração a estes sempre oferecida<sup>276</sup>, sobre ludibriamentos no pagamento de seu trabalho<sup>277</sup> e até sobre a utilização desta mão de obra de forma concorrencial à masculina adulta.<sup>278</sup> Os fragmentos abaixo de textos de jornais operários são ilustrativos desta crítica a tal forma de emprego da mão de obra feminina e infantil no estado:

**A miséria, o diminuto salário, a falta de trabalho para o homem, a avareza dos capitalistas interessados em produzir as suas mercadorias com pouco dispêndio, arrancando do lar doméstico a mulher pobre e seus filhos para escravizá-los nas fábricas e nas suas oficinas.**<sup>279</sup>

Estamos vendo, agora, as administrações e gerências de fábricas e empresas de toda ordem, darem preferência ao trabalho da mulher pelo do homem.

.....

Há pouco tempo numa folha desta cidade lemos um anúncio chamando raparigas para aprendizagem da arte tipográfica; também na fábrica Ítalo-Brazileira sabemos que dão preferência ao pessoal feminino pelo masculino! Não vamos dizer que seja isso por espírito de altruísmo, humanitário e social; pois que se

---

<sup>276</sup> - A LUTA, Porto Alegre: 13/09/1906, p.2; 01/12/1906, p.1; 15/12/1906, p.2; 20/11/1911, p.1. A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 06/01/1907, p.3. ECHO OPERÁRIO, Rio Grande, 07/11/1897, p.1.

<sup>277</sup> - Na Cia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense, por exemplo, se contratavam “moças para aprender a trabalhar e [...] depois de um mês de aprendizagem sem ganhar um vintém” lhes era dito que não havia serviço, apesar da fábrica contratar outras “aprendizes” para o “lugar daquelas”. Além disto, nesta mesma fábrica, crianças, “a pretexto de serem aprendizes, trabalha[vam] grátis nas emendações de fios” (A LUTA, Porto Alegre, 01/12/1906, p.1). Outros casos similares a esses são relatados também pelos seguintes jornais: A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 28/05/1905, p.4 e a DEMOCRACIA SOCIAL, Pelotas, 19/11/1893, p.1, 2.

<sup>278</sup> - Cabe aqui apontar que não identifiquei esta concorrência da mão de obra infantil com a do operário adulto, somente com a feminina (Capítulo I, p. 64-65). Contudo, não se descarta aqui esta possibilidade.

<sup>279</sup> - AVANTE, Porto Alegre, 24/02/1901, p.6.

dali não lhes viesse vantagem, eles não se lembrariam de fazer preferências; a vantagem está, em que as mulheres sujeitam-se mais a explorações que os homens, por trabalharem sempre mais barato que estes.

Eis a razão porque em toda Europa e também na América, nos centros mais populosos, a mulher ocupa quase todos os lugares, concorrendo assim com o homem ao trabalho, de maneira bem prejudicial às classes proletárias.<sup>280</sup>

**Os maus tratos físicos e morais que mulheres e crianças sofriam também eram motivos de denúncia pelos ativistas e invariavelmente se evocava a natureza mais frágil destes sujeitos em sua defesa. Como se vê, a percepção de inferioridade física da mulher que vigia à época e da fragilidade da infância constatável no período eram aqui claramente expressadas.**

Os trabalhadores são explorados nas fábricas, onde crianças e mulheres definham seus fracos organismos, ganhando um mesquinho salário, sofrendo vexames dos patrões e contramestres [...].<sup>281</sup>

Na fábrica de escovas, em dias da semana passada, cinco moças viram-se na contingência de abandonar o trabalho, devido a prepotência dos patrões que, depois de as explorarem à vontade, não querem dar mais trabalho às enérgicas moças que não se deixam aviltar, nem prostituir. Então eles, para obrigá-las à irem embora, não só servem-se de todos os meios ignóbeis, que lhes são peculiares, mas até de moças tolas e incautas, que por qualquer circunstancia são escravizadas.<sup>282</sup>

---

<sup>280</sup> - ECHO OPERÁRIO, Rio Grande, 07/11/1897, p.1

<sup>281</sup> - A LUTA, Porto Alegre, 29/01/1909, p.1.

<sup>282</sup> - Idem, 29/09/1906, p.2.

Os pobres aprendizes que tiverem infelicidade de cair [nas] garras [do Sr. Patrão Edmundo Vrydaphy Höltz] são mais torturados que escravos.

Quando não é descomposturas e cachações pela mínima falta é o [mestre] Gomercindo que toma a palavra e o infeliz menino entra em dança.

O Gomercindo é um rebenque, grosso como um calabrote, que é aplicado com toda a cristandade. Sim, cristandade, porque o seu dono (Höltz) é tão cristão que chega a reservar uma parteleira [sic] da armação especialmente para Bíblias, e quando está de lua, começa a cristianizar seus empregados, xaropeando-os com a leitura de trechos da Bíblia.

O que nos admira, é que haja pais que mandam seus filhos a semelhantes ergástulos.<sup>283</sup>

**A tuberculose, sem contar outros tipos de danos físicos orgânicos como o cansaço, a anemia e as mutilações, eram citados como aquisições corporais das frágeis mulheres e crianças, sendo que para as primeiras isto ainda tinha repercussões negativas sobre sua futura prole. Os textos abaixo trazem um pouco destes entendimentos<sup>284</sup>:**

A dura e negra lei do salário dá ao homem, como recompensa do seu embrutecendo e pesado trabalho, o estritamente ou menos que o estritamente indispensável para reparar as forças gastas no mesmo: à mulher, o seu pesado labor é pago com um terço do que se dá ao homem. Pessimamente alimentada, mal vestida, como poderá lutar contra os agentes naturais e artificiais que a rodeiam? Sangue depauperado pela falta de alimentos reconstituintes do seu organismo, que condições de vida, de robustez oferece a sua prole? A tísica, a anemia geral, tem nesses seres a melhor clientela, os boletins sanitários o comprovam.<sup>285</sup>

---

<sup>283</sup> - O ALFAIATE, Porto Alegre, 12/10/1907, p.2.

<sup>284</sup> - Ver ainda A LUTA, Porto Alegre, 17/01/1907, p.7 e A VOZ DOS OPRIMIDOS, Porto Alegre, 1903, p.3.

<sup>285</sup> - ECHO OPERÁRIO, Rio Grande, 17/10/1897, p. 1.

E porque acompanha [a mãe] somente aos domingos, se ela é tão fraca e sempre necessita de alguém a seu lado? Perguntei-lhe um dia, vendo-a caminhar devagarinho, ajeitando o xale da querida enferma [...].

- Ah! Quem me dera poder! – respondeu-me. Só aos domingos é que disponho de tempo para acompanhar minha mãe, porque nos dias de serviço trabalho na fábrica, pois necessitamos muito, não temos ninguém por nós.

Sua amabilidade encorajou-me a fazer outra pergunta:

- Está desde muito tempo enferma a sua mãe.

- Desde o inverno passado. Lembro-me como se fosse hoje, daquela manhã tão fria em que nos acordamos um pouquinho tarde, e por isso não ouvimos o primeiro apito da fábrica.

.....  
- E continuou – a mamãe também trabalhava então: foi ela a minha mestra tecedora.

Aflitas ambas porque apitava o sinal de entrada saímos correndo para não incorrerem na multa; mal tendo engolido um pouquinho de café aquecido.

A pressa em ver que tudo estivesse pronto para sairmos, e o café tomado tão ligeiro fizeram com que o suor nos inundasse a fronte apesar de estarmos no inverno e a manhã ser extraordinariamente fria. Saímos correndo e a mamãe acabou de por o xale já na rua.

.....  
Chegamos a tempo. Trabalhamos o dia inteiro e no seguinte dia mamãe sentiu fortes dores de cabeça.

O médico consultado diagnosticou uma forte constipação e mais tarde pneumonia.

.....  
A enferma chegou pertinho cumprimentou-me e falou baixinho algumas palavras. Já não tinha voz. E continuaram o triste passeio as infelizes, **sem lembrarem-se, talvez, que a tísica é o fim de quase todas as operárias.**

Amaldiçoarão certamente a sorte, sem pensar que se o trabalho fosse mais humano, e que se por um minuto apenas de retardo não incorressem continuamente em multas mais que injustas se salvariam muitas preciosas existências!<sup>286</sup>

Para a criança, a proposta era a da sua retirada das oficinas e fábricas<sup>287</sup>, ainda que houvesse, pode-se dizer, um sentimento de aceitação a

---

<sup>286</sup> - A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 24/01/1907, p. 2. (Grifo meu).

<sup>287</sup> - Vide a respeito artigo X do programa do Partido Socialista do Rio Grande do Sul (1897) (GAZETINHA, Porto Alegre, 01/05/1897, p.2-3) e do Partido Socialista Rio-Grandense (1898) (ECHO OPERÁRIO, Rio Grande, 03/04/1898, p.2) e artigo I do Partido Operário Rio-Grandense (1905) (A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 01/05/1905, p.3). Vide também artigos constantes nos jornais ECHO OPERÁRIO, Rio Grande: 12/09/1897, p.1; 19/09/1897, p.1; AVANTE, Porto Alegre, 24/02/1901, p.6; A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 24/01/1907, p.2 e n'A LUTA, Porto Alegre, 14/12/1909, p.2.

este trabalho em situações de extrema necessidade.<sup>288</sup> As razões que levavam a esta exigência, como se pode deduzir da exposição feita, era a defesa do mercado de trabalho para o homem, a proteção da moral e dos corpos infantis, tidos como mais frágeis, e a proposta de que a criança estudasse. Em alguns casos percebe-se ainda que estes ativistas associavam esta proteção da infância à intenção de que o operário (adulto) fosse no futuro fisicamente sã. Trago abaixo alguns destes entendimentos:

Quando devia andar no colégio, já era obrigado a ganhar um desgraçado salário para ajudar-se a sustentar. Que miserável sociedade esta burguesa. Um pai vê-se obrigado a sacrificar seus inocentes filhos para não vê-los passar fome...<sup>289</sup>

O partido socialista [do Rio Grande do Sul – 1897-], Tratará como as primeiras exigências da atualidade, de conseguir o seguinte: [...] V- Instrução geral e profissional gratuita, bem como todos os utensílios necessários aos estudos, e além disso vestuário e alimentação, à expensas do Estado para os filhos das classes pobres; [...] X- Redução oficial do dia de trabalho a 8 horas: proibição do trabalho em oficinas aos menores de 14 anos; e para os de 14 a 18 anos de idade redução do labor a 5 horas; supressão do trabalho noturno em todos os ramos em que isto seja possível.<sup>290</sup>

Como se pode concluir destes motivos, o corpo deste pequeno trabalhador é a causa da luta quando o que está em pauta é o seu físico, fato que, como mencionei na Introdução, foi já identificado pela historiografia, ainda que de forma secundária na análise. As obras em que eu vi isto ser apontado

---

<sup>288</sup> - Estas percepções são claramente identificadas quando se tratam de viúvas que empregam os filhos para sobreviver. Ver, por exemplo, A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 07/04/1907, p.3 e A BIGORNA, Encruzilhada, 22/09/1917, p.2.

<sup>289</sup> - A RAZÃO, Rio Grande, 01/05/1896, p.1.

<sup>290</sup> - A GAZETINHA, Porto Alegre, 01/05/1897, p.2.

tratam-se dos já mencionados livros de M. Rago e de Liane Bertucci, intitulado “Saúde: arma revolucionária”.<sup>291</sup>

Já para a mulher operária a problemática era outra. Descartando a própria “proposta” de retorno da mulher para casa, seu lugar “natural”<sup>292</sup>, as exigências que identifiquei tratavam da equivalência salarial entre “os sexos”, a fim de inviabilizar a concorrência e/ou fazer juz ao trabalho feminino<sup>293</sup>; a redução legal - no caso dos socialistas - da jornada da mulher à 6 horas<sup>294</sup>, o fim do assédio sexual e a adequação das condições de trabalho à fragilidade feminina<sup>295</sup>. Observo, neste último sentido, que o corpo da mulher era apresentado como merecedor de cuidados especiais, fato que não era levado em consideração pelos industrialistas. Na fábrica de Júlio Silva & C., de Pelotas, por exemplo, aplicava-se “abomináveis” multas à mulher quando esta faltava nos “três dias (consecutivos) por mês”<sup>296</sup> nos quais não podia se molhar.

---

<sup>291</sup> - Ver RAGO, M. **Do cabaré....** p.135-142 e BERTUCCI, L. **Saúde: arma revolucionária.** (São Paulo: 1891-1925). Campinas: Publicações CMU/UNICAMP, 1997, p. 125-169.

<sup>292</sup> - Ver, dentre outros, ECHO OPERÁRIO, Rio Grande, 24/10/1897, p.2; 17/10/1897, p.1, AVANTE, 24/02/01, p.6 e A LUTA, Porto Alegre, 16/01/1909, p.1. A respeito destes entendimentos ver também: PETERSEN, S. “A mulher na imprensa operária gaúcha do século XIX”. **Revista de História.** Porto Alegre: UFRGS, n.1, 1986/87 e SILVA, Maria Amélia G. da. **Mulheres operárias em Pelotas e Rio Grande (1890-1920).** Porto Alegre: IFCH/PUCRS. Dissertação de Mestrado, 1998. Reprodução Xerográfica.

<sup>293</sup> - Apresentadas pelos grupos d'A LUTA, Porto Alegre, 02/01/1907, p.2; e do ECHO OPERÁRIO, Porto Alegre, 07/11/1907, p.1.

<sup>294</sup> - A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 07/05/1905, p.2. Esta proposta foi elaborada quando da tramitação no Congresso Federal de um projeto de lei – apresentada por Medeiros de Albuquerque - de proteção e indenização aos operários vítimas de acidentes.

<sup>295</sup> - Ver DEMOCRACIA SOCIAL, Pelotas, 07/11/1897, p.1; A GAZETINHA, Porto Alegre, 06/06/1897.

<sup>296</sup> - DEMOCRACIA SOCIAL, Pelotas, 19/11/1893, p.1-2.

As razões que levavam a estas propostas tratavam-se, como se pode deduzir, da defesa, para o homem, do mercado de trabalho – a partir da equiparação dos salários<sup>297</sup> – e também a preservação física e moral da mulher. A intenção de mantê-la mais tempo em casa era provavelmente também um outro motivo para isto, ainda que não enunciado, e que estaria se expressando em relação à redução da jornada a 6 horas.

O corpo da mulher operária se constituía em causa da luta, a partir da reivindicação aqui analisada, exatamente a partir do momento que se tinha por alvo preservar o seu físico tido como mais frágil. Este corpo, por outras vias, vinha sendo possivelmente também alvo desta luta quando da proposta de redução da jornada laboral para 6 horas e isto porque o capital teria menos tempo de domínio sobre este corpo e ele poderia, então, encontrar-se produzindo, no lar, para a família. Corrobora para esta hipótese o fato do lugar da mulher ser entendido como o da casa e isto mesmo acreditando-se que ela teria o direito à emancipação econômica, como abaixo se vê:

É preciso notar que nós não condenamos a colocação das mulheres em empregos que elas possam exercer com facilidade e sem esforço físico; achamos que, é um meio honroso de amparo e independência para ela, e que isso é também da doutrina socialista. O que nós condenamos é a especulação a que isso está dando lugar. [...] Lamento, faltar-me aqui o espaço necessário para [...] tratar este assunto, mas declaro já neste pequeno espaço que me sobra, que **o socialismo**, querendo o alevantamento moral, social e material da mulher, **não exclui ela do lar doméstico**, onde ela obtém todas essas virtudes e torna-se digna da veneração pública.<sup>298</sup>

---

<sup>297</sup> - Ver claramente a este respeito os seguintes artigos n'A LUTA, 02/01/1907, p.2 e no ECHO OPERÁRIO, Rio Grande, 24/10/1897, p.2

<sup>298</sup> - ECHO OPERÁRIO, Rio Grande, 07/11/1897, p.1.

Tal qual no caso antes citado – do trabalhador infantil -, a historiografia já apontou que o corpo da mulher vinha se constituindo em uma causa da luta da classe, ainda que de forma secundária em sua análise. Tratam-se estas das mesmas obras citadas para o caso do trabalhador infantil. Trago aqui, contudo, um elemento que seria novo nestas abordagens, ainda que hipotético. O de que o corpo da mulher vinha sendo alvo desta luta em função também das atividades produtivas que ela deveria desenvolver no lar e, neste sentido, nunca é demais lembrar que a mulher não só cozinhava, cuidava dos filhos, do marido, etc., como também fabricava o pão, as conservas, o sabão, as roupas, etc..

**X X X**

A título de conclusão deste capítulo, cabe fazer alguns comentários.

Como se observa do que foi exposto, o corpo do operário constitui-se no estado, no período aqui em estudo, em uma causa de sua luta e isto devido aos mais diversos motivos.

No primeiro caso analisado, as reivindicações e lutas que se pode considerar como mais amplas da classe - melhores salários, melhoria das condições de vida do operário a partir do voto e lutas contra a carestia – o corpo é causa dos embates em função de questões que remetem a sua saúde física e até a própria sobrevivência. Seja porque o operário era percebido pelos ativistas como recebendo salários abaixo do minimamente necessário, seja porque eles tinham por alvo conquistar realidades que remetiam muito ainda à questão da manutenção da vida - pensão em caso de sinistro, médicos e remédios gratuitos, políticas públicas de construção de moradias baratas e higiênicas aos operários – ou buscar manter, frente a situações de carestia, a

possibilidade do proletário ter acesso à alimentação básica, a moradia e ao transporte, nenhuma destas questões apontou para outra coisa, ao menos de forma significativa, que não fosse o da difícil busca de preservação da vida ou da própria manutenção da integridade física.

No segundo caso abordado, o das reivindicações que remetem ao âmbito do trabalho – jornada de 8 horas, melhores condições materiais de trabalho e fim da disciplina fabril -, o corpo é causa da luta por três motivos. Por se querer preservá-lo frente às difíceis condições materiais de trabalho, por se desejá-lo íntegro para que siga trabalhando e também por se querer ter mais posse e domínio sobre o próprio corpo. Em outras palavras, por se querer um corpo capaz para o sustento, mais autônomo na fábrica, não “marcado” pelas nocivas condições de higiene fabris e/ou pelos desastres e ainda sob uma condição de maior posse pelo operário – o que significa mais tempo para o estudo, lazer e sono.

Já no último caso tratado, as propostas de fim do trabalho infantil e de melhoria das condições de trabalho da mulher, o corpo é causa da luta por questões físicas; a preservação destes corpos “mais frágeis”. Além disto, no caso da mulher operária, seu corpo poderia estar sendo também causa da luta em função de uma provável intenção de se mantê-lo mais tempo em casa para que produzisse para família.

Em síntese, como se percebe, na maior parte destas situações analisadas, o corpo é alvo da luta porque se vive situações adversas com

relação às condições de trabalho e de vida, fatos que caracterizam a realidade operária da 1ª República. É alvo da luta, em outras palavras, por se estar buscando a sobrevivência da própria “carne” e não, por exemplo, a conquista de melhores condições de vida ou de trabalho dentro de uma sociedade que já tenha uma política de bem estar instituída.

Uma questão aqui ainda se coloca: No que contribuiu, para a história dos operários, esta nova forma de abordagem – via corpo – aqui adotada?

Em primeiro lugar, acredito, por se deixar o mais evidente possível, o que é, na realidade, o próprio centro de várias das lutas operárias no período, a própria “carne”.

Em segundo lugar, por evidenciar que o corpo operário foi uma “zona de embate” estabelecido entre o trabalho e o capital. Enquanto este último buscava explorá-lo no limite, impondo-lhe uma rígida disciplina no espaço da fábrica e extensas jornadas de trabalho, o operariado buscava exatamente acabar com esta rígida disciplina e diminuir as jornadas de trabalho a fim de poder ter tanto mais saúde, como mais liberdade e maior posse de seu próprio corpo. As palavras de Michael Foucault abaixo são bem explicativas do porquê desta disputada travada pelos operários, em nome de seu corpo, com o patronato.

Minha hipótese é que com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário: [...] **o capitalismo socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os**

**indivíduos** não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas **começa no corpo, com o corpo**. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política.<sup>299</sup>

---

<sup>299</sup> - FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992, p.80. (Grifo meu).

## CAPÍTULO III

### A CONSTRUÇÃO DE UM CORPO APTO À LUTA

Neste capítulo tenho por objetivo expor e demonstrar que a militância operária, no período aqui em estudo, procurou promover a capacitação física do corpo do operariado em função das pugnas contra o capital. Como já mencionei na Introdução, na historiografia sobre a história operária esta questão foi ainda pouco trabalhada, sendo que não existem trabalhos com esse enfoque para o Rio Grande do Sul, razão pela qual este estudo pretende também contribuir para preencher esta lacuna.

O capítulo encontra-se dividido em duas partes. Na primeira procuro apresentar o grupo de ativistas que identifiquei como voltado a esta busca de capacitação física do corpo do operário, bem como expor as lógicas que

regiam sua intenção. Na segunda parte trato de expor e analisar as situações concretas em que identifiquei esta problemática.

### **3.1. A militância operária e as lógicas que norteiam a construção de um corpo operário fisicamente apto para lutar.**

Dentre o conjunto da militância operária gaúcha da época foi somente entre o grupo de ativistas anarquistas de Porto Alegre que identifiquei a preocupação pela capacitação física do corpo do operário tendo em vista a questão em pauta. É importante observar, no entanto, que esta identificação restritiva a que cheguei não elimina a possibilidade de que o esforço pela construção de um corpo operário apto à luta tivesse sido uma prática bem mais estendida no estado e isto porque as fontes consultadas - via de regra jornais operários - foram mais ricos em informações para Porto Alegre, por razões fáceis de entender, dentre as quais a sua condição de capital. Isto permitiu um descortínio mais nítido da questão para esta cidade, que não tive para outros locais.

É preciso explicar, para dar continuidade ao argumento que pretendo desenvolver, qual o motivo que levava a este empenho pela capacitação física do corpo operário. Ou, em outros termos, a partir de que lógica – ou lógicas - o corpo tornava-se fundamental para a luta contra o capital.

Havia, conforme constatei, duas lógicas informando tais ações, ainda que nem sempre se manifestassem de forma conjunta.

Uma delas, e que se mostrou como a menos freqüente na documentação, consistia no entendimento de que se o corpo do operário não estivesse fisicamente em condições, os proletários não teriam energias para lutar contra o patronato. Dizendo de outra forma, a construção e/ou preservação de um corpo fisicamente íntegro era a garantia da existência de forças físicas entre os operários para a luta contra os capitalistas. Cabe aqui mencionar, a respeito desta lógica, que ela já foi apontada pela produção acadêmica sobre a história operária da República Velha, quando analisa, no caso de São Paulo, as proposições enunciadas pela militância sobre certas práticas operárias tidas como “condenáveis”, por enfraquecer o corpo para a luta, dentre as quais a freqüência ao “baile”, à “taverna” e o consumo do álcool<sup>300</sup>, condenações que encontrei também na documentação sobre o Rio Grande do Sul, mas que não foram apropriadas pela historiografia local no sentido de serem também mostradas como uma forma de construção de um corpo operário apto à luta.

A outra lógica que fundamentava o cuidado do corpo operário é bem mais sutil e complexa e foi abordada pela historiografia brasileira de forma superficial, como trato adiante de explicar.

Observei, e já expondo esta lógica, que nas percepções do grupo anarquista de Porto Alegre vigorava o entendimento de que existia uma relação de causalidade entre os estados do “corpo” - o físico / o biológico / o

---

<sup>300</sup> - Ver BERTUCCI, Liane. **Saúde: arma revolucionária**. São Paulo - 1891/1925 Campinas: Publicações CMU/UNICAMP, 1997, p. 99, 107-119 e RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil: 1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 111-116.

orgânico - e os da “mente” - as idéias / a consciência / a moral - e que postulava, para os propósitos da luta operária, uma maior importância para a mente.

Em outros termos, estes militantes concebiam que, caso o corpo do operário não estivesse fisicamente em boas condições - de saúde, disposição, etc. -, ou assim não fosse colocado, ele não se sentiria estimulado ao estudo, nem teria pensamentos claros, de “boa qualidade”, atividades mentais que eram entendidas como fundamentais para que o operariado percebesse com lucidez os fatores que levavam a sua subjugação e que fosse, então, capaz de vencer a opressão capitalista.

Percebe-se no emprego desta lógica uma compreensão do “corpo” como uma instância subordinada à “mente”, já que ele seria uma espécie de suporte que deve estar adequado fisicamente àquelas tarefas mentais - o estudo e o pensamento - necessárias às ações destrutivas da ordem social em que viviam e construtivas da vindoura. Levando essa lógica às suas últimas conseqüências, se poderia dizer que estes ativistas ambicionavam um “corpo” efetivamente governado pela “mente” para que pudessem usufruir os “benefícios” por ela proporcionados: o estudo, o pensamento intelectualizado, revolucionário, etc..

Sobre estas concepções, é importante reconhecer, que elas encontram raízes em uma tradição muito mais antiga que o contexto do capitalismo. Segundo Roy Porter, o dualismo estabelecido entre “corpo” e “mente”, onde o

---

primeiro destes termos é percebido como inferior e, portanto, submetível ao segundo, faz parte e remete a tempos imemoráveis da tradição cultural do Ocidente:

Muito antes de Descartes, um dualismo fundamental invadiu a **mentalité** ocidental; ser humano significava ser uma mente encarnada ou, na formulação de Sir Thomas Browne, um 'anfíbio'. É um dualismo que muitos pensadores consideram paradoxal e mistificador, devido à radical incompreensibilidade das intersecções entre mente e a carne. Não obstante, tal dualismo tem sido uma força profundamente modeladora do uso lingüístico, dos esquemas classificatórios, da ética e dos sistemas de valor. À mente e ao corpo tem sido designados atributos e conotações distintos. A mente é canonicamente superior à matéria. Ontologicamente, por isso, a mente, o desejo, a consciência ou o ego têm sido indicados como os guardiães e governantes do corpo, e o corpo deve ser seu criado<sup>301</sup>.

Também é importante observar que esta matriz se manifestava no saber científico da época, pautado por uma visão positivista que tendia a naturalizar os fatos sociais<sup>302</sup>. Em outras palavras, para este entendimento de ciência hegemônico à época, aquilo que acontecia com o corpo dos indivíduos (o biológico), tendia a se transformar, de forma praticamente independente do contexto sócio-econômico, político e cultural em que este sujeito se encontrava, em uma realidade social, o que tem repercussões na esfera da "mente" - no pensamento, na consciência, etc. Exemplo disto seria o caso dos entendimentos médicos sobre o alcoolismo, como adiante será visto.

---

<sup>301</sup> - PORTER, Roy. "História do corpo". In: BURKE, Peter (Org.) *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p.303. (Grifo do autor).

<sup>302</sup> - Conforme informa Carmem Soares: "*Esta abordagem [positivista] da ciência, [hegemônica durante o séc. XVIII e início do séc. XX], e que se [baseia] nos princípios da observação, experimentação e comparação, foi aquela que realizou [...] aquilo que poderíamos chamar de uma naturalização dos fatos sociais, criando um ser "social biologizado". [...] A sociedade será [...] estudada partir de, e subordinada aos "fenômenos naturais", porque para o positivismo o social é subordinado ao orgânico, ou seja, a filosofia social é subordinada à filosofia natural*". SOARES, Carmem Lúcia. *Educação Física: raízes européias e Brasil*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1994, p.11; 20.

Quando referi, antes, que esta segunda lógica foi superficialmente abordada pela historiografia brasileira, isso se deve ao fato de em nenhum momento - ao menos até onde pude constatar - estas raízes ocidentais informadoras da mesma terem sido apontadas e analisadas. Por exemplo, quando Rago ou Bertucci constatam que os operários consideram o consumo do álcool um impedimento ao seu desenvolvimento intelectual, elas não avançam no sentido de explicitar e analisar a lógica que articula essa relação de causa - efeito.<sup>303</sup>

Na seção seguinte estas considerações iniciais sobre as lógicas que estavam por traz da busca da construção de um corpo operário apto para a luta se tornarão mais explícitas porque pretendo expor e analisar as situações concretas em que percebi a militância anarquista de Porto Alegre norteando-se por elas.

### **3.2. A busca da construção de um corpo apto à luta**

Neste item procurarei explicar em que situações envolvendo as práticas operárias foi possível identificar a busca de capacitação física do corpo operário para a luta e em que termos ela se expressava.

Iniciando pela primeira questão, observo que estas situações ultrapassavam as geralmente apresentadas pela historiografia, pois as vi

---

<sup>303</sup> - Objetivamente tais formas de abordagem podem ser vistas em: BERTUCCI, Liane. *Saúde...* 1997, 106-112; 118-119; RAGO, Margareth. *Do cabaré...* 1985, p. 111-116.

presentes, entre esse grupo anarquista de Porto Alegre, não só quando de suas proposições restritivas e condenatórias ao uso do álcool, à freqüência a bailes e tabernas pelos operários, mas também, e isto pelo menos em uma situação, quando da reivindicação de redução da jornada de trabalho dos operários à 8 horas.

Objetivamente eu as vi presente, durante a primeira greve geral de Porto Alegre, que ocorreu em outubro de 1906, e que tinha por reivindicação uma jornada de 8 horas<sup>304</sup>, e durante as lutas que eram feitas por estes anarquistas, no período de 1906 à 1911, àquelas citadas práticas condenáveis, via de regra, através do seu principal órgão de divulgação ideológica, o jornal A LUTA.

Embora entrando agora no terreno das possibilidades, também não seria fora de propósito a hipótese de que a classe de ginástica que foi implementada numa escola libertária de Porto Alegre – Escola Eliseu Reclus<sup>305</sup> - também

---

<sup>304</sup> - Esta greve, também chamada da “*greve dos 21 dias*”, foi a primeira greve geral ocorrida não só em Porto Alegre, como no Rio Grande do Sul. Teve início a partir da greve dos marmoristas da oficina de Jacob Aloys Friederichs que reivindicavam uma jornada de 8 horas de trabalho. Os marmoristas iniciaram sua greve em setembro e no final deste mês via-se apoios de outras categorias profissionais a esse movimento. A partir do dia três outubro a greve passa ter a adesão de trabalhadores de diferentes ramos profissionais, chegando a números acima de 3000 operários paralisados. No dia 21 de outubro, após vários enfrentamentos e negociações, a greve cessa e é aceita pelos operários a proposta patronal de uma jornada de trabalho de 9 horas. Maiores informações a respeito desta greve ver, dentre outros: BILHÃO, Isabel Aparecida. ***Rivalidades e Solidariedades no Movimento Operário (Porto Alegre 1906-1911)***. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999; p35-66. PETERSEN, S. “As greves no Rio Grande do Sul na República Velha”. In: DACANAL, J. I. e GONZAGA, S. (org.) ***RS: Economia e Política***. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993, p.304-307; SCHMIDT, Benito B. ***De mármore e de flores: a primeira greve geral do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, outubro de 1906)***. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

<sup>305</sup> - Conforme dados apresentados por Norma Corrêa, esta escola teria sido fundada pelos anarquistas Stefan Michalski, José Rey Gil, Henrique Faccini e Polydoro Santos. Como professores na Escola Reclus têm-se os anarquistas: Reinaldo Frederico Geyer, A. Tito Soares e Gomes Ferro. Mais dados a respeito desta escola ver CORRÊA, Norma E. ***Os Libertários e a Educação no Rio Grande do Sul (1895-1926)***. Dissertação de Mestrado em Educação/UFRGS. Porto Alegre: 1987.

tivesse sido uma prática utilizada por este grupo para forjar um corpo operário apto para a luta e que a própria militância socialista de Porto Alegre talvez tivesse pensado no mesmo sentido quando de seu projeto de edificação de uma nova sede para a FORGS, o “Atheneo Operário”, a partir de 1910.<sup>306</sup>

### **3.2.1. A reivindicação da jornada de trabalho de 8 horas**

Como já fiz menção, as ocasiões em que a militância anarquista de Porto Alegre defendia, durante a já citada greve geral de 1906, a redução da jornada de trabalho à 8 horas, foram também momentos em que percebi a mesma buscando construir um corpo operário fisicamente apto para lutar contra o capital.

Dois artigos publicados no jornal A LUTA, durante este episódio grevista, são bastante representativos da forma como esta busca vinha se manifestando a partir da reivindicação de 8 horas de trabalho.

No primeiro destes artigos, de autoria de Cecílio Dinorá<sup>307</sup>, publicado durante os acontecimentos que antecederam a eclosão da greve, vê-se claramente que esta reivindicação era pleiteada não só em função dos motivos

---

<sup>306</sup> - Conforme consta em notícia do jornal ECHO DO POVO de 7 de março de 1910, a planta desta edificação, nesta ocasião, já se encontrava pronta e o dinheiro para se adquirir o terreno - no Campo do Bom Fim, próximo à Escola Militar - já havia sido concedido pelo Conselho Municipal de Porto Alegre, fato esse fruto, observo, da aproximação de Xavier da Costa ao PRR. A pedra fundamental deste prédio é lançada no dia 1º de maio de 1910, em meio as festividades deste dia (ECHO DO POVO, Porto Alegre: 25/04/1910, p.3 e 03/05/1910). No entanto, ao que tudo indica, este prédio não veio a ser edificado.

<sup>307</sup> - Muito provavelmente tratava-se de Henrique Martins. Ver sua bibliografia no capítulo 2.

que se mostraram recorrentes entre a militância operária da época: a preservação do operário de jornadas estafantes e a obtenção de mais tempo para o descanso, o lazer e o estudo (ver Capítulo 2). Queria-se também, a partir da mesma, a conquista de benefícios físicos corporais aos operários tendo em vista as repercussões positivas que isso - um corpo saudável e íntegro - traria para sua “mente”; ou seja, ao estudo e ao pensamento, atividades tidas como de extrema importância à luta operária. Trata-se, este entendimento, como abaixo se pode constatar, de uma forma de materialização da lógica que estabelece relações entre corpo e mente e que foi, como disse, norteadora das ações operárias.

### **AS 8 HORAS**

A diminuição das horas de trabalho é uma das questões que muito de perto tem interessado os trabalhadores de todo o mundo.

.....  
Diariamente sai de casa um trabalhador às 6 horas da manhã para voltar às 8 da noite e, às vezes, mais tarde. É um terrível sacrifício.

**Urge sairmos desse regime de vida verdadeiramente irracional.**

**O excessivo trabalho exerce uma depressão física e moral sobre o indivíduo que o torna indiferente e inapto para tudo que possa ser agradável a si e aos outros. Não estuda, em nada pensa de elevado [...].**

.....  
Diminuindo os males que nos afligem, o pauperismo e a ignorância, teremos o melhor meio de prepararmos a nossa completa emancipação. **Para isso é preciso que o operário tenha o tempo necessário e condições para estudar e se instruir e só o conseguirá fazendo a redução das horas de trabalho manual.**

.....  
Procurem, portanto, os trabalhadores de todas as classes, associarem-se, educando o seu espírito para a luta e, **conquistadas as 8 horas, gozando então dum relativo bem estar, refarão as energias combativas** e outras melhorias poderão alcançar com a ação contínua de suas atividades.<sup>308</sup>

---

<sup>308</sup> - A LUTA, Porto Alegre, 29/09/1906, p. 3. (Grifo meu).

O segundo artigo que selecionei comenta o seguinte:

O brado de oito horas de trabalho repercutiu em todos os recantos desta capital [...].

Este brado reacendeu o entusiasmo e fez assumir uma atitude mais digna de seres humanos, aos que, para terem direito a vida e a um relativo bem estar, labutam durante nove a dezoito por dia, as mais das vezes, numa atmosfera deletéria, onde o oxigênio está substituído por bactérias - veículos de todas as moléstias e, ao fim da semana, o ordenado nem sequer chega, para encobrir as mais rudimentares necessidades da vida.

Um indivíduo que trabalha numa oficina onde não se observam os mais rudimentares preceitos de higiene, em um trabalho extenuante, sem alimentar-se devidamente, **aspirando um viver mais nobre, procure ele emancipar-se, e para isso se dedique ao estudo a fim de se instruir, não o conseguirá, sem que, em curto lapso de tempo, se torne um desses nevropatas que Lombroso não hesitaria em qualificar "DELINQUENTE NATO", ou um desses decadentes que a patologia, há muito, tem no seu index.**

.....  
Não tardou que o movimento [originado pelo 1º de maio de 1886] se estendesse em toda Europa; até na mesma Rússia, cheia de crimes e infâmias, onde impera a força, a Cidadela e o Knut, só se trabalha oito horas **e gozam-se muitos melhoramentos que aqui não existem relativamente ao trabalho.**

Porque então no Brasil, isto é, em Porto Alegre, onde se apregoa aos quatro ventos a LIBERDADE, FRATERNIDADE e IGUALDADE, ainda se não conseguiram as 8 horas de trabalho?

É preciso um pouco de luta...

Lutemos, pois!"<sup>309</sup>.

Este artigo, publicado no auge da greve, não difere muito do anterior, sendo que deixa ver de forma mais detalhada as relações percebidas por estes libertários entre o “corpo” e a “mente”, bem como o fato de ser necessária a conquista de 8 horas de trabalho para que o operário tivesse mais condições físicas para o estudo. Este artigo ainda revela o fato desta militância fazer uso dos conhecimentos científicos da época, - no caso, das idéias do antropologista criminal Cesare Lombroso -, para reforçar a necessidade da conquista desta reivindicação.

---

<sup>309</sup> - Idem, 10/10/1906, p.2. (Grifo meu).

Em suma, como pretendo haver mostrado, a reivindicação de 8 horas diárias de trabalho, levada a cabo durante a greve geral de 1906, também significou para a militância anarquista de Porto Alegre a possibilidade de vir a capacitar o corpo do operário para as pugnas contra o burguês, pois um corpo fisicamente não exaurido por uma jornada excessivamente longa significava o desenvolvimento pleno das atividades mentais necessárias à luta, embora, como também demonstrei, no capítulo anterior, não fosse este o único motivo da reivindicação das 8 horas.

Como se sabe, esta exigência prosseguiu como uma bandeira de luta nos anos seguintes e, muito possivelmente, esta busca de construção de um corpo apto aos combates, a partir de uma jornada de 8 horas, não deve ter se limitado a situação grevista abordada. Um outro artigo publicado n'A LUTA em edição comemorativa ao dia 1º de maio de 1909 deixa ver a presença desta intenção de forma latente entre os mesmos, artigo este, noto, que apresenta a mesma argumentação e até as mesmas expressões do artigo de 29/09/1906 sobre a necessidade desta reivindicação de 8 horas.

#### **AS HORAS DE TRABALHO**

Eis uma das questões que mais interessam aos operários e que mais ardentes se tornam na luta contra os capitalistas. Se se pretende o progresso, se se ama a fraternidade, é necessário que diminua a fadiga que embrutece os operários, estes bons operários (muito!) que imbecilmente se resignam a trabalhar diariamente 9 ou 10 e até 12 horas - ou mais - segundo as profissões. **Este longo dia de trabalho normal exerce sobre o**

---

**indivíduo uma fatal depressão física e moral, tornando-o inconsciente dos seus direitos de homem, submisso, cobarde, desconfiado, humilde servo** - Oh! bem humilde! - de todos as hierarquias constituídas.

O mísero trabalhador dos campos, das minas, das fábricas, depois de tantos séculos de legislação mais ou menos civis (e talvez por influência destas) **não sabe ainda que essa longa fadiga diária significa escravidão, ignorância, pobreza e embrutecimento**; não nota que é imensamente oprimido e envilecido, enquanto com o seu esforço bestial fabrica para os seus senhores honras, privilégios e comodidades.

.....  
**‘O ignorante é um morto que caminha’, diz um provérbio. É pior: é um instrumento fatal nas mãos de todos os patrões e tiranos da terra.**

Ele pode servir como sicário e traidor nas greves, como soldado e

assassino, carcereiro e esbirro, ou espia, ou laçao, ou algoz,

incapaz de sinceridade e altivez, caluniador e hipócrita.

**Para diminuir os males sociais, o pauperismo e a ignorância, preparar a emancipação, urge diminuir a fadiga, reduzir as horas de trabalho manual, para deixar tempo à instrução.**<sup>310</sup>

A fim de não incorrer em erro de omissão, observo que esta associação entre 8 horas de trabalho e construção de um corpo operário apto à luta também foi por mim identificado em outras ocasiões, no caso, no movimento operário nacional e internacional da época.

Nas resoluções do 1º Congresso Operário Brasileiro (1ºCOB) de orientação anarquista, realizado no Rio de Janeiro em abril de 1906, tal proposta de se construir, através da redução da jornada, um corpo apto à luta já se encontrava presente e sob a mesma lógica de causa e efeito entre “corpo” e “mente”<sup>311</sup>:

---

<sup>310</sup> - **Ibidem, 01/05/1909, p.4. (Grifo meu)**

<sup>311</sup> - Estas resoluções encontram-se reproduzidas n'A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 01/02/1914, p. 6-7. Elas também podem ser vistas, ainda que parcialmente, em HARDMAN, Foot. & LEONARDI, V. **História da Indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte**. São Paulo: Ática, 1982, p. 337-341.

## SOBRE A AÇÃO OPERÁRIA

Tema 2 – Para que espécie de melhoramentos deve o operariado organizado orientar principalmente os seus esforços? Para o aumento de salário ou para a diminuição das horas?

**Considerando que a redução das horas de trabalho tem influência sobre a necessidade do bem-estar [...];** que por essa razão e ainda por diminuir o trabalho quotidiano, a desocupação diminui e o salário tenderá a subir; **que o descanso felicita [sic] o estudo, a educação associativa, a emancipação intelectual** e combate o alcoolismo, fruto do excesso de trabalho embrutecedor e exaustivo [...];

O Congresso Operário aconselha de preferência a conquista da redução de horas pelo próprio proletariado.<sup>312</sup>

Provavelmente tais resoluções foram a fonte da preocupação pela capacitação física dos operários observada no Rio Grande do Sul ou, no mínimo, que reavivou-a entre os anarquistas de Porto Alegre. Faço esta afirmação considerando o fato do conteúdo das resoluções deste congresso terem chegado ao conhecimento dos libertários da capital em um período anterior ao da eclosão da greve geral de 1906<sup>313</sup>.

**Reitero que neste Congresso operário, como se pode observar da citação acima, as melhorias físicas almejadas tinham por foco a “mente” do operário (o intelecto, o pensamento). Ou seja, reivindicava-se a conquista de mais tempo para o descanso tendo em vista que um corpo descansado iria felicitar (sic)/ facilitar o “estudo”, a “emancipação intelectual” e a “educação associativa”, entendendo-se por essa a**

---

<sup>312</sup> - A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 01/02/1914, p.7. (Grifo meu).

<sup>313</sup> - No segundo número do jornal A LUTA, datado de 10/10/1906, consta que esses anarquistas haviam iniciado a publicação deste jornal, em 13/09/1906, tendo “em vista fazer propaganda para a organização operária pelo sindicato não só por, de há muito julgar este meio de luta o mais lógico [...], como **por ter sido uma das resoluções do último congresso operário realizado no Rio**”. (Grifo meu). Como se vê, estas resoluções chegaram ao conhecimento dos mesmos em um período anterior ao da greve geral, que eclode em 3 de outubro.

**educação político-gremial dos operários, importante método de luta para os anarquistas.**

**As outras situações em que identifiquei a associação da reivindicação de 8 horas à proposta de capacitação do corpo à luta ocorreram fora do Brasil, na Europa do século XIX.**

Uma dessas situações trata-se do Congresso da 1ª Internacional (AIT) ocorrido em 1866, em Genebra. Nesta ocasião, como se pode ver da transcrição que segue, a jornada de 8 horas era pleiteada a fim tanto de restaurar o corpo tendo em vista a mente, como o corpo em função dele próprio - entenda-se em função da necessidade de se obter energias físicas para a luta no movimento operário. Como se vê, manifesta-se aqui uma lógica que ia além da que se viu relacionada a essa reivindicação de 8 horas, a que estabelece uma importância ao corpo em função da própria “carne”, pois é do corpo que proveria energias para o desenvolvimento de uma “ação política” no movimento operário.

Em 1866, o primeiro Congresso da Associação internacional dos Trabalhadores, celebrado em Genebra, aprovou a seguinte resolução que foi o ponto de partida dessa reivindicação legal [de 8 horas] para os trabalhadores que participam do movimento contemporâneo.

‘O primeiro requisito sem o qual é nula toda a tentativa de melhoramento e emancipação é a limitação legal da jornada de trabalho. Se impõe esta reforma com **o objeto de restaurar a saúde e a energia fisiológica dos operários assegurando-lhes a possibilidade de um desenvolvimento intelectual, de estabelecer relações sociais e de exercer uma ação política.** O Congresso propõe que a jornada legal de trabalho fique reduzida a 8 horas, este limite o solicitam os operários dos Estados Unidos e o voto do Congresso o inscreverá no programa da classe trabalhadora de ambos os mandos.’<sup>314</sup>

---

<sup>314</sup> - Artigo de José Ingegneros publicado no ECHO OPERÁRIO, Rio Grande, 31/02/1899, p.1-

Já a outra situação mencionada trata-se do Congresso de criação da 2ª Internacional Socialista, na França, em 1889. Nesta ocasião a luta por uma jornada de 8 horas é claramente identificável, só que, ao menos a partir do que revelam as resoluções deste Congresso, sob uma perspectiva mais restrita do que o da 1ª Internacional. A integridade corporal ali desejada não expressava a lógica que associava a conservação do corpo ao desenvolvimento da mente, mas visava o corpo somente em função dele próprio - entenda-se a fim deste sujeito ter mais condições físicas para atuar no movimento da classe. Cabe observar aqui, no entanto, que esta manutenção física do corpo não se estabeleceria exclusivamente pela redução da jornada de trabalho, mas também pelo maior salário que dessa redução de horas adviria e que seria capaz de proporcionar uma melhoria na qualidade da alimentação e moradia operária. Transcrevo, abaixo, o que era proferido por estes ativistas fundadores da 2ª Internacional a respeito dos benefícios - onde se pode ler também o porquê da luta - da jornada de 8 horas de trabalho:

#### **BENEFÍCIO DA JORNADA DE 8 HORAS**

**Posta em pratica a lei que marque o máximo de trabalho diário em 8 horas, os operários obterão os seguintes resultados:**

**Diminuir o tempo que a classe patronal os explora;**

**Enfraquecer o despotismo dos mesmos e dos**

**encarregados:**

Dispor de mais tempo para descansar, distrair-se, estudar e cuidar da organização societária e da ação política;

.....  
Melhorar o salário e conseguir com tal melhoramento:

Uma alimentação mais nutritiva,

Melhor abrigo,

**Mais instrução,**

---

2. (Grifo meu). Faço uso desta fonte por não ter obtido a reprodução destas resoluções em literatura específica sobre o tema.

Mais meios para lutar no campo econômico com os industrialistas, **fabricantes e demais monopolizadores dos instrumentos de trabalho**, e mais meios também para pelejar no campo político **com toda a classe dominante**.

**Numa palavra:** o dia legal de 8 horas diminui a escravidão da classe trabalhadora, vigoriza física e intelectualmente os operários e os coloca em excelentes condições para realizarem sua emancipação econômica.<sup>315</sup>

Em suma, como espero que se possa concluir do que foi apresentado, a reivindicação de uma jornada de trabalho de 8 horas era concebida e pleiteada por uma parcela dos ativistas do Rio Grande do Sul, os anarquistas de Porto Alegre, a partir de uma intencionalidade que não era somente a recorrente entre a militância do estado no período: a preservação do corpo de uma jornada estafante e a busca de horas para o descanso, lazer e estudo.

Buscava-se também, no caso, capacitar o corpo tendo em vista a luta que se travava contra o capital e que o “físico” era o suporte de onde se alçava o nível mental capaz de *pensar e propor as condições da luta*. Se aceitarmos a difusão internacional dos ideários de luta operária, podemos ainda acrescentar a possibilidade de que no Rio Grande do Sul também estivesse presente a busca de capacitação do corpo tendo em vista a conquista de energias físicas para os “combates”, já que esta lógica comparecia na busca pela jornada de trabalho de 8 horas desde, no mínimo, 1866 em uma organização de onde emanaram diretrizes internacionais para movimento, o que certamente levou a uma propagação pelos dois lados do Atlântico desta “intenção subversiva” de redução da jornada de trabalho para 8 horas.

---

<sup>315</sup> - *Idem*, 01/05/1898, p.4. (Grifo meu)

Dando seqüência ao plano da exposição, analiso, a seguir, como os militantes procuraram construir um corpo operário fisicamente saudável através dos combates que eram desencadeados contra certas práticas operárias da época. Início com o combate ao alcoolismo.

### 3.2.2. A luta contra o “álcool”.

Como já mencionei, durante os anos de 1906 à 1911 identifiquei o grupo de anarquistas da capital tentando construir, através dos combates que vinha realizando contra o consumo do álcool, um corpo operário fisicamente em condições para os embates contra a burguesia. Concretamente constatei esta prática quando da campanha contra o consumo do álcool implementada por estes ativistas nas páginas do jornal A LUTA<sup>316</sup>, e também quando das “excursões de propaganda” realizadas pela Federação Operária do Rio Grande do Sul, (que na ocasião se encontrava nas mãos anarquistas), pelo interior do estado<sup>317</sup>, na pessoa de Waldomiro Padilha<sup>318</sup>.

---

<sup>316</sup> - Ver, por exemplo: A LUTA, Porto Alegre, 17/01/1907, p.1; 26/10/1907, p.4; 20/06/1908, p.1; 19/07/1908, p.2; e 02/04/1909, p.4;

<sup>317</sup> - As cidades em que eu identifiquei esta visita foram Bagé, Santa Maria, Uruguaiana, Cruz Alta e Rio Grande. Ver a respeito: CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 01/08/1911, p.6; 03/09/1911, p.7; 01/11/1911, p.13. O DIÁRIO, Porto Alegre, 12/09/1911, p.2; 13/09/1911, p.1.

<sup>318</sup> - **Waldomiro Padilha** (?). Poucas informações obtive sobre este anarquista e pintor de ofício. Os dados mais expressivos que eu encontrei remetem a sua atuação no movimento operário do Estado. Observo, nesse sentido, que ele teve significativa atuação na FORGS quando esta se encontrava nas mãos dos anarquistas da capital: além destas “excursões de propaganda” pelo interior do Rio Grande do Sul, sabe-se que ele foi eloqüente orador em comícios chamados por esta entidade (PETERSEN, S. *Que a união...* 2001, p.285; CORREIO DO POVO, Porto Alegre: 03/05/1911, p.1; 14/05/1911, p.2) e que fora também escolhido como delegado da FORGS para o 4º COB, congresso operário que seria realizado no Rio de Janeiro no ano de 1912 (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 10/11/1912, p.8) e que, posteriormente, a FORGS veio a boicotar devido o não reconhecimento de Cecílio Vilar (Henrique Martins) como delegado do Rio Grande do Sul pela União Tipográfica de Porto Alegre (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 17/11/1912).

A Associação Anti-alcóolica Operária fundada em Porto Alegre em maio de 1907 talvez tivesse sido também um outro meio encontrado por estes ativistas para implementarem esta intenção de capacitação física do corpo operário e isto porque esta organização muito possivelmente era composta por alguns destes anarquistas de Porto Alegre<sup>319</sup>.

A respeito das “excursões de propaganda”, cabe aqui esclarecer, que se tratavam, grosso modo, de visitas de militantes enviados pela FORGS a diferentes cidades gaúchas a fim de proferirem palestras sobre várias questões consideradas estratégicas para o movimento operário, como a importância da greve para a redução da jornada de trabalho e obtenção de melhores salários, bem como para esclarecer sobre os malefícios do álcool ao operariado. Abaixo têm-se um breve relato dos socialistas de Porto Alegre sobre estas “excursões de propaganda” realizadas por seus opositores:

Propaganda contraproducente – Consoante notícias telegráficas publicadas pelo ‘Correio do Povo’, o agitador anarquista Waldomiro Padilha, muito conhecido em Porto Alegre, anda, por várias cidades do Estado, fazendo conferências de propaganda de suas idéias. As suas conferências, porém é que quase sempre têm dados resultados negativos, pois o conferencista em vez de fazer propaganda pela organização e unificação do operariado, e de aconselhá-lo a que trate de se tornar forte, por meio de melhor preparo moral e intelectual, se esforça em concitá-lo a greve, proclamando esta como a única medida de que os trabalhadores devem lançar mão, para se elevarem.

.....  
Quem como o Sr. Waldomiro Padilha, vem aconselhando aos operários à greve como meio de obterem a diminuição de horas de trabalho e aumento de salários, deve ir se acostumando a receber aplausos, pelo menos a maneira dos nossos...

---

<sup>319</sup> - Esta afirmação é feita em função da forma extremamente positiva como foi recebida e enunciada a fundação desta entidade na capital por estes anarquistas. Ver A LUTA, Porto Alegre, 16/06/1907, p.2. A respeito da fundação desta entidade em maio de 1907 ver A DEMOCRACIA Porto Alegre, 19/05/1907, p.3.

Não fomos unicamente nós que nos manifestamos a respeito do eloqüente conferencista. O nosso colega 'Cruz Alta', da cidade de onde tira o nome, também combateu a sua conferência, no ponto em que seu autor aconselha greve, [...], como único meio de conseguir aumento de salários e diminuição de horas de trabalho, e de abstenção da política, etc...

Esta teoria é dissolvente e anárquica.

Isto, com certeza, há de saber o seu pregador. Ele sabe e afirma que o vício do alcoolismo é prejudicial a todos, e no entretanto, não se furta ao desejo natural de afogar os dissabores da vida num copo de Pelotense ou Pernambucana verdadeira.

Os desaforos do Sr. W. Padilha não atingem ao alvo desejado. Ele que fique certo desta verdade para seu governo e modere os ímpetos de seu espírito.<sup>320</sup>

A leitura que aqui faço de que estas ocasiões também eram momentos de busca de construção de um corpo operário fisicamente apto aos embates baseia-se nos próprios conceitos acerca do "álcool" apresentados por estes militantes nas páginas d'A LUTA, e que, em parte, diferem das outras percepções operárias encontradas nas fontes sobre a problemática.

Esta diferença refere-se ao próprio conteúdo das percepções deste grupo, que revelam maior amplitude frente as demais identificadas. Os libertários da capital condenavam o álcool pelos males físicos que fazia ao corpo de quem o consumia, impossibilitando-o de ter uma atuação de luta e de desenvolver uma consciência crítica e transformadora do social. Também o condenavam por conduzir os "bebedores" a uma situação de imoralidade e/ou criminalidade, fosse isto devido a sociabilidade nos lugares espúrios em que o álcool se consumia (botequins, bares, tavernas etc.) ou como consequência dos males químicos e físicos sobre o corpo (o "cérebro" alcoolizado levava ao crime e a imoralidade). As outras apreciações que encontrei, no entanto,

---

<sup>320</sup> - CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 03/09/1911, p.7. Este artigo, embora não assinado, era de autoria de Francisco Xavier da Costa, como pôde-se ver da polêmica que veio a gerar com os anarquistas da capital.

reprovam o consumo do álcool sem mencioná-lo como causa daquelas impossibilidades ligadas à luta de classes<sup>321</sup>.

Ou seja, o que afirmo é que havia, para aqueles militantes, uma clara relação de causa e efeito entre um corpo operário combalido pelo álcool e a impossibilidade de consciência e ação operária.

Como se pode notar, manifestavam-se aqui aquelas duas lógicas anteriormente expostas – no início do capítulo - que concebem a necessidade da integridade física ao corpo operário tendo em vista tanto este “corpo” em si – um bom físico em função da luta – como a “mente” do operário – as idéias, o pensamento desta classe – e isto pela busca do sucesso das pugnas a serem travadas com a burguesia.

Os artigos abaixo publicados n’A LUTA, os dois primeiros de autores locais e o outro transcrito d’A LUTA PROLETÁRIA de São Paulo (órgão da COB nesse Estado), são bastante representativos do quanto esta prática deletéria era percebida por estes militantes libertários associada a um conteúdo de classe e de manifestação das duas lógicas referidas. O primeiro destes artigos também revela o quanto o uso do álcool era um fato real no meio operário, inclusive entre a parcela militante.

Saiu no Correio do Povo:

---

<sup>321</sup> - Com relação a presença destas percepções entre estes anarquistas ver, por exemplo, artigos n’ A LUTA em 20/06/1908, p.1; 19/07/1908, p.2; e 02/04/1909, p.4; 26/10/1907, p.4. Com relação a presença destas percepções “diferenciadas” – mais “curtas” - entre os demais militantes ver artigos, por exemplo, n’A DEMOCRACIA, 04/08/1907, p.1; 21/07/1907, p.4; no ECHO OPERÁRIO, 14/11/1897, p.3. e n’A GAZETINHA, Porto Alegre, 04/11/1898, p.2.

*'CERVEJA HAERTEL. - Sabendo o Sr. Carlos Haertel que a União dos Chapeleiros efetuava, a 14 do corrente, a posse da nova diretoria, foi nos oferecido pelo distinto industrialista algumas caixas da sua deliciosa cerveja que foi premiada na Exposição Brasileira; podemos afirmar ao público e especialmente aos operários que esta não contém ingredientes nocivos à saúde e não produz dor de cabeça, como muitas outras marcas que estão expostas á venda.*

*Operários: Bebei só a cerveja preta e a cosmopolita do Sr. C. Haertel que é saudável e deliciosa. - Porto alegre, 14.3.1909 - União dos Chapeleiros'.*

- E digam-nos cá que a classe operária não está adiantada, e que não sabe tratar bem de seus interesses!

Talvez haja até quem, no próximo congresso, proponha substituir o enfadonho grito de Marx - operários de todo mundo, uni-vos! - por est'outro bem mais agradável - operários de todo mundo, bebei cerveja preta e cosmopolita!

Tem graça ....

É de se lhe tirar o chapéu!...<sup>322</sup>

A ciência médica não cansa de repeti-lo, aconselhando a abstinência como meio mais eficaz de combater o número quase sempre crescente dos escrupulosos, dos raquíticos, dos epilépticos, dos idiotas e dos loucos.

O indivíduo alcoolista abdica de sua vontade e aumenta o número de servis que por educação ou por cálculo consentem que outros homens continuem infelicitando os povos, governando-os e no nosso meio, no meio proletário, que haja os que se arroguem direitos a mentores das massas, esses que à força de mistificações tentam inutilmente entorpecer o progresso das idéias libertárias que conduzirão a humanidade à emancipação.

.....  
**O alcoolismo faz idiotas e loucos – incapazes.  
A luta atual da humanidade carece de cérebros  
esclarecidos.**

**O álcool entorpece. Guerra ao álcool.**<sup>323</sup>

Acha-se muito espalhado o erro de que o álcool é um líquido fortificante.

Este preconceito, que nasce de uma aparência enganadora, é muito fácil de refutar.

.....  
Que faz então o álcool? Suprime a salutar advertência, o conselho que nos dá o sistema nervoso. Continuamos o trabalho, mas cansamos mais os nossos músculos. Fazemos como o maquinista que tira o freio à sua máquina; correrá muito mais mas se exporá a grandes perigos. O álcool não dá neste caso nenhuma força. No fundo não é senão uma causa de esgotamento, porque impede a reparação das forças atuando sobre as porções debilitadas pela fadiga.

<sup>322</sup> - A LUTA, Porto Alegre, 02/04/1909, p.4. (Grifo no original).

<sup>323</sup> - Idem, 26/10/1907, p.4. (Grifo meu).

**Trabalhadores, ponhamo-nos em guarda contra a ilusão, contra a aparência enganadora, porque temos necessidade de que o nosso cérebro esteja claro e os nossos membros robustos para lutar contra os nossos exploradores.**<sup>324</sup>

É pertinente ainda observar, nessas duas citações, a presença de conhecimentos de cunho científico da época constituindo o amálgama entre estas “ligações” que se estabeleciam entre o “corpo” e a “mente” do operário, em função do consumo do álcool, bem como o fundamento para o não consumo desta bebida. Dentre estas destaco as apreciações elaboradas por médicos da época a respeito da ação do álcool no sistema nervoso e a noção que ligava o alcoolismo a todo o tipo de degenerescência moral e intelectual: a loucura, o crime, a imoralidade, etc<sup>325</sup>. Os trechos abaixo, extraídos de um artigo publicado no A LUTA, são bastante representativos neste sentido:

**[Os álcoois] são verdadeiros venenos da inteligência, são tóxicos que inflamam o sangue** fazendo-o circular em assoladora torrente por todo o organismo, **excitando a tal ponto o sistema nervoso, que transforma o homem mais tranqüilo em uma fera selvagem**, capaz de cometer atos que em pleno domínio de suas faculdades mentais talvez não os praticasse. [...] **E o que acontece com o cérebro, este misterioso receptáculo onde se elaboram o pensamento, a idéia, as concepções mais sublimes da arte e da Ciência? Perturba-se, funciona torpemente, é presa de delírios a visões momentaneamente animadas ao bebedor que acabam por sumi-lo nas negruras da imbecilidade.** [...] Estas considerações deviam ser presentes aos indivíduos que passam os dias inteiros diante da mesa de jogo, envenenando o sangue - cálice a cálice - produzindo um horrível excitante em todo o sistema nervoso e uma má circulação devido ao seu sangue viciado, [...] colocando em comoção as neuronas cerebrais para relacioná-las, não em benefício duma

---

<sup>324</sup> - Ibidem, 17/01/1907, p.1.

<sup>325</sup> - Sobre estes conceitos dos médicos do período ver: HARRIS, Ruth. **Assassinato e loucura: medicina, leis e sociedade no 'fin de siècle'**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 268-271. Sobre a presença destas percepções entre os médicos do Brasil, à época, ver o trabalho de BERTUCCI, 1997, op. cit. 81-124 e também artigo em jornal comercial de Porto Alegre, ECHO DO POVO, 14/03/1910, p.1.

concepção artístico ou intelectual, **mas para sugerir-lhes idéias de morte, de sangue**[...].<sup>326</sup>

Em síntese, como se pode observar do que foi exposto, lutar contra a ingestão do álcool significava também, para esta parcela militante do operariado, a construção de um corpo apto a lutar contra o capital.

**Esta aptidão se daria exatamente a partir do momento em que o operário estivesse, ao não consumir este nocivo líquido, tanto na condição de gerar pensamentos propícios à causa, como fisicamente capacitado / com energias, para a luta social.**

Cabe ainda mencionar, antes de concluir este tópico, que a luta contra o álcool também ocorreu por parte de outros militantes do estado, mas não posso afirmar que eles tinham também o objetivo de capacitar, através deste combate, o corpo à luta e isto porque nada apontavam neste sentido. Os objetivos que encontrei associados a estas práticas foram a não-debilitação do corpo do operário e o impedimento de que ele caísse no mundo da criminalidade e da imoralidade, conseqüência isto tanto de freqüentar os lugares espúrios em que o álcool era consumido (os bares e tabernas), como das conseqüências devastadoras da bebida sobre seu corpo<sup>327</sup>.

Estas outras situações de defesa ao alcoolismo que eu constatei foram, concretamente, as seguintes: a campanha anti-alcoólica feita por alguns

---

<sup>326</sup> - A LUTA, Porto Alegre, 20/06/1908, p.1. (Grifo meu).

<sup>327</sup> - Ver, por exemplo, artigos n'A DEMOCRACIA, 04/08/1907, p.1; 21/07/1907, p.4; no ECHO OPERÁRIO, 14/11/1897, p.3; 11/09/1898, p.3,4 e n'A GAZETINHA, Porto Alegre, 04/11/1898,

socialistas de Porto Alegre através do periódico A DEMOCRACIA<sup>328</sup>; a proposta de um imposto progressivo sobre tavernas e fábricas de bebidas alcoólicas apresentada pelo “Partido Socialista Rio-grandense” - o que, no caso, seria uma medida que atingiria não somente os operários-<sup>329</sup>; e o combate realizado pela “União dos Chapeleiros” nas páginas do jornal A DEMOCRACIA contra a presença de um “botequim” na Fábrica de chapéus de Oscar Teichman<sup>330</sup>. Abaixo encontra-se transcrito artigo deste jornal socialista, onde se vê o anúncio da fundação da mencionada “Associação anti-alcoólica de operários” e o próprio grupo editorial deste periódico assumir a campanha que vinha fazendo contra o álcool em suas páginas:

**Associação anti-alcoólica de operários** - Bela iniciativa acaba de ser tomada por alguns dos nossos companheiros de classe: a fundação de uma sociedade composta unicamente de operários e dedicada à propaganda tenaz contra o desnecessário - ou antes - prejudicialíssimo uso de bebidas alcóolicas.

Alegra-nos muito o bom propósito daqueles companheiros; e com eles nos declaramos plenamente solidários para a nobre propaganda a que se vão dedicar.

E para mais inequívocadamente demonstrá-lo, a ‘Democracia’, que já várias vezes tem publicado artigos contra o alcoolismo, não só fa-lo-à, doravante, com mais ardor, porque reconhece não haver pregado no deserto, como coloca as suas colunas à disposição dos mencionados companheiros.<sup>331</sup>

Ressalto, no entanto, que apesar de não ter identificado os entendimentos dos libertários sobre o uso do álcool entre estes outros militantes, que isto não significa que eles não estivessem também presentes

---

p.2.

<sup>328</sup> - Ver, por exemplo, A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 06/01/1907, p.3; 21/07/1907, p.4.

<sup>329</sup> - ECHO OPERÁRIO, Rio Grande, 11/09/1898, p.3,4. Esta proposta foi apresentada quando da disputa eleitoral para vaga de conselheiro municipal de Rio Grande no ano de 1898.

<sup>330</sup> - A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 04/08/1907, p.1.

<sup>331</sup> - Idem, 19/05/1907, p. 03. (Grifo no original)

entre os mesmos, pois, conforme aponta a historiografia<sup>332</sup>, havia um consenso entre os operários de São Paulo, o principal centro do movimento operário nacional da época, sobre as repercussões negativas do álcool na conscientização e atuação para a luta - ou seja, tanto sobre o “corpo”, como sobre a “mente” desta classe.

Mesmo como um comentário lateral, quero fazer ainda uma pequena observação a respeito do quanto seria difícil para a militância operária no estado ter sucesso nesta sua luta contra o álcool, bem como construir, no caso dos anarquistas de Porto Alegre, um corpo operário capacitado para lutar contra a burguesia a partir dessa restrição.

Como constatei na documentação, a razão para esta dificuldade encontrava-se no próprio fato do consumo do álcool ser algo bastante real para o “operário comum” e também para o militante, como já fiz menção.

Os jornais da época, comerciais e mesmo operários trazem informações que revelam que o operariado consumia bebidas alcólicas (cerveja) em suas festas, inclusive naquelas promovidas por entidades de resistência<sup>333</sup>, e até em seus locais de trabalho<sup>334</sup>. Claro está, que dentre estes haveria os “sóbrios”,

---

<sup>332</sup> - Ver: BERTUCCI, L. **Saúde....** 1997, p.81-124 e RAGO, M. **Do cabaré....** 1985, p. 111-113.

<sup>333</sup> - Conforme se observa, por exemplo, em A DEMOCRACIA (07/02/1907, p.4; 07/07/1907, p.4) n' A LUTA (02/04/1909, p.4) e n' A GAZETINHA (04/11/1898, p.2). A mais “marcante” destas informações coletadas aponta para o consumo de cerveja em festa da “Liga Operária Internacional” de Porto Alegre no ano de 1898 e talvez da existência na mesma até de um “bar”, conforme o que denuncia F. X. da Costa no referido número d'A GAZETINHA, a respeito.

<sup>334</sup> - Além das denúncias n'A LUTA (19/07/1908, p.2 ) e n'A DEMOCRACIA (04/08/1907, p.1) sobre a presença de cachaça na Fundação Alberto Bins e de um “botequim” na Fábrica de

mas o que se quer chamar atenção é exatamente esta realidade da inserção do álcool no cotidiano dos operários, inclusive entre aqueles militantes que pregavam a abstinência. Observo, neste último sentido, que citado o pintor e anarquista Waldomiro Padilha, que estava a proferir palestras – as “excursões de propaganda” - a favor da greve e contra o consumo do álcool, pelo interior do Rio Grande do Sul, não havia se furtado, entre uma e outra destas preleções, *“ao desejo natural de afogar os dissabores da vida num copo de Pelotense [cerveja?] ou Pernambucana verdadeira”*<sup>335</sup>, ainda que sabendo e divulgando aos operários os males do álcool. Este fato foi motivo de denúncia e censura por parte do líder socialista Francisco Xavier da Costa em artigo no CORREIO DO POVO<sup>336</sup>.

Também, provavelmente evidenciando o consumo de bebidas alcóolicas pelos operários, menciono a existência de um conto, de autoria da escritora Andradina de Oliveira<sup>337</sup> - que mantinha relações com a militância operária da

---

chapéus de Oscar Teichmann é também bastante revelador a respeito uma nota publicado no CORREIO DO POVO (07/08/1919, p. 4) que reproduz uma proposta de regimento fabril feita ao “Sindicato dos Marceneiros e Classes Anexas” pelos proprietários de fábricas de móveis do estado durante uma greve desta categoria, regimento este que deveria ser submetido a aceitação pela referida entidade aos operários de todas oficinas de marcenaria existentes no Rio Grande do Sul. Neste regimento assim estes proprietários se pronunciavam em um dos itens: *“O horário que vigorar nas diversas oficinas [- de 8 h. diária mais hora extra -] deverá ser escrupulosamente observado, sendo proibido almoçar, tomar café ou **bebidas alcóolicas durante as horas de serviço**, vestir-se antes do sinal de largar, manter palestras ou tudo aquilo que possa ser considerado perda de tempo.”* (grifo meu).

<sup>335</sup> - Conforme dicionário consultado, “pernambucana” é um sinônimo de aguardente. Ver HOUAISS & VILLAR. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p.2193.

<sup>336</sup> - Ver CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 03/09/1911, p. 7.

<sup>337</sup> - **Andradina América Andrade de Oliveira** (1864-1935) Nascida em Porto Alegre, filha de um considerado médico da Capital. Estudou na Escola da polêmica professora e conferencista Luciana de Abreu, que defendia a escolarização e a emancipação da mulher. Formou-se professora e veio a participar do chamado “processo de feminilização do magistério”, quando as escolas foram percebidas como via de ascensão social feminina através do trabalho assalariado. Casou-se cedo e enviuvou aos 24 anos, tendo dois filhos para criar. Lançou-se,

época -, intitulado “Contos do Natal”. No mesmo é narrada a história de uma família operária (o pai “Bernardo”, a mãe “Cacilda” e o filho “Carlinhos” ) que vai à miséria pelo fato do pai ter sucumbido ao vício do álcool. O final da história é, no entanto, feliz. O pai acaba deixando a bebida, comovido pelo pedido do filho ao “Menino Jesus” de que ao invés de presentes (“doces”) na noite de Natal preferia ver o pai sóbrio e sem brigar em casa por causa da “cachaça”<sup>338</sup>.

Além disto, o vinho, à época, servia de base a muitos remédios (vinhos tônicos), sendo ele próprio muitas vezes visto como tal. Ou seja, o álcool poderia estar ingressando nesta classe – como em várias outras – como remédio<sup>339</sup>. Também identifiquei, neste período, um entendimento de que consumir álcoois artificiais, no caso, os industrializados – com matéria corante,

---

então, na carreira de escritora e jornalista, vindo a publicar a “Revista Semanal Ilustrada Escriúo”, em 1898, na cidade de Rio Grande. Foi exatamente neste período que teve o primeiro contato com a militância operária do Estado. Andradina foi também conferencista, tendo conhecido assim várias cidades do Brasil e países da América Latina. Estas suas conferências eram, via de regra, acompanhadas de artigos publicados nos jornais da localidade. Uma de suas obras literárias mais importantes é o livro “Divórcio?”, onde questiona o preconceito e a ignorância a que a mulher na sociedade da época está amarrada. Nos anos 20 se muda para São Paulo, acompanhada de sua filha, a poetisa Lola de Oliveira, e não retorna mais ao Rio Grande do Sul. Veio a falecer em 19 de junho de 1935. Informações biográficas extraídas de SCHMIDT, Benito & LEAL, Elisabete. “Pas de Deux: um socialista e uma feminista no Rio Grande do Sul – textos escolhidos (1897-1912)”. **Caderno Espaço Feminino**. Uberlândia, MG, 7(7-8) 34-35. jul. 1999-jul. 2000.

<sup>338</sup> - Destaco ainda deste conto alguns elementos que certamente refletem realidades existentes no meio operário da época: o fato de ambos, Bernardo e Cacilda, terem se conhecido quando trabalhavam como operários numa fábrica; de que Cacilda trabalhou neste estabelecimento até ter o filho, e de que, quando já mãe, auxiliou para a renda familiar com costuras à domicílio, além, claro, de ainda cumprir com suas tarefas no lar. A brochura deste conto encontra-se na Biblioteca Rio-grandense (Rio Grande).

<sup>339</sup> - O DIÁRIO, Porto Alegre: 03/04/1914, p.1; 03/06/1914, p. 6; 07/10/1914, p.7. É interessante aqui observar, como aponta Jean-Pierre Goubert, que “a antiga tradição de consumir vinho como medicamento se faz presente em diferentes paradigmas científicos e áreas culturais distintas do séc. XVI ao séc. XX. O efeito ‘protetor’ do álcool, quando usado moderadamente, antes de ser confirmado por Louis Paster e Serge Reanud, foi um dos dogmas da medicina humoral [...]. As viagens e as trocas culturais difundiram, por assim dizer, um discurso médico de base mediterrânea para o mundo inteiro.”. GOUBERT, Jean-Pierre. “A divina garrafa: viagens, alcoóis e remédios nos dois hemisférios dos séculos XVI ao XX”. **História, Ciência, Manguinhos**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2001, Vol. VIII, p. 945

salicílico, benzina, senatomino, etc. - fazia mal; ou seja, encontrava-se implícito, nesta lógica, que os álcoois que se poderiam chamar de “naturais” (os produzidos artesanalmente) não fariam mal, ou não tanto mal, a quem os consumia<sup>340</sup>. Assim sendo, pode-se pensar que estaria aberto “o caminho” para o consumo desta bebida quando de cunho artesanal.

A despeito de todas estas dificuldades, é pertinente aqui registrar, que ainda no ano de 1924 constatei a existência em Porto Alegre de uma “Liga Operária Anti-alcóolica”, da qual o presidente era o respeitado militante anarquista Polidoro Santos<sup>341</sup>. Ou seja, os anarquistas de Porto Alegre não pretendiam desistir facilmente de seu intuito de eliminar o álcool, ou, ao menos, de minimizar sua presença, do seio do operariado.

### 3.2.3. As proposições contra o lazer operário em tabernas e salões

---

<sup>340</sup> - Conforme se deduz de informações obtidas a partir de artigos e de anúncios de venda de bebidas publicados n'A GAZETINHA, Porto Alegre, 01/11/1891, p.4 e no ECHO DO POVO, Porto Alegre: 08/10/1908, p.1; 25/06/1909,p.3; 25/06/1909, p.3; 27/06/1912, p.1.

<sup>341</sup> - Esta notícia consta no jornal “O TEMPO” (Porto Alegre, 01/03/1924, p.2) que se trata do “Órgão Oficial da União Anti-alcóolica” do Rio Grande do Sul, fundada em 01/03/1924, aparentemente como consequência do 1º Congresso Anti-alcóolico do Estado ocorrido em 28 de dezembro de 1923. Esta entidade tem como programa “*combater o alcoolismo dentro da Moral e da Ciência*”. No jornal O TEMPO constam os seguintes nomes como associações anti-alcólicas do Estado: “*União Antialcóolica*” – Presidente. Dr. Raul Bittencourt (médico) Porto Alegre; “*Associação Antialcóolica Feminina Dr. Érwín Wolffenbüttel*”. Presidente Profa. Da. Camilla Furtado Alves. Porto Alegre; “**Liga Operária Anti-alcóolica**”. **Presidente Polydoro Santos (artista tipográfico, chefe das Oficinas Tipográficas da Livraria Selbach). End. Andradas, 605 (provis.) Porto Alegre**; “*Liga Antialcóolica Militar*” – Presidente Sarg. Mario Pauletti Sanabria. Porto Alegre; “*Alkoholgegner-Verein*” – (sociedade alemã de combate ao alcoolismo) Presid. Prof. E. Knorre.; “*Liga Antialcóolica de São Leopoldo*”. Presidente Dr. Érwín Wolffenbüttel (médico) São Leopoldo; “*Liga Antialcóolica Dr. Belisário Penna*” (de colegiais). End. Ginásio de Passo Fundo; “*Liga Antialcóolica de Jaguarão*”. Presid. Da. Alice Bandeira Affonso. Jaguarão; “*Liga Antialcóolica Pelotense*”. Pres. Dr. Emílio Leão (médico) Pelotas. (Grifo meu).

As proposições restritivas, feitas n'A LUTA, sobre o lazer operário em tabernas ou similares – bares, botequins, etc. - constituem outras situações em que observei esta militância buscando capacitar fisicamente o corpo operário para a luta contra a burguesia. Na realidade, este combate se confundia com própria campanha anti-alcóolica empreendida pelo jornal, pois, como é fácil entender, a taberna e seus “afins” eram locais de consumo deste líquido.

A razão que levava a esta restrição e combate resumia-se no seguinte: estes espaços eram “antros de perdição”, pois neles se encontravam associados o jogo, a bebida e até mulheres de vida fácil. Ou seja, locais em que a moral, o corpo do operário (em função do álcool e até de eventuais doenças venéreas) e a possibilidade de transformação social se perdiam<sup>342</sup>.

**De que forma a busca de construção de um corpo operário apto à luta se fazia presente através desta restrição de frequência a estes estabelecimentos?**

Por exemplo, as tabernas, em função do álcool e da presença de mulheres de vida fácil, eram locais de enfraquecimento e de degenerescência do corpo e, conseqüentemente, das condições físicas de atuação e das capacidades cognitivas e de reflexão intelectual do operário.

A dança em “salões” era a outra “prática condenável” vigente entre os operários que era percebida pelos anarquistas em questão, dentre outros

---

<sup>342</sup> - Ver a respeito, dentre outros: A LUTA, Porto Alegre, 20/06/1908, p1; 01/05/1908, p.2; 06/01/1908, p.2; 16/01/1909, p.1.

malefícios, inviabilizando a construção de um corpo operário apto aos embates contra o “patrão”, razão pela qual ela era igualmente combatida nas páginas d’A LUTA.

Este entendimento, bem como a proposta de eliminação desta prática no meio operário, encontra-se bem manifesto em artigo de autoria destes ativistas publicado neste jornal quando da fundação, por um grupo de operários de Porto Alegre, de um “grêmio recreativo e instrutivo” que tinha por objetivo principal a dança, o “Club Bailante Germinal”<sup>343</sup>.

Após o texto chamar atenção para a necessidade de que as organizações operárias propiciassem condições de estudo ao operariado, evidenciando claramente a importância conferida a esta tarefa mental (que neste caso se daria através da criação de uma biblioteca), vinha ainda a apresentar os motivos pelos quais esta forma de gozar o lazer deveria ser combatida e de que forma inviabilizava a construção de um corpo operário com as características que vimos ressaltando.

O grande problema que era visto nesta forma de desfrutar o lazer, e fazendo visivelmente eco a teoria dos miasmas a respeito da propagação das doenças (ver Capítulo 2), era a falta de higiene que se verificava nestes locais fechados (os “salões”), resultado do ajuntamento, nos mesmos, de um grande contingente de pessoas - *“até mais de 300”*. Os militantes afirmavam, a partir

---

<sup>343</sup> - Ver A LUTA, Porto Alegre, 14/11/1908, p.4. Todas as citações que seguem no corpo do texto foram retiradas deste artigo, salvo referência em contrário.

desta perspectiva “científica”, que tal aglomeração tornava o “ambiente prejudicial e perigoso” devido as “emanações” que eram “expelidas (...) de tantos assistentes de todas as idades”, sendo que para os mais jovens isto significava, inclusive, “buscar na tuberculose a morte prematura”. Além disto, também mencionavam que tal ambiente infecto impossibilitava o operário de “retemperar o organismo das lides das oficinas” e isto ao mesmo tempo em que “indisp[unha] o [seu] cérebro” para aquela atividade que era tida pelos mesmos como imprescindível à sua emancipação do jugo capitalista, o “estudo”.

Como contraponto desta forma inapropriada de gozar o lazer, e como um meio de obter a revigoração do organismo do excesso de trabalho e a garantia da disposição do cérebro para o estudo, a militância propunha a realização de “diversões ao ar livre”, no “campo”, “onde se respira o ar livre puro [e] saudável”, e considerava até que uma destas formas de diversão poderia ser a dança, só que realizada, então, a céu aberto.

Como se pode observar, entre o conjunto destas percepções dos libertários identifica-se novamente a presença daquela lógica de causa e efeito entre os estados do “corpo” e os da “mente”, onde o primeiro destes elementos era valorizado em função da importância do segundo na peleja com a classe dominante. Ou seja, não se pretendia aqui somente reabilitar o corpo do operário de suas lides ou mantê-lo íntegro em função dele próprio, como um corpo físico, mas também em função da “mente”. Informando esta relação causal encontrava-se, no caso, como se viu, a teoria miasmática, que acabava por determinar, ainda que por vias ali não desenvolvidas, uma indisposição do

“cérebro” (do corpo) para o estudo, fato este que poderia e deveria ser revertido através do lazer ao ar livre.

Cabe aqui também a menção de que outros anarquistas, no caso, em São Paulo, como aponta a historiografia, também tinham preocupações em construir um corpo operário apto à luta a partir da oferta do lazer ao ar livre - no campo –, só que não se pode afirmar – porque esta própria historiografia não esclarece – se seria em função do corpo em si (para que se obtivesse um corpo com mais “energia”) ou em função da lógica de causalidade que estamos observando para o caso da militância em Porto Alegre<sup>344</sup>.

É importante ainda mencionar, a respeito do baile – entenda-se a dança em salões - que os libertários da capital tinham uma relação ambígua com esta forma de lazer, não diferindo nisto de seus congêneres de outras localidades<sup>345</sup>. Um exemplo disso é o baile realizado para arrecadar fundos para o jornal A LUTA<sup>346</sup>, o órgão através do qual, paradoxalmente, os militantes vinham se opondo a esta prática.

A despeito desta ambigüidade, é pertinente aqui comentar, que esta posição “anti-baile”, bem como a campanha através d’A LUTA, veio a ter repercussões na capital, já que em anos vindouros vê-se ocorrer na capital, e

---

<sup>344</sup> - A este respeito ver: RAGO, 1985, op. cit. p. 113-114.

<sup>345</sup> - A respeito da relação ambígua que libertários mantinham com esta forma de lazer, ver as seguintes obras que apontam isto tanto para São Paulo, como para o Rio de Janeiro: FAUSTO, Bóris. **Trabalho urbano e conflito social**. São Paulo: Difel, 1976, cap.1; e HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão. Vida operária e cultura anarquista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.29-57.

<sup>346</sup> - Ver A LUTA, Porto Alegre, 06/01/1908, p.2.

isto não coincidentemente no período de auge do anarquismo no movimento operário local, vários passeios ao ar livre, promovidos por indivíduos próximos deste grupo<sup>347</sup>, quando não o próprio “Club Bailante Germinal”, antes publicamente criticado neste jornal, promover passeios campestres.

Ilustrando um pouco esta prática, transcrevo uma destas notícias encontradas:

CLUB BAILANTE GERMINAL. Reina muita animação para o passeio campestre que o Club Bailante Germinal realizará no próximo Domingo. Para conduzir os excursionistas, já foi fretado o vapor Porto Alegre. Os diretores preparam surpresa aos sócios e convidados”.<sup>348</sup>

Embora não passe de uma conjectura, pode-se ainda questionar se o time de futebol organizado pela FORGS<sup>349</sup>, no período da hegemonia anarquista nesta entidade, não teria sido também uma maneira de promoção de lazer ao ar livre, ainda que, certamente, não seria o único motivo para a organização desta atividade.

#### **3.2.4. A ginástica**

---

<sup>347</sup> - Ver, por exemplo, os anúncios constantes no CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 23/11/1913, p.2 e n'º DIÁRIO, 03/03/1912, p.3. Naquele primeiro anúncio tratasse de um “picnic e de uma quermesse na chácara dos Petersen”, promovido pela “Lyra Operária”, em benefício das obras do “Atheneo Operário”, no segundo anúncio tem-se informações de um “passeio campestre e de [uma] quermesse”, promovido por um “grupo de moços operários”, em “benefício dos cofres da FORGS”.

<sup>348</sup> - CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 31/12/1912, p.2. Ver ainda a respeito CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 28/10/1911, p.2.

<sup>349</sup> - Ver ECHO DO POVO, Porto Alegre, 01/11/909, p.2; 03/01/1910, p.2.

Quero ainda mencionar que talvez uma outra prática estivesse sendo implementada no estado pelo grupo anarquista em questão, e até por outros ativistas, no caso pelos socialistas de Porto Alegre, devido ao entendimento de que a mesma favorecia a criação de um corpo apto para a luta: a ginástica.

Com relação aos primeiros, a suposição tem por base a informação de que esta forma de exercício corporal<sup>350</sup>, cujos fundamentos vinham ao encontro da lógica de valorização do “corpo” em função da “mente”, estava sendo implementada na escola anarquista Eliseu Reclus de Porto Alegre. Ou seja, a ginástica seria uma forma apropriada para preparar o corpo do operário em função de sua mente, bem como em função do próprio corpo.

Para apoiar essa interpretação, é pertinente esclarecer, que a ginástica, à época, abrigava, conforme Soares<sup>351</sup>, um entendimento de que através dela se estabelecia uma relação causal entre o cultivo físico do corpo e a boa formação dos indivíduos e da sociedade. Ou seja, o corpo, quando saudável, (no caso, exercitado pela ginástica), contribuía para a constituição de indivíduos retos de caráter, sem vícios morais, etc.. É partindo deste conceito que suponho que para os libertários o “corpo” do operário, caso exercitado pela ginástica, propiciaria que se desenvolvessem no âmbito de sua “mente”

---

<sup>350</sup> - Entende-se aqui por “ginástica”, ou “Educação Física” (termos sinônimos à época), conforme os apontamentos de Soares: “*as sistematizações científicas ocorridas [na modernidade] em torno dos exercícios físicos, jogos e esportes.*”. Ver SOARES, Carmem Lúcia. **Educação Física: raízes européias e Brasil**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1994, p.10. Acredito, no entanto, que nos casos analisados a ginástica referia-se mais a uma sistematização científica de exercícios físicos, principalmente no caso dos anarquistas, considerando o tipo de ginástica que por eles era executada, a “sueca”. Esta forma de ginástica se marcava pela realização de “*uma série racional de movimentos de formação*”, sendo que alguns dos mesmos chegavam a fazer uso de instrumentos, como as barras, cavalos de pau e espaldadores. Maiores informações ver ainda SOARES, 1994, op. cit. p.71-74.

pensamentos retos, moralmente sadios, isentos de desvios e deturpações e, portanto, favorecedores de uma transformação da sociedade.

Já em relação ao outro grupo mencionado, os socialistas da capital, a suposição de sua valorização da ginástica, provém de uma descrição da primeira planta (de 1910) do edifício que se pretendia construir para sediar Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), planejado pelos socialistas quando predominavam na entidade (de 1906 à 1911). Nesta descrição constava que neste futuro prédio - o “Atheneo Operário” - haveria um espaço, no salão do pavimento térreo, para a realização de ginástica:

O pavimento térreo será assim dividido: vestíbulo com elegante arcaria, gabinete das diretorias das sociedades federadas, dito da portaria, duas salas para aulas elementares, amplo salão, circundado por galerias, 150 ctm. de largura, situado 4 metros acima do solo, e que servirá para aula de **ginástica**, comemorações escolares, conferências, preleções, platéia, etc.; sala, cujo soalho ficará em plano superior, cerca de dois metros, ao do salão e que será utilizada para aula de música e para o palco; e, ao fundo, diversos gabinetes para depósito de instrumentos de música, arquivo, etc.<sup>352</sup>

Em outras palavras, o que se está aqui querendo mencionar é que a ginástica, caso se considere o caráter do estabelecimento no qual estava sendo planejada a sua execução, era percebida pelo grupo socialista que na ocasião se encontrava na FORGS como podendo trazer benefícios ao “corpo” do operário. Mais hipotético seria afirmar, com poucos indícios, que, tal como os libertários, eles estariam associando esta prática à constituição de um corpo apto à luta, embora esta não seja uma hipótese improvável.

---

<sup>351</sup> - SOARES, 1994, op. cit. p.10-35.

Considerando o ineditismo do documento obtido reproduzo a seguir a segunda planta do “Atheneo Operário”, datada de 1912, já quando da presença anarquista na FORGS. Na mesma, como pode-se ver, identifica-se ainda um espaço no andar térreo que pode muito bem ser de um salão, o espaço definido pelos socialistas para o exercício da ginástica.<sup>353</sup>

---

<sup>352</sup> - Conforme ECHO DO POVO, Porto Alegre, 07/03/1910, p.2: (Grifo meu). A respeito do restante desta descrição ver o referido artigo.

<sup>353</sup> - Ambas estas plantas são de autoria do arquiteto italiano Giuseppe Gaudenzi. A Comissão de Construção do Atheneo Operário teria solicitado esta 2ª planta a Gaudenzi por ter considerado a execução daquela primeira como “*superior as posses momentâneas do proletariado porto-alegrense*” (A VOZ DO TRABALHADOR, Porto Alegre, 11/08/1912, p.3). O pedido de realização desta outra planta teria sido feita no período em que os anarquistas já estariam na FORGS. Esta segunda planta pode ser encontrada no Arquivo Público Municipal de Porto Alegre.

X - X - X

Em síntese, como pretendi ter demonstrado nesta exposição, o grupo anarquista de Porto Alegre buscou capacitar fisicamente o corpo do operário para a luta que travava contra o capital e isto através das três diferentes

situações apresentadas: a reivindicação de 8 horas de trabalho, durante a greve geral de 1906; o combate ao alcoolismo e às práticas operárias de usufruir o lazer em “salões” e em “tabernas”. Quanto à ginástica, os dados sugerem apenas a possibilidade. A respeito das 8 horas de trabalho, é pertinente aqui ainda observar, que a historiografia não associou até agora esta reivindicação à capacitação física do corpo do operário para a luta, como busquei demonstrar, fato este se encontrava presente também no movimento operário nacional e internacional.

As lógicas que norteavam tais práticas, como igualmente procurei expor, provinham tanto do entendimento de que um corpo fisicamente mais íntegro significava mais energias para as pugnas, como da percepção de que havia uma relação de causalidade entre os estados do “corpo” com os da “mente” e que, assim sendo, o corpo do operário deveria estar fisicamente íntegro para favorecer atividades mentais tidas como indispensáveis para o sucesso da luta operária: o estudo e o pensamento.

Esta via de interpretação até agora não fora explorada de forma mais consistente pela historiografia, o que espero ter feito.

O fato de não ter sido esta tentativa de construção de um corpo apto à luta algo exclusivo do Rio Grande do Sul e de que os libertários em questão vinham se apropriando de saberes de cunho científico da época na elaboração desta proposta, são outros dois elementos que se pode ainda referir à título de conclusão deste capítulo.

## **CAPÍTULO IV**

### **O CORPO DO OPERÁRIO COMO UMA ARMA DE LUTA**

Neste capítulo tenho por objetivo expor, conforme proposto na Introdução, que o corpo do operário não foi apenas um objeto de exploração e dominação capitalista, mas que também foi concebido e/ou utilizado por esta classe como uma arma de luta contra o capital.

A fim de realizar o que aqui é proposto, o presente capítulo foi dividido em duas partes. Na primeira, exponho algo que já foi brevemente apresentado na Introdução. Trata-se do fato do corpo do operário ter sido percebido e proposto, pelos anarquistas de Porto Alegre, e talvez também pelos socialistas da capital, como uma arma de luta contra a burguesia e isto a partir de duas propostas de ação que envolviam o controle ou a liberação

da reprodução operária: a “*prudência procriadora*” e o “*amor fecundo*”. Na outra parte busco demonstrar que o corpo do operário foi efetivamente utilizado como uma arma contra o patronato e isto a partir de certas formas de enfrentamentos empregadas nas “pugnas” entre o capital e o trabalho no estado: a greve, o boicote e a ameaça de deslocamento coletivo da mão de obra.

#### 4.1. A “*prudência procriadora*” X o “*amor fecundo*”: o controle da natalidade como arma de luta.

Entre os anarquistas de Porto Alegre observei uma forma de luta em que o corpo do operário e o de sua mulher se constituíam em uma arma a ser utilizada contra o capital. Tal método, observo, não era algo novo entre os militantes desta orientação ideológica, já que em São Paulo, como bem revela o periódico A LUTA, ela já vinha sendo difundida por anarquistas<sup>354</sup>.

Tratava-se da “*prudência procriadora*” – ou da também chamada “*greve dos ventres*” – prática que consistia no convencimento do operariado sobre a necessidade de se usar de meios contraceptivos (de origem neo-malthusiana), a fim de evitar o “*empecilho*” que uma prole operária numerosa poderia vir a significar, acreditava-se, na luta contra o capital<sup>355</sup>.

---

<sup>354</sup> - Ver: A LUTA, Porto Alegre: 17/01/1907, p.3; 02/03/1907, p.2. Ver também a este respeito as informações trazidas por BERTUCCI, Liane. “**Saúde: arma revolucionária. (São Paulo:1891-1925)**”. Campinas: Publicações CMU/UNICAMP, 1997, p.149-150 - já expostas na Introdução.

<sup>355</sup> - Dentre outros, ver: A LUTA, Porto Alegre: 17/01/1907, p.3; 02/03/1907, p.2; 03/04/1907, p.4; 15/04/1907, p.4.

Segundo estes libertários, um grande número de filhos poderia levar à inibição de greves, em função do medo de se deixar esta prole desamparada, no caso de uma eventual demissão do grevista pelo patrão, bem como provocar a impossibilidade de que esses pais oferecessem educação e instrução aos filhos, exatamente por eles serem em grande número. Abaixo tem-se um exemplo, ainda que parcial, deste entendimento:

Já nos temos referido á propaganda da chamada *Liga de Regeneração Humana*, e, sem esposarmos a dogmática novimaltusiana, prestamos apoio á divulgação dos meios inócuos capazes de prevenir uma prole infeliz, até pela simples razão de combatermos pela libertação integral do indivíduo. A Procriação Consciente é função da vida consciente, e não podemos deixar de admirar o 'Avanti', socialista, defendendo a bíblia e taxando de imorais as higiênicas práticas aconselhadas por Robin.

.....

Estamos de pleno acordo com o 'Avanti' quando ele afirma que a 'população, com oscilações de pouca importância, acompanha o aumento ou diminuição da produção' e por isso mesmo, temos o direito de estranhar que ele, socialista e decerto 'consciente', não vê aonde nos leva tal verificação, aliás corriqueira.

Hoje, produz-se não para o consumo e, sim, para o lucro dos detentores de todos meios de produção. **Daí a luta de classes, o proletariado contra a burguesia. O único meio eficaz de luta é a ação direta. Seu maior empecilho a prole esfomeada.**

Neste ponto, o jornal socialista, argumenta deliciosamente: 'a experiência ensina que não é nas famílias mais numerosas que maior se torna a infelicidade, e nem é no seio delas que mais aguda se faz sentir a fome'.

Evidentemente, isto não passa de ignóbil escárnio atirado a esses miseráveis *proletários*, cujo nome é de per si um desmentido singelo à afirmação do 'Avanti', e inclinamo-nos até a crer que este jornal anda divorciado dos interesses operários.

De fato em todo mundo vão os operários compreendendo a par da propaganda anti-parlamentar e anti-militarista, a propaganda da greve dos ventres, resolvendo, por exemplo, o congresso da 'Federação das Uniões operárias da Suíça Romanda', ultimamente realizado, iniciar dos acontecimentos e da prudência procriadora na classe operaria.

Aos proletários deixamos decidir onde está seu interesse. **Enquanto a nós, continuaremos a divulgar os meios preventivos da fecundação, sem nos preocuparmos com a**

convencionalíssima e interesseira *moral* de burgueses ou socialistas...<sup>356</sup>

Os referidos corpos, na lógica deste método, se constituíam em uma arma de luta tendo em vista ser exatamente a partir do controle desta função inerente ao corpo - a reprodução -, que se vislumbrava a possibilidade de se obter aquelas realidades que eram entendidas como favorecedoras do sucesso dos embates do trabalho contra o capital: um menor número de filhos – entenda-se a redução dos compromissos que fixavam o operário ao trabalho – e a formação de uma classe operária melhor educada e instruída.

As formas adotadas para a difusão da “prudência procriadora” entre o operariado local não se limitaram à publicação de artigos no mencionado jornal anarquista. Paralelo a esta prática também se verifica que os militantes distribuíam e colocavam a venda um folheto de orientação neo-malthusiana que pregava a idéia de controle da natalidade a partir de meios anticoncepcionais. O folheto mencionado, publicado em 1906, era “*A Greve dos Ventres*” de autoria de Luis Bulffi.<sup>357</sup> Como se pode inferir desta divulgação, a “prudência procriadora” tinha base em idéias neomalthusianas em voga na época, que defendiam o controle da reprodução como um fator de elevação da humanidade em uma perspectiva eugenista<sup>358</sup>.

---

<sup>356</sup> - A LUTA, Porto Alegre, 15/04/1907, p 4. (Grifo meu).

<sup>357</sup> - Ver data de publicação em GOLÇALVES, Adelaide & SILVA, Jorge. **A bibliografia libertária: um século de anarquismo em língua portuguesa**. São Paulo: Imaginário 1999, p.38. Além desta distribuição o mesmo se encontrava também à venda na redação do A LUTA de Porto Alegre. Ver a respeito: A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 28/02/1907 e A LUTA, Porto Alegre, 02/03/1907, p.2.

<sup>358</sup> - Conforme consta em Magalhães, o neomalthusianismo é “*uma revivescência do sistema de limitação da natalidade, criado por Malthus. Este preconizava a ‘abstenção moral, no caso, o retardamento geral do matrimônio, a abstenção procriadora de quem é incapaz de gerar filhos sãos, a inibição do ato sexual, dentre outras situações’.* Já o novo sistema, alegando a necessidade da elevação do nível de vida das população e da eliminação do vício, milita mais pelos meios artificiais: a adoção generalizada de processos de prevenção (medicamentos, esterelização, etc.) e a ampla liberdade dos métodos abortivos.”. MAGALHÃES, Álvaro. (Org.) **Dicionário Enciclopédico Brasileiro Ilustrado**. Porto Alegre: Editora Globo, 1960, p. 2184. O neomalthusianismo, conforme informações apresentadas em artigo de Michele Perrot, fundamentava teoricamente seus objetivos em princípios eugenistas vigentes à época. Ver, a respeito, dados constantes em: “Funções da Família”. In: **História da Vida Privada** V.4. São Paulo: Cia das Letras, 1994, p. 116.

Mesmo que isso não fosse percebido por estes militantes, este método de luta, caso implementando, acabaria, de fato, contribuindo para a diminuição do peso de um fator que levava à uma maior subjugação e exploração da classe operária, conforme demonstra Karl Marx n' *O Capital*: o “*exército industrial de reserva*”. Em outros termos, a partir do controle da natalidade se diminuiria o número de trabalhadores que o capital busca sempre ter a sua disposição a fim de melhor produzir e “dobrar” a resistência do trabalhador.<sup>359</sup>

Os corpos em questão acabariam também se constituindo, neste caso, em uma arma, pois seria a partir dos mesmos - da contenção da procriação - que se poderia vir a diminuir o número de braços que formavam este exército de reserva, já existente ou em formação no estado.

Considerando que a mulher - não só o homem - devia se auto-gerir no aspecto reprodutivo, como fica explícito a partir do caráter dos meios anti-conceptivos neo-malthusianos que se reportam também ao corpo da mulher<sup>360</sup>, este método de luta anarquista acabou também atribuindo a ela, ainda que de forma parcial, uma função até então a ela negada na cultura ocidental: o controle sobre o seu corpo<sup>361</sup>, no caso, o controle sobre os seus aspectos

---

<sup>359</sup> - Segundo Karl Marx, o “*exército de trabalho industrial de reserva*” é um fator inerente à sociedade capitalista e está ligado aos processos de acumulação de capital nesta sociedade e à exploração do trabalho na mesma. Ver MARX, Karl. *O Capital: edição popular*. São Paulo: Edições 70, 1979, p.310-326. Este pensador diferenciou, como é apontado em Outhwaite & Bottomore, três elementos neste exército de reserva: “os *trabalhadores industriais flutuantes*, que passam de um emprego a outro; um *bolsão latente* de trabalhadores em áreas agrícolas; e uma população *estagnada* de trabalhadores eventuais, que estão muito perto da miséria.” OUTHWAITE & BOTTOMORE (Editores). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p.195. (Grifo do autor).

<sup>360</sup> - Alguns dos métodos contraceptivos neomalthusianos eram, conforme dados obtidos em artigo de Alan Corbin, os “*pessários oclusivos*”, a “*cobertura inglesa*” (a “*camisinha*”), o uso de “*esponjas embebidas em desinfetante*” colocadas “*ao fundo da vagina*” e “*a injeção de água morna acidulada com vinagre*”. Ver CORBIN, Alan. “*Bastidores*”. In: *História da Vida Privada* V.4. São Paulo: Cia das Letras, 1994, p. 548. Dentre todos estes métodos, o último, com certeza, fora difundido em Porto Alegre conforme informações encontradas n' *A DEMOCRACIA*, Porto Alegre, 28/01/1907, p.1.

<sup>361</sup> - Conforme Jeni Vaitsman: “*A partir da concepção moderna de que a igualdade entre os indivíduos faz-se a partir da essência universal que estes possuem sendo donos de seu corpo e, conseqüentemente, de seu trabalho, vê-se por que a definição de indivíduo não incluía as mulheres, pois efetivamente elas não detinham o controle nem de seu corpo nem de seu trabalho: de seu corpo, porque só muito recentemente elas passaram a ter plenas condições técnicas de controlar a própria fecundidade [...] (embora a possibilidade de autoproteção contra*

reprodutivos. Claro está que esta “liberdade” conferida à mulher de também gerir a reprodução tratava-se mais de uma espécie de estratégia dentro de um método, pois fundamentalmente o que se queria com tal controle reprodutivo era combater o capital.

Este método de luta veio a suscitar recriminações por parte de outro grupo de ativistas de Porto Alegre, no caso os socialistas que se agregavam em torno do jornal A DEMOCRACIA e, principalmente, na figura de seu redator-chefe, Francisco Xavier da Costa, gerando assim uma discussão com o grupo anarquista em questão. Na exposição que segue apresento, em linhas gerais, este debate<sup>362</sup> já que a partir do mesmo considero que se presume a existência de um entendimento que levava a uma outra concepção de emprego do corpo do operário como uma arma contra o capital, entendimento este que claramente estava presente entre os socialistas de São Paulo e, como veremos, parece ter sido assumido pel’A DEMOCRACIA.

A polêmica através da imprensa, conforme demonstra Benito Schmidt<sup>363</sup> e Sílvia Petersen<sup>364</sup>, era algo bastante presente nas disputas da militância operária gaúcha da 1<sup>a</sup> República. Esta discussão que ora se analisa é uma das pugnas que compõe este contexto maior de embates na imprensa.

---

*a violência física e sexual, que é uma outra dimensão do domínio sobre o próprio corpo, esteja longe de ser resolvida pelo desenvolvimento tecnológico) [...]”.* (VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 31-32). Ver também sobre esta questão o trabalho de Mary Del Priore, **Ao sul do corpo – condição feminina, maternidade e mentalidades na Colônia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993, que demonstra tal negativa de controle da mulher para o período colonial do Brasil.

<sup>362</sup> - A respeito desta polêmica ver também minha dissertação de mestrado (1997, p. 138-142) e meu artigo intitulado “Leituras, edições e circulações de impressos na Porto Alegre de 1906 a 1911: uma análise a partir do periódico A LUTA”. **História Unisinos** V. 6, N. 6. São Leopoldo: Unisinos, 2002, p. 276-280.

<sup>363</sup> - Ver: SCHMIDT, Benito. “A palavra como arma: uma polêmica na imprensa operária porto-alegrense em 1907”. In: **História em Revista**. V. 6. Pelotas, Núcleo de Documentação Histórica: Ed. Universitária / UFPel, 2000, p. 59-84; SCHMIDT, B. “**O Patriarca e o Tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187?- 1934) e Carlos Cavaco (1878-1961)**”. Porto Alegre: PPG-História UNICAMP, 2002, p. 290-298; 425-426.

<sup>364</sup> - PETERSEN, Sílvia. “**Que a união operária seja nossa pátria’: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações**”. Santa Maria: editoraufsm; Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001, p.227–239; 242-261.

Entre os socialistas d'A DEMOCRACIA, tendo em vista os valores hegemônicos do período que associavam sexo à procriação<sup>365</sup>, esta proposta anarquista de controle da reprodução foi logo associada à imoralidade, sendo apontada como algo que feria os princípios da união matrimonial, já que a sexualidade seria vivida no casamento dissociada dos fins pelos quais ela deveria existir: a procriação<sup>366</sup>.

A resposta dos libertários a tal entendimento dos socialistas era clara e direta, principalmente sob a “pena” do médico Reinaldo Geyer<sup>367</sup>. Para ele esta prática não era imoral coisa nenhuma, pois que o que está em jogo numa união amorosa é a felicidade do casal e não a reprodução<sup>368</sup>. Reforçando o argumento este militante ainda transcrevia trechos de uma

---

<sup>365</sup> - No período em questão, como demonstra Michel Foucault, o modelo sexual de conduta que surgia na Europa ocidental unia de forma indissolúvel o sexo à procriação. Ver FOUCAULT, M. **História da sexualidade** V. 1. Rio de Janeiro: Graal, 1990, p.9-10. No Brasil, tal modelo daria continuidade àquele proposto pela Igreja católica que igualmente reprimia o “prazer gratuito” – o sexo dissociado da intenção procriadora. É importante aqui destacar que havia, no entanto, algumas diferenças entre estes dois modelos. Enquanto que o primeiro comportava traços de uma maior “permissividade”, ao se encontrar nele, por exemplo, defensores do prazer sexual entre os cônjuges, a fim de melhor uni-los, e, conseqüentemente, consolidar a família (parcelas da categoria médica, no caso), o outro é mais intransigente, concebendo no sexo somente uma única função: o de procriar. Sobre estas diferenças e/ou sobre o conteúdo específico de cada um destes modelos, ver, dentre outros, COSTA, Jurandir F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989, p. 162-166; 184-194; 215-274 e VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

<sup>366</sup> - Ver os artigos intitulados “Pelo Dever” e “Os Dynamitistas” publicados em A LUTA, Porto Alegre, 28/02/2907, p.1.

<sup>367</sup> - **Reinaldo Frederico Geyer (1885?-1964)**. Estudou medicina no Rio de Janeiro. Após formado, veio a ser o responsável pelo Setor de Sorologia do Instituto Oswaldo Cruz, da Faculdade de Medicina e de Farmácia de Porto Alegre, sendo, na ocasião, o maior especialista da cidade em análises sorológicas e o pioneiro na realização de diagnóstico da sífilis pelo moderno método Wassermann. Foi um dos fundadores da “Esperanta Societa Sud Rio-Granda” (Instituição Esperantista do Rio Grande do Sul), situada em Porto Alegre, e ajudou também a criar a “Brazila Revuo Esperantista”, com sede no Rio de Janeiro. Foi também editor e redator do periódico anarquista A LUTA, no período de 1906 à 1912, escrevendo, neste jornal, a coluna “De tudo e de todos” - algumas vezes também denominada “De todos e de tudo”. “Alcaime” era seu pseudônimo. Teve também grande presença na criação de escolas libertárias na cidade, sendo um dos fundadores e professores da “Escola Eliseu Reclus”. Lá lecionava “ortografia e esperanto”. Reinaldo F. Geyer veio a falecer em uma casa de saúde mental em 1964. Dados biográficos retirados de ARAVANIS, 1997, op.cit., p.82; ARAVANIS, 2002, op. cit., p. 273 e CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 06/05/1911, p.4; 09/07/1912, p.2.

<sup>368</sup> - A LUTA, Porto Alegre, 02/03/1907, p.3.

obra de Max Nordau<sup>369</sup> que defendia, supunha, o mesmo entendimento e que também corroborava para uma outra proposição anarquista indiretamente associada a esta questão, a do 'amor livre' - a união amorosa sem o reconhecimento e ingerência do estado e/ou da Igreja<sup>370</sup>. Por fim Geyer ainda acusava os socialistas de desconhecerem o movimento neo-malthusiano no qual os anarquistas vinham se baseando para elaborar sua proposta de "prudência procriadora", no caso de seus métodos anticonceptivos.

Os socialistas d'A DEMOCRACIA, contudo, continuavam a "bater na mesma tecla", insensíveis aos argumentos anarquistas apresentados, e o redator-chefe deste jornal ia ainda mais além, também denunciando uma suposta descontextualização de uma das transcrições feitas por Reinaldo Geyer de idéias de Max Nordau.

Segundo Francisco Xavier da Costa, Geyer teria se equivocado ao transcrever n'A LUTA trechos de um livro daquele autor - "*As mentiras convencionais da nossa Civilização*" - para justificar este seu "achado" imoral de contenção da reprodução, já que Nordau, em outra parte desse mesmo livro, condena "*os bandalhos que se casam para não ter filhos*"<sup>371</sup>.

---

<sup>369</sup> - **Max Simon Nordau**. "*Escritor alemão nascido em Budapeste (1849-1923). Exerceu por algum tempo a medicina. De ascendência judia, foi ardoroso sionista. Escreveu romances, ensaios e peças teatrais, mas é conhecido principalmente pela sua crítica mordaz às 'Die Konventionellen Lügen der Kulturmenschheit' – 'As mentiras convencionais da nossa Civilização'*". MAGALHÃES, 1960, op. cit. p. 2190.

<sup>370</sup> - A LUTA, Porto Alegre, 02/03/1907, p. 3.

<sup>371</sup> - A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 10/03/1907, p.4.

Como se pode perceber, havia aqui uma discordância com relação a apropriação feita por Geyer de um trecho desta obra de Max Nordau. Frisando ainda mais esta sua posição contra o auto-controle reprodutivo do operariado, este grupo socialista d'A DEMOCRACIA também transcreveu, aparentemente endossando, um artigo do jornal socialista AVANTI<sup>372</sup> de São Paulo onde, além de rápidas "pinceladas" sobre a imoralidade que representava o impedimento da reprodução proposto pelos neo-malthusianos, constava a opinião de que a divulgação dessas idéias por anarquistas era algo inócuo para o sucesso da luta operária. Isto se deveria, em primeiro lugar, por ser no "número" que residia a força operária e, em segundo lugar, por ser entendida como impossível a conquista almejada de equilíbrio numérico entre a burguesia e o operariado. Era proposto, por fim, neste artigo do AVANTI, que "o amor fecundo" tivesse "livre expansão" a fim de aumentar, e "*sempre, as falanges operárias*"<sup>373</sup>.

***Em síntese, como se observa deste debate, enquanto para os anarquistas d'A LUTA a reprodução poderia e deveria ser controlada, para os socialistas d'O AVANTI e talvez também para os d'A DEMOCRACIA ela deveria seguir o seu curso natural, uma vez que, se gerenciada, isto não só feriria a moralidade entendida como subjacente ao matrimônio, como impediria o crescimento do número de operários, ou seja, uma força***

---

<sup>372</sup> - Ver A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 24/03/1907, p.1. Não obtive maiores informações a respeito deste periódico, a não ser de sua corrente ideológica - socialista - e de ter como editor o *Círculo Socialista Avanti*, fundado em 1900. Ver: BATALHA, Cláudio. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 2000, p.23.

<sup>373</sup> - A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 24/03/1907, p.1.

***desta classe. É exatamente nesta lógica d'o AVANTI e talvez também d'A DEMOCRACIA, que se vê um conseqüente emprego do corpo operário como uma arma contra o capital, porque o mesmo era percebido, neste caso, como um meio gerador da força operária, isto é, um instrumento pelo qual se obtêm um maior número de operários.***

Esta lógica, provavelmente, não era algo acidental. O socialismo na Europa e no Brasil, desde o final do século XIX, havia adotado, como é sabido, a organização em partido político e a busca da conquista do poder de forma gradualista pela via eleitoral<sup>374</sup>, onde, então, pode-se conjecturar que esta não inibição da reprodução proposta pelos socialistas seria possivelmente fruto da intenção de se preservar e/ou aumentar o número de votos operários nas pugnas eleitorais: quanto em maior número os operários, maiores as chances de se conquistar o poder, daí, então, a razão de se querer aumentar, e “sempre”, as “falanges operárias”.

Provavelmente teria sido a orientação socialista do redator-chefe d'A DEMOCRACIA que lhe possibilitou detectar que a transcrição feita por Reinaldo Geyer do citado trecho de Nordau não estava, como de fato se constatou, de acordo com o “todo” daquela obra, já que nela esse pensador não havia rompido com o discurso hegemônico à época que indissociava o sexo da reprodução, tal qual o trecho transcrito levava a supor<sup>375</sup>.

---

<sup>374</sup> - A este respeito vide BATALHA, Cláudio. “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX”. In: MORAES, João Quartim de (Org.) ***História do marxismo no Brasil***, SP: Unicamp, 1995, p. 11- 44.

<sup>375</sup> - Apesar de neste trecho isolado retirado de Nordau poder-se até identificar os posicionamentos defendidos pelos anarquistas, este autor, no primeiro capítulo desta obra, bem como no capítulo de onde é retirada a citada transcrição - A mentira matrimonial -, deixa

Não se quer aqui travar uma discussão infrutífera para o historiador sobre o fato de Geyer ter faltado ou não com a verdade, ou ter lido mal o livro de Nordau, mas sim procurar aqui ressaltar a natureza distinta dos leitores em questão, como ensina Roger Chartier em várias de suas obras onde aponta a existência, no contexto da prática da leitura, sempre de um “texto” dentro de um “contexto”. Em outros termos, um texto – escrito ou não - é sempre lido a partir do contexto - que abarca os valores, os códigos culturais, etc. - em que se encontra o sujeito leitor.<sup>376</sup> Ou seja, quero aqui apontar que se esta condição socialista de Xavier da Costa não estivesse bem sedimentada, talvez ele não tivesse percebido a leitura “equivocada” de Geyer que favorecia os anarquistas, esvaziando, por outro lado, a proposição socialista de conquistar o poder pela via do voto, como também não teria podido denunciar que Geyer, no afã de justificar “cientificamente” sua proposta, teria lido Nordau de uma forma “frouxa” (sem maiores cuidados), ou quiçá não em sua totalidade.

Em resumo, tanto para os anarquistas de Porto Alegre, como para os socialistas d’o AVANTI de São Paulo, e, talvez, também para os d’A DEMOCRACIA, o corpo do operário deveria ser empregado como arma de luta nos termos aqui expostos.

---

emergir a não dissociação entre o sexo e a procriação. A este último respeito Ver NORDAU, Max. ***As mentiras convencionais da nossa Civilização***. São Paulo: Cultura Moderna, s/data, p. 7-30; 209-248.

<sup>376</sup> - Ver, por exemplo, CHARTIER, Roger. “As práticas da escrita”. In: ARIÉS & CHARTIER (Org.). ***História da Vida Privada***. Vol. 3. São Paulo: Cia das Letras, 1993, p.113-161; “Textos, impressões, leituras”. In: HUNT, Lynn. (Org.). ***A Nova História Cultural***. São Paulo, Martins Fontes, 1992; ***A Ordem dos Livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII***. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

Pode-se afirmar aqui ainda, com relação ao método de luta proposto pelos anarquistas, que o mesmo, caso implementado, acabaria, de fato, por reduzir o número de sujeitos que integrava - ou integraria - o “exército industrial de reserva”, fato que novamente configura o corpo do operário, ainda que em nenhum momento assim apresentado por estes anarquistas, como uma arma de luta contra o capital.

#### **4. 2. A greve, o boicote e o deslocamento coletivo da mão de obra operária: outras formas de uso do corpo como arma de luta.**

Uma definição básica e consensual de greve pode ser a apresentada por Houaiss & Villar e também por Antonio David Cattani:

[A greve é] a cessação voluntária e coletiva do trabalho, decidida por assalariados para obtenção de benefícios materiais e/ou sociais [...] ou ainda para se garantirem conquistas adquiridas [...] ameaçadas de supressão”.<sup>377</sup>

[Por greve entende-se] a cessação temporária do trabalho decidida de forma concertada por um grupo de trabalhadores com o objetivo de terem atendidas suas reivindicações específicas ao nível da empresa, ou gerais, envolvendo interesses mais amplos da população. Nessa definição estão contidos os elementos básicos que caracterizam o fenômeno grevista: a ação coletiva instrumental de caráter conflitual, duração e objetivos previamente definidos, porém, com desdobramentos imprevisíveis.<sup>378</sup>

---

<sup>377</sup> - HOUAISS & VILLAR. *Dicionário...*, 2001, p.1482

<sup>378</sup> - CATTANI, Antonio David. “Greve”. In: CATTANI, Antonio David. (Org.) *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. Petrópolis, RJ: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1997, p.120.

***A greve foi desde praticamente o início do movimento operário no Rio Grande do Sul, tal qual em outros locais do Brasil, um dos instrumentos centrais utilizados pela classe operária para lutar contra o patronato. De greves inicialmente esparsas e de defesas ainda acanhadas desta prática, a historiografia regional e nacional claramente demonstram que a mesma foi paulatinamente se fazendo presente no meio operário da época como uma forma de luta constantemente adotada contra o “patrão”<sup>379</sup>.***

Neste sub-capítulo tenho por objetivo demonstrar que a greve não foi só um meio de luta empregado para combater o capitalista, como aponta a historiografia, mas que também foi, e ao mesmo tempo, uma forma de uso do corpo do operário como arma contra o industrialista.

O que proponho aqui demonstrar é exatamente algo que já mencionei na Introdução: que através de uma série de métodos de luta empregados entre o capital e o trabalho no estado - alguns destes tidos como tradicionais pela historiografia -, que o que está sendo posto em “barganha” é o próprio corpo do operário. Ou, em outras palavras, que o corpo operário está sendo

---

<sup>379</sup> - Ver para o Rio Grande do Sul, entre outros, os seguintes trabalhos: PETERSEN, Sílvia. ***‘Que a união operária seja nossa pátria’: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações.*** Santa Maria: editoraufsm; Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001, p. 141-147; 193-210; 275-277; 296-300; 326-340; LONER, Beatriz. ***Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1937).*** Pelotas, Universidade Federal de Pelotas: Ed. Universitária, Unitrabalho, 2001, p. 463-466. Para outras localidades do Brasil, entre outros: PEDROSO, Elisabeth. ***Movimento sindical no Brasil 1850-1997: trajetória, características e desafios.*** Porto Alegre: Evangraf, 1998, p. 29-40; FOOT & LEONARDI. ***História da Indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte.*** São Paulo: Ática, 1982, p. 337-350.

utilizado pela classe como uma forma de pressão, uma arma de luta contra o patrão.

***Na ordem capitalista o corpo do operário é, como se viu no primeiro capítulo, um meio de produção, e isto por que o mesmo é um instrumento através do qual o capital produz as riquezas que estão sendo geradas no espaço industrial. Ou seja, o corpo do operário (suas mãos, cérebro, braços, etc.), tal qual as ferramentas e/ou as máquinas, é um dos instrumentos utilizados pelo industrialista para produzir as mercadorias no espaço fabril.***

***De que forma a greve é, então, como afirmo, uma forma de uso do corpo do operário como arma contra o capitalista?***

***O que proponho aqui, como se pode inferir do que foi exposto, é inverter um pouco a lógica pela qual se costuma analisar e entender a greve: tanto quanto uma recusa intencional e coletiva da oferta do trabalho de assalariados ao “patrão”, como é geralmente vista, a greve implica a indisponibilidade do corpo destes sujeitos ao trabalho.***

***A base de tal afirmação provém do entendimento de que não existe um trabalho, seja este físico ou mental, que prescindia da “carne”. Mesmo em tarefas manuais simplíssimas, como naquelas mais intelectualizadas, sem a “carne” (os músculos, os neurônios, etc.) o trabalho não existe, não pode se desenvolver. Levando esta discussão ao seu limite, pode-se***

*ainda afirmar que o corpo vem a determinar o próprio conteúdo do trabalho, como, por exemplo, em relação a sua intensidade / ritmo e em relação ao próprio caráter da atividade que está sendo desenvolvida; mais manual, mais mental/cognitiva, intelectualmente ou manualmente mais especializada, etc.*

*Em outras palavras, a greve é a ostentação coletiva da posse estrategicamente indócil, pelos operários, de seus corpos, um claro e estratégico uso da condição a que o corpo operário foi reduzido pelo capital: um meio de produção, um instrumento através do qual o capital produz riquezas.*

*É exatamente tendo em vista estas questões que estou aqui a salientar que o corpo do operário, na situação de greve, está sendo utilizado como uma arma de luta contra o capitalista, fato este até então não diretamente apontado pela historiografia.*

*As questões que coloco, agora, são as seguintes: tinha o operariado, no estado, alguma consciência do lugar e da importância que seu corpo ocupava nas relações capitalistas que se instituíaam? Tinha ele igualmente alguma consciência de que era o seu corpo que estava em negociação em uma situação de greve?*

*A resposta a estas questões é “sim”, ao menos para a parcela mais militante desta classe, embora não com a clareza que hoje se pode*

*perceber, até porque o voltar-se sobre o próprio corpo era algo ainda muito recente não tendo se constituído plenamente como um fato que fazia parte do cotidiano destes sujeitos. Mesmo que não se possa datar, com precisão, em que período surge esta mencionada preocupação, fato é que ela vai se impondo como uma realidade a partir do avanço da Idade Moderna e da conseqüente difusão da noção de um corpo individual, que possibilita o destaque / a singularização do sujeito e de seu corpo da coletividade social<sup>380</sup>. Considero que a análise que segue não se trata, no entanto, de um anacronismo, pois exatamente cabe ao historiador descobrir nas fontes o que lá está, mas que nem sempre se mostra diretamente.*

*Tratando da questão referente à consciência operária do lugar e da importância do seu corpo nas relações capitalistas que se instituíam, menciono que várias foram as poesias, contos e até artigos publicados na imprensa operária onde se observa a experiência desta mencionada compreensão. Refletindo o próprio avanço da industrialização em vigor, observei nessas matérias que a militância progressivamente apontava serem “as mãos”, os “braços”, o “suor” dos operários, etc. os*

---

<sup>380</sup> - Ver: RODRIGUES, José Carlos. **O corpo na história**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999, p.83-85. Esclarece ainda este autor, nesta perspectiva: “nos tempos medievais nada se conhecia desta censura à informação e à comunicação entre os corpos. Tudo era público, ou publicável: o comer, o excretar, o copular, o dormir, o parir, o vestir, o banhar, o morrer... [...]. Tempos de um corpo expansivo, indisciplinado, transbordante. Promíscuo – se quisermos -, pois sempre misturado com outros corpos e matérias. [...] Era o corpo da boca que cospe, que vomita, que arrota, que exala hálito. Era o corpo do ânus que expele gases, do nariz que escorre... Não era um corpo contido pela musculatura. [...] Nada de uma rigidez que separa o interior corporal do exterior, que desenha os limites do corpo, restringindo-os à sua corporalidade individual. [...] **Não se tratava do corpo singularizado e individualizado do burguês. Não era um corpo circunscrito em si. Não era um corpo contido. [...] Tratava-se de um corpo em movimento, que jamais estava inteiramente encerrado, que estava sempre se desfazendo, refazendo e fazendo outro corpo. O corpo medieval estava sempre absorvendo o mundo, ou sendo absorvido por ele.**” RODRIGUES, J. C. 1999, op. cit. p.84-85. (Grifo meu).

**responsáveis pela produção das riquezas nos locais de trabalho, para o deleite e abastança do capital, sendo que isto tendo como custo, muitas vezes, a própria carne<sup>381</sup>. Abaixo seguem alguns exemplos:**

**É do trabalho, sim! do nosso braço  
Que se alimenta e cresce o Capital:  
- este que é ingrato e às vezes, num abraço  
- finge amizade... e crava-lhe o punhal!<sup>382</sup>**

Entre as máquinas deixamos  
Corpo e cérebro aos pedaços;  
Hão de à força os nosso braços  
Terra alheia fecundar

.....  
Tudo vem do suor nosso;  
Derrubar, erguer podemos;  
Seja a senha: despertemos!  
Foi bem longa a sujeição.<sup>383</sup>

**Em face de tanta injustiça, o indivíduo esmagado pelo peso de tamanha iniquidade, sufocado pelo ambiente pestífero de tantos desmandos, [...] entrega [na sociedade capitalista] os braços, a força, a inteligência, tudo em troca de uma migalha de pão, pouco lhe importando as condições que lhe sejam impostas. [...]**

Neste caso o trabalho não é um direito, é uma opressão; trabalhar é ser vítima da prepotência, da infâmia, da violência.<sup>384</sup>

**É interessante também notar que as “marcas positivas” do trabalho no corpos do operários, a “força”, os “braços rijos e fortes”, a musculosidade, etc., eram referidas, muitas vezes, em ocasiões onde se encontrava em destaque a função do corpo do operário nas relações**

---

<sup>381</sup> - Ver a respeito, dentre outros: O PROLETÁRIO, Porto Alegre, 05/07/1896, p.1; AVANTE, Porto Alegre 04/04/1901, p.17; A LUTA, Porto Alegre 29/01/1909, p.1; A DEMOCRACIA, Porto Alegre: 03/09/1905, p.2; 01/05/1907, p.3.

<sup>382</sup> - A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 03/09/1905, p.2. Este fragmento foi retirado da poesia intitulada “O Trabalho”, escrita por Amaro de Barros (ativista local), e que foi recitada em festival em benefício das aulas da União dos Trabalhadores em Madeira.

<sup>383</sup> - A LUTA, Porto Alegre, 01/05/1908, p.3. Fragmentos extraídos da poesia O CANTO DOS TRABALHADORES (Il Canto del Lavoratori) de Felipe Turati.

<sup>384</sup> - A VOZ DO OPERÁRIO, Porto Alegre, 01/04/1899, p.3. (Grifo meu)

***produtivas, o que igualmente revela o entendimento, ainda que de forma indireta, sobre o lugar ocupado pelo corpo no âmbito da produção fabril<sup>385</sup>:***

***[...] saudai, cantai hosana ao grande dia consagrado ao homem musculoso e forte que tudo produz – operário.<sup>386</sup>***

***Já em relação à segunda questão, os exemplos que obtive, e que exponho, são de outra ordem, pois a mencionada percepção do corpo como arma de luta não se deu de forma tão expressiva ou direta. Um destes exemplos é a matéria de autoria do anarquista Sérgio Silveira<sup>387</sup> publicado no jornal REBELIÃO, órgão do Sindicato dos Canteiros e Classes Anexas de Porto Alegre<sup>388</sup>, no ano de 1907. Apesar de não se ter obtido dados sobre ser o autor membro daquele sindicato, certo é que este seu texto, que se colocava em defesa da greve, vinha a “cair como uma luva” para fomentar o movimento grevista dos calceteiros que eclodia na cidade sob a orientação daquela entidade e da FORGS<sup>389</sup>.***

---

<sup>385</sup> - Ver, dentre outros: REBELIÃO, Porto Alegre, 14/03/1917, p.1; A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 10/09/1905, p.1,2; AVANTE, Porto Alegre, 04/04/1901, p.22.

<sup>386</sup> - A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 01/05/1907, p.1.

<sup>387</sup> - Não obtive maiores informações sobre este militante. Deduzi esta sua filiação ideológica a partir deste artigo na REBELIÃO (14/03/1917, p.1) e também de um outro artigo seu publicado n'A LUTA de Porto Alegre (em 19/12/1908, p.2). Identifiquei também que contribuía, não só com artigos, mas financeiramente, para a manutenção deste último periódico (Ver A LUTA, Porto Alegre, 01/06/1909, p.3).

<sup>388</sup> - Conforme dados constantes no próprio periódico, este jornal era órgão do “Sindicato de Canteiros e Classes Anexas de Porto Alegre”. Ver: REBELIÃO, Porto Alegre, 14/03/1917, p.1. O único exemplar deste jornal foi encontrado dentro do Processo Crime N. 856 (1917) (APPA). Infelizmente, em uma segunda retomada às fontes, o mesmo não foi mais ali encontrado e a instituição que guarda esta documentação não soube informar se o mesmo encontra-se extraviado ou em restauro.

<sup>389</sup> - Sobre esta greve ver a dissertação de mestrado de Adhemar Lourenço da Silva Jr. ***Povo! Trabalhadores!: tumultos e movimento operário (estudo centrado em Porto Alegre, 1917)***. Porto Alegre, PPG História UFRGS, 1994. Ver também o Processo Crime N. 856 Vol. I

*Neste artigo Silveira afirmava, em claro e bom tom, que “a greve nasceu com o primeiro homem que se viu forçado, por circunstâncias especiais, a se alugar a outrem”<sup>390</sup>. Avançando em seu texto ele dizia que a greve é o “resultado da cultura operária”, no sentido de ser uma manifestação do expoente máximo da consciência desta classe. Finalizando seu texto via-se este ativista afirmar que “basta [o operário] cruzar os braços” para “conturbar”, “desordenar” a sociedade vigente, e que, então, quando o operariado tiver se dado conta disto, “aquele simples movimento” seu – o de cruzar os braços - fará “desmoronar todo o edifício social cujas bases assentam sobre os ombros hercúleos do trabalhador”; ou seja, como se pode deduzir, poderá ser feita a greve geral que derrubará de vez a sociedade capitalista existente.*

*Em síntese, para este ativista, e certamente para membros do grupo maior que o circundava, onde se incluíam provavelmente elementos do REBELIÃO, a greve não se tratava aqui de uma simples tática de luta adotada há algum tempo pelos anarquistas. Existia, como se observou, alguma consciência do lugar ocupado pelo corpo do operário na “orquestra capitalista” e de que, devido exatamente a isto, ele - seu corpo / seus braços - deveriam se abster do trabalho a fim de derrubar a ordem vigente.*

---

e II.

<sup>390</sup> - Esta e as demais citações que seguem foram retiradas do artigo da REBELIÃO (14/03/1917, Porto Alegre, p.1).

*O segundo artigo mencionado é um texto publicado no jornal socialista riograndino ECHO OPERÁRIO por ocasião da discussão no Senado de um projeto de reforma do Código Penal (1890), ocasião em que também se propunha no meio operário um movimento de pressão política sobre os senadores da República a fim de que suprimissem os artigos constantes no referido código que definiam a greve como crime.*<sup>391</sup>

*Este texto iniciava com uma exposição e endosso ao conteúdo de dois artigos publicados originalmente no Rio de Janeiro e que foram reproduzidos em Rio Grande pelo JORNAL DE NOTÍCIAS. Grosso modo, tais artigos defendiam a legalização da greve - ou assim teria sido lido por aqueles socialistas - a partir de uma crítica ao anacronismo que representava tal proibição no Código Penal, já que em uma República, dizia-se, não seriam mais cabíveis “leis escravocratas”, “leis onde se detecta a falta de eqüidade para alguma classe”. A desigualdade, no caso, se encontrava no fato desta lei não considerar que existem na sociedade grupos “opostos”, a “burguesia, herdeira dos privilégios” do tempo da escravatura, e o pobre operariado, e que, assim sendo, qualquer lei deveria, então, contemplar os “direitos”, mesmo que “antagônicos”, de ambos os grupos.*

*Avançando neste texto, e voltando-se agora especificamente ao operário, vê-se que a matéria também defendia a legalização da greve a*

---

<sup>391</sup> - ECHO OPERÁRIO, Rio Grande, 27/11/1898, p1. Todas as citações que seguem foram retiradas deste artigo, salvo referência em contrário

*partir de outros argumentos. Um deles se referia ao fato de ter o operário o direito de “dispor, como bem entender, da sua força de trabalho, não só física como intelectual”, já que ela é “um produto legítimo de sua inteligência [e] dos seus músculos”, ou seja, de seu corpo. Tal compreensão, observo, era claramente fruto de uma concepção moderna, ainda pouco vigente naquele contexto de recente abolição da escravidão, que postula, conforme menciona Jeni Vaistman, “que a igualdade entre os indivíduos faz-se a partir da essência universal que estes possuem [de serem] donos de seu corpo e, conseqüentemente, de seu trabalho”<sup>392</sup>. Provavelmente tal concepção aqui se manifestava a fim de marcar as diferenças existentes entre o trabalho livre em vigor e a forma de trabalho há pouco tempo em voga, a escrava, e isto a fim de que se superasse a herança escravocrata que estaria, no entendimento do grupo do ECHO OPERÁRIO, cerceando o direito do operário usufruir, livremente, de seu corpo e, conseqüentemente, de sua força de trabalho e impedindo assim igualmente que o mesmo viesse a fazer greve.*

*Subjacente a essa reclamação estava também a percepção do antagonismo de classes e, em conseqüência, a constatação de que, caso a greve permanecesse ilegal, o operariado não poderia vir a dispor de sua “força de trabalho” para “impor condições” ao patrão, tornando-se, assim, dele, conseqüentemente, “escravo” - submetido a condições perversas de tratamento e de vida (submisso, esgotado fisicamente, etc.) - sem que a isso pudesse se opor. Pode-se perceber, pois, que existe*

---

<sup>392</sup> - VAISTMAN, J. *Flexíveis e plurais...*, 1994, p. 31.

***nesta argumentação uma certa compreensão sobre o lugar ocupado pelo corpo do operário nas relações capitalistas que se formavam, bem como de que era, na verdade, o próprio corpo do proletário / força de trabalho que estava sendo ali objetivamente visto como uma arma contra o capital.***

393

***Observo ainda que o princípio capitalista do livre mercado, na referida matéria, está sendo igualmente invocado. Apesar de não ser do interesse direto deste trabalho é pertinente apontar este ângulo do capitalismo, tendo em vista que ele revela uma curiosa defesa, por parte dos socialistas, de princípios do capitalismo e que ele aponta para o fato do capital industrial no Brasil, como em outros lugares, não estar ainda “preparado” para relações de trabalho com um conteúdo capitalista mais “pleno”, explicitamente aquelas baseadas na lei da oferta e da procura.<sup>394</sup>***

***Acreditavam estes ativistas, nesta citada perspectiva, que caso o operário não fosse “tão livre” como o “comprador” de sua “única***

---

<sup>393</sup> - No texto a força de trabalho é percebida como produto eminentemente corporal, não havendo nenhuma referência ao papel da máquina no processo produtivo.

<sup>394</sup> - Em vários países capitalistas da época, como nos EUA, na França e na Itália, vigiam leis proibitivas da greve, e isto ao menos até o final dos anos 40 do século XX. Nos EUA, por exemplo, a legalização da greve data de 1947; já na França e na Itália, de 1946. No caso europeu se pode ponderar se essa ilegalidade da greve não resulta de uma ação colaborativa entre estado e capital. Já no caso brasileiro – e quiçá norte-americano – há que se levar em conta, além disso, a herança escravocrata. O fim da escravidão era algo aqui ainda muito recente para que se gerasse uma noção de trabalho – e de trabalhadores – que não fosse, de alguma forma, matizada por essa tradição servil. Ou seja, de que aqui esta lei proibitiva da greve estaria também refletindo uma realidade de outrora, onde uma boa parcela dos sujeitos trabalhadores - os escravos - não tinham direito algum. Maiores informações sobre a ilegalidade e/ou sobre a legalização da greve em diferentes países capitalistas, bem como no Brasil, ver: COSTA, Orlando Teixeira da. ***Direito coletivo do trabalho e crise econômica***. São Paulo: LTR, 1991; GARCIA, Paulo. ***Direito de Greve***. Rio de Janeiro: Edições Trabalhistas S./A., 1961; DUARTE NETO, Bento Herculano. ***Direito de Greve: aspectos genéricos e legislação brasileira***. São Paulo: LTR, 1992; LEITE, Márcia de Paula. ***O que é greve***. São Paulo: Editora brasiliense, 1988.

**mercadoria”, a “força de trabalho”, que ele estaria perdido frente ao burguês. Em outras palavras, entendiam que caso o operário não pudesse barganhar o preço de sua mão de obra, a partir do recurso da greve, tal qual fazia o burguês (só que pelo “excesso da produção industrial” e através da concorrência entre o grande número de mão de obra disponível), que ele estaria em inaceitável desvantagem mercadológica, já que o patrão ficava livre para impor o preço que quisesse à força de trabalho operária.**

**Em síntese, dentre os variados e ricos argumentos apresentados neste artigo em prol da legalização da greve, um deles, como se viu, não só se fundamentava no entendimento sobre o lugar ocupado pelo corpo do operário no âmbito da produção, como o considerava, nesta lógica, enquanto força de trabalho, uma arma de luta contra o patrão.**

Tratando agora do papel do corpo como arma na prática do deslocamento coletivo da mão de obra operária ou de sua ameaça, observo que este emprego é bem evidente, pois o corpo do trabalhador é, neste caso, indubitavelmente utilizado como uma arma tendo em vista que na essência desta prática está uma clara menção à retirada do corpo do operário (do braço, do cérebro, das mãos, dos músculos, etc.) de um espaço de produção para alocá-lo em outro, fato que deixaria o primeiro patrão, por um certo período de tempo, sem condições de produção e lucro. Como se pode ver, o corpo do operário se constituía neste caso em uma arma, tal qual na situação anterior, a da greve, porque também se fazia uso, nesta ocasião, da condição em que o

---

corpo operário havia sido colocado pela sociedade capitalista, o de ser um “meio” de produção, um instrumento através do qual o sistema faz aparecer e crescer as riquezas produzidas no espaço industrial.

Percebi, através do que mostram as fontes, que tal emprego do corpo como uma arma (ameaça de deslocamento da mão de obra) foi utilizado paralelo ao instrumento de greve, pelos marmoristas da Casa Aloys (categoria iniciadora da greve geral de 1906 ocorrida em Porto Alegre), conforme deduzi do cruzamento de duas missivas dirigidas a Jacob Aloys Friederichs<sup>395</sup>, o dono da marmoraria em questão<sup>396</sup>. Uma delas trata-se do bilhete entregue a este patrão pelos seus empregados onde consta, além da reivindicação da redução da jornada de trabalho a 8 horas, aquela ameaça de forma velada. Já a outra missiva se trata de uma carta escrita por Francisco Xavier da Costa a Friederichs na tentativa de mediar e resolver este conflito entre o trabalho e o capital.

É relevante aqui observar que outras categorias participantes desta greve geral – como os chapeleiros – e até operários “comuns” (com menor grau de qualificação), talvez também tivessem feito uso deste expediente para conquistar a reivindicação de 8 horas de trabalho pleiteada naquela ocasião,

---

<sup>395</sup> - A biografia do alemão Jacob Aloys Friederichs é tema da tese de Doutorado de Haike Kleber da Silva, intitulada “A trajetória de uma liderança étnica: J. Aloys Friederichs (1868-1959)”.

<sup>396</sup> - Ambas estas cartas encontram-se reproduzidas na tese de doutorado de Benito Bisso Schmidt. Ver SCHMIDT, B. “**O Patriarca e o Tribuno...** 2002, p. 213; 219-220.

conforme o que se deduz de informes sobre esse movimento paredista publicados em jornal comercial de Porto Alegre, o PETIT JOURNAL<sup>397</sup>.

Nestes informes é mencionado a possível saída de operários da capital, pois descontentes com a negativa dos patrões frente a reivindicação em questão, fato que poderia significar também o cumprimento de uma ameaça anteriormente feita – o deslocamento coletivo desta mão de obra<sup>398</sup>.

É importante aqui observar, até para o melhor entendimento da eficácia desta ameaça de demissão que não era estranho na época uma certa circulação da mão de obra operária em função da busca de melhores empregos.<sup>399</sup> Este fato era propiciado, dentre outros fatores, pela existência de “agentes” - intermediários na colocação da mão de obra – que recrutavam trabalhadores para vagas em diferentes localidades, inclusive em outros estados<sup>400</sup>, como também pela ação das próprias agremiações operárias que

---

<sup>397</sup> - Ver PETIT JOURNAL, Porto Alegre: 16/10/1906, p.1 e p.2; 19/10/1906, p.2; 20/10/1906, p.2; 22/10/1906, p.2.

<sup>398</sup> - Consta no jornal PETIT JOURNAL, por exemplo, a notícia que *“Muitos operários insistem em abandonar a capital e já estão sendo tomadas providências em tal sentido.”* (16/10/1906, p.2).

<sup>399</sup> - **Conforme se pôde concluir dos próprios informes do PETIT JOURNAL, anteriormente citados, da imprensa operária (A LUTA, Porto Alegre, 01/06/1909, p.4; 01/05/1910, p.4) e comercial (CORREIO DO POVO de 27/03/1917, 06/01/1918, p.8, 08/01/1918, p.6) da época, que trazem dados sobre a ida de operários a outras localidades devido a interesses pessoais (como a fuga às represálias patronais por serem “ex-grevistas”) ou a contratos acertados com os “agentes” que se encontravam no estado, e também a partir de dados constantes em artigo de Silva Jr. (1995, pp. 65-69), que apontam para a existência de uma significativa migração interna de trabalhadores em pedra durante a 1ª República.**

<sup>400</sup> - Ver a respeito, por exemplo, artigo n'A LUTA (01/06/1909, p.4) que informa sobre a presença de um “agente” em Porto Alegre que estaria tentando arregimentar trabalhadores para postos nas obras de construção da “Estrada de Ferro Noroeste” em São Paulo e também de informações em Silva Jr, (1995, p.66) a respeito da presença de “agentes” no Rio de Janeiro a fim de arregimentar mão de obra de lá para preencher postos de trabalho em Porto Alegre (de calceteiros) quando do calçamento de ruas da capital.

acolhiam trabalhadores de outras regiões (intercedendo em busca de uma colocação), e vinham a financiar, quando se tratavam de grevistas, os custos deste deslocamento.<sup>401</sup> Ou seja, quero aqui apontar que, se uma demissão coletiva era um fato certamente ruim para os patrões - pelo tempo que este levaria para substituir e “acomodar” uma nova mão de obra -, ela, talvez, não fosse tão ruim para os operários, ou assim era por estes percebida, já que os mesmos poderiam vir encontrar fora melhores condições de trabalho.

Gostaria ainda de mencionar, com relação a esta forma de uso do corpo como arma, que ela foi empregada por operários qualificados, no caso, por artesãos marmoristas. Não se tratavam, como se observa, de corpos poucos especializados que se retiravam intencionalmente de determinado âmbito produtivo, mas sim de corpos que já haviam incorporado técnicas que dominavam boa parte do processo de produção, e que tinham sido fruto, portanto, de um longo período de treinamento, fato este que adicionava um “plus” significativo a esta mão de obra no que concerne ao poder que o corpo do operário tem de lesar o capital no caso de uma auto-demissão coletiva: a dificuldade de sua substituição.

A fim de dar mais concretude ao que aqui se afirma, transcrevo abaixo fragmentos da referida carta escrita pelo socialista Francisco Xavier da Costa, que vinha participando deste movimento grevista na qualidade de “mediador”

---

<sup>401</sup> - No PETIT JOURNAL, consta, por exemplo, que a “*União dos Chapeleiros do Rio mandou fornecer passagem aos grevistas desse ofício que desejam ser empregados naquela capital*”. (PETIT JOURNAL, Porto Alegre, 22/10/1906, p.2).

nas negociações da greve<sup>402</sup>, para o dono da “Casa Aloys”. Na mesma, como se pode observar, Xavier da Costa claramente alertava para o fato de André Arjonas<sup>403</sup>, o principal artista da “Casa Aloys”, e até dos aprendizes, intencionarem se retirar da capital, tendo em vista outros postos de trabalho prometidos a eles no Rio de Janeiro, o que, de fato, acabou acontecendo<sup>404</sup>.

**Amº e Snr.**

**Embora contrariado, cumpre-me cientificar-vos de que é absolutamente impossível um acordo entre vós e os ex-vossos operários, desde que não tenhais a benevolência de atender ao que eles solicitaram, isto é - a redução do labor a 8 horas diárias.**

.....  
**Apelo para a vossa razão e para vosso coração, Sr.**

**Friederichs, e fico ao vosso dispor para resolver o caso, das 4 da tarde às 8 horas da noite, até quarta feira próxima, prazo de espera que consegui dos ex-vossos empregados, os quais desejo que fiquem em Porto Alegre, apesar de em sua maioria, inclusive o André [Arjonas] e os aprendizes, estarem prontos para partir para o Rio de Janeiro, onde já tem ocupação bem remunerada e durante 8 horas por dia, nos trabalhos das avenidas.**<sup>405</sup>

**Tratando agora já daquela outra forma de emprego do corpo como arma, o boicote, é pertinente aqui esclarecer, antes demais nada, no que consistia esta prática. Como se pode deduzir, não se tratava daquele boicote “tradicional” utilizado na República Velha, isto é, da não aquisição pelo operariado de determinados produtos fabris, em função de algum demérito da fábrica em questão. Tratava-se, isto sim, e por isto**

---

<sup>402</sup> - Desempenhando aqui, como diz Schmidt, a função de “homem ponte”, isto é como daquele sujeito que intercede entre os grupos operários, bem como entre patrão e empregados, visando a resolução dos conflitos entre eles existentes. SCHMIDT, 2002, op. cit., 2002, p. 220.

<sup>403</sup> - **André Arjonas** (?-?). Não obtive muitas informações a seu respeito. Constatei que além de anarquista e mestre na “arte” da cantaria, era espanhol, e que também ministrou aulas de música na Escola anarquista Eliseu Reclus, localizada em Porto Alegre. Ver SCHMIDT, 2002, op. cit., 2002, p.216.

<sup>404</sup> - A LUTA, Porto Alegre, 10/10/1906, p.2.

<sup>405</sup> - COSTA, Francisco X. apud SCHMIDT, 2002, op. cit. p. 219-220. Grifo meu.

***constituindo-se o corpo nesta situação em uma arma, de uma prática de recusa coletiva da oferta do braço do operário ao patrão, ou de uma ameaça de que isto ocorresse, tendo como intenção a mudança de alguma situação que era entendida como ferindo os interesses do operariado. Noto que aqui, novamente, era a qualidade deste corpo como “meio de produção” que se fazia uso para transformá-lo em uma arma de luta.***

***As situações que eu identifiquei esta prática ser implementada no estado foram poucas, três: pelos trabalhadores em pedra de Porto Alegre, a fim de forçar os patrões a reconhecerem a entidade sindical desta categoria<sup>406</sup>; pela FORGS, a pedido da União Operária de Rio Grande, quando de uma greve nesta cidade em 1911<sup>407</sup>, e também quando do boicote praticado pelos anarquistas d’A LUTA – a pedido da COB – contra a empresa construtora da Estrada de Ferro Noroeste<sup>408</sup>.***

***Contudo, tal meio de enfrentamento certamente foi bem mais utilizado no estado, considerando que os anarquistas, no 1º Congresso Operário Sul-Riograndense, realizado em Porto Alegre no ano de 1898, já propunham***

---

<sup>406</sup> - Ver dados a respeito no artigo SILVA Jr., Adhemar. “Contribuição a uma história dos de baixo do sindicalismo”. ***Estudos Ibero-Americanos***, Revista do Departamento de Pós-Graduação em História da PUCRS. V. XXI, n 1. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

<sup>407</sup> - Conferir CORRREIO DO POVO, 01/08/1911, p.6. Neste artigo o anarquista Waldomiro Padilha, representando a FORGS, declara que recebeu telegrama da referida União Operária para que garantisse junto às associações operárias locais o não embarque de trabalhadores para esta cidade a fim de “punir” os patrões e também não “minar” a greve.

<sup>408</sup> - A LUTA, Porto Alegre, 01/06/1909, p.4.

***este meio de luta<sup>409</sup>, sendo que, além disto, a COB, principal órgão nacional do movimento operário à época, também a havia adotado, quando de seu primeiro congresso (1906)<sup>410</sup>. O que aqui se afirma fica atestado documentalmente no art. 16 do Estatuto do “Sindicato dos Canteiros e Classes anexas” de Porto Alegre, que assim se pronuncia:***

“Disposições Gerais: [...] Art. 16 - O Sindicato reconhece como métodos de luta a ação direta, a boicotagem, a sabotagem e o lábel, além de outros meios de que lançará mão, de acordo com o momento e a oportunidade”.<sup>411</sup>

***Em síntese, como se buscou demonstrar, tanto o boicote, como a ameaça de deslocamento coletivo da mão de obra operária, foram meios através dos quais se viu o corpo do operário ser empregado, no estado, como arma de luta contra o capital e isto exatamente porque tais meios continham em seu bojo o uso estratégico da condição a que o corpo do operário havia sido colocado pelo capital no âmbito da produção, o de ser um meio de produção, um instrumento através do qual se gera riquezas.***

---

<sup>409</sup> - Ver PETERSEN, S. & LUCAS, E *Antologia do movimento operário. Gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS / Tchê1, 1992, p.108.

<sup>410</sup> - Ver FOOT & LEONARDI. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Global editora, 1982, p.338.

<sup>411</sup> - Estatuto do “Sindicato dos Canteiros e Classes anexas”. Porto Alegre, 27/04/1916, p.7 In: Processo Crime N. 856 V.I (1917) (APPA).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

***Nesta tese busquei demonstrar que o corpo do operário se constitui em uma causa, em uma arma e em um objeto que deveria ser capacitado para a luta operária, aspectos todos estes ainda não abordados ou poucos tratados pela historiografia que trata da história operária.***

Este trabalho parte, no primeiro capítulo, de algumas apresentações mais amplas que remetem aos contornos da industrialização no Rio Grande do Sul, à organização da produção e às condições trabalho vigentes nos estabelecimentos fabris, elementos que estão na base do que é desenvolvido nos capítulos seguintes. Observo ainda, com relação a este capítulo, que busquei evidenciar a existência de corpos operários no estado sob certas “marcas” do capital - cansados e com mutilações, já incorporando novos ritmos de trabalho, etc. - e que trouxe também informações novas para o Rio Grande

do Sul, no que diz respeito a forma de disposição da divisão sexual do mercado de trabalho fabril e com relação aos motivos que vinham provocando acidentes nas oficinas e fábricas.

No segundo capítulo, "*O corpo como causa da luta operária*", é onde procuro demonstrar a hipótese do corpo do operário ter se constituído em uma causa de sua luta e isto, principalmente, para a parcela militante do operariado.

Como foi visto nesta ocasião, o corpo é em grande parte o alvo de várias e importantes reivindicações operárias da época, fato que não é fortuito, pois as condições de trabalho e de vida eram bastante adversas. Ou seja, o corpo aqui é causa da luta pois o que está em questão, ao menos claramente para a sua militância, é a própria "carne", o desamparo do corpo, e não, por exemplo, a busca de melhoria das condições de vida e de trabalho dentro de uma sociedade que já tenha uma política de bem-estar instituída. De certa forma o que proponho neste capítulo, é colocar em evidência o que sempre esteve em questão em várias das reivindicações operárias da época, o corpo do operário, fato que ficou sempre em segundo plano na historiografia que trata das lutas e reivindicações operárias neste primeiro período republicano.

Considero ainda, tendo em vista minhas exposições acerca desta ocasião, que os conhecimentos científicos da época vieram a fornecer muitas das bases da argumentação da necessidade das reivindicações operárias aqui em pauta e que o corpo do proletário se constituiu em uma "zona de embate" entre o capital e o trabalho, exatamente em função de ambos o terem por alvo, ainda que por motivos diferenciados. Enquanto que o capital buscava explorá-lo no limite, impondo-lhe uma rígida disciplina no espaço da fábrica e extensas jornadas de trabalho, os operários buscavam exatamente acabar com esta rígida disciplina e diminuir as jornadas de trabalho a fim de se obter mais saúde, liberdade e até maior posse e controle de seus próprios corpos. Neste último caso isto tinha origem, como também busquei

demonstrar, em função da própria condição de extremo domínio a que o capital tem submetido os corpos nas sociedades em que se institui.

No terceiro capítulo, *“A construção de um corpo apto para a luta”*, tratei de expor e analisar as circunstâncias e lógicas a partir das quais o operário no estado procurou capacitar fisicamente seu corpo para as pugnas contra o capital, questão pouco trabalhada pela historiografia brasileira e inédita para a historiografia gaúcha.

Como busquei demonstrar, havia duas lógicas informando tais ações, sendo que uma delas não foi ainda exposta e trabalhada pela historiografia brasileira. Tratam-se dos entendimentos de que corpos fisicamente sadios resultam em mais energias para a luta e de que existe uma relação de causa e efeito entre o biológico (o “soma”) e o pensamento, fato que tem origem na concepção ocidental sobre a existência de uma dualidade hierárquica entre o “corpo” e a “mente”, onde esta última tem a supremacia. É esta última lógica que não foi explorada pela historiografia.

As situações em que identifiquei esta busca de construção de um corpo operário apto a luta no estado foram bem variadas, ainda que talvez não as únicas possíveis, considerando os limites já apresentados da documentação – já que se referem mais à Porto Alegre. Falo, objetivamente, do combate feito pelos anarquistas da capital à ida a bailes, tabernas e bares pelos operários, contra o consumo do álcool pelos mesmos, bem como durante a greve geral de 1906 que tinha por reivindicação uma jornada de 8 horas. A prática da ginástica talvez tivesse sido um outro meio encontrado por estes ativistas para construir um corpo operário apto à luta.

Neste capítulo busquei também demonstrar que haveria dificuldade em inibir o consumo do álcool pelo operariado, já que tal prática estava bastante presente entre esta classe, sendo praticada até pelos ativistas que a combatiam. Neste capítulo ainda evidenciei que esta associação entre a reivindicação de uma jornada de 8 horas com a proposta de construir um corpo apto aos embates é inédito na historiografia que trata da história operária, associação esta que teria se manifestado tanto no âmbito nacional, como internacional. Objetivamente, no congresso da 1<sup>o</sup> Confederação Operária Brasileira (COB), realizada no Rio de Janeiro em 1906, e nos principais congressos da 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> Internacional operária, respectivamente em 1866 e em 1899.

*No último capítulo, “O corpo como arma de luta”, foi onde busquei desenvolver esta hipótese, bem como demonstrar, a partir dela, que o corpo operário não foi apenas um objeto de exploração e de dominação pelo capital, como fartamente tem apontado a historiografia. Ou seja, busquei demonstrar o seguinte: Em primeiro lugar, que através do manejo de um aspecto biológico do corpo, a reprodução, dois grupos de militantes da época – um anarquista e o outro socialista -, buscaram fazer frente ao capital. Tratam-se dos métodos da “prudência procriadora” e do “amor fecundo”. Enquanto que aquele primeiro tinha base em idéias neo-malthusianas, o segundo se fundamentava na concepção socialista vigente de que a mudança social se dava pela via político-parlamentar. Em segundo lugar busquei demonstrar, a partir de uma série de formas de luta adotadas no Rio Grande do Sul do período, e que em boa medida ainda hoje se mantém, que este corpo foi utilizado como arma exatamente porque tais formas de luta continham no seu bojo o uso estratégico da condição a que o mesmo foi colocado no marco das relações capitalistas de produção: um instrumento de produção do capital, um meio através do qual o industrialista gera riquezas. Tratam-se estas da greve, do boicote e do deslocamento coletivo da mão de obra.*

*Ainda que não tenha trabalhado isto nesse último capítulo, acredito que não seria aqui impropriedade afirmar, que o antigo “fazer cera” (a morosidade de cunho intencional ou não no trabalho) e a atual “operação tartaruga” também foram e ainda são ocasiões em que o corpo é elevado a condição de instrumento de resistência / ataque ao patrão, ainda que a primeira destas circunstâncias se restrinja muito ainda a um nível voluntarista.*

A título de desfecho destas considerações cabe citar Merleau-Ponty que lembra de forma bastante pertinente a importância do corpo para o mundo e para os próprios homens e que, no caso aqui específico, reforça a percepção do porquê do corpo do operário ter se consubstanciado, se não em uma arma de luta – o que estaria mais ligado a posição que este corpo ocupa nas relações produtivas -, em causa e em um “objeto” que deveria ser capacitado para a luta:

O problema do mundo e, para começar, o do corpo próprio, consiste no fato de que tudo reside ali.<sup>412</sup>

---

<sup>412</sup> - MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 4.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### FONTES

#### **a) Jornais:**

- O ALFAIATE. Porto Alegre, 1907 (NPH)
- AVANTE. Porto Alegre, 1901-1902 (IHGRS)
- AVANTE. Porto Alegre, 1908 (AHPA)
- L'AVVENIRE. Porto Alegre, 1892, 1893 (NPH)
- ARTISTA, Rio Grande, 1891;1899; 1903-1904 (IHGRS)
- A BIGORNA. Encruzilhada, 1917 (IHGRS)
- CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 1896-1900; 1911-1917 (MCSHJC)
- A DEMOCRACIA. Porto Alegre, 1905-1907 (MCSHJC )
- DEMOCRACIA SOCIAL. Pelotas, 1893 (NPH)
- O DIÁRIO. Porto Alegre, 1911-1915 (MCSHJC)
- ECHO OPERÁRIO. Rio Grande, 1897-1899; 1901. (BRG e NPH)
- ECHO DO POVO. Porto Alegre, 1908-1913. (MCSHJC)
- O EDIFICIO SOCIAL. Porto Alegre, 1903 (NPH)
- A EVOLUÇÃO. Bagé, 1908 (NPH)
- A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 1890-1900; 1907-1917 (MCSHJC)
- FILHOTE. Sant'Anna do Livramento, 1897 (BRG)
- A GAZETINHA. Porto Alegre, 1891-1899 (AHPA)
- O INTRÉPIDO. Rio Grande, 1910 (NPH)
- A LUTA. Porto Alegre, 1906-1911 (NPH)
- A LUTA. Pelotas, 1916 (NPH)
- O OPERÁRIO. Porto Alegre, 1889 (NPH)
- O OPERÁRIO. Cruz Alta, 1902 (NPH)
- O OPERÁRIO. Pelotas, 1892. (IHGRS)

PETIT JOURNAL Porto Alegre, 1905-1906 (FBBS e MCSHJC)  
O PROLETÁRIO. Porto Alegre, 1896. (NPH)  
O PROLETÁRIO. Rio Grande, 1906 (NPH)  
LA SCINTILLA. Porto Alegre, 1896 (BRG)  
O TEMPO. Porto Alegre, 1924 (BRG)  
A VANGUARDA. Porto Alegre, 1914 (NPH)  
LA VERITÁ. Porto Alegre, 1902 (NPH)  
A VOZ DOS OPRIMIDOS. Porto Alegre, 1903 (BRG)  
A VOZ DO OPERÁRIO, Porto Alegre, 1889 (BRG)  
A VOZ DO TRABALHADOR. Porto Alegre, 1912 (NPH)  
A VOZ DO TRABALHADOR. Rio de Janeiro, 1914 (IHGRS- Reprodução Fac.  
símile)

**b) Revistas:**

- REVISTA MÁSCARA. Porto Alegre, 1918. (HULBRA)
- REVISTA LIBERAL. Porto Alegre, 1927. (NPH)

**c) Documentos oficiais**

- ANAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Ano de 1912. Porto Alegre, Livraria Americana, 1913. (FBBS).
- ANAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Ano de 1913. Porto Alegre, Livraria Americana, 1914. (FBBS).
- ANAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Ano de 1915. Porto Alegre, Oficinas Gráficas do *A Federação*, 1918. (FBBS).
- ANAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Ano de 1916. Porto Alegre, Oficinas Gráficas do *A Federação*, 1918. (FBBS).
- ANAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Ano de 1917. Porto Alegre, Oficinas Gráficas do *A Federação*, 1919. (FBBS).
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL (1908-1912). Rio de Janeiro: Typografia de Estatística, 1917. V.2. (AHRGS)
- ANUÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1899-1914) (AHRGS)
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, Indústria e Comércio. *Recenseamento do Brasil* 1920: indústria. Rio de Janeiro, IBGE, 1927. (AHRGS)
- PROCESSO CRIME N. 856 (1917) (APPA)

- RELATÓRIOS apresentados ao Ex. Sr. Dr. Protásio Alves / Secretaria do Estado dos Negócios do Interior e Exterior – pelos Diretores Interinos: Nathaniel Cunha (1908-1918) e Artur Candal (1919). (AHRGS)
- RELATÓRIO da Sub-Intendência do 4º Distrito, apresentado ao Intendente José Montauray de Aguiar Leitão em 1918”. s.n.t. (AHRGS)

**d) Outros:**

- ANAIS do 9º Congresso médico brasileiro. Porto Alegre, 1926. (AHSC)
- LIVRO COMEMORATIVO do centenário de fundação do jornal A FEDERAÇÃO. Porto Alegre: CORAG, 1984 (MCSHJC)
- O RIO GRANDE DO SUL INDUSTRIAL. Porto Alegre: Echenique, 1907. (particular)
- PLANTA da Federação Operária do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1912. (APPA)
- DADOS ESTATÍSTICOS sobre o município de Porto Alegre. *Olympio de Azevedo Lima*. (org.). Porto Alegre: Livraria do Comércio, 1912 (AHPA)

**Acervos Consultados – abreviaturas:**

AHPA – Arquivo Histórico de Porto Alegre

APPA - Arquivo Público de Porto Alegre

AHRGS –Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APRGS - Arquivo Público do Rio Grande do Sul

AHSC –Arquivo Histórico da Santa Casal

BRG – Biblioteca Pública Riograndense

FBBS – Fichamento Benito Bisso Schmidt

HULBRA – Hemeroteca da Universidade Luterana do Brasil

IHGRS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

MCSHJC – Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa

---

**NPH– Núcleo de Pesquisa Histórica da Universidade do Rio Grande do Sul**

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá. *De moléstia do trabalho à doença profissional: contribuição ao estudo das doenças do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, Niterói: PPG em História na UFF, 1994. Dissertação de Mestrado. Reprodução Xerográfica.
- ARAVANIS, Evangelia *“Uma utopia anarquista: o projeto social dos anarquistas do periódico A LUTA e o seu desejo de mudar o rumo da história em Porto Alegre (1906-1907)”*. Dissertação de Mestrado em História / UFRGS. Porto Alegre: 1997. Reprodução Xerográfica.
  - \_\_\_\_\_. **“Leituras, edições e circulações de impressos na Porto Alegre de 1906 A 1911: uma análise a partir do periódico ‘A Luta’”**. In: *História Unisinos*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002. Vol.6. N. 6.
  - ARAÚJO, Sílvia & CARDOSO, Alcina. *Jornalismo e militância operária*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1992
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- BATALHA, Cláudio H. M. “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX” In: MORAES, João Quartim de (Org.) *História do marxismo no Brasil*, SP: Unicamp, 1995.
- \_\_\_\_\_. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 2000.

- \_\_\_\_\_ . “A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetórias e tendências”. In: *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Ed. Contexto e Universidade São Francisco, 1998.
- BAKUNIN, Mikhail. *Escrito contra Marx: conflitos na Internacional*. Brasília: Novos Tempos, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Obras Completas*. Madrid: La Piqueta, 1979.
- BERTUCCI, Liane M. *Saúde: arma revolucionária. São Paulo - 1891/1925*. Campinas: Publicações CMU/UNICAMP, 1997. (Col. Tempo & Memória, 3).
- BILHÃO, Isabel Aparecida. *Rivalidades e Solidariedades no Movimento Operário (Porto Alegre 1906-1911)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- BOLTANSKI, L. *As classes sociais e o corpo*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. “A dominação masculina”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1995. V. 20 nº 2. Jul./dez. 1995.
- \_\_\_\_\_. “Gostos de classe e estilos de vida”. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- \_\_\_\_\_. “Remarques Provisoires sur la Perception Sociale du corps”. *Actes de la Recherches en sciences Sociales*. Paris: Aur, 1977.
- \_\_\_\_\_. *El sentido práctico*. Madrid: Taurus Ediciones, 1991.
- \_\_\_\_\_. *La distinción: critério y bases sociales del gusto*. Madrid: Altea, Taurus, Alfaguara, S. A. 1990.
- BRANCIARD, Michel. “La réduction du temps de travail dans l’histoire sociale”. In: *Mémoires des Solidarités*. Ramonville: Erès, 1997.
- BRANCIARD, M & GONIN, M & DEROFF, J. *Le mouvement ouvrier 1815-1977*. Paris: Montholon-Services, 1978

- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1977.
- CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Difel, 1979.
- \_\_\_\_\_. *A II Internacional pelos seus Congressos (1889-1914)*. São Paulo: Editora Anita; Editora da Universidade de São Paulo, 1993.
- CATTANI, Antonio Davi. "Greve". In: CATTANI, Antonio Davi. (Org.) *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- CHARTIER, Roger. "As práticas da escrita". In: ARIÉS & CHARTIER (Org.). *História da Vida Privada*. Vol. 3. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- \_\_\_\_\_. "Textos, impressões, leituras". HUNT, Lynn. (Org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- \_\_\_\_\_. *A Ordem dos Livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.
- COLE, G. D. H. *História del Pensamiento Socialista*. Madrid, 1974, v.2.
- CORBIN, Alan. "Bastidores". *História da Vida Privada* V.4. São Paulo: Cia das Letras, 1994
- CORRÊA, Norma E. *Os Libertários e a Educação no Rio Grande do Sul (1895-1926)*. Dissertação de Mestrado em Educação/UFRGS. Porto Alegre: 1987. Reprodução Xerográfica.
- CORREIA, Telma de Barros. *Pedra: plano e cotidiano operário no sertão*. São Paulo: Papyrus Editora, 1998.
- COSTA, Jurandir F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

- COSTA, Orlando Teixeira da. *Direito coletivo do trabalho e crise econômica*. São Paulo: LTR, 1991.
- DECCA, Edgar de. *O nascimento das fábricas*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- DECCA, M. Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920 - 1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*; São Paulo: Difel, 1971.
- DUARTE, Regina Horta. *A imagem rebelde: a trajetória libertária de Avelino Fóscolo* Campinas: Pontes/Ed. da UNICAMP, 1991.
- DUARTE NETO, Bento Herculano. *Direito de Greve: aspectos genéricos e legislação brasileira*. São Paulo: LTR, 1992.
- DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Lisboa: Martins Fontes, 1975.
- \_\_\_\_\_. "Do socialismo utópico ao socialismo científico". In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. v.2. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, s/data.
- ERBER, Fábio Stefano "A importância do estudo do processo de trabalho; uma introdução". IN: TRONTI, Mário et. ali. *Processo de Trabalho e estratégia de classe*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- FAGUNDES, Lígia Ketzer et al. *Memória da indústria gaúcha (1889-1930)*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS / FEE, 1987.
- FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito...* Caxias do Sul, RS: EDUCS; Rio de Janeiro: Garamound, 2004.
- \_\_\_\_\_. Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e

- mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. *Cadernos AEL*. Campinas: Ed. Unicamp, v.6, n.10/11, 1999.
- FRANCO, Sérgio da C. *Porto Alegre: Guia Histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1992.
  - FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. Rio de Janeiro: Difel, 1976.
  - FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil (1880-1920)*. Petrópolis: Vozes, 1978.
  - FISCHLER, Claude. "Obeso benigno, obeso maligno" In: SANT'ANNA, Denise B. *Políticas do Corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.
  - FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1990. 1º vol.
  - \_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: 1999.
  - \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
  - FURASTÉ, Pedro Augusto. *Normas Técnicas para o Trabalho Científico. Explicação das Normas da ABNT*. Porto Alegre: s.n., 2005.
  - GARCIA, Juan César. "A categoria trabalho na medicina". In: NUNES, Everardo Duarte (org.). *Pensamento social em saúde na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1989.
  - GARCIA, Paulo. *Direito de Greve*. Rio de Janeiro: Edições Trabalhistas S./A., 1961.
  - GONÇALVES, Adelaide & SILVA, Jorge E. *A bibliografia libertária: um século de anarquismo em língua portuguesa*. São Paulo: Editora Imaginário, 1999.
  - GORZ, André. (org.) *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins

Fontes, 1980.

- GOUBERT, Jean-Pierre. "A divina garrafa: viagens, alcoóis e remédios nos dois hemisférios dos séculos XVI ao XX". *História, Ciência, Manguinhos*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2001, Vol. VIII
- GRAMSCI, Antonio. *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- HALL, Michael. & PINHEIRO, Paulo. *A classe operária no Brasil (1890-1930): condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- HARDMAN, Foot. & LEONARDI, V. *História da Indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Ática, 1982.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão. Vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- HARNECKER, Marta. "O capital: conceitos fundamentais". In: LAPIDUS & OSTROVITIANOV. *Manual de economia política*. São Paulo: Global editora e distribuidora, 1978.
- HARRIS, Ruth. *Assassinato e loucura: medicina, leis e sociedade no 'fin de siècle'*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- HENDERSON, William O. *A revolução Industrial: 1780-1914*. São Paulo: Verbo; Ed. da Universidade de São Paulo, 1969.
- HESKETT, John. *Desenho industrial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- HOBSBAWM, Eric. "O fazer-se da classe operária" In: *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- HOUAISS, Antônio & VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- INGOLD, Tim. "Tools, minds and machines: na excursion in the philosophy of

- technology”. *Techniques e culture* n. 12, 1988.
- ISCARO, Rubens. *Historia del movimiento sindical internacional*. México: Ediciones Cultura Popular, 1978.
  - JACOMY, Bruno. *A era do controle remoto: crônicas da inovação técnica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2004.
  - JARDIM, Jorge Luiz Pastoriza. *Comunicação e militância. A imprensa operária no Rio Grande do Sul (1892-1923)*. Dissertação de Mestrado em História - PUCRS. Porto Alegre, 1990. Reprodução Xerográfica.
  - JOANILHO, André Luiz. *O corpo de quem trabalha: estratégias para a construção do corpo do trabalhador*. Londrina: Ed. UEL, 1996. (Coleção Histórias da República: leituras à contrapelo, VII.).
  - JUNCO, José A. *La ideología política del anarquismo español (1868-1910)*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1976.
  - KERGOAT, Daniele. *Les ouvrières*. Paris: Le Sycomore, 1982.
  - LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999.
  - LE DOARÉ, Hélène. “Divisão sexual e divisão internacional do trabalho: reflexões a partir das fábricas subcontratadas de montagem (México-Haiti)”. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, A. et al. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
  - LEITE, Márcia de Paula. *O que é greve*. São Paulo: Editora brasiliense, 1988.
  - LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1986.
  - LEMONNIER, P. “The study of Material Culture Today: Toward an Anthropology of Technical Systems”. In: *Journal of Anthropological Archaeology*, n. 5, 1986.

- LONER, A. Beatriz. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1937)*. Pelotas, Universidade Federal de Pelotas: Ed. Universitária, Unitrabalho, 2001.
- LUCAS, Elisabeth. & PETERSEN, Sílvia. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.
- MAGALHÃES, Álvaro. (Org.) *Dicionário Enciclopédico Brasileiro Ilustrado*. Porto Alegre: Editora Globo, 1960. 2 Volumes.
- MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário no Brasil (1890-1920)*. Rio de Janeiro, 1979.
- MARÇAL, João Batista. *Os anarquistas no rio Grande do Sul; anotações biográficas, textos e fotos de velhos militantes da classe operária gaúcha*. Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1995.
- \_\_\_\_\_. *A imprensa operária do Rio Grande do Sul (1873-1974)*. Porto Alegre: s/ed., 2004.
- MARX, Karl. *O Capital: edição popular*. São Paulo: Edições 70, 1979.
- \_\_\_\_\_. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, livro 1, vol 1.
- MAUSS, M. "As técnicas corporais". In: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. V. 2, São Paulo: EDUSP/E.P.U., 1974.
- MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MORAES, Reginaldo. "As barricadas e o funcionário". *Leia*. Novembro de 1987.
- MOURA, Esmeralda B. *Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- NORDAU, Max. *As mentiras convencionais da nossa Civilização*. São Paulo:

Cultura Moderna, s/d.

- *NOSSO SÉCULO (1900-1910): A memória fotográfica do Brasil no século XX.*

São Paulo: Abril, s/d.

- OLIVEIRA, Andradina A. A. de. *Contos do Natal*. Rio Grande, s.d.

- OUTHWAITE & BOTTOMORE (Editores). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

- PEDROSO, Elizabeth M. K. *Movimento sindical no Brasil 1850-1997: trajetória, características e desafios*. Porto Alegre: Evangraf, 1998.

- PENA, Maria V. Junho. *Mulheres e trabalhadora: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

- PERROT, Michelle. "Figuras e papéis". In: ARIÉS & DUBY. *História da vida privada: Da revolução à Primeira Guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

- \_\_\_\_\_. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho. (RS 1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

- \_\_\_\_\_. *República Velha Gaúcha – Charqueadas- Frigoríficos –criadores*. Porto Alegre: Movimento, 1980.

- \_\_\_\_\_. *Os pobres da cidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *El proletariado urbano urbano en Rio Grande do Sul, 1888-1919*. México: U.N.A.M., 1977. Reprodução Xerográfica.

- \_\_\_\_\_. *As associações beneficentes de socorros mútuos e a*

- história do movimento operário gaúcho. *Cadernos do ISP*. Pelotas: UFPEL, n.11, 1977.
- \_\_\_\_\_. A mulher na imprensa operária gaúcha do século XIX. *Revista de História*. Porto Alegre: UFRGS, n.1, 1986/87.
  - \_\_\_\_\_. *Origens do Primeiro de Maio no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1981.
  - \_\_\_\_\_. *Guia para o estudo da imprensa periódica dos trabalhadores do Rio Grande do Sul (1874-1940)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS - FAPERGS, 1989.
  - \_\_\_\_\_. As greves no Rio Grande do Sul na República Velha. In: DACANAL, J. I. e GONZAGA, S. (org.) *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
  - \_\_\_\_\_. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. *Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História*. Porto Alegre: UFRGS, n.3, 1995.
  - \_\_\_\_\_. “Que a união operária seja nossa pátria’: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações”. Santa Maria: editoraufsm; Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.
  - PINHEIRO, Ma. Luiza Ugarte & PINHEIRO, Luis Balkar. *Imprensa operária no Amazonas*. Manaus, EDUA, 2004
  - PINHEIRO, Paulo Sérgio & HALL, Michael. *A classe operária no Brasil, 1889-1930, documentos*. São Paulo: Alfa Ômega, v.1, 1982.
  - PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidade no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: EDUNB, 1993.

- \_\_\_\_\_ . *Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil*. São Paulo: Editora SENAC, 2000.
- PORTER, Roy. "História do corpo". In: BURKE, Peter (Org.) *A escrita da História: novas perspectivas..* São Paulo: UNESP, 1992.
- POULANTZAS, Nicos. "As classes sociais". *Estudos Cebrap*. São Paulo: Ed. Brasileira de Ciências, 1973
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil: 1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- \_\_\_\_\_. "As marcas da pantera: Michel Foucault na historiografia brasileira contemporânea". In: *Anos 90: Revista do Programa de Pós-graduação em História*. Porto Alegre: UFRGS, 1993.
- \_\_\_\_\_. "Relações de Gênero e classe operária no Brasil, 1890-1930". In: *Caderno Espaço Feminino*. Minas Gerais: Ed. Universidade Federal de Uberlândia, 1998.
- RAGO, L. M. & MOREIRA, E. *O que é taylorismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984
- REICHEL, Heloísa Jochims. "A industrialização no rio Grande do Sul na República Velha". In: DACANAL, GONZAGA (org.) *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- RIBEIRO, Ma. Alice Rosa. *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)*. São Paulo: Unicamp / HUCITEC, 1986.
- RODRIGUES, Arakcy Martins. "Lugar e imagem da mulher na indústria". In: BRUSCHINI & COSTA (org.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992a.

- RODRIGUES, José Carlos. *O corpo na história*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.
- ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: Hucitec, UNESP; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994.
- SANT'ANNA, Denise B. "Corpo, história e cidadania" In: MARTINS, MOTTA, IOKOI (org.) *História e Cidadania. XIX Simpósio Nacional de História - ANPUH*. São Paulo: Humanitas Publicações/FFLCH-USP, ANPUH, 1998.
- \_\_\_\_\_. "O corpo entre antigas referências e novos desafios". In: *Cadernos de Subjetividade*, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica, PUC/SP. n. 5. São Paulo: 1997.
- \_\_\_\_\_. "Corpo e História". In: *Cadernos de Subjetividade*, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica, PUC/SP. São Paulo: 1995.
- \_\_\_\_\_. "O receio dos 'trabalhos perdidos': corpo e cidade". In: *Revista Projeto História*. São Paulo: Editora PUC-SP. nº 13. Junho/1996.
- \_\_\_\_\_. *Corpos de passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- SCOTT, Joan. "A mulher trabalhadora". In: FRAISSE, G. & PERROT, M. (org.) *História das mulheres no ocidente*. Porto: Edições Afrontamento Lda.1991. Vol. 4, p. 442-475.
- SFERRA, Giuseppina. *Anarquismo e anarcossindicalismo*. São Paulo: Editora Ática, 1987.

- SCHMIDT, Benito Bisso. "Formação e difusão da cultura cientificista no movimento operário gaúcho da I República". *Vidya*. Santa Maria: FAFRA, v. 17, n. 29, jan/jun, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Um socialista no Rio Grande do Sul: Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O patriarca e o tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187? – 1934) e Carlos Cavaco (1878-1961)*. São Paulo/Campinas: PPG História UNICAMP, 2002. Tese de Doutorado. Reprodução Xerográfica.
- \_\_\_\_\_. *De mármore e de flores: a primeira greve geral do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, outubro de 1906)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- SCHMIDT, Benito & LEAL, Elisabete. "Pas de Deux: um socialista e uma feminista no Rio Grande do Sul - textos escolhidos (1897-1912)". *Caderno Espaço Feminino*. Uberlândia, MG, 7(7-8) 34-35. jul. 1999-jul. 2000.
- SILVA, Josué P. "Os Socialistas Fabianos e a jornada de trabalho de 8 horas". *Questões & Debates*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1998.
- SILVA, Haike Roselane K. *A trajetória de uma liderança étnica: J. Aloys Friederichs (1868-1959)*. Porto Alegre: PPG História UFRGS, 2004. Tese de doutorado. Reprodução Xerográfica.
- SILVA JR., Adhemar L. *Povo! Trabalhadores!: tumultos e movimento operário (estudo centrado em Porto Alegre, 1917)*. Porto Alegre: PPG História UFRGS, 1994. Dissertação de mestrado. Reprodução Xerográfica.

- \_\_\_\_\_ . “Contribuição a uma “história dos de baixo” do sindicalismo”.  
In: *Estudos Ibero-Americanos*. Revista do Departamento de História / Pós-Graduação em História da PUCRS. Porto Alegre: EDPUCRS, v. XXI, n 1, 1995.
- \_\_\_\_\_ . *Nota prévia sobre o socorro mútuo no Rio Grande do Sul (1854-1889)*. Comunicação no IV Encontro Estadual de História. São Leopoldo, 1998.
- \_\_\_\_\_ . *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)*. Porto Alegre: IFCH/PUCRS. Tese do doutorado, 2004. Reprodução Xerográfica.
- SILVA, Eliane M. *O Espiritualismo no século XIX*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1997.
- SILVA, Maria Amélia G. da. *Mulheres operárias em Pelotas e Rio Grande (1890-1920)*. Porto Alegre: IFCH/PUCRS. Dissertação de Mestrado, 1998. Reprodução Xerográfica.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.
- SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Dominus, 1966.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução urbana*. São Paulo: Nacional, USP, 1968.
- SOARES, Carmem Lúcia. *Educação Física: raízes européias e Brasil*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1994.
- SONTAG, Susan. *A doença como metáfora*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

- TAYLOR, Frederick Winslow. *Princípios da administração científica*. São Paulo: Atlas, 1982.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária Inglesa*, v.1. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Tradición, revuelta y conciencia de classe: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.
- UJVARI, Stefan Cunha. *A História e suas epidemias: a convivência do homem com os microorganismos*. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio; Editora Senac São Paulo, 2003.
- VAISTMAN, Jeni. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994
- WEBER, Beatriz T. *As artes de curar: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense - 1889/1928*. Santa Maria: Ed. da UFSM; Bauru: EDUSC - Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.
- WOLFE, Joel. *The Rise of Brazil's Industrial Working Class: Community, Work, and Politics in São Paulo, 1900-1955*. Tese Doutorado, University of Wisconsin-Madison, 1990.

